

caletroscópio



Volume 5 | Nº 8 | Jan./Jun.2017 | Semestral
Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem
Universidade Federal de Ouro Preto
Mariana, MG
ISSN 2318-4574



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

REITORA

Cláudia Aparecida Marlière de Lima

VICE-REITOR

Hermínio Arias Nalini Júnior

DIRETORA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Margareth Diniz

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Rivânia Maria Trotta Sant'Ana

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE LETRAS

Eva Ucy Miranda Sá Soto

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS DA LINGUAGEM

Clézio Roberto Gonçalves

<i>Revisão textual</i>	Alexandre Agnolon, Erica Faustina da Silva Marins, Ricardo Alves e Soélis Teixeira do Prado Mendes
<i>Revisão dos abstracts</i>	Maria Clara Versiani Galery
<i>Formatação/Diagramação</i>	Danúsia Natália Monteiro Gomes
<i>Imagem de capa</i>	The Old Library, Trinity College, Dublin, Irlanda. Crédito da Imagem: Alíne Araújo
<i>Formato</i>	A4 210 x 297 mm (online)

Revista Caletrosκόpio / Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Ouro Preto – Volume 5, n. 8 (jan. – jun. 2017) – Mariana: UFOP, 2017, 280p.

Semestral
ISSN: 2318-4574

Modo de acesso: <<http://www.caletroscoPIO.ufop.br>>

1. Linguagem 2. Memória cultural 3. Tradução 4. Práticas discursivas 5. Ensino/Aprendizagem.
Universidade Federal de Ouro Preto. Programa de Pós-Graduação em Letras.

CDU: 81:82.09

REVISTA CALETROSCÓPIO

Universidade Federal de Ouro Preto

Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem

Rua do Seminário, s/n – Centro – Mariana/MG

CEP: 35420-000

Tel. (31) 3557- 9418

E-mail: revistacaletroscoPIO@gmail.com

©2017 - Todos os direitos reservados, nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem permissão por escrito.

caletroscópio



Volume 5 | Nº 8 | Janeiro/Junho 2017 | Semestral

Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem

Universidade Federal de Ouro Preto

Mariana, MG

ISSN 2318 - 4574

EDITORES

Alexandre Agnolon (UFOP), Maria Clara Versiani Galery (UFOP) e Soéllis Teixeira do Prado Mendes (UFOP).

EDITORES DO DOSSIÊ

Eduardo Tadeu Roque do Amaral (UFMG) e Soéllis Teixeira do Prado Mendes (UFOP).

ASSISTENTES DE EDIÇÃO

Danúsia Natália Monteiro Gomes (UFOP) e Thamara Cristhine Santos de Assis (UFOP)

CONSELHO EDITORIAL

Abel Barros Baptista (Universidade Nova de Lisboa), Adail Sebastião Rodrigues Júnior (UFOP), Aimara da Cunha Resende (UEMG), Alexandre Agnolon (UFOP), Alexia Teles Duchowny (UFMG), Ana Paula Antunes Rocha (UFOP), Anna Stegh Camati (UNIANDRADE), Ana Zandwais (UFRS), Bernardo Nascimento de Amorim (UFOP), Camila Rodrigues (USP), Carlos Gouveia (Universidade de Lisboa), Cilza Bignotto (UFOP), Clézio Roberto Gonçalves (UFOP), Daniel Reizinger Bonomo (USP), Daniela Oliveira Guimarães (UFMG), Elisa Maria Amorim Vieira (UFMG), Elzira Divina Perpétua (UFOP), Emílio Roscoe Maciel (UFOP), Eni Puccinelli Orlandi (UNIVAS), Fábio de Souza Andrade (USP), Fábio Rigatto de Souza Andrade (USP), Germana Henriques Pereira (UNB), Geoff Thompson (University of Liverpool), Giacomo Patrocínio Figueredo (UFOP), Ida Lúcia Machado (UFMG), Ivanete Bernardino Soares (UFOP), João Bosco Cabral dos Santos (UFU), José Carlos de Almeida Filho (UnB), José Luiz Foureaux (UFOP), José Luiz Vila Real (UFOP), Kassandra Muniz (UFOP), Leandra Batista Antunes (UFOP), Luiz Antônio dos Prazeres (UFOP), Luiz Francisco Dias (UFMG), Marcia Valeria Martinez de Aguiar (USP), Márcia Zimmer (UCPel), Maria Carmem Aires Gomes (UFV), Maria Clara Versiani Galery (UFOP), Maria da Luz Pinheiro de Cristo (UFES), Maria de Fátima Moretti (UFSC), Maria Eduarda Giering (UNISINOS), Maria Perla Araújo Morais (UFT), Meliandro Mendes Galinari (UFOP), Mônica Gama (UFOP), Mônica Magalhães Cavalcante (UFC), Norma Barbosa de Lima Fonseca (UFMG), Patrick Charaudeau (Université Paris XIII), Paulo Henrique Aguiar Mendes (UFOP), Pedro Dolabela Chagas (UFPR), Raquel Márcia F. Martins (UFLA), Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS), Roberto Acízelo (UERJ), Roberto Leiser Baronas (UFSCar), Ruth Amossy (Tel-Aviv University), Samira Murad (UFABC), Sebastião Pinho (Universidade de Coimbra), Sérgio Elias da Silva (UFOP), Simone Cristina Mendonça (Unifesspa), Soéllis Mendes (UFOP), Thaís Christófaro-Silva (UFMG), Thaís Flores Diniz (UFMG), Thaís Maíra M. de Sá (UFOP), Vera Menezes de O. e Paiva (UFMG), Viviane Araújo da C. Pereira (UFPR), Walter Carlos Costa (UFSC), Wander Emediato de Souza (UFMG), William Menezes (UFOP).

SUMÁRIO

8 - EDITORIAL

ARTIGOS - DOSSIÊ

12 - O USO DO ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE ANTROPÔNIMOS E PRONOMES
POSSESSIVOS EM DUAS CIDADES DO SERTÃO PERNAMBUCANO

Adeilson Pinheiro Sedrins

Dereck Kassio Ferreira Pereira

Claudia Roberta Tavares Silva

34 - A VARIAÇÃO SINTÁTICA DO ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE
ANTROPÔNIMOS EM ABRE CAMPO E MATIPÓ: DADOS DE LÍNGUA ESCRITA
PRETÉRITA

Andréia Almeida Mendes

51 - O ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE ANTROPÔNIMO: UM ESTUDO
COMPARATIVO ENTRE AS CIDADES MINEIRAS DE PONTE NOVA E OURO
BRANCO

Glauciane da Conceição dos Santos Faria

Melina Rezende Dias

69- O COMPORTAMENTO LINGUÍSTICO DOS JOVENS DE BARRA LONGA/MG EM
RELAÇÃO AO USO DO ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE ANTROPÔNIMOS

Ana Paula Mendes Alves de Carvalho

91 - DEFINIDO FRACO EM PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA PERSPECTIVA
EXPERIMENTAL

Thaís Maíra Machado de Sá

Isabela Vilela

117 - HAVERÁ ARTIGO DEFINIDO EM RONGA?

Bento Siteo

Ernesto Mario Dimande

ARTIGOS – FLUXO CONTÍNUO

150 - NÃO EXATAMENTE SEXO E DROGAS: O PORNOPOPÉIA DE REINALDO MORAES

Fábio Akcelrud Durão

165 - IMAGES OF EMPTINESS IN STILLBORN, BY MICHAEL STAVARIC

Dionei Mathias

179 - O FANTASMA EM MURDER AND WALKING SPIRITS: REFLEXÕES SOBRE O GÓTICO E O PÓS-COLONIAL

Pedro Da Silva Pontes Neto

198 - OS NOMES DAS RUAS DA CIDADE DE ESTRELA-RS: UM ESTUDO HODONÍMICO

Kleber Eckert
Maiquel Röhrig

214 - ATIVIDADE DE LEITURA ALIADA AO ENSINO DA CONJUNÇÃO “E” EM POEMA: UMA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA

Fernanda Trombini Rahmen Cassim

237 - EXPRESSÕES DE GENERICIDADE: UM OLHAR PARA AS TEORIAS SOBRE DEFINIDOS E NOMINAIS NUS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Kayron Campos Beviláqua

256 - CONTROLE SEU BOLSO: O DISCURSO PRESCRITIVO DA MÍDIA SOBRE FINANÇAS PESSOAIS

Leusa Cristina Bezerra dos Santos

RESENHA

275 - COMO TRANSFORMAR UMA TESE EM LIVRO?

Patrícia Rodrigues Costa

EDITORIAL

O tema deste *Dossiê Temático* “O uso do artigo definido em abordagens sincrônica e/ou diacrônica” pretendia congregar pesquisas de diferentes questões teórico-metodológicas que discutissem as diferentes propriedades desse determinante. O estudo apresentado poderia se referir a diferentes famílias de língua, fosse numa perspectiva diacrônica ou sincrônica. No artigo que abre essa seção, Adeilson Pinheiro Sedrins, Dereck Kassio Ferreira Pereira e Cláudia Roberta Tavares, fazendo uso dos pressupostos teórico-metodológicos do quadro da sociolinguística laboviana, fazem uma análise sobre a frequência de uso do artigo definido diante dos contextos de pronome possessivo pré-nominal e de antropônimos em dados de fala coletados em dois municípios localizados no estado de Pernambuco, Carnaíba e Serra Talhada. Já Andreia Mendes, numa análise de documentação escrita pretérita pertencente aos municípios mineiros de Abre Campo e Matipó, pretende levantar hipóteses acerca da origem de padrões divergentes da fala nessas duas cidades quanto à ausência ou à presença de artigo definido diante de antropônimos. Em outro estudo que também faz comparações entre dois outros municípios mineiros, o artigo de Glauciane Faria e M. Dias intitulado “O artigo definido diante de antropônimo: um estudo comparativo entre as cidades mineiras de Ponte Nova e Ouro Branco”, a partir do quadro teórico-metodológico da Sociolinguística laboviana, as autoras analisam cinco variáveis independentes que podem influenciar na presença/ausência de artigo diante de antropônimo na fala dos moradores dessas cidades. Ana Paula Mendes Alves de Carvalho, em “O comportamento linguístico dos jovens de Barra Longa/MG em relação ao uso do artigo definido diante de antropônimos”, levando em conta a análise das *redes sociais* dos informantes que integram sua amostra (MILROY, 1980), procura investigar como a fala de jovens da cidade mineira de Barra Longa, que apresenta uma maior tendência ao não uso do determinante antes de antropônimos, se comportam linguisticamente, nesse contexto sintático, na capital mineira, onde residem. No próximo artigo “O Definido Fraco em Português Brasileiro: Uma Perspectiva Experimental”, que apresenta outro olhar sobre o artigo definido, as autoras Thaís Maíra Machado de Sá e Isabela Vilela fazem um estudo sobre o comportamento do definido fraco em contraste ao genérico em PB a partir de reaplicação de experimentos originalmente em inglês; este estudo pretende contribuir para o debate sobre o papel do artigo definido no valor composicional de uma sentença. E finalmente, em “Haverá artigo definido em Ronga”, os autores Bento Siteo e Ernesto Mario Dimande investigam o processo de expressão da definitude em Ronga, uma

língua do grupo bantu, falada na região sul de Moçambique. No decorrer dessa investigação, os autores, além de procurarem responder à pergunta- título deste artigo, fazem uma análise sobre a partícula eufônica *a-*, que alguns pesquisadores “têm confundido com o artigo definido.”

Relativamente aos artigos pertencentes à Seção do Fluxo Contínuo da *Caletrosκόpio*, nota-se ainda a marca fundamental do periódico que preza pela variedade de objetos, estudos e abordagens no campo da linguagem, aspecto já observado de maneira reiterada por nossos editoriais, em consonância com as características inerentes do POSLETRAS/UFOP cuja marca d'água, por assim dizer, é seu compromisso com a interdisciplinaridade.

Os três primeiros artigos que compõem esse número não têm somente como denominador comum o estudo da literatura contemporânea, mas sobretudo compartilham entre si temática que, independentemente da visada que ensejam, lançam um olhar crítico e arrojado acerca do lugar do homem na contemporaneidade, do sujeito marginal e das estratégias que esse mesmo sujeito, sob o jugo das demandas incessantes de seu entorno, lança mão a fim de se lhes fazer resistência, mesmo quando sua oposição – individual, silente, solitária amiúde – redundava no vazio da própria existência, de um sujeito deslocado e irreconciliável, inclusive consigo mesmo. O artigo que abre essa Seção, de autoria de Fábio Akcelrud Durão, Professor Livre-Docente do Departamento de Teoria Literária da Unicamp, intitulado *Não Exatamente Sexo e Drogas: a Pornopopeia de Reinaldo Moraes*, propõe-se a estudar o romance de Reinaldo Moraes, *Pornopopeia*, dado a lume em 2009, a partir de duas perspectivas distintas, ainda que importantes, já que iluminam a interpretação da obra: uma primeira monadológica; e uma segunda baseada no conceito de “partilha do sensível” desenvolvido por Jacques Rancière (2005). O segundo trabalho, intitulado *Imagens do vazio no romance Stillborn, de Michael Stavaric*, de Dionei Mathias, Professor do Departamento de Letras Modernas da Universidade Federal de Santa Maria, tem como foco a obra de um dos principais nomes da contemporânea literatura alemã. Seu objetivo é estudar, no romance, as diversas imagens forjadas pelo narrador que remetem ao vazio, adotando, pois, em relação ao mundo postura extremamente nihilista. Logo em seguida, fechando a conta dos trabalhos dedicados aos estudos literários, temos o artigo de Pedro da Silva Pontes Neto, Mestre pela Universidade Federal do Piauí. Seu trabalho, cujo título é *O fantasma em Murther and Walking Spirits: Reflexões sobre o Gótico e o Pós-colonial*, tematiza a obra de Robertson

Davies sob a perspectiva dos estudos pós-coloniais e do gótico.

Os demais trabalhos dedicam-se mormente aos estudos linguísticos e, em sua diversidade de perspectivas, apontam para a sua vitalidade, constituindo-se, pois, contribuição não pequena para os estudos da linguagem de um modo geral. Destaque-se, por exemplo, o trabalho de Kleber Eckert e Maiquel Röhrig, ambos Professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, *campus* de Bento Gonçalves (RS), intitulado *Os nomes das ruas da cidade de Estrela (RS): um estudo hodonímico* que tematiza, como o próprio título já deixa entrever, os nomes de todas as vias públicas da cidade gaúcha, tendo como aporte teórico não somente a hodonímia, mas também as contribuições da onomástica e, sobretudo, da toponímia, a partir dos estudos taxionômicos de Maria Vicentina Dick, Professora aposentada do DLCV-USP. O trabalho extrapola o universo propriamente linguístico, já que, bastante relevante, permite traçar um histórico social da cidade e da ocupação da região pelos contingentes de imigrantes europeus, particularmente alemães, que se fixaram na região. Fernanda Trombini Rahmen Cassim, Doutoranda da Universidade Estadual de Maringá, com seu artigo *Atividade de Leitura aliada ao Ensino da Conjunção “e” em Poema: uma Perspectiva Funcionalista*, oferece-nos também importante contributo, particularmente à área de ensino, já que alia o estudo da gramática, em visada funcionalista, à leitura da poesia. A relevância do estudo subjaz principalmente no fato de que diversos professores da rede pública ou privada possuem grande dificuldade de trabalhar com o texto e a gramática ao mesmo tempo, sobretudo em se tratando de textos poéticos. Segue-se o artigo de autoria de Kayron Campos Beviláqua, Doutorando da Universidade Federal do Paraná, intitulado *Expressões de Genericidade: um Olhar sobre as Teorias sobre Definidos e Nominais Nus no Português Brasileiro*. Nele o autor busca perfazer um levantamento das diversas teorias acerca das expressões de genericidade no sintagma nominal do português do Brasil, discutindo ao mesmo tempo os posicionamentos teóricos sobre o tema, para, em seguida, tentar demonstrar, tendo como aporte teórico sobretudo as contribuições de Lyons (1999) e Müller (2002), que há diferença notável entre o definido genérico e o SNu. O último artigo desse número da revista é o de Leusa Cristina Bezerra dos Santos, Doutoranda em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco, intitulado *Controle seu Bolso: o Discurso Prescritivo da Mídia sobre Finanças Pessoais*. A autora foca o discurso midiático acerca das finanças pessoais e busca demonstrar, compulsando autores importantes do campo da análise do discurso francesa, como Pêcheux, por exemplo, que a prescrição da

mídia articula em seu arrazoado características do discurso da Auto Ajuda. Este número da *Caletrosópio* se encerra com a resenha *Como transformar uma tese em livro?* de Patrícia Rodrigues Costa, Doutoranda em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina, acerca da obra *Da tese ao livro – guia para autores e editores* de Sylvia Nogueira e Jorge Warley, recentemente dada a lume em tradução no Brasil pela Editora da Universidade de Brasília.

Os Editores



DOSSIÊ

O USO DO ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE ANTROPÔNIMOS E PRONOMES POSSESSIVOS EM DUAS CIDADES DO SERTÃO PERNAMBUCANO

THE USE OF THE DEFINITE ARTICLE BEFORE ANTHROPNYMS AND POSSESSIVE PRONOUNS IN TWO TOWNS IN PERNAMBUCO ISLAND

Adeilson Pinheiro Sadrins

Dereck Kassio Ferreira Pereira

Claudia Roberta Tavares Silva

RESUMO

Neste artigo apresentamos uma análise sobre a frequência de uso do artigo definido diante dos contextos de pronome possessivo pré-nominal e de antropônimos em dados de fala coletados em dois municípios localizados no estado de Pernambuco, Carnaíba e Serra Talhada. O estudo busca contribuir com o mapeamento da variação atestada no português brasileiro da realização do artigo nos contextos supracitados, tendo em vista que, em diferentes comunidades, há uma tendência à maior ou à menor realização dessa categoria. Os pressupostos teórico-metodológicos que nortearam a análise advêm do quadro da sociolinguística laboviana, no entanto, a análise será centrada na discussão de variáveis linguísticas, uma vez que foram as significativas para os resultados encontrados. Os dados coletados apontam para uma tendência a não realização do artigo nos dois municípios, o que diferencia o uso encontrado em relação a comunidades localizadas mais ao Sudeste e Sul do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Artigo definido; Antropônimo; Pronome possessivo; Língua falada.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the frequency of the use of the definite article antecedent possessive pronouns and proper nouns in speech data collected in two inland towns located in Pernambuco (Brazil), namely, Carnaíba and Serra Talhada. The study aims to contribute to the mapping of the variation on the licensing of the article in Brazilian Portuguese in the aforementioned contexts, considering that different communities show different frequency in the use of the definite article. The theoretical-methodological assumptions that guided the analysis come from the Labovian sociolinguistics framework. However, the analysis is only focused on the discussion of the linguistic variables, since they were the significant ones for the results obtained. The collected data point to a tendency of low usage of the article in both towns, which is a different pattern from the ones found in communities located in the Southeast and the South of Brazil.



KEYWORDS: Definite article; Proper noun; Possessive pronoun; Spoken language.

1 Introdução

Tendo como foco de estudo a mudança sintática que ocorre nos padrões de realização do artigo definido em sintagmas nominais (SNs) nucleados por antropônimos (nomes próprios de pessoas) e pronomes possessivos pré-nominais no português, muitos linguistas, como, por exemplo, Castro (2006), Magalhães (2012) e Silva (1998), dedicaram-se a realizar estudos que mostraram como o fenômeno da variação na realização do artigo definido ocorria em séculos passados nessa língua.

Ao realizar um estudo que visava analisar a ocorrência de artigo definido diante de possessivos no português do período de 1600 a 1850, Floripi (2008) mostra que, no Português Clássico (PC), o emprego do artigo era facultativo, mas, com o passar dos anos, seu emprego aumentou paulatinamente, passando a ser de caráter obrigatório no Português Europeu Atual.

Magalhães (2012), ao investigar a realização do artigo em dados de escrita do século XVI ao XIX, observa que a generalização do uso do artigo definido no Português Europeu (PE) ocorreu no século XVIII. Segundo seu estudo, a realização do artigo diante de pronomes possessivos no PE já se apresentava de forma variável no século XVI, passando a obter um caráter obrigatório em meados do século XVIII.

Na atualidade, como apontado por Castro (2006), é exigência do PE que, diante do contexto de antropônimo, ocorra a realização do artigo definido.

Percebemos, então, que a realização do artigo definido diante de possessivos e antropônimos no PE sofre mudanças significativas com o passar dos séculos. No entanto, pelo que parece, o Português Brasileiro (PB) não sofreu transformações como as sofridas pela variedade europeia. Visando verificar essa particularidade do PB, Silva (1982) realiza um estudo comparativo com base em vários *corpora* do PE e do PB. Do PE, examinou textos escritos desde o século XV até o século XX. Já do PB analisou textos produzidos desde o século XVI e acrescentou material atual de língua oral e de língua escrita. Nessa análise, ela constata que houve um nítido e constante aumento na realização do artigo diante de possessivos em Portugal a partir do século XV, mas não no Brasil. Em Portugal, a frequência

da ocorrência de artigo sobe de 10% no século XV para 95% no século XX, enquanto, no Brasil, sobe lentamente de 30% para 40%.

É interessante notarmos que o uso do artigo definido diante de antropônimos apresenta percentual equivalente ao da realização do artigo definido diante de pronomes possessivos no século XX, no Brasil, como verificado nos dados da pesquisa sociolinguística de Silva (1982), que apontam para um aumento de apenas 10% da ocorrência, passando de 30% para 40%.

Em linhas gerais, a frequência da realização do determinante no Brasil parece corresponder à frequência de realização do artigo em Portugal nos séculos XV e XVI, mesmo período em que se deu a colonização do Brasil. A esse respeito, a autora afirma que essa constatação parece confirmar as afirmações de alguns estudiosos que destacam a forma conservadora do PB.

Buscando contribuir para uma ampliação na descrição sobre o comportamento do artigo definido diante de possessivos pré-nominais e de antropônimos no PB, apresentamos, neste artigo, os resultados de uma análise de dados de fala coletados em dois municípios da região do sertão de Pernambuco, onde o uso do artigo definido diante de nomes próprios de pessoas é quase nulo: Carnaíba e Serra Talhada.

A análise a ser apresentada irá centrar a atenção na variável linguística *função sintática*, uma vez que se mostrou relevante para a observação de diferenças no condicionamento da realização do artigo definido diante de antropônimos e possessivos.

Para a abordagem do fenômeno em análise, este artigo encontra-se assim estruturado: além desta seção, em que delineamos os objetivos do artigo, o texto apresenta mais quatro seções: a seção 2, que segue, situa o trabalho de Callou e Silva (1997), ponto de partida da nossa discussão, observando os resultados que as autoras encontraram comparando cinco cidades brasileiras, considerando dados de fala do projeto Norma Urbana Culta (NURC). Na seção 3, apresentamos os procedimentos metodológicos da nossa pesquisa, situando também o perfil das comunidades analisadas. Na seção 4, apresentamos e discutimos os resultados da análise dos dados coletados, considerando as variáveis linguísticas mais significativas. Por fim, apresentamos, nas considerações finais, as questões de pesquisa projetadas a partir dos resultados alcançados.

2 A frequência de uso de realização do artigo em diferentes comunidades

Objetivando analisar o fenômeno da variação na realização do artigo definido no PB, Callou e Silva (1997) tomaram como *corpus* entrevistas realizadas em cinco capitais brasileiras (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife) provenientes do NURC, seguindo a metodologia da sociolinguística quantitativa laboviana e fazendo uso do programa computacional VARBRUL. Como resultado, as autoras evidenciaram que as cidades nordestinas – Salvador e Recife – foram as que menos realizaram o artigo definido diante de antropônimos e pronomes possessivos em posições pré-nominais, como podemos verificar na tabela que segue:

Tabela 1: Realização do artigo definido diante de antropônimo e pronome possessivo, apresentada no trabalho de Callou e Silva (1997)

Município	Antropônimo	Possessivo
Recife	(12/71) 17%	(59/98) 60%
Salvador	(10/24) 32%	(57/87) 66%
Rio de Janeiro	(27/85) 43%	(280/399) 70%
São Paulo	(20/23) 87%	(147/209) 70%
Porto Alegre	(50/63) 79%	(26/33) 79%

Fonte: Callou e Silva (1997, p. 21)

A tabela acima aponta para uma tendência em relação ao uso de artigo definido diante de antropônimos e de possessivos: quanto mais na direção sul do Brasil está a comunidade, maior é a frequência no uso do artigo.

Uma comparação da frequência de realização do artigo diante dos dois contextos (antropônimo e possessivo), numa mesma comunidade, sugere que a gramática dessas comunidades opera de forma distinta para os dois tipos de sintagmas. Isto é, nos resultados obtidos pela língua falada no Recife, por exemplo, podemos verificar que a ocorrência de artigos diante de antropônimos é menor (17% dos casos) do que a frequência da ocorrência de artigos definidos diante de possessivos (60% dos casos). Isso é observado em outras comunidades apresentadas na tabela acima, excetuando-se São Paulo e Porto Alegre.

Em um estudo anterior ao de Callou e Silva, Silva (1998) analisa dados de fala do Rio de Janeiro e constata que a frequência do artigo diante de antropônimos é bem maior do que

diante de possessivos. A frequência geral de ocorrência de artigo diante de possessivo foi de 53% (2281/4299) e a de artigo diante de nome próprio, de 73% (1610/2195).

Os resultados alcançados em Callou e Silva (1997) e em Silva (1998) nos levam a suspeitar que de fato não estaríamos diante de mesmos mecanismos licenciando o artigo diante de possessivo pré-nominal e diante de antropônimo. Nesse sentido, o controle da variável *função sintática* mostra-se relevante para entendermos melhor as diferentes frequências.

A tabela abaixo apresenta os resultados para a frequência de realização de artigo nos dois contextos em análise, considerando a função sintática do SN, no trabalho de Callou e Silva (1997):

Tabela 2: Aplicação de uso do artigo diante de possessivos de acordo com a função sintática

Função Sintática	Possessivos	Antropônimos
Sujeito	,71	,61
Tópico	,59	,95
Objeto + predicado	,59	,41
Adjunto adv.	,36	,98
Genitivo	,19	,34
Antitópico	,12	X

Fonte: Callou e Silva (1997, p.18)

Observamos, na tabela acima, que o SN nas funções de sujeito, tópico, objeto ou predicativo favorece significativamente a realização do artigo definido antes de pronome possessivo pré-nominal. No contexto de antropônimo, a realização do artigo é favorecida para as mesmas funções sintáticas do SN (sujeito, tópico, objeto ou predicativo), além também do favorecimento mais significativo para a função de adjunto adverbial (com Peso Relativo (P.R) de 0,98).

Observando, no trabalho das autoras, os resultados em relação à função sintática mais significativa para o condicionamento do uso do artigo definido, temos uma ordem de significância distinta para os dois contextos, conforme apresentado na tabela abaixo:

Tabela 3: Condicionamento da realização do artigo por ordem de significância da função sintática nos contextos de possessivos e antropônimos

Possessivos	Antropônimos
Sujeito (.71)	Adjunto adv. (.98)



Tópico (,59)	Tópico (,95)
Objeto + predicado (,59)	Sujeito (,61)
Adjunto adv. (,36)	Objeto + predicado (,41)
Genitivo (,19)	Genitivo (,34)
Antitópico (,12)	Antitópico (X)

Fonte: Callou e Silva (1997)

A função mais significativa para a realização do artigo definido diante de possessivo foi a função de sujeito e, diante de antropônimo, foi a de adjunto adverbial. Além da diferença na ordem de significância das funções sintáticas que mais condicionaram o uso do artigo nos dois contextos, observamos também uma diferença significativa em relação aos pesos relativos. Os pesos relativos das funções tópico e adjunto adverbial para os contextos de antropônimos são muito mais altos do que os apresentados para os contextos de possessivos.

Outro ponto relevante em relação aos dados apresentados na tabela acima é a correspondência entre a maior realização de artigos definidos no contexto de antropônimos para posições sintáticas não-argumentais (posição de tópico e de adjunto adverbial). O peso relativo de realização do artigo nessas posições foi acima de ,95. Esses dados sugerem que um SN nucleado por um antropônimo tende a ser realizado com artigo quando licenciado em uma posição não-argumental.

No contexto de SN com possessivo pré-nominal, não é possível observarmos uma relação entre posição argumental e não-argumental com maior ou menor tendência à realização de artigo definido. Nesse sentido, observe-se que o peso relativo para a ocorrência de artigo na posição de tópico, uma posição não-argumental, é de (,59), o mesmo peso de realização do artigo no contexto de objeto, posição argumental (,59).

A tabela acima revela, então, que a ordem de condicionamento da função sintática para o uso do artigo definido é diferente para os dois contextos (possessivos e antropônimos), como também revela que a diferença do peso relativo de atuação de algumas funções sintáticas, nos dois contextos, é bastante expressiva.

Esse comportamento diferenciado de acordo com a função sintática entre os dois contextos pode permitir um melhor conhecimento sobre o sistema de determinante no PB, principalmente, se atentarmos para propriedades discursivas codificadas nas posições sintáticas. Nesse sentido, por exemplo, a posição de tópico, que favoreceu com P.R. ,95 o licenciamento de artigo diante de antropônimo pode indicar que, nessa função sintática, o



artigo tenha um papel relevante, dada sua alta frequência.

Uma análise acurada poderá investigar se apenas a função sintática é a responsável pelas diferenças de pesos relativos apresentadas na tabela 3, ou se outros fatores, como a presença de preposições aglutinadoras, interferem nos resultados.

Nesse sentido, a análise a ser apresentada neste trabalho investiga comunidades onde a frequência de artigos diante de possessivos e antropônimos é bastante reduzida, se comparada aos resultados encontrados em outras comunidades, como aquelas investigadas por Callou e Silva, por exemplo.

Passamos, então, na próxima seção, a discutir os procedimentos metodológicos da coleta e análise dos nossos dados.

3 Os procedimentos metodológicos da pesquisa

Visando a compreender o uso do artigo diante de antropônimos e pronomes possessivos, consideramos a possível influência de fatores linguísticos e extralinguísticos sobre esse uso. Para tanto, adotamos como fundamento teórico-metodológico a Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972]), segundo a qual a língua deve ser analisada em seu uso real por ser entendida como social e dotada, inerentemente, de heterogeneidade.

A fim de obtermos os dados, realizamos 24 entrevistas informais em cada município, Serra Talhada e Carnaíba, ambos localizados no Sertão de Pernambuco, totalizando quarenta e oito entrevistas. Elaborado o *corpus* composto por 1603 SNs selecionados, realizamos a codificação dos dados consoante às variáveis selecionadas e os submetemos a tratamento quantitativo (estatístico e probabilístico) a partir da utilização do programa computacional GoldVarb X (GUY; ZILLES, 2007).

Variáveis sociais, a saber: sexo, escolaridade e faixa etária, também foram controladas, mas se mostraram irrelevantes no condicionamento da variação na realização do artigo definido.

Os dois municípios foram selecionados por apresentarem contextos sócio-históricos

diferentes entre si e por percebermos, nessas duas comunidades, uma tendência ao não uso do artigo definido nos contextos investigados.

Serra Talhada apresenta grande desenvolvimento econômico na região do sertão do Pajeú, e Carnaíba apresenta a menor renda per capita da região. Segundo o censo de 2014 do IBGE, Carnaíba possui uma população de 18.574 habitantes e uma área de 427,802 km². Além disso, é considerada uma cidade “pacata” da região do sertão do Pajeú, sendo a agropecuária o setor econômico de destaque. Na agricultura, o município tem como seus principais produtos: feijão, castanha de caju, mandioca e goiaba. Em Carnaíba, não há instituições de ensino superior, o que acaba por facilitar a migração dos estudantes para outras cidades da região, como, por exemplo, Serra Talhada e Afogados da Ingazeira.

Localizada em posição estratégica, no cruzamento das estradas de acesso à Paraíba, Bahia e ao Ceará, Serra Talhada é a segunda cidade mais desenvolvida economicamente do Sertão de Pernambuco e o principal município da Mesorregião do Sertão pernambucano. Segundo os dados do IBGE de 2015, possui uma população estimada em 84.352 mil habitantes e uma faixa territorial de 2.965 km². É um importante município na região do Pajeú, recebendo diariamente indivíduos pertencentes a outras localidades do país, por ser um importante polo de saúde, educação e comércio.

Para a realização deste estudo, controlamos, como variável dependente, a presença *versus* ausência do artigo nos contextos de possessivos pré-nominais e antropônimos. As variáveis independentes controladas foram de duas naturezas: (i) variáveis linguísticas – função sintática do SN, tipo de preposição que encabeça o SN, *status* informacional do SN (informação nova ou velha no discurso), pessoa (do pronome possessivo), referência do nome próprio (se refere a uma entidade do mundo real ou personagem), intimidade do enunciador com o referido pelo SN; (ii) variáveis extralinguísticas – sexo (masculino e feminino), faixa etária (faixa 1 – 06 a 17 anos; faixa 2 – 18 a 35 anos; faixa 3 – acima de 35 anos), escolaridade (fundamental, médio e superior)¹.

¹ A faixa etária 1 (6 a 17 anos) foi delimitada levando-se em consideração outras duas características: corresponde à faixa etária de indivíduos que ainda não foram inseridos no mercado de trabalho e que se encontravam dentro do nível de escolaridade do ensino fundamental (completo e incompleto). Essas outras características poderiam ser discutidas enquanto variáveis com potenciais de atuação na variação do fenômeno, no entanto, isso não foi verificado, principalmente pelo fato de as variáveis extralinguísticas não terem sido selecionadas como significativas. Deixaremos a discussão pormenorizada para outro trabalho, considerando o espaço de que dispomos neste artigo.

Neste trabalho, no entanto, iremos centrar a discussão nos resultados alcançados para as variáveis linguísticas selecionadas por terem sido as mais relevantes no condicionamento da variação.

Para nossa análise, consideramos as funções sintáticas dos SNs, conforme apresentado abaixo:

(1) Função de sujeito

- a. **Pedrin** briga comigo (...)(Inf10-CA)
- b. **Minha mãe** não deixa eu dormir aqui (Inf10-CA)

(2) tópico

- a. **Fábio**, ele sempre foi muito inteligente. (Inf4-CA)
- b. **Meu pai**, ele era pedreiro. (Inf19-CA)

(3) Adjunto de nome

- a. Eu fui pro aniversário ontem, na casa de **Raimundo** (Inf10-CA)
- b. A gente sempre tá indo se divertir no sítio de **minha tia** (...) (Inf13-CA)

(4) Antitópico

- a. (...) minha professora de biologia, **Gorete**, eu gostava muito dela. (Inf304-CA)
- b. Alexandre, **meu filho**, tem essa loja aí. (Inf4-CA)

(5) Objeto direto

- a. Eu levaria **Letícia** e minha amiga. (Inf25-CA)
- b. Eu sempre esperava **minhas amigas** terminar a prova primeira pra pegar fila. (Inf12-CA)

(6) Objeto indireto

- a. Os meninos não confiam em **Jorge**, porque ele é ruim. (Inf10-CA)
- b. Eu confio em **meus amigos**. (Inf23-CA)

Abaixo apresentamos o *ranking* das variáveis selecionadas pelo GoldvarbX de acordo com a ordem da maior para a menor significância:

Quadro 1: Variáveis linguísticas significativas no condicionamento da realização do artigo

Cidade analisada	Contexto linguístico	
	Antropônimos	Possessivos pré-nominais
Carnaíba	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de preposição • Função sintática • SN isolado • Referência do antropônimo 	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de preposição • Função sintática • SN isolado

Serra Talhada	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de preposição • Função sintática • SN isolado • Referência do antropônimo 	<ul style="list-style-type: none"> • Contexto preposicionado • Tipo de preposição • Função sintática • SN isolado
---------------	---	---

Observamos que, para os contextos de antropônimos, as variáveis tipo de preposição e função sintática foram aquelas que mais condicionaram a variação na realização do artigo. Por sua vez, no contexto com pronome possessivo, o tipo de preposição, o contexto preposicionado e a função sintática foram os mais relevantes. De maneira geral, observamos, então, que a variação está fortemente condicionada pela função sintática e pela natureza da preposição.

Delineado o escopo da nossa pesquisa, passamos a discutir os resultados.

4 Resultados da pesquisa

A tabela abaixo apresenta os resultados em termos percentuais da ocorrência de artigos definidos diante de possessivos e de antropônimos nos dados de fala dos dois municípios selecionados:

Tabela 4: Resultado geral de ocorrência de artigos definidos

Município	Ocorrência de artigo diante de possessivo pré-nominal (%)	Ocorrência de artigo diante de antropônimo (%)	Total de ocorrência de artigo considerando os dois contextos (%)
Carnaíba	23%	15%	17%
Serra Talhada	28%	9%	17%

Fonte: dados da pesquisa

Percebemos, com base nos percentuais acima, que a frequência de artigos diante de possessivos é um pouco maior que a frequência de ocorrência diante de antropônimos. Os dados apontam para uma mesma tendência: preferência pelo não uso do artigo definido nos contextos analisados.

Nas seções, a seguir, iremos discutir os resultados, por município, em relação à atuação das variáveis função sintática e tipo de preposição, a fim de apresentarmos a tabela da

atuação desses fatores na variação encontrada.

4.1 Resultados para o município de Carnaíba

Na tabela abaixo, apresentamos os resultados para a variação na realização do artigo definido de acordo com a função sintática, no município de Carnaíba. São apresentadas apenas as funções que se apresentaram como relevantes para análise:

Tabela 5: Resultado da variável função sintática no contexto de antropônimo em Carnaíba

Função	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Sujeito</i>	2/39	5	37/39	95	0,41
<i>Tópico</i>	2/14	14	12/14	86	0,64
<i>Antitópico</i>	1/42	2	41/42	98	0,30
<i>Objeto Direto</i>	5/42	12	37/42	88	0,50
<i>Objeto Indireto</i>	8/40	20	32/40	80	0,49
<i>Adjunto de nome</i>	39/85	46	46/85	54	0,84
<i>Complemento nominal</i>	8/169	5%	161/169	95	0,32
<i>Predicativo</i>	8/57	14	49/57	86	0,60

Fonte: dados da pesquisa

Os resultados referentes ao P.R mostram a significância da função de adjunto de nome para a realização de artigo definido diante de antropônimo. Essa função sintática apresentou um P.R de 0,84. As funções de tópico e de predicativo, embora com pesos com números distantes de 0,84, também apareceram como favorecedoras da realização do artigo. Considerando o alto índice do P.R. para a função de adjunto adnominal, resta-nos verificar se de fato é a própria função sintática que favorece a ocorrência do artigo ou se é o fato de o contexto ser regido por preposição.

Chamamos, também, a atenção para aquelas funções que não favoreceram a realização

do artigo como é o caso das funções sintáticas de: sujeito, antitópico e complemento de nome, todas com porcentagem e P.R inferior ao nível de neutralidade. A função de antitópico é altamente inibidora do artigo, devido a seu caráter específico, o que justifica seu P.R. baixo. Já o P.R da posição de sujeito segue a variante predominante da comunidade. Observamos também que a função sintática de objeto direto permaneceu exatamente no ponto neutro, isto é, obteve um P.R de 0,50.

Vejamos agora os resultados para os contextos de possessivo, considerando a função sintática, em Carnaíba:

Tabela 6: Resultado da variável função sintática no contexto de pronome possessivo em Carnaíba

Função	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Sujeito</i>	11/58	19	47/58	81	0,59
<i>Tópico</i>	4/12	33	8/12	67	0,28
<i>Antitópico</i>	1/8	12,5	7/8	87,5	0,12
<i>Objeto Direto</i>	14/63	22	49/63	78	0,70
<i>Objeto Indireto</i>	19/39	49	20/39	51	0,75
<i>Adjunto de nome</i>	17/91	19	74/91	81	0,32
<i>Complemento de nome</i>	1/22	4,5	21/22	95,5	0,23

Fonte: dados da pesquisa

De fato, observamos que a função sintática de objeto direto e a de objeto indireto são as funções que aparecem como significativas, sendo a última a que mais favoreceu a realização do determinante diante do pronome possessivo tanto no que concerne à frequência em porcentagem (49%), quanto no que diz respeito ao P.R (0,75).

Olhando agora para o P.R de cada fator, notamos que o maior peso é o da função sintática de objeto indireto, com 0,75, seguida da função de objeto direto, com 0,70. Se, por um lado, a função de objeto direto e indireto, e a função de sujeito contribuem para a

realização do artigo em Carnaíba; por outro, as funções sintáticas de antitópico, adjunto adnominal, complemento e tópico são as que menos favorecem a ocorrência.

A seguir, discutimos os resultados para o município de Serra Talhada e, conforme será apresentado, a tendência será bastante semelhante à observada no município de Carnaíba, em relação às funções sintáticas que mais condicionam o uso do artigo.

4.2 Resultados para Serra Talhada

Na tabela abaixo apresentamos os resultados quantitativos de ocorrência de artigo diante de antropônimo, de acordo com a função sintática, no município de Serra Talhada:

Tabela 7: Resultado da variável função sintática no contexto de antropônimo em Serra Talhada

Função	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Sujeito</i>	4/56	7	52/56	93	0,57
<i>Tópico</i>	1/43	2	42/43	98	0,30
<i>Antitópico</i>	3/45	7	42/45	93	0,52
<i>Objeto Direto</i>	4/46	9	42/46	91	0,63
<i>Objeto Indireto</i>	2/29	7	27/29	93	0,29
<i>Adjunto de nome</i>	19/56	34	37/56	66	0,87
<i>Complemento de nome</i>	4/66	6	62/66	94	0,26
<i>Predicativo</i>	4/54	7	50/55	93	0,56

Fonte: dados da pesquisa

A tabela 7 mostra os resultados apresentados pelo GoldVarb X. Como podemos perceber, todas as funções sintáticas desfavorecem fortemente a realização do artigo na comunidade analisada, com exceção da função de adjunto de nome que apresenta uma porcentagem de 34% de ocorrência de artigo, contra 66% de ausência e um P.R. de 0,87. A que menos favorece é a função de tópico, que apresenta apenas 2% de realização do artigo

diante do antropônimo.

Mas não foi apenas o adjunto que apareceu como condicionante à ocorrência de artigo. Segundo o GoldVarb X, a função sintática de objeto direto apresenta um P.R de 0,63. Outra função sintática que teve destaque foi a de sujeito, com P.R de 0,57, seguida da função de predicativo, com 0,56 de P.R.

Ainda com relação aos resultados expostos na tabela 7, notamos que, ao passo que o adjunto apresentou P.R superior a 0,5, funções sintáticas como: tópico, objeto indireto e complemento apresentam pesos inferiores ao ponto neutro. Segundo o programa, dessas funções, a que menos favorece a realização do determinante é a posição de complemento nominal, apresentando P.R de 0,26.

Novamente, precisamos verificar se há interferência da preposição, na função sintática de adjunto adnominal, na realização do artigo diante de antropônimo no município de Serra Talhada, o que faremos na seção seguinte.

Abaixo, apresentamos os resultados para os dados do município de Serra Talhada, dos contextos com pronomes possessivos, de acordo com a função sintática:

Tabela 8: Resultado da variável função sintática no contexto de pronome possessivo em Serra Talhada

Função	Presença		Ausência		P.R
	Nº	%	Nº	%	
<i>Sujeito</i>	13/76	17	63/76	83	0,43
<i>Tópico</i>	15/41	37	26/41	63	0,56
<i>Antitópico</i>	4/37	11	33/37	89	0,28
<i>Objeto Direto</i>	11/35	31	24/35	67	0,58
<i>Objeto Indireto</i>	15/33	45,5	18/33	54,5	0,79
<i>Adjunto de nome</i>	22/89	25	67/89	76	0,38
<i>Complemento de nome</i>	21/40	52,5	19/40	86	0,69



<i>Predicativo</i>	4/26	15	22/26	85	0,46
--------------------	------	----	-------	----	------

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com o resultado oferecido pelo GoldVarb X, observamos que as funções sintáticas que tiveram seus resultados em posição superior ao ponto neutro foram as posições de: complemento nominal, objeto indireto, objeto direto e tópico. As que obtiveram P.R inferior ao ponto de 0,5 foram: sujeito, adjunto, predicativo e antitópico. Isso quer dizer que, das oito funções sintáticas analisadas, quatro oferecem um efeito favorável à realização do artigo diante do contexto em análise.

Das que são consideradas condicionantes para a realização do artigo, a função de complemento nominal é uma das que mais influencia tanto em sua percentagem (64%) quanto em seu P.R (0,69). Em seguida, vem o objeto indireto que apresenta uma percentagem de 45,5% de realização do artigo e um P.R de 0,79. A propósito, o P.R da função de objeto indireto coloca-a como sendo a função sintática com o maior efeito no município analisado. Isso quer dizer que, quando o possessivo apresenta uma função sintática de objeto indireto, há maiores chances de esse mesmo possessivo vir acompanhado de artigo.

Assim como fizemos para o contexto de antropônimo, vamos chamar a atenção para os P.Rs das funções sintáticas de tópico e objeto direto, principalmente, para este último. Essas funções, com o peso de 0,56 e 0,58, respectivamente, estão mais próximas do resultado da função sintática de predicativo do que do valor obtido pelo complemento nominal e o objeto indireto. Isso, talvez, possa servir como argumento para salientarmos que essas duas funções sintáticas não são tão significativas assim, uma vez que não se distanciam muito do ponto de neutralidade oferecido pelo programa.

As funções sintáticas que menos favoreceram a realização do artigo em nosso *corpus* foram antitópico, com P.R de 0,29, adjunto, com P.R de 0,38, e sujeito, com P.R de 0,43.

Na seção seguinte, iremos apresentar os resultados do cruzamento de variáveis para verificar se aquelas funções sintáticas introduzidas por preposição (adjunto adnominal, objeto indireto etc.) foram, de fato, os fatores condicionadores da realização do artigo definido ou se a preposição teria exercido esse papel.

4.3 Cruzamentos das variáveis linguísticas significativas

Como já mencionamos, algumas variáveis nos deixaram em dúvida sobre sua real influência na realização do artigo definido, como, por exemplo, as funções de adjunto adnominal e objeto indireto. Diante disso, dedicamos esta seção à verificação da possível interferência do contexto preposicionado. Para tanto, utilizamos o recurso do cruzamento de variáveis oferecido pelo programa GoldVarb X.

4.3.1 Cruzamento das variáveis: tipo de preposição e função sintática em Carnaíba para o contexto de antropônimo

Na tabela 9, a seguir, podemos ver os resultados obtidos com o cruzamento das variáveis função sintática e tipo de preposição:

Tabela 9: Cruzamento das variáveis tipo de preposição e função sintática para o contexto de antropônimo em Carnaíba

Função sintática		Tipo de preposição			
		DE		COM	
		Freq.	%	Freq.	%
Objeto Indireto	Com art.	7/30	23	-	-
	Sem art.	23/30	77	6/6	100
Adjunto de nome	Com art.	21/32	66	1/5	20
	Sem art.	11/32	34	4/5	80
Complemento de nome	Com art.	2/7	29	-	-
	Sem art.	5/7	71	-	-

Fonte: dados da pesquisa

O cruzamento entre as duas variáveis foi necessário para que pudéssemos verificar se há interferência do tipo de preposição na função sintática. Pudemos perceber que apenas as funções sintáticas de objeto indireto, adjunto de nome e complemento nominal sofreram interferência da preposição para a realização do artigo. A interferência na realização acontece principalmente na função sintática de adjunto adnominal.

É possível percebermos o quanto a preposição “de” parece interferir na realização do artigo quando o SN com antropônimo apresenta a função sintática de adjunto adnominal, pois houve uma ocorrência de 66% de realização, contra 34% de não uso do artigo. Com a preposição “com”, o número de ocorrência foi mais baixo, apenas 20%. Tal resultado nos revela que, pelo que parece, o que acaba por favorecer é o fato de se ter uma preposição do

tipo aglutinadora nessa posição e não somente o fato de ser um adjunto.

Como vimos, outra função sintática favorecedora do uso do artigo definido foi a de objeto indireto. Observando a tabela 9, verificamos que, quando o objeto indireto é acompanhado pela preposição “de”, a interferência desta sobre a frequência total de realização do artigo é de 23%, uma interferência baixa, se comparada àquela observada no contexto de adjunto adnominal.

A função sintática que mais favoreceu o uso do artigo diante de antropônimo, em Carnaíba, foi a de adjunto adnominal (cf. tabela 5). Nessa função, o condicionamento da preposição “de” foi bastante significativo no favorecimento da realização do artigo, mais do que para a função de objeto indireto.

4.3.2 Cruzamento das variáveis: tipo de preposição e função sintática em Carnaíba para o contexto de possessivo

Apresentaremos abaixo o resultado obtido com o cruzamento das variáveis função sintática e tipo de preposição, nos dados de Carnaíba, para os contextos de possessivo:

Tabela 10: Cruzamento das variáveis tipo de preposição e função sintática no contexto de pronome possessivo em Carnaíba

Função sintática		Tipo de preposição					
		COM		EM		DE	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Sujeito	Com art.	-	-	1/1	100	1/1	100
	Sem art.	-	-	-	-	-	-
Tópico	Com art.	-	-	3/4	75	-	-
	Sem art.	-	-	1/4	25	-	-
Antitópico	Com art.	-	-	-	-	1/2	50
	Sem art.	-	-	-	-	1/2	50
Objeto Indireto	Com art.	5/17	29	2/2	100	12/12	100
	Sem art.	12/17	71	-	-	-	-
Adjunto de nome	Com art.	4/31	13	6/6	100	6/10	60
	Sem art.	27/31	87	-	-	4/10	40
Complemento de nome	Com art.	-	-	-	-	-	-
	Sem art.	1/1	100	-	-	1/1	100

Fonte: dados da pesquisa

A função de objeto indireto, que foi a que mais favoreceu o uso de artigo definido, sofre interferência de todos os três tipos de preposição, sendo mais sensível à preposição “de”,

uma vez que, em todas as 12 ocorrências de objeto indireto acompanhado com a preposição “de”, o artigo foi realizado. O mesmo aconteceu com a preposição “em”. Todavia, esta última tem um número mais baixo de ocorrência, apenas 2. Já a preposição “com” também parece interferir na realização do artigo quando se tem um objeto indireto.

A seguir, discutimos o cruzamento dos dados de Serra Talhada, a fim de verificarmos se também haverá uma correspondência de interferência da preposição com a função sintática.

4.3.3 Cruzamento das variáveis: tipo de preposição e função sintática para o contexto de antropônimo em Serra Talhada

Abaixo apresentamos os resultados para os contextos de antropônimos a partir do cruzamento da função sintática com o tipo de preposição:

Tabela 11: Cruzamento das variáveis tipo de preposição e função sintática no contexto de antropônimo em Serra Talhada

Função sintática		Tipo de preposição			
		DE		COM	
		Freq.	%	Freq.	%
Sujeito	Com art.	2/2	100	-	-
	Sem art.	-	-	-	-
Antitópico	Com art.	-	-	-	-
	Sem art.	3/3	100	-	-
Objeto Indireto	Com art.	1/18	6	1/1	100
	Sem art.	17/18	94	-	-
Adjunto de nome	Com art.	12/18	67	-	-
	Sem art.	6/18	33	2/2	100
Complemento de nome	Com art.	1/8	12	-	-
	Sem art.	7/8	88	1/1	100
Predicativo	Com art.	-	-	1/1	100
	Sem art.	3/3	100	-	-

Fonte: dados da pesquisa

A tabela acima mostra o cruzamento das funções sintáticas com os tipos de preposição encontrados em nosso *corpus*. Pelo que podemos ver, a única função que não sofre interferência das preposições são as de tópico e de objeto direto; as demais são afetadas, mesmo que minimamente, por uma das preposições encontradas. Nesse sentido, destacamos que a função sintática que se mostra sensível é, realmente, a de adjunto.

O resultado do cruzamento mostra uma porcentagem de 67% de ocorrência de artigo

definido quando o adjunto vem acompanhado pela preposição “de”, preposição que carrega consigo o traço [+aglutinante]. A preposição “com”, por sua vez, não foi aglutinante e, talvez, por essa razão, não tenha interferido na função sintática de adjunto do nome.

Da mesma forma como ocorreu com os dados de Carnaíba, a função sintática em que se observou mais ocorrência de artigo diante de antropônimo foi a de adjunto adnominal também para Serra Talhada (ver tabela 7) e, para essa função, observamos uma significativa interferência da preposição aglutinante “de”.

A seguir, discutimos o que ocorre nos dados de Serra Talhada para os contextos de pronomes possessivos.

4.3.4 Cruzamento das variáveis função sintática e tipo de preposição para o contexto de possessivos em Serra Talhada

A tabela abaixo apresenta o cruzamento da função sintática e tipo de preposição para os contextos de possessivos pré-nominais nos dados de Serra Talhada:

Tabela 12: Cruzamento das variáveis tipo de preposição e função sintática no contexto de pronomes possessivos em Serra Talhada

Função sintática		Preposições									
		COM		DE		EM		POR		PARA	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Sujeito	Com art.	-	-	1/2	50	1/1	100	-	-	-	-
	Sem art.	2/2	100	1/2	50	-	-	-	-	-	-
Tópico	Com art.	4/4	100	1/3	33	4/6	67	-	-	-	-
	Sem art.	-	-	2/3	67	2/6	33	-	-	-	-
Antitópico	Com art.	-	-	2/2	100	-	-	-	-	-	-
	Sem art.	2/2	100	-	-	-	-	1/1	100	-	-
Objeto Direto	Com art.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sem art.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Objeto Indireto	Com art.	4/10	40	5/7	71	1/1	100	-	-	-	-
	Sem art.	6/10	60	2/7	29	-	-	-	-	-	-
Adjunto de	Com	5/39	13	9/15	60	4/6	67	-	-	½	50



nome	art.										
	Sem art.	34/39	87	6/15	40	2/6	33	-	-	½	50
Compl. de nome	Com art.	2/5	40	16/22	73	-	-	-	-	-	-
	Sem art.	3/5	60	6/22	27	1/1	100	-	-	-	-
Predicativo	Com art.	1/1	100	1/1	100	-	-	-	-	-	-
	Sem art.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: dados da pesquisa

Verificamos, na tabela acima, que houve condicionamento na realização do artigo quando o pronome possessivo pré-nominal está desempenhando a função sintática de objeto indireto, complemento nominal e adjunto adnominal e a preposição que as introduz é aglutinadora. A preposição “de” interferiu nessas três funções sintáticas.

Em suma, os resultados apontam para uma tendência a não realização do artigo definido nos contextos analisados (possessivos pré-nominais e antropônimos) nos dois municípios. Apesar disso, nos dados em que há ocorrência do artigo, as variáveis significativas para tal favorecimento foram a função sintática e o tipo de preposição. As funções sintáticas que mais favoreceram o uso do artigo, nos dois contextos sintáticos, foram as encabeçadas por preposição, adjunto adnominal e objeto indireto. Um cruzamento das variáveis mais significativas permitiu observarmos que de fato é o contexto de preposição aglutinante que mais favorece a ocorrência do artigo nessas comunidades. Desconsiderando-se esse contexto, o número de ocorrência de artigos passa a ser muito pouco expressivo.

5 Considerações finais

Neste artigo, apresentamos uma análise da frequência de uso do artigo definido diante dos contextos de possessivo pré-nominal e de antropônimos em dados de língua falada coletados em duas cidades localizadas no sertão pernambucano, Carnaíba e Serra Talhada. Nosso objetivo foi o de contribuir com um mapeamento sobre a variação na realização *versus* não realização do artigo nesse contexto, tendo em vista que se trata de um fenômeno que sinaliza para uma diferença diatópica.

A análise apresentada permitiu-nos observar uma baixa frequência de uso do artigo,



sugerindo que, nas cidades estudadas, a tendência é não utilizar o artigo definido diante de possessivo e diante de antropônimo. Os resultados encontrados são diferentes daqueles encontrados em outras comunidades localizadas mais ao Sul e Sudeste do país, onde a tendência é a de realização do artigo. Não obstante, a frequência encontrada é diferente também da observada em Recife, capital do estado pernambucano, no estudo realizado por Callou e Silva (1997), pois a frequência é ainda mais baixa nos municípios localizados na região do sertão pernambucano.

Cabe ressaltarmos aqui que os dados analisados por Callou e Silva (1997) são provenientes do Projeto NURC e, por isso, o perfil dos informantes (todos universitários) é distinto do perfil dos informantes cujos dados foram analisados nesta pesquisa. Todavia, como a variável *escolaridade* não se apresentou significativa em nossa análise, acreditamos que, por isso, tal variável não deve ter sido o fator que levou os dados de Recife a terem uma frequência maior de uso do artigo.

Observando as variáveis apontadas como significativas para o condicionamento do uso do artigo, verificamos que contextos preposicionados, principalmente aqueles com preposição aglutinadora, foram os que favoreceram o uso do artigo.

A tendência a não realização do artigo nas comunidades analisadas corresponde a um uso mais conservador, principalmente, se comparamos ao aumento gradativo de uso do artigo nos contextos analisados, que ocorreu diacronicamente na variedade europeia do português.

Este trabalho aponta, então, para duas questões de futuras investigações, a saber: a) por que preposições aglutinadoras favorecem o aparecimento do artigo, mesmo em comunidades onde o artigo é evitado, como as aqui analisadas, e b) que fatores têm favorecido o uso maior do artigo em uma comunidade do que em outra.

Para respondermos à primeira questão, faz-se necessário um estudo sobre o processo de aglutinação da preposição com artigo no português a fim de compreendermos melhor a natureza sintático-semântica desse processo.

Um maior mapeamento sobre o uso do artigo em diferentes comunidades brasileiras permitirá compreender melhor as diferenças diatópicas no nível morfossintático, em relação ao fenômeno, podendo, também, contribuir para a história do PB, no sentido de que permitirá

observar aquelas comunidades em que persistem formas mais conservadoras e aquelas em que o uso do artigo diante de antropônimos e possessivos é quase ou totalmente categórico.

6 Referências

- CALLOU, D.; SILVA, G. M. O. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, D. da (org.) *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Ideia, 1997.
- CASTRO, A. *On Possessives in Portuguese*, 2006, 396f., (Dissertação de Mestrado em Linguística), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- FLORUPI, S. A. *Estudo da variação do determinante em sintagmas nominais possessivos na história do português*. 2008, 271f., (Tese de Doutorado em Linguística), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- GUY, G. R; ZILLES, A. *Sociolinguística quantitativa – instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- MAGALHÃES, T. M. V. O uso de artigo definido diante de pronome possessivo em textos portugueses do século XVI a XIX. In: SEDRINS, A. P. et.al (org.). *Por amor à linguística: miscelânea de estudos linguísticos dedicados à Maria Denilda Moura*. Maceió: EDUFAL, 2012. p. 229-246.
- SILVA, G. M. de O. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. In: SILVA, G. M. de O.; SCHERRE, M. M. P. (Org.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.
- SILVA, G. M. de O. *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro*. 1982, (Tese de Doutorado em Linguística), Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Recebido em: 15/05/2017

Aceito em: 19/08/2017



A VARIAÇÃO SINTÁTICA DO ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE ANTROPÔNIMOS EM ABRE CAMPO E MATIPÓ: DADOS DE LÍNGUA ESCRITA PRETÉRITA

THE SYNTACTIC VARIATION OF A DEFINITE ARTICLE BEFORE ANTHROPNYMS IN ABRE CAMPO AND MATIPÓ: PAST WRITTEN LANGUAGE DATA

Andréia Almeida Mendes

RESUMO

Objetivou-se entender por que duas localidades da Zona da Mata Mineira – Abre Campo e Matipó – apesar de vizinhas limítrofes, possuem padrões divergentes de fala no que diz respeito à ausência ou à presença de artigo definido diante de antropônimos; para tanto, realizou-se uma análise com base em atas, escrituras e testamentos das referidas cidades em três intervalos de tempo determinados entre o período de 1875 a 1950, com o intuito de levantar hipóteses acerca da origem do padrão de cada localidade. Acreditou-se que o padrão encontrado em Almeida Mendes (2009) tivesse se instalado desde o período de colonização destas duas localidades. Os pressupostos teóricos de Bynon (1977) e Labov (1994) foram adotados, segundo os quais a Linguística Histórica necessita investigar e descrever como as mudanças ocorrem ou como o sistema linguístico preserva uma estrutura. Ao todo, foram analisados 2.705 dados que permitiram concluir que o padrão de uso de artigo definido nesse contexto se diferenciou no decorrer dos anos, contrariando a hipótese inicial.

PALAVRAS-CHAVE: Artigo Definido; Antropônimos; Língua Escrita Pretérita.

ABSTRACT

The objective of this study was to understand why two closely related and bordering areas of the Zona da Mata Mineira - Abre Campo and Matipó - have divergent patterns of speech regarding the absence/presence of the definite article before anthroponyms. The research examined proceedings, title deeds and testaments registered in these two towns in three time periods from 1875 to 1950 in order to propose hypotheses regarding the origin of this pattern in each town. We believe that the pattern found in Almeida Mendes (2009) was installed at the colonization period of these two locations. This research is based on the theoretical propositions of Bynon (1977) and Labov (1994), according to which Historical Linguistics must investigate and describe how changes take place or how the linguistic system preserves a structure. In all, 2,705 data were analyzed, enabling us to conclude that the pattern of the definite article usage in this context differed over the years, contrary to the initial hypothesis.

KEYWORDS: Definite Article; Anthroponym; Past Written Language

1. Introdução

Considerando o “pressuposto teórico de que a variação linguística não é aleatória”, sendo fundamental identificar “conjuntos de circunstâncias linguísticas e sociais (restrições)



que tendem a favorecer o uso de uma ou outra variante [...]” (NARO e SCHERRE, 2008, p. 148), este artigo vem analisar o padrão de uso de artigo definido diante de antropônimos em atas, escrituras e testamentos das referidas cidades em três intervalos de tempo determinados entre o período de 1875 a 1950, com o intuito de levantar hipóteses acerca da origem do padrão de cada localidade.

Pretendeu-se entender, através desta análise, por que duas localidades tão próximas, que têm o português como língua oficial, situadas na zona da Mata de Minas Gerais – Abre Campo e Matipó – distantes por apenas 22 quilômetros, apresentam padrões divergentes no que diz respeito à ausência e à presença de artigo definido diante de antropônimos. Para tanto, partiu-se da hipótese de que o padrão encontrado em Almeida Mendes (2009 e 2015), segundo o qual a cidade de Abre Campo apresenta a fala de seus moradores marcada pela prevalência de artigo definido diante de antropônimos e de que a cidade de Matipó apresenta a fala de seus moradores marcada pela presença de artigo definido nesse mesmo contexto, também se mantivesse nos textos de língua escrita pretérita dessas duas localidades.

Acreditou-se que a divergência encontrada no português falado fosse reflexo de padrões distintos de uso de artigo definido diante de antropônimos já estabelecidos desde o período de colonização das duas localidades. Dessa forma, a análise aqui apresentada, contemplando dados de língua pretérita do português, foi realizada com o intuito de se verificar se o padrão de uso de artigo diante de antropônimos nas duas localidades sempre foi diferente ou se apenas depois de uma determinada época que esse padrão se diferenciou.

2. Pressupostos teóricos

Cabe à Linguística Histórica investigar e descrever “o modo pelo qual as línguas mudam ou mantêm sua estrutura através do tempo” (BYNON, 1986, p.1). Desse modo, para essa autora, é possível abstrair a estrutura gramatical da língua de cada período dos documentos analisados. Seguindo o princípio uniformitário, “as forças que operaram para produzir o documento histórico são as mesmas que podem ser vistas em ação hoje” (LABOV, 1975 *apud* TARALLO, 1990, p.62).

Dois princípios são norteadores na hora de se explicar esse uso do passado/presente para elucidar o presente/passado: primeiro, os fatores que produziram o registro do documento histórico são iguais aos que podem ser observados operando até hoje; segundo, um elemento da estrutura linguística só será entendido quando entendemos como ele foi constituído. Esses princípios originam-se de constantes da fisiologia e da psicologia humana, das relações com a comunidade de fala e do seu encaixamento em uma matriz linguística situada no tempo e no espaço. (LABOV, 2001).

A concepção de mudança, formulada por Labov (1994), segue, em essência, a doutrina de uniformitarismo – oposta à teoria da catástrofe – segundo a qual todos os fenômenos geológicos podem ser explicados como resultante de processos que operam de maneira uniforme. Essa teoria, tomada de empréstimo à geologia, teve como seu precursor, na linguística, William Dwight Whitney (1967, *apud* Labov, 1994) tendo influenciado significativamente a corrente neogramática (LEITE, CALLOU e MORAES, 2003, p.2).

Esse princípio uniformitário torna-se uma pré-condição essencial para a reconstrução histórica e para o uso do presente para explicar o passado, por permitir, através da observação dos processos linguísticos que estão em curso, aqueles que já operaram no passado (LEITE, CALLOU e MORAES, 2003). Vários estágios variáveis e mudanças que aconteceram (tempo real) ou que estão em curso (tempo aparente) são evidenciados através dessa articulação entre presente e passado. Segundo Labov (1994, p.23), esse princípio representa “as suposições de todas as investigações futuras”, mas, ao mesmo tempo, está ciente do alcance de sua capacidade explicativa. Dependendo esse princípio da base fisiológica da língua, ele deve estar correto uma vez que não há indicações de diferenças entre o passado e o presente linguístico nesse aspecto; mas, se considerarmos o princípio uniformitário, notaremos que ele é mais problemático, pois ao se considerar as diferenças sociais veremos que a possibilidade de limitação é sempre maior (LABOV, 1994, p. 23).

A partir daí, pode-se realizar suposições que são necessárias ao trabalho, como bem afirmou Labov (1994), necessitando, assim de se voltar a atenção justamente para as limitações dessas suposições. Realiza-se, assim, afirmações metodológicas necessárias para se proceder à análise do passado e não se afirmam verdades categóricas ao se asseverar que os processos que operam agora podem explicar os acontecimentos do passado.

Segundo essa teoria de Labov (1994), “é possível captar mudanças através da análise distribucional-quantitativa de variáveis em diferentes faixas etárias, análise essa que se

convencionou chamar de distribuição em tempo aparente” (LEITE; CALLOU; MORAES, 2003, p. 3). Como não há como recuperar a língua falada há tanto tempo atrás, esse estudo pode ser realizado com base em textos escritos em prosa que reflitam o vernáculo de certo período de tempo (cartas de cunho pessoal, diários e textos teatrais que tenham visado retratar a fala de diferentes camadas sociais da comunidade).

Tarallo (1986) adverte para a dificuldade de se encontrar esses gêneros textuais acima citados e que, por mais que esses gêneros pareçam possuir dados de língua espontânea, haverá sempre o viés da língua escrita; “de um *corpus* sincrônico absolutamente de nível falado, passa-se a um tipo de material diacrônico de análise que, mesmo sendo de natureza distensa, típica da fala, poderia explicar-se como resultado da influência da oralidade na escrita.” (TARALLO, 1986, p. 71).

Cohen (1995), por sua vez, afirma que a língua escrita apresenta um grau de formalidade e normatização maior do que a língua falada, adotando o seguinte posicionamento de Bynon (1986): desde que sejam feitas concessões com relação às convenções estilísticas e ortográficas características da forma escrita, os textos escritos podem assumir sim o papel de representar amostras da língua falada no período em que ela foi escrita.

3. Metodologia

3.1. Constituição do *corpus*

Foi utilizada a metodologia de pesquisa de campo para a execução deste trabalho. O *corpus* foi formado a partir de dados de língua escrita pretérita, mais precisamente de documentos que datam de 1875 a 1950, em três intervalos de tempo (1875 a 1900; 1910 a 1925; 1935 a 1950), ao todo, foram selecionados 145 documentos escritos (atas, escrituras e testamentos notariais e atas), sendo que, destes 145 documentos, 80 eram de Matipó e 65 eram de Abre Campo. Ressalta-se que a escolha desses gêneros textuais ocorreu por eles estarem entre os textos mais antigos encontrados nas localidades e, também, por se acreditar



que, dentre as opções de gêneros textuais que podiam ser obtidas em cartórios, prefeituras e câmara de vereadores (únicos locais em que textos antigos das cidades foram preservados), seriam os que apresentariam uma estrutura sintática menos rígida. Percebeu-se, nesses textos que, geralmente, o seu início e o seu fim eram padronizados devido ao fato de que “os escribas usavam fórmulas tradicionais que passavam de geração a geração e que muitas vezes eles copiavam literal e diretamente de formulários já estabelecidos” (MAIA, 1986, p. 303-304); porém, no decorrer do texto, os autores apresentavam uma linguagem mais próxima da fala, fugindo da rigidez e do formalismo típicos desses gêneros.

Segundo Maia (1986), a língua escrita dos documentos notariais não reflete exatamente a língua do copista ou o falar regional; pois, em muitos casos, essa língua “obedeceria às tradições gráficas que se encontravam em todo o caso acima da realidade fonética local e, por vezes, mesmo regional” (GOSSEN, 1968, p.15-16 *apud* MAIA, 1986, p. 303). Apesar dessa constatação, Maia (1986) relata que algumas formas da língua falada acabam por escapar na transcrição desses documentos, podendo se obter muitos dados e se tirar muitas conclusões. Assim, ao se estudar esses documentos,

não pode conceder-se o mesmo valor às fórmulas feitas e às outras partes dos documentos, mais espontaneamente saídas das mãos do copista e que, por esse motivo, constituem uma base mais segura para um estudo deste gênero (MAIA, 1986, p. 303-304).

Ressalta-se que essa análise se revelou até certo ponto rica, devido ao fato desses gêneros textuais tratarem de textos datados, com indicação de autoria e com referência ao local em que foram escritos, características não tão comuns aos textos antigos. Conforme Maia (1986), embora estes textos apresentem uma unidade linguística manifestada em alguns momentos, a linguagem presente neles também revela algumas tendências e particularidades linguísticas da época, de influências da própria oralidade e do grau de letramento do próprio notário; observando-se que há momentos, nesses textos, em que os copistas redigem fórmulas feitas; porém, em outros momentos, percebe-se a sua produção.

Além disso, por o fenômeno aqui estudado não se tratar de uma variação estigmatizada socialmente, acredita-se que o uso ou não de artigo diante de antropônimos poderia estar abaixo do nível de consciência do copista.

A ideia inicial era trabalhar com cartas pessoais dos moradores das duas localidades, por considerar que esses documentos seriam os ideais, devido à espontaneidade relativa ao

gênero. Porém, não foi encontrado nenhum texto desse gênero no período textual pesquisado. Optou-se, em função disso, em analisar 180 documentos, 90 em cada localidade: 10 documentos de cada gênero textual e época. Porém, adversidades impossibilitaram essa seleção, dentre elas, destacam-se dois grandes incêndios, um no Fórum de Abre Campo, episódio no qual diversos documentos, não só do fórum como também do cartório que ali funcionava, foram incendiados; outro na Prefeitura Municipal de Matipó, incendiando outros documentos mais e outros fatores adversos, tais como enchentes que atingiram documentos. Ressalta-se, ainda, que não há, em nenhuma das duas localidades, um museu ou qualquer outro local destinado a preservar documentos históricos. Além disso, com o decorrer do tempo, o cartório de Matipó perdeu para o Cartório de Abre Campo, comarca de Matipó, o direito de realizar testamentos.

Os quadros (1) e (2) apresentam o número de documentos analisados em cada localidade.

QUADRO 1

Número de documentos históricos de Abre Campo

	Atas	Escrituras	Testamentos
1875 a 1900	1	10	0
1910 a 1925	10	10	7
1935 a 1950	10	10	7

Fonte: ALMEIDA MENDES, 2015, p. 176-177.

QUADRO 2

Número de documentos históricos de Matipó

	Atas	Escrituras	Testamentos
1875 a 1900	10	10	10
1910 a 1925	10	10	10
1935 a 1950	10	10	0

Fonte: ALMEIDA MENDES, 2015, p.177.

Em todo o momento de coleta desses dados, teve-se exata noção do paradoxo causado ao se analisar períodos passados da língua; mas, pela inexistência de amostras de fala espontânea e de textos de língua escrita mais também pontâneos, optou-se pela análise da língua escrita de textos notariais. O que se justifica, pois, segundo Cohen, (1995, p.2), na

impossibilidade de:

testar suas hipóteses com falantes/ouvintes da época em que o texto foi escrito: fará uma descrição sincrônica necessária – e relativamente uniformizada (...). O estudo das mudanças se efetivará, no âmbito leitor/escritor e não no âmbito falante/ouvinte.

Desse modo, a pesquisa teve por base, inicialmente, dados da modalidade oral de fala, coletados nos moldes descritos por Labov (1972 e 1994) e, depois, a coleta de dados de língua escrita pretérita; conseguindo, em função disso, a utilização do presente para explicar o passado e o passado para voltar ao presente, num movimento de vai-e-vem típico dos estudos diacrônicos.

Devido ao “fato de as línguas de períodos anteriores serem tão variáveis, esses períodos, deveriam, a princípio, estarem aptos para o mesmo tipo de análise que utilizamos na dialetologia atual” (MILROY, 1992, p.132). Com base nisso, esses textos selecionados de diferentes autores e de diferentes gêneros nos permitiram identificar variantes do período analisado.

3.2. A coleta dos dados

Todos os documentos de língua escrita pretérita foram obtidos através de visitas aos cartórios, prefeitura e câmara dos vereadores das duas localidades. Na busca de se selecionar 145 documentos, a pesquisadora analisou todos os livros existentes nesses locais que datavam do período em análise. Logo após serem localizados, esses documentos foram reproduzidos e, depois, transcritos. Acreditou-se que o documento que traria consigo maior carga de espontaneidade seriam as atas, devido à rapidez com que é produzida e também pelo fato de que, em algumas atas encontradas na Câmara de Vereadores de Matipó, apesar de assinadas por apenas um secretário, contam com até três caligrafias diferentes durante a redação de um mesmo documento.

3.3. A transcrição dos dados

Para a transcrição desses dados, optou-se por uma edição conservadora, tendo as normas de Cohen (2010, p. 122) por base. Essa escolha se deu, pois se objetivou manter um grau baixo de mediação do editor entre o original e a transcrição, “a fim de preservar a língua da época com sua variação, mesmo ortográfica”, preservando, na medida das possibilidades gráficas, “o *layout* original do fólio, no que diz respeito a colunas, a quebras de linha e de fólio, e a manutenção das abreviaturas.” (COHEN, 2010, p. 122), o que pode ser observado no quadro abaixo:

QUADRO 1

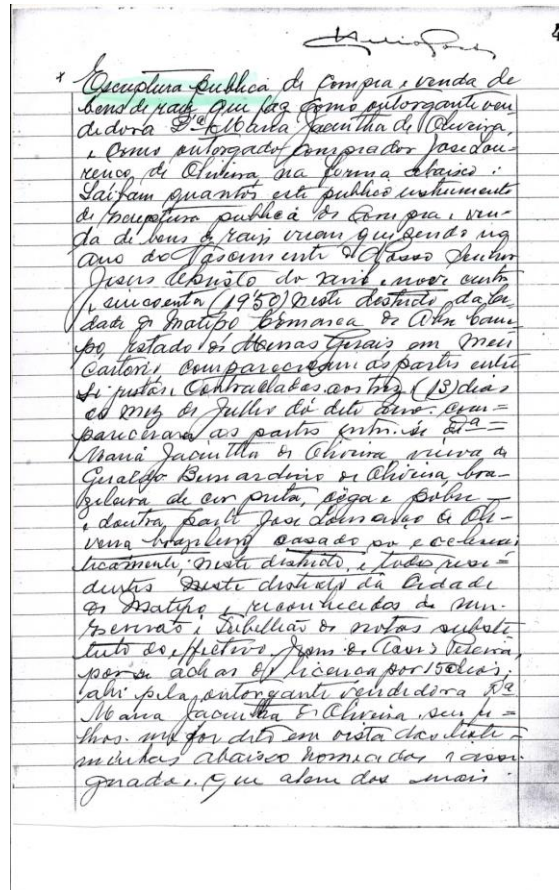
Normas para transcrição de documentos manuscritos

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas serão mantidas na transcrição e desenvolvidas posteriormente em um glossário.
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: deCaboFRio; Embarçaçe; nalingua; sepersipita; em estado deo fazer; Fazendados Padres da Comp ^a .
4. A pontuação original será rigorosamente mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba, será marcado: [espaço]. Exemplo: “que podem prejudicar. [espaço] Osdias passam eninguem comparece”
5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração. Exemplos: Aguas; huã; derão; Mantiquêra;
6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresenta no original. O caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos será considerado relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve ser feita.
7. Eventuais erros de escriba ou do copista serão remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção. Exemplo: “nota 1. Pirassocunda por Pirassonunga”; “nota 2. deligencia por deligencia”; “nota 3. advertinto por advertindo”.
8. Inserções do escriba ou do copista na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada. Exemplo: <fica definido que olugar convencionado é acasa dePedro nolargo damatriz>
9. Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas. Exemplo: “todos ninguem dospresentes assignarom; sahiram sahiram aspressas para oadro”. No caso de repetição que o escriba ou copista não suprimiu, o editor coloca entre colchetes duplos. Exemplo: fugi[[gi]]ram emdireção opaco.
10. Intervenções de terceiros no documento original, devem aparecer no final do documento informando-se localização.
11. Intervenções do editor hão de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem à dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Exemplo: “não deixe passar neste [conjectura] de Areas”.
12. Letra ou palavra não legível por deteriorização justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível].
13. Trecho de maior extensão não legível por deteriorização receberá a indicação [corroídas + 5 linhas]. Se for o caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão ou papel colado em cima, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada.
14. A divisão das linhas no documento original será preservada, bem como a mudança de fólio.
15. Na transcrição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta na margem esquerda. Será feita de maneira por fólio.
16. As assinaturas simples ou as rubricas serão sublinhadas. Os sinais públicos serão indicados entre colchetes. Exemplos: assinatura simples: <u>Antonio Martins Ferr^a</u> ; sinal público: [Bernardo Jose de Lorena].
17. Os fólios serão numerados no canto direito superior da página com o número e a indicação de r (recto) ou v (verso).

Fonte: COHEN, 2010, p. 131.

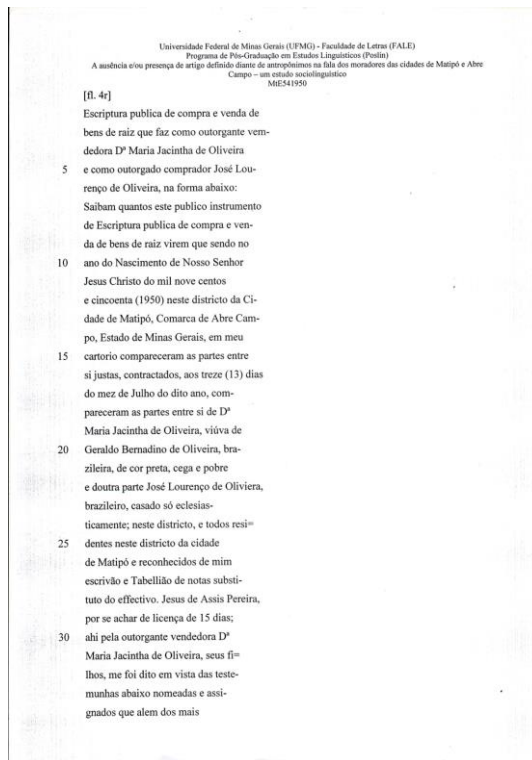
As figuras 1 e 2, abaixo, trazem imagens exemplificando como ocorreu esse processo de transcrição tendo por base o trecho de um dos documentos:

Figura 1: Documento original



Fonte: Cartório de Abre Campo, 1950.

Figura 2: Documento transcrito



Fonte: Cartório de Abre Campo, 1950

Como se pode ver, optou-se por uma transcrição conservadora, objetivando manter um grau baixo de mediação do editor entre o original e a transcrição, com o intuito de preservar a representação ortográfica da época.

3.4. O tratamento dos dados

Inicialmente, os sintagmas nominais não referenciais foram excluídos, selecionando-se somente as ocorrências de antropônimos em posição complementar ao artigo definido. A seguir, todos esses dados selecionados foram submetidos a um programa de análise de dados variáveis similar ao VARBRUL, o Goldvarb (2001), que se apresenta como um recurso similar e, ao contrário do VARBRUL, pode ser utilizado no Windows. Para essa quantificação, foram estabelecidos grupos de fatores que supostamente estariam condicionando a realização da variação da ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimos, tais como: localidade, gênero, faixa etária, circunstância em que o antropônimo é citado, função sintática do antropônimo na sentença, estrutura do sintagma nominal, tipo de

antropônimo, antropônimo como item de enumeração, gênero textual, período de tempo, posição do antropônimo, antropônimo em estrutura de genitivo, antropônimo com qualificativo, grau de intimidade do falante com o referente, gênero do antropônimo.

Em toda pesquisa que se oriente pela Sociolinguística Variacionista, essa etapa de realização de análises quantitativas é imprescindível, porque

[...] possibilita o estudo da variação linguística, permitindo ao pesquisador apreender sua sistematicidade, seu encaixamento linguístico e social e sua eventual relação com a mudança linguística. A variação linguística, entendida com alternância entre dois ou mais elementos linguísticos, por sua própria natureza, não pode ser adequadamente descrita e analisada em termos categóricos ou estritamente qualitativos (GUY; ZILLES, 2007, p.73)

Entretanto, sabe-se que o programa estatístico é apenas um recurso de quantificação de dados e que os números não falam por si. “O progresso da ciência linguística não está nos números em si, mas no que a análise dos números pode trazer para nosso entendimento das línguas humanas” (NARO, 2008, p. 25), ou seja, a pesquisa linguística baseia-se em dados controlados, que refletem a “sistematicidade da estrutura linguística e evita a análise de casos isolados e se fundamenta, também, na quantificação dos dados, que decorre do pressuposto de que o uso de determinada forma linguística reflete diferentes atualizações das regras variáveis” (YACOVENCO, 2002, p. 107).

4. Análise dos dados

Foram extraídos desses textos pretéritos, 2.705 dados, os quais foram, a princípio, quantificados sem que se considerasse o gênero textual a que pertencia o documento, pois se objetivava, inicialmente, analisar o uso ou não de artigo definido em cada uma das localidades pesquisadas. Esse resultado é apresentado na tabela 1:

Tabela 1 - Ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimo nos dados de língua escrita pretérita de Abre Campo e Matipó – resultado geral

Localidade	Abre Campo		Matipó	
	Dados	%	Dados	%



Ausência	1.049	74,7	867	66,6
Presença	355	25,3	434	33,4
Total	1.404	100,0	1.301	100,0

Fonte: ALMEIDA MENDES, 2015, p. 244.

Ao analisar a quantificação geral, verificou-se que, apesar da ausência de artigo definido diante de antropônimos ser a variante predominante nos textos escritos da língua pretérita das duas localidades (74,7% em Abre Campo e 66,6% em Matipó), já se percebia uma pequena tendência a mais uso de artigo definido na cidade de Matipó (33,4%) do que na cidade de Abre Campo (25,3%).

Ao se quantificar separadamente os gêneros textuais, através de rodadas separadas para cada um dos gêneros, registrou-se que: dos 2.705 dados, 621 estavam presentes nas atas, 1.204 estavam presentes nas escrituras e 872 presentes nos testamentos. O resultado da quantificação dessas novas rodadas está presente nas tabelas (2), (3) e (4):

Tabela 2 - Ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimo em Abre Campo e Matipó - atas

Localidade	Abre Campo		Matipó	
	Dados	%	Dados	%
Ausência	139	52,1	233	65,8
Presença	128	47,9	121	34,2
Total	267	100,0	354	100,0

Fonte: ALMEIDA MENDES, 2015, p. 244.

Tabela 3 - Ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimo em Abre Campo e Matipó - escrituras

Localidade	Abre Campo		Matipó	
	Dados	%	Dados	%
Ausência	395	69,5	411	64,6
Presença	173	30,5	225	35,4
Total	568	100,0	636	100,0

Fonte: ALMEIDA MENDES, 2015, p. 245.

Tabela 4 - Ausência ou presença de artigo definido diante de antropônimo em Abre Campo e Matipó - testamentos

Localidade	Abre Campo		Matipó	
	Dados	%	Dados	%



Ausência	513	90,8	223	72,6
Presença	52	9,2	84	27,4
Total	565	100,0	307	100,0

Fonte: ALMEIDA MENDES, 2015, p. 245.

Ao se analisar o resultado obtido através da quantificação das atas, observa-se um registro de artigo definido em 52,1% dos antropônimos, ao passo que 47,9% dos antropônimos não foram articulados. Em Matipó, por sua vez, contrariando a hipótese inicial, registra-se 65,8% de ausência de artigo definido diante de antropônimos e 34,2% de presença. Esse resultado contraria a quantificação geral: em Abre Campo, a presença de artigo definido diante de antropônimos que era, na quantificação geral, de 25,3%, passa a 47,9% na análise dessas atas, o que nos faz considerar que esse gênero textual estaria influenciando no maior uso do artigo definido. Ressalta-se que, dos gêneros analisados, a ata é o único que não possui natureza simplesmente notarial, o que pode ser reflexo de uma menor preocupação com relação ao rigor gramatical e com a estrutura do próprio gênero se relacionados aos textos notariais.

Nas escrituras de Abre Campo, 30,5% das ocorrências foram articuladas, enquanto que 69,5% não apresentaram o artigo definido diante de antropônimos. Nas escrituras de Matipó, por sua vez, 35,4% de ocorrências de antropônimos apresentaram artigo definido e 64,6% de ocorrências de ausência de artigo definido no contexto de antropônimos. Observa-se, através destes dados, uma distribuição bastante harmônica no que diz respeito ao uso do artigo definido diante de antropônimos nas duas localidades com relação no gênero textual escritura.

Ao observar os testamentos, registrou-se, em Abre Campo, um percentual de 90,8% de ausência de artigo definido diante de antropônimos; em contrapartida, apenas 9,2% desses dados foram articulados. Já nos testamentos da cidade de Matipó, por sua vez, 27,6% dos dados apresentaram presença de artigo definido no contexto de antropônimos, enquanto que 72,4% foram realizadas sem artigo definido. Há, nesse gênero, uma tendência maior a se usar artigo definido na cidade de Matipó (27,6%) se comparado à cidade de Abre Campo (9,2%).

Os exemplos 1 e 2 retratam dados obtidos em documentos antigos nas duas localidades:

(1) [...] disse que es-

tando a mesma desfalcada pela falta *do vereador Cap. Antonio Nicoláo* pedia que fosse nomeado *o Dr. Raymundo Brandão*, levantou *o vereador Cap. Liberato de Almeida* e disse que falecendo *o vereador Major Joaquim de Paulo*, pedia que fosse eleito um vereador para completal-a sendo eleito *o vereador Cap. Thodomiro de Abreu* por (5) votos. [...] (ACA51923 linhas 105-113)

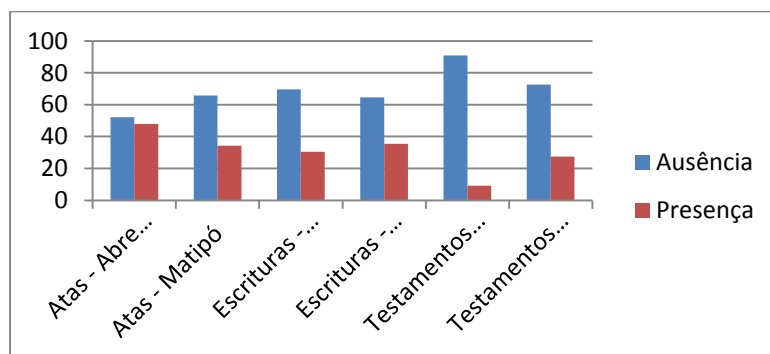
(2) [...] deverá

ser mudada para fazenda *do Sn. Estavam Costa de Oliveira Filho*, também no mesmo distrito deveria ainda ser localizada em escola no correjo da Condecendencia no mesmo distrito junto a fazenda *de Ø Itamar Machado*, não havendo mas nada a tratar a Sn. Prezidente encerrou os trabalhos convocando para uma reunião extraordinária hoje as 19 horas da noite. [...] (MtA461948 linhas 108-116)

Em pesquisa anterior, essas duas localidades apresentaram, na língua oral dos moradores da zona rural, a variação do fenômeno sintático da ausência e/ou presença de artigo definido no contexto de antropônimos, apesar de serem vizinhas limítrofes (ALMEIDA MENDES, 2009). Os dados extraídos em pesquisa posterior, no que diz respeito aos dados de língua oral contemporânea, obtidos na zona urbana, essa variação também é registrada (ALMEIDA MENDES, 2015). Nessa pesquisa de 2015, esperava-se, de acordo com a hipótese de pesquisa, que o padrão divergente encontrado nos dados de língua oral analisados nas duas localidades na pesquisa de 2009 tivesse se instalado de forma diferenciada nessas duas localidades desde o início da colonização, tendo essa divergência se prolongado até a atualidade. Os resultados obtidos a partir da análise dos documentos de língua pretérita contrariaram a hipótese inicial de Almeida Mendes (2015): o que é demonstrado nas tabelas (1), (2) e (3) acima; e cujas diferenças podem ser melhor visualizadas no gráfico (1), abaixo:

GRÁFICO 1: Realização do artigo definido diante de antropônimos com relação ao gênero textual em

Abre Campo e Matipó



Fonte: ALMEIDA MENDES, 2015, p. 250.

O resultado das quantificações apontadas pelas tabelas (1), (2) e (3) fica melhor evidenciado através do gráfico (1). Como se vê, a ausência de artigo definido no contexto de antropônimo é predominante em todos os gêneros textuais das duas localidades; mas ressalta-se novamente que somente com relação às escrituras é que há uma distribuição quase harmônica com relação ao uso do artigo definido diante de antropônimos nas duas localidades; nos testamentos, apesar de prevalecer a ausência de artigo definido nesse contexto, a presença de artigo definido é pontual em Matipó. No que diz respeito às atas, contraria-se o padrão esperado - a ausência de artigo definido é maior em Matipó do que em Abre Campo. A hipótese era a de que a ausência de artigo definido diante de antropônimos seria característica dos documentos de Abre Campo e a presença de artigo definido seria característica dos documentos de Matipó, conforme acontece com os dados de língua oral contemporânea.

Esperava-se também que os testamentos apresentassem prevalência de artigo definido no contexto de antropônimos ou, pelo menos, a ausência de artigo definido não fosse tão acentuada, uma vez que, geralmente, conforme registrado nos documentos, em grande parte dos casos, o oficial do cartório ia até a casa do testador, que, em várias vezes, estava acamado, moribundo; sendo o testamento ditado ao oficial pelo próprio testador. Acreditou-se que, devido a isso, a oralidade tivesse mais influência neste gênero textual e que a presença de artigo definido teria mais força nesses textos.

5. Considerações finais

Durante a realização deste trabalho, acreditou-se que a divergência encontrada na fala dos moradores das localidades de Abre Campo e Matipó, a saber: a cidade de Abre Campo apresenta a fala de seus moradores marcada pela prevalência de artigo definido diante de antropônimos e de que a cidade de Matipó apresenta a fala de seus moradores marcada pela presença de artigo definido neste mesmo contexto, fosse reflexo de padrões distintos de uso de artigo definido diante de antropônimos já estabelecidos desde o período de colonização das

duas localidades.

Dessa forma, foi realizada uma análise contemplando dados de língua pretérita, mais especificamente atas, escrituras e testamentos, em três intervalos de tempo determinados entre o período de 1875 a 1950, com o intuito de analisar se o padrão de uso de artigo diante de antropônimos nas duas localidades sempre foi diferente ou se, apenas depois de uma determinada época que essa fala se diferenciou.

Após a análise dos documentos e quantificação dos antropônimos, registrou-se que a ausência de artigo definido no contexto de antropônimo é predominante em todos os gêneros textuais das duas localidades. Há ainda o registro de uma distribuição bem harmônica desse fenômeno sintático com relação aos antropônimos das escrituras. Já nos testamentos, apesar de prevalecer a ausência de artigo definido nesse contexto, a presença de artigo definido é predominante em Matipó. Com relação às atas, contraria-se o padrão esperado - a ausência de artigo definido é maior em Matipó do que em Abre Campo -, a hipótese era a de que a ausência de artigo definido diante de antropônimos seria característica dos documentos de Abre Campo e a presença de artigo definido seria característica dos documentos de Matipó, conforme acontece com os dados de língua oral contemporânea analisados em Almeida Mendes (2009; 2015).

6. Referências

ALMEIDA MENDES, Andréia. **A ausência ou a presença de artigo definido diante de antropônimos e topônimos na fala dos moradores da zona rural das cidades de Abre Campo e Matipó – MG.** 2009. 188f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

_____. **A ausência e/ou presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores das cidades de Abre Campo e Matipó – um estudo sociolinguístico.** 2015. 373f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

BYNON, Theodora. **Historical Linguistic.** London: Cambridge University Press, 1986.

COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça. **Mapa Geográfico:** apresentação e breve estudo de documento relativo ao caminho para as Minas. *Caligrama*. Belo Horizonte, v. 15, n.2, 2010, p.111-131.

_____. Análise ‘a posteriori’ de mudanças sintáticas. IX Encontro Nacional da ANPOLL, **Anais do IX Encontro nacional da ANPOLL.** 1995, vol.II, Linguística, Caxambu, junho de 1994. p.1468-

1485.

GUY, G.R.; ZILLES, A.M.S. **Sociolinguística quantitativa** – instrumental de análise. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

LABOV, William. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. **Principles of linguistic change: internal factors**. Oxford: Blackwell, 1994.

_____. **Principles of linguistic change: social factors**. Oxford: Blackwell, 2001.

LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah, MORAES, João. In: CASTRO, I & DUARTE, I. **Razões e emoção**. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus. Vol. 1. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 87-114, 2003.

MAIA, Clarinda de Azevedo. **História do galego-português** – estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI. Fundação Calouste Gulbenkian: Coimbra, 1997.

MILROY, James. **Linguistic, variation e change. On the historical sociolinguistic of English**. GB: Basil Blackwell, 1992.

NARO, Anthony; SCHERRE, Maria Marta. O conceito de transmissão linguística irregular e as origens estruturais do português brasileiro: um tema em debate. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. (Orgs.). **Português brasileiro: contacto linguístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2003. p. 285-302.

NARO, A. J. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 43-50.

TARALLO, Fernando. “Túnel Morfológico II: Os ganhos”. In: **Tempos linguísticos – Itinerário da língua Portuguesa**. São Paulo: Ática, 1990.

YACOVENCO, Lilian Coutinho. **Pesquisa sociolinguística: sua importância no estudo da linguagem**. Signum. Vitória: Centro de Ensino Superior Vitória, Ano III, n.3, p. 148-164, 2002.

Recebido em 30/05/2017

Aceito em 28/08/2017

**O ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE ANTROPÔNIMO: UM ESTUDO
COMPARATIVO ENTRE AS CIDADES MINEIRAS DE PONTE NOVA E
OURO BRANCO**

**THE DEFINITE ARTICLE BEFORE ANTHROPONYMS: A COMPARATIVE
STUDY BETWEEN TWO TOWNS IN MINAS GERAIS - PONTE NOVA AND OURO
BRANCO**

Glauciane da Conceição dos Santos Faria²
Melina Rezende Dias³

RESUMO

Neste trabalho estudamos a ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos habitantes das cidades de Ponte Nova e Ouro Branco. Diante de alguns conceitos da Sociolinguística, nossa primeira tarefa foi diagnosticar as variáveis que têm efeito, positivo ou negativo, sobre o objeto de estudo e descrever seu comportamento regular e sistemático. Realizamos um trabalho descritivo, delineamos o padrão da fala dos moradores das duas localidades frente ao fenômeno estudado e realizamos uma análise comparativa dos dados. Os entrevistados foram selecionados de acordo com duas faixas etárias: jovens e adultos, tendo representantes dos dois sexos. Analisamos cinco variáveis independentes que podem influenciar nessa presença/ausência de artigo diante de antropônimo. Após a análise, constatamos que em Ponte Nova predomina a ausência do artigo diante de antropônimo; em Ouro Branco, a diferença entre ausência e presença é muito pequena.

PALAVRAS-CHAVE: Sociolinguística; Artigo definido; Antropônimo.

ABSTRACT

In this work we studied the absence/presence of the definite article before anthroponyms in the spoken language of the people from Ponte Nova and Ouro Branco. Taking into consideration some concepts from Sociolinguistics, our first task was to diagnose the variables with positive and negative effect on the object of our study and to describe its regular and systematic behavior. We carried out a descriptive task, describing the speaking patterns from both towns and then assembled a comparative analysis of the data. The people interviewed were selected according to two age groups: young and adults, including two genders. We analyzed five independent variables which might influence the presence/absence of the article before anthroponyms. After the analysis, we determined that in Ponte

2

Mestre em Estudos Linguísticos
Professora da Escola Nossa Senhora Auxiliadora e da Univiçosa. E-mail: glaucianecsantos@yahoo.com.br

3

Doutora em Estudos Linguísticos
Professora do Instituto Federal Fluminense – IFFluminense Campus Santo Antônio de Pádua, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: melina.dias@iff.edu.br

Nova the absence of article before anthroponyms predominates; in Ouro Branco the difference between absence and presence is very small.

KEYWORDS: Sociolinguistics; Definite article; Anthroponyms.

1. Introdução

Para desenvolver este trabalho, fizemos uso dos *corpora* utilizados nos seguintes trabalhos: 1- *Ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo na cidade mineira de Ponte Nova: um estudo sociolinguístico* (dissertação defendida em 2012 por Santos); 2- *A variação das vogais médias pretônicas no falar dos mineiros de Piranga e de Ouro Branco* (dissertação defendida em 2008, por Dias). O *corpus* utilizado por Dias, em 2008, foi o mesmo utilizado pela autora em 2014 para escrever a tese: *Estudo comparativo da variação das vogais médias pretônicas em falares mineiros*.

Através de observações preliminares, constatamos que a ausência do artigo definido diante de antropônimo é bastante frequente entre os falantes de Ponte Nova, uma pequena cidade mineira com cerca de 60 mil habitantes, que se encontra a 190 km de Belo Horizonte, na Zona da Mata.

Não havia pesquisas publicadas sobre esse objeto de estudo para a comunidade em questão, porém observações preliminares nos levavam a crer que realmente se constituía num caso de variação, pois em muitas conversas informais percebíamos a pronúncia do artigo e em outras esse fenômeno não ocorria. Então, Santos (2012) decidiu estudar esse objeto em sua dissertação de mestrado, que teve como principais objetivos identificar, a partir dos princípios da teoria da variação ou sociolinguística, proposta por Labov ([1972], 2008), quais os fatores linguísticos e extralinguísticos eram condicionantes da variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo e também contribuir para documentação e constituição de um banco de dados relativos ao dialeto mineiro, tendo em vista sistematizar/digitalizar a documentação sobre esse dialeto.

Ouro Branco localiza-se na macrorregião Central de Minas Gerais, na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte e na microrregião de Conselheiro Lafaiete. Encontra-se a



100 km de Belo Horizonte e em 2010 possuía 35.268 habitantes, de acordo com o IBGE (2012)⁴. Em Ouro Branco, a economia se sustenta na atividade agropecuária, no comércio e na indústria. Dias (2008), em sua dissertação de mestrado, estudou a variação das vogais médias pretônicas nesta cidade e comparou com o falar da cidade de Piranga, outro falar de Minas Gerais. Em sua tese de doutorado, Dias (2014) continuou sua pesquisa sobre o assunto e acrescentou a cidade de Machacalis, mais um falar mineiro, trabalhando assim com três áreas dialetais diferentes. Segundo a classificação dos falares brasileiros de Antenor Nascentes, Piranga, provavelmente, pertenceria à área de falar fluminense, Ouro Branco à área de falar mineiro e Machacalis à área de falar baiano.

A autora não fez um estudo sobre o uso de artigos diante de antropônimo nessa cidade. Como também não há nenhum estudo sobre esse assunto em Ouro Branco, as autoras decidiram usar o banco de dados de Dias (2008) para fazer a comparação com o estudo já realizado por Santos (2012) em Ponte Nova.

2 Objeto de estudo

2.1 O nome próprio

O nome próprio de pessoa insere-se na classe dos substantivos próprios e é chamado tecnicamente de antropônimo. A maioria dos gramáticos tradicionais, ao definirem substantivo próprio, o fazem em contraposição ao substantivo comum. Faraco e Moura (1996), por exemplo, assim como Cunha (1971), definem esse substantivo como sendo a palavra que nomeia um ser entre outros da mesma espécie.

Porém, em Bechara (2004), o substantivo próprio é trabalhado de uma forma mais detalhada. Para o autor, os nomes próprios só se aplicam a várias pessoas ou lugares de forma accidental e não porque teriam características comuns que os identificassem como membros de uma classe. Para ele, o substantivo próprio "é o que se aplica a um objeto ou a um conjunto de objetos, mas sempre individualmente". (BECHARA, 2004, p. 113).

São várias as discussões sobre a definição dos nomes próprios e seus possíveis

⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=mg>>. Acesso em: 19 jan. 2017.



sentidos, por isso, consideramos interessante exibir a divisão dos nomes próprios apresentada por Amaral (2011), em seu artigo *Contribuições para uma tipologia de antropônimos do português brasileiro*, no qual o autor propõe uma classificação para os nomes próprios. Amaral (2011, p. 67) defende a posição de que, apesar de os antropônimos constituírem uma subclasse dos nomes próprios, eles não têm uma classificação homogênea. Portanto, propõe que sejam divididos em dois grupos: o dos ortônimos e o dos alônimos.

Os ortônimos seriam os nomes que constam no registro civil, e são subdivididos em:

- (I) prenome (antropônimo que antecede o sobrenome);
- (II) sobrenome (antropônimo(s) que sucede(m) o prenome).

Os alônimos seriam aqueles nomes que não estão no registro civil, e são subdivididos em:

- (I) hipocorísticos (formado a partir de outro antropônimo por meio de uma alteração morfológica - abreviação, diminutivo, aumentativo...);
- (II) apelido ou alcunha (antropônimo normalmente atribuído a uma pessoa por outro indivíduo; pode ou não ter caráter depreciativo);
- (III) pseudônimo ou codinome (antropônimo empregado por um indivíduo em lugar do seu nome civil - ortônimo);
- (IV) heterônimo (nome fictício de um indivíduo, criado pelo portador de outro antropônimo);
- (V) nome artístico ou nome de palco (o antropônimo empregado pelo qual o indivíduo se faz conhecido em sua atividade profissional);
- (VI) nome de guerra (tem uma abrangência maior que o nome artístico, pois não se aplica apenas a esse meio).

Para este trabalho, foram por nós considerados todos os nomes utilizados para se referirem a pessoas, segundo a classificação apresentada acima.

2.2 O uso do artigo definido diante de antropônimos

De acordo com Moisés (1995), em pesquisa realizada na cidade de Belo Horizonte, quando os falantes estão em conversas espontâneas, os nomes próprios são precedidos de artigo em mais de 70% das ocorrências. Desse percentual, 85% dos nomes próprios são antropônimos, ou seja, nomes de pessoas. Ainda de acordo com a autora, os antropônimos se tornaram alvo de sua atenção pelo fato de as gramáticas tradicionais pregarem que o uso do artigo definido diante desses nomes é facultativo.

Ao analisar a presença/ausência de artigo diante de antropônimos em três cidades mineiras – Campanha, Minas Novas e Paracatu – Amaral (2003) percebeu que esse objeto de estudo já foi alvo de vários autores, mas foram poucos trabalhos que ofereceram, ou pelo menos tentaram oferecer, uma descrição para o assunto, limitaram-se a dizer algo que já é de conhecimento geral: o antropônimo pode ocorrer com ou sem a presença do artigo.

Alves (2008) defende que, para a maioria dos estudiosos, o artigo funcionaria apenas como determinante do substantivo para indicar seu gênero e número. Isso se deve ao fato de o artigo ser visto por esses estudiosos do português arcaico apenas do ponto de vista morfológico, como uma categoria gramatical que se justapõe ao substantivo para formar um grupo nominal. A autora, em sua pesquisa, levantou a hipótese de que as mulheres estariam mais propensas a fazer uso da variante predominante em Belo Horizonte, que é a presença do artigo diante de antropônimo, e não da variante mais utilizada em Barra Longa/MG, que é a ausência do artigo no referido contexto. Porém, ao realizar a análise dos dados, Alves (2008) não confirma sua hipótese, pois seus resultados mostraram que tanto as mulheres quanto os homens barra-longuenses têm a tendência a não usar o artigo “preservando assim a variação da comunidade de origem”. (ALVES 2008, p. 109)

Mendes (2009) pesquisou a ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo nas cidades mineiras de Abre Campo e Matipó, sendo que naquela foram entrevistados falantes da zona rural e nesta, da zona urbana. Em sua dissertação, a autora afirma que há um problema em relação ao uso do artigo pregado pelos gramáticos tradicionais, pois a maioria desses estudiosos apenas ressalta a questão da determinação ou indeterminação proporcionada pelo artigo. Levanta ainda a questão de muitos gramáticos explicarem o uso do artigo diante de nome próprio utilizando o critério *intimidade*. Porém, não se sabe se essa intimidade estaria ligada ao falante ou ao ouvinte ou ainda à relação estabelecida entre eles.

3 Organização da pesquisa

3.1 Métodos e Procedimentos

A coleta de dados das duas pesquisas citadas seguiu o modelo teórico-metodológico laboviano (Labov, 2008). Foram entrevistados um total de 16 informantes, divididos em sexo (feminino/masculino) e faixa etária (jovens e adultos).

Ponte Nova		Ouro Branco	
18 a 24 anos	2 informantes masculinos	18 a 24 anos	informantes masculinos
	2 informantes femininos		2 informantes femininos
40 a 60 anos	informantes masculinos	40 a 60 anos	informantes masculinos
	2 informantes femininos		2 informantes femininos



Total	8 informantes	Total	8 informantes
-------	---------------	-------	---------------

Fonte: dados da pesquisa

Optamos por deixar um espaço entre as faixas etárias, porque estamos trabalhando com apenas duas faixas e, quanto maior a diferença etária, maior a chance de apreendermos diferenças no uso das variantes, caso existam essas diferenças. Então, optamos por uma faixa etária de 18 a 24 anos, a qual denominamos “jovens” e outra faixa etária de 40 a 60 anos, a qual denominamos “adultos”.

De acordo com Silva (2003), a pesquisa de campo torna-se necessária pelo fato de que os linguistas não devem se contentar apenas com a observação, pois a linguagem é um objeto de estudo que pouco se presta à experimentação.

Para a coleta dos dados, as duas pesquisas utilizaram o método de entrevista por ser, de acordo com Silva (2003, p. 125), “mais vantajoso para a pesquisa da maioria dos fenômenos linguísticos”. Tarallo (2000, p.21) corrobora essa postura afirmando que a entrevista tem como objetivo “minimizar o efeito negativo causado pela presença do pesquisador na naturalidade da situação de coleta de dados”.

Na pesquisa desenvolvida por Santos (2012), o objetivo durante as entrevistas era fazer com que os informantes falassem o maior número de vezes possível o nome de pessoas, para tanto, foi utilizado um roteiro prévio de perguntas. Esse planejamento foi utilizado apenas para nortear a entrevista, pois, em alguns casos, a conversa fluiu para além das simples respostas. Já nas pesquisas de Dias (2008), ao realizar as entrevistas, o objetivo não era esse, pois as pesquisas eram sobre as vogais médias pretônicas. Portanto, as perguntas não foram direcionadas para a produção do nome de pessoas. Isso explica o baixo número de antropônimos presentes na entrevista realizada pela pesquisadora. Ressaltamos que isso não prejudicou a comparação desenvolvida aqui, uma vez que utilizamos de informantes com as mesmas características.

Os dados, depois de transcritos e codificados, foram tratados quantitativamente através do programa estatístico GOLDVARB/ VARBRUL 2001.

3.2 Fatores analisados e a codificação dos dados



Os dados foram codificados de acordo com os seguintes grupos de fatores propostos:

- Variável dependente:
 - ausência/presença de artigo definido.
- Variáveis independentes:
 - a) Fatores linguísticos
 - Antropônimo preposicionado;
 - Circunstância em que o antropônimo é citado;
 - Antropônimo como item de enumeração.
 - b) Fatores extralinguísticos
 - Sexo;
 - Faixa etária;
 - Proximidade ou não do falante com a pessoa mencionada;
 - Antropônimo referindo-se à pessoa pública.

3.2.1 A variável dependente e as variáveis independentes

Uma variável é chamada de dependente porque o emprego das variantes não é aleatório, mas influenciado por grupo de fatores (ou variáveis independentes) de natureza linguística ou extralinguística, que podem exercer pressão sobre os usos, aumentando ou diminuindo sua frequência de ocorrência.

3.2.2 As variáveis linguísticas

De acordo com Mollica (2003), os fatores que se encontram no grupo das variáveis internas ou linguísticas são aqueles de natureza fono-morfo-sintática, semântica, discursiva ou lexical.

- **Antropônimo preposicionado**

Esse fator foi estudado por Mendes (2000), Amaral (2003), Alves (2008), Almeida Mendes (2009) e Santos (2012). Para Amaral (2003), o item não se mostrou favorecedor de nenhuma das variáveis dependentes; para Alves (2008), as funções preposicionadas nem sempre favorecem a presença do artigo, Almeida Mendes (2009) chegou a resultados opostos para as duas localidades pesquisadas, Santos (2012) revela que a preposição, em sua pesquisa, foi favorecedora da presença do artigo diante de antropônimo.

Exemplos:

- (1) “Natália tá morando em Vila Velha e Betânia aqui em Juiz de Fora” (não preposicionado)

(2) “Pra mim tá na mesma coisa do Lula lá, num mudou nada não.” (preposicionado)

- **Circunstância em que o antropônimo foi citado**

Esse fator considera se o nome próprio foi citado pela primeira vez pelo entrevistado, ou seja, se ele era um dado novo na fala, ou se ele já havia sido citado anteriormente. Em Alves (2008, p.139), este fator não foi selecionado como relevante pelo programa de análise dos dados, também para Santos (2012, p. 56) o fator se mostrou como neutro, ou seja, não favoreceu nem a ausência, nem a presença do artigo definido diante de antropônimo.

Exemplos:

(3) “Então você conhece ela. Você conhece Toninho? Um que gosta muito de tomar birita, gosta muito de ficar tonto. Trabalhou no Ricardo Eletro, trabalhou no Ponto Frio.”

(4) “Murici, eu acho que o Murici Ramalho” (citado previamente)

- **Antropônimo como item de enumeração**

Esse fator foi abordado nas pesquisas de Amaral (2003), Alves (2008) e Santos (2012). Para Amaral e Alves, o fator não foi considerado como significativo pelo programa utilizado para a análise dos dados, porém, para Santos, a ausência do artigo é favorecida quando o antropônimo aparece numa estrutura de numeração.

Exemplos:

(5) “Tiago, William, Junior, Vinícius” (item de enumeração)

(6) “Daqui, daqui. Rafael, que estuda comigo e trabalha comigo...” (não é item de enumeração)

3.2.3 As variáveis extralinguísticas

Mollica explica:

No conjunto de variáveis externas à língua, reúnem-se os fatores inerentes ao indivíduo (como etnia e sexo), os propriamente sociais (como escolarização, nível de renda, profissão e classe social) e os contextuais (como grau de formalidade e tensão discursiva). Os do primeiro tipo referem-se a traços próprios aos falantes, enquanto



os demais a características circunstanciais que ora envolvem ora o falante, ora o evento de fala. (MOLLICA, 2003, p.11)

Sexo

Para Alves (2008), ao contrário do que esperava, os homens mostraram-se levemente favorecedores da presença do artigo definido diante de antropônimo. Almeida Mendes (2009) encontrou resultados distintos para esse fator para as duas localidades pesquisadas, em Abre Campo as mulheres fizeram maior uso do artigo do que os homens, em Matipó foi o contrário. Para Santos (2012), os resultados foram muito parecidos com os apresentados por Alves (2008), com a presença do artigo sendo levemente favorecida pelo sexo masculino.

Exemplos:

(7) Mas o Douglas já está fazendo farmácia hoje... (informante do sexo feminino com presença do artigo)

(8) Então Fabiana, por exemplo, estudou numa particular... (informante do sexo feminino com ausência do artigo)

(9) a Rose também é natural daqui... (informante do sexo masculino com presença do artigo)

(10) quando Manoel Carreiras morreu. (informante do sexo masculino com ausência do artigo)

- **Faixa etária**

Na pesquisa de Amaral (2003), encontramos um trabalho com duas faixas etárias, sendo a primeira de 18 a 30 anos e a segunda acima de 50 anos; para as duas localidades pesquisadas, a faixa etária dos mais jovens mostrou-se como favorecedora da presença do artigo.

Almeida Mendes (2009) também trabalhou com duas faixas etárias, sendo a primeira composta por pessoas de 18 a 30 anos e a segunda, por pessoas acima dos 70 anos. Essa pesquisadora encontrou resultados distintos para as duas localidades por ela pesquisadas, pois, em Abre Campo o fator não foi selecionado como significativo; porém, para Matipó, os dados mostraram que os jovens realizam mais a presença do artigo do que os idosos.

Santos (2012) também trabalhou com duas faixas etárias, uma com informantes de 18 a 24 anos e a outra com informantes de 40 a 60 anos, sendo que os mais jovens mostraram-se



levemente favorecedores da presença e o mais velhos levemente favorecedores da ausência do artigo definido diante de antropônimo.

Exemplos:

(11) A Thyciane foi para uma federal... (informante adulto com presença do artigo)

(12) hoje, por exemplo, se me chama na escola por causa de Felipe... (informante adulto com ausência do artigo)

(13) nossa, eu estou louca para ver o Ronaldo tocar. (informante jovem com presença do artigo)

(14) Francisco está no hospital. (informante jovem com ausência do artigo)

- **Proximidade do falante com a pessoa mencionada**

Na pesquisa apresentada por Amaral (2003), o fator foi selecionado como significativo para duas das localidades por ele pesquisadas, Minas Novas e Campanha, mostrando-se favorecedor da presença do artigo quando os informantes se referiam a pessoas públicas da região.

Para Alves (2008, p. 109), existe uma relação inversa entre o grau de intimidade do informante com a pessoa mencionada e o uso do artigo, pois a ocorrência se torna maior à medida que o grau de proximidade se torna menor. Para Santos (2012, p. 61), a ausência do artigo definido diante de antropônimo é maior quando a pessoa mencionada é mais próxima do informante e, quando mais distante, é a ausência que é favorecida.

Exemplos:

(15) aí, por exemplo, o Zé falava assim... (pessoa mais próxima)

(16) tinha Lúcia, não sei o nome dela todo. (pessoa menos próxima)

- **Antropônimo referindo-se a pessoa pública**

Na pesquisa de Amaral (2003), nos dados referentes à cidade de Campanha, quando os antropônimos se referiam a pessoas públicas da região, a presença do artigo era favorecida; para a cidade de Minas Novas, o fator continuou sendo favorecedor da presença tanto para

pessoas públicas da região, quanto para famosas nacionalmente.

Exemplos:

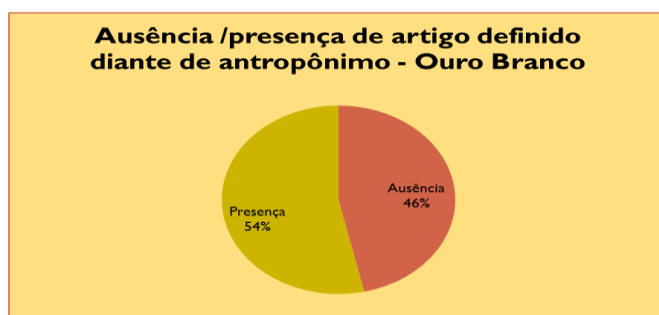
(17) então a visão do povo é que o Lula ééé... (pessoa pública)

(18) eu colaborei com ele para convencer o Vitinho a voltar a fazer cerâmica... (pessoa não pública)

4 Apresentação e análise dos dados

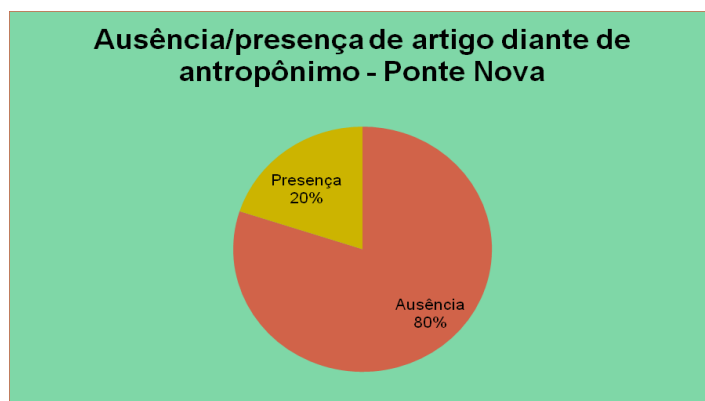
Exibiremos, primeiramente, dois gráficos representativos de todos os dados trabalhados em cada cidade.

Figura 1: Resultado geral representativo da ausência/presença de artigo diante de antropônimo em Ouro Branco



Fonte: Dados da pesquisa

Figura 2: Resultado geral representativo da ausência/presença de artigo diante de antropônimo em Ponte Nova



Fonte: Dados da pesquisa

Observamos que Ouro Branco e Ponte Nova apresentam comportamentos bastante diferentes em relação ao uso do artigo definido diante de antropônimo. O percentual geral mostra que em Ponte Nova predomina a ausência do artigo diante de antropônimo. Já em Ouro Branco, a diferença entre ausência e presença é muito pequena.

Os quadros 1 e 2 apresentam a distribuição das variáveis de acordo com os fatores linguísticos.

Quadro 1 - Distribuição geral das variáveis de acordo com os fatores linguísticos – Ouro Branco

Ausência			Presença			
	N	%		N	%	Total
Preposicionados	8	29,6		19	70,4	27
Não preposicionados	31	55,3		25	44,7	56
Citado pela 1ª vez	25	50		25	50	50
Citado anteriormente	14	42,4		19	57,6	33
Item de enumeração	3	75		1	25	4
Não item de enumeração	36	45,5		43	54,5	79

Quadro 2 - Distribuição geral das variáveis de acordo com os fatores linguísticos – Ponte Nova

Ausência			Presença			
	N	%		N	%	Total
Preposicionado	55	68,7		25	31,3	80
Não preposicionado	290	83,8		56	16,2	346
Citado pela 1ª vez	200	78,1		56	21,9	256
Citado anteriormente	145	85,3		25	14,7	170
Item de enumeração	37	94,9		2	5,1	39
Não item de enumeração	308	79,6		79	20,4	387

Fonte: dados da pesquisa

Os quadros 3 e 4 apresentam a distribuição das variáveis de acordo com os fatores extralinguísticos.

Quadro 3 - Distribuição das variáveis de acordo com os fatores extralinguísticos – Ouro Branco

Ausência			Presença			
	N	%		N	%	Total
Homens	24	50		24	50	48
Mulheres	15	42,9		20	57,1	35

Jovens	18	58,1	13	41,9	31
Adultos	21	40,3	31	59,7	52
Pessoa mais próxima	11	42,3	15	57,7	26
Pessoa menos próxima	28	49,1	29	50,9	57
Pessoa pública	23	47,9	25	52,1	48
Pessoa não pública	16	45,7	19	54,3	35

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 4 - Distribuição das variáveis de acordo com os fatores extralinguísticos - Ponte Nova

	Ausência			Presença		
	N	%		N	%	Total
Homens	152	75,2	50	24,8	202	
Mulheres	193	86,1	31	13,9	224	
Jovens	105	70,9	43	29,1	148	
Adultos	240	86,3	38	13,7	278	
Pessoa mais próxima	204	91,1	20	8,9	224	
Pessoa menos próxima	141	69,8	61	30,2	202	
Pessoa pública	98	64,1	55	35,9	153	
Pessoa não pública	247	90,4	26	9,6	273	

Fonte: dados da pesquisa

4.1 Análise dos fatores que se mostraram significativos

Nesta sessão apresentaremos os quatro fatores selecionados como significativos pelo programa Goldvarb para as duas localidades; sendo um deles linguístico e os outros três extralinguísticos.

Ressaltamos que os fatores *circunstância em que o antropônimo é citado*, *antropônimo como item de enumeração e proximidade do falante com a pessoa mencionada* não foram selecionados como significativos pelo programa estatístico em nenhuma das duas cidades.

- Antropônimo preposicionado

Este grupo de fator foi selecionado como significativo para as duas cidades, como pode ser observado nos quadros abaixo.

Quadro 5 - Distribuição das variáveis de acordo com o fator "antropônimo antecedido por preposição" em Ouro Branco

Ausência				Presença			
	N	%	P.R.	N	%	P.R.	Total
Preposicionados	8	29,6	.32	19	70,1	.68	27
Não preposicionados	31	55,3	.58	25	44,7	.42	56

Fonte: dados da pesquisa

Quadro 6 - Distribuição das variáveis de acordo com o fator "antropônimo antecedido por preposição" em Ponte Nova

Ausência				Presença			
	N	%	P.R.	N	%	P.R.	Total
Preposicionados	55	68,7	.54	25	31,3	.46	80
Não preposicionados	290	83,8	.30	56	16,7	.70	346

Fonte: dados da pesquisa

Podemos observar que em Ouro Branco a ocorrência de preposição favorece a presença de artigo com um peso relativo de .68. (Exemplo: "...conheço a família do senhor Henrique"). Já em Ponte Nova, a ausência é levemente favorecida com um peso relativo de .54. (Exemplo: "Eu levaria o filho de Andrea, João Ricardo") Ou seja, esse grupo de fator apresenta comportamento oposto nessas duas localidades.

- Antropônimo referindo-se a pessoa pública

Este grupo de fator mostrou-se significativo apenas em Ponte Nova.

Quadro 7 - Distribuição das variáveis de acordo com o fator "pessoa pública" em Ponte Nova

Ausência				Presença			
	N	%	P.R.	N	%	P.R.	Total
Pessoa pública	98	64,1	0.30	55	35,9	.70	153
Pessoa não pública	247	90,4	0.61	26	9,6	.39	273

Fonte: dados da pesquisa

Podemos perceber que o uso do artigo, na fala das ponte-novenses, vai ao encontro do que é recomendado pelos gramáticos tradicionais.

Para Evanildo Bechara (2004, p. 154), um dos usos do artigo definido serviria para denotar familiaridade quando usado junto aos nomes próprios. O autor (2004, p. 154) observa que

O uso mais frequente, na linguagem culta, tendo em vista o valor já de si individualizante, dispensa o artigo junto a nomes próprios de pessoas, com exceção dos que se acham no plural. É tradição ainda só antepor artigo a apelidos: o Camões (...) Modernamente tem-se estendido a presença do artigo antes dos nomes de escritores, artistas e personagens célebres, principalmente quando usado em sentido figurado: o Dante, o Torquato (...) (Bechara 2004, p. 154-155)

Nossos resultados mostram que o uso do artigo definido se apresenta como uma marca na fala das ponte-novenses, para os referidos falantes, o artigo é mais utilizado diante de antropônimos que representam pessoas públicas do que diante das pessoas consideradas como não públicas. (Exemplos: “*O Messi* ganhou já duas vezes seguidas e vem só melhorando o estilo de jogo dele”, “... trabalhou muito tempo na Chevrocar com Jarbinhas”)

- Sexo

O fator sexo foi significativo apenas em Ponte Nova.

Quadro 8 - Distribuição das variáveis de acordo com o fator "sexo" em Ponte Nova

	Ausência				Presença			
	N	%	P.R.		N	%	P.R.	Total
Homens	152	75,2	0.41		50	24,8	.59	202
Mulheres	193	86,1	0.57		31	13,9	.43	224

Fonte: dados da pesquisa

Podemos observar pelo quadro acima que, apesar de a ausência do artigo definido ser maioritária para homens e para mulheres, os homens realizaram mais a presença do artigo, com um peso relativo de 59, do que as mulheres, com peso relativo de 43.

- Faixa etária

A faixa etária foi significativa apenas em Ponte Nova.

Quadro 9 - Distribuição das variáveis de acordo com o fator "faixa etária" em Ponte Nova

	Ausência				Presença			
	N	%	P.R.		N	%	P.R.	Total

Jovens	105	70,9	0.38		43	29,1	.62	148
Adultos	240	86,3	0.56		38	13,7	.44	278

Fonte: dados da pesquisa

Em estudos anteriores, como, por exemplo, o de Amaral (2003), a faixa etária dos jovens mostrou-se favorecedora da presença do artigo para duas das três localidades por ele pesquisadas: Minas Novas e Paracatu.

Em Almeida Mendes (2009), para a localidade de Abre Campo, para o fator faixa etária encontramos um resultado que não se mostrou significativo para o uso do artigo definido diante de antropônimo. Porém, para a localidade de Matipó, a pesquisadora apresenta dados que vão ao encontro daqueles apresentados por Amaral, pois jovens mostraram-se mais propensos a fazer o uso do artigo diante de antropônimo.

Os dados analisados para este artigo também não destoam daqueles apresentados pelos estudos acima mencionados, apesar de a ausência ser maioritária nas duas faixas etárias analisadas, os jovens realizaram mais a presença do artigo (.62) do que os adultos (.44).

Podemos levantar a hipótese de que o nosso objeto de estudo esteja apresentando uma mudança em progresso em Ponte Nova, já que os jovens, quando comparados aos adultos, fizeram um maior uso do artigo definido diante de antropônimo.

5 Considerações finais

Tivemos como objetivo nesta pesquisa investigar como se dá o uso do artigo definido diante de antropônimos nas cidades de Ponte Nova e Ouro Branco.

Adotamos, como norteadores para nosso trabalho, os pressupostos metodológicos propostos por Labov (2008) e tomamos como ponto de partida entrevistas realizadas com oito informantes de Ponte Nova e oito informantes de Ouro Branco, sendo ambas cidades do interior mineiro, selecionados de acordo com duas faixas etárias: jovens (18 a 24 anos) e adultos (40 a 60 anos).



Os dados nos mostraram que nosso objeto de estudo - ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo - é um caso de variação, pois, nas entrevistas, os informantes fizeram uso tanto de uma, quanto de outra variante, ou seja, ora usam o artigo definido antes de antropônimo ora não usam.

Conforme mostrado, Ouro Branco e Ponte Nova apresentam comportamentos bastante diferentes em relação ao uso do artigo diante de antropônimo. O percentual geral mostra que em Ponte Nova predomina a ausência do artigo diante de antropônimo. Já em Ouro Branco, a diferença entre ausência e presença é muito pequena.

O grupo de fator “antropônimo precedido ou não de preposição” foi selecionado como significativo para as duas cidades. Em Ouro Branco, a ocorrência de preposição favorece a presença de artigo. Já em Ponte Nova, favorece a ausência de artigo. Ou seja, esse grupo de fator apresenta comportamento oposto nessas duas cidades.

Observamos também que, em Ponte Nova, os jovens mostraram-se mais favorecedores da presença do artigo do que os adultos. Diante desse resultado, deixamos o seguinte questionamento: se os jovens estão fazendo um maior uso do artigo diante de antropônimo do que os adultos, estaria, em Ponte Nova, iniciando-se uma mudança em progresso?

Ressaltamos que muitos dados linguísticos coletados em várias pesquisas podem ser usados para análise de objeto linguístico diferente daquele para o qual foi composto.

Referências

ALVES, Ana Paula Mendes. *Um estudo sociolinguístico da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo na fala dos jovens de Barra Longa-MG que residem em Belo Horizonte*, 2008, 155 f., (Dissertação de Mestrado em Estudo Linguísticos), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. *A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais: Campanha, Minas Novas e Paracatu*, 2003, 139f., (Dissertação de Mestrado em Estudo Linguísticos), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. Contribuições para uma tipologia de antropônimos no português brasileiro. *Revista Alfa*. São Paulo: Unesp, v.55, no. 1, p. 63-82, 2011.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*, Rio de Janeiro, Lucerna, 2004.

CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle M.O. O uso do artigo definido em contextos específicos.



In: HORA, Demerval da (org.). *Diversidade Linguística no Brasil*, João Pessoa, Idéia, 1997. p.11-27.

CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistic Theory*, Oxford/Cambridge, Blackwell, 1995.

CUNHA, Celso Ferreira. *Gramática do português contemporâneo*, Belo Horizonte, Bernardo Álvares S.A., 1971.

DIAS, Melina Rezende. *A variação das vogais médias pretônicas no falar dos mineiros de Piranga e de Ouro Branco*, 2008, 296f., (Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DIAS, Melina Rezende. *Estudo comparativo da variação das vogais médias pretônicas em falares mineiros*, 2014, 372f., (Tese de Doutorado em Estudos Linguísticos), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. *Gramática: fonética e fonologia, morfologia, sintaxe, estilística*, São Paulo, Ática, 1996.

GUY, G; ZILLES, A. *Sociolinguística Quantitativa: instrumental de análise*, São Paulo, Parábola, 2007.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, ([1972], 2008.

MENDES, A. A. *A ausência ou a presença de artigo definido diante de nomes próprios na fala dos moradores da zona rural de Abre Campo e Matipó – M.G*, 2009, 188 f., (Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MOISÉS, Juliana de Assis. *O “lugar” do artigo no discurso: considerações sobre o uso do artigo no português culto falado em Belo Horizonte*, 1995, (Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (orgs.). *Introdução à Sociolinguística: O tratamento da variação*, São Paulo, Contexto, 2003, p.9-14.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

SANTOS, Glauciane da Conceição dos. *Ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo na cidade mineira de ponte nova: um estudo sociolinguístico*, 2012, (Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira. Coleta de dados. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (orgs.). *Introdução à Sociolinguística: O tratamento da variação*, São Paulo, Contexto, 2003, p. 117-133

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*, São Paulo, Ática, 2000.

Recebido em: 31/01/2017

Aceito em: 27/08/2017

**O COMPORTAMENTO LINGUÍSTICO DOS JOVENS DE BARRA LONGA/MG EM
RELAÇÃO AO USO DO ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE ANTROPÔNIMOS**

**THE LINGUISTIC BEHAVIOUR OF THE BARRA LONGA YOUTH REGARDING
THE USAGE OF THE DEFINITE ARTICLE BEFORE ANTHROPONYMS**

Ana Paula Mendes Alves de Carvalho⁵

RESUMO

O objetivo deste trabalho é tratar da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos – nomes próprios de pessoas – no português brasileiro, focalizando a fala dos jovens de Barra Longa/MG que residem em Belo Horizonte. À luz da Sociolinguística Variacionista, observa-se a influência de fatores linguísticos e extralinguísticos no estudo do fenômeno. Os resultados obtidos apontaram a função sintática do sintagma nominal em que se encontra o antropônimo como único fator linguístico relevante para a variação analisada. No que concerne às variáveis extralinguísticas, destacaram-se o grau de intimidade entre o falante e o referente e os fatores diretamente relacionados às redes sociais dos informantes.

PALAVRAS-CHAVE: Antropônimos; Artigo definido; Sociolinguística; Redes sociais.

ABSTRACT

The aim of this work is to investigate the syntactic variation absence/presence of the definite article before anthroponyms – the names of persons – in Brazilian Portuguese. The data was taken from the speech of young people from Barra Longa (Minas Gerais) living in Belo Horizonte. Variational sociolinguistics theories enable us to observe the influence of linguistic and extralinguistic factors in the study of the phenomenon.

The results indicate a syntactic function of the noun phrase in which the anthroponym is found as the only linguistic factor that is relevant to the variation. As for the extralinguistic variables, the level of intimacy between the speaker and the referent as well as the factors directly related to the informants' social network are shown to be relevant.

Key words: Anthroponyms; Definite article; Sociolinguistics; Social Network.

1 Introdução

* Doutora em Estudos Linguísticos pela UFMG, é professora de língua portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG – *Campus* Ouro Branco/MG. E-mail: anapaula.carvalho@ifmg.edu.br

No português brasileiro, a variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos – nomes próprios de pessoas – como em “*Paulo é meu amigo/ O Paulo é meu amigo*”, tem sido objeto de estudo, tanto em língua escrita quanto na língua falada. Desenvolvidos à luz da Teoria da Variação, por exemplo, citam-se, os estudos realizados Callou e Silva (1997), Callou (2000), Costa (2002), Amaral (2003; 2004; 2007), Alencar (2006) e Alves (2007; 2008), Almeida Mendes (2009), Braga (2012) e Santos (2012). Merecem destaque também os trabalhos de Moisés (1995) e Mendes (2000), que, apesar de se orientarem por perspectivas teóricas diferentes da que adotamos neste estudo, investigam o fenômeno exatamente nas duas localidades em questão: Belo Horizonte e Barra Longa; são, portanto, os principais suportes teóricos para a análise que aqui se desenvolve, uma vez que demonstram, através de dados de fala, o padrão linguístico de cada uma das comunidades em relação ao uso do artigo definido diante de antropônimos.

Dando continuidade aos estudos acerca dessa variação sintática na perspectiva variacionista, este trabalho também trata da ausência/presença de artigo definido, focalizando a fala dos jovens de Barra Longa/MG que residem em Belo Horizonte.⁶

Segundo Trindade (1917), os primeiros habitantes chegaram a Barra Longa entre os anos de 1701 e 1704, o que confere à comunidade mais de três séculos de história. Situada a 172 km de Belo Horizonte, na Zona da Mata de Minas Gerais, Barra Longa⁷ se mantém relativamente ‘isolada’ dos grandes centros urbanos devido às condições de acesso. É comum, no entanto, que seus moradores, sobretudo, os mais jovens, se mudem para outras cidades, como Belo Horizonte, por exemplo, para trabalhar e/ou estudar, visto que nessa comunidade não há instituições de ensino superior ou mesmo de ensino profissionalizante.

De acordo com os trabalhos de Moisés (1995) e Mendes (2000), as duas cidades, apesar de não muito distanciadas uma da outra, possuem padrões divergentes em relação a essa variação. O primeiro constata que, em Belo Horizonte, há uma tendência ao emprego do

⁶ Este trabalho tem como base Alves (2008), dissertação de mestrado defendida e aprovada no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG, sob orientação da Prof^a Dr^a Evelyne Jeanne André Angèle Madeleine Dogliani, a quem deixo meu agradecimento.

⁷ A população estimada do município de acordo com a contagem do IBGE de 2017 é de 5.624 habitantes, dos quais 70% habitam a zona rural, onde estão localizadas muitas fazendas construídas desde os primórdios do povoamento até os dias atuais. Em relação às redes de relacionamentos entre os habitantes do município podemos dizer, de acordo com Milroy (1980), que os membros desta comunidade estão integrados a redes densas e multipléxicas, pois há um alto grau de interação entre os moradores de diferentes faixas etárias, sendo que todos se conhecem pelo nome ou por referência a alguém da família. Isto é, as pessoas são ligadas por laços de parentesco, de vizinhança e de amizade.

artigo definido, e o segundo verifica que a comunidade de Barra Longa preserva, em sua fala, a ausência do artigo como um traço linguístico que remonta à língua latina.

Com base nos resultados desses trabalhos, surgiu a curiosidade de analisar o comportamento linguístico das pessoas de Barra Longa que se mudam para Belo Horizonte quanto ao uso do artigo diante de antropônimo, o que se concretizou a partir de gravações de entrevistas orais de conversa espontânea com informantes de 18 a 30 anos, nascidos em Barra Longa, mas que, atualmente, residem em Belo Horizonte.

Nessa perspectiva, orientado pelos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação ou Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1972) e levando-se em conta a análise das *redes sociais* dos informantes que integram a amostra (MILROY, 1980), numa tentativa de averiguar se a manutenção das redes de relacionamentos com pessoas da comunidade de origem interfere no fenômeno estudado, o objetivo deste trabalho é verificar como se comportam os jovens da cidade de Barra Longa que residem em Belo Horizonte diante da variação apresentada, investigando as possíveis alterações decorrentes do contato com a referida cidade na fala do grupo sob análise.

Em Alves (2008), observou-se que a manutenção da ausência de artigo na fala dos jovens barra-longuenses que se mudam para Belo Horizonte ocorre de forma variável e que essa variação parece poder ser explicada a partir da observação das redes de relacionamentos sociais em que se integram os informantes. Desse modo, investigaram-se os fatores linguísticos e extralinguísticos que interferem no processo variável de manutenção linguística. Os resultados dessa pesquisa serão retomados neste estudo a fim de elucidar a influência desses fatores para o estudo da variação e da manutenção linguística.

2 Pressupostos teórico-metodológicos

A análise do comportamento linguístico dos jovens de Barra Longa em relação à ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos pautou-se pelos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação ou Sociolinguística Variacionista propostos por Labov (1972); segundo a qual, a natureza variável da língua é um pressuposto fundamental,

que orienta e sustenta a observação, a descrição e a interpretação do comportamento linguístico do ser humano.

Vale ressaltar que devido aos objetivos propostos, adotou-se o conceito de manutenção linguística de acordo com Milroy (1992) e, em virtude disso, ao estudo da variação linguística de vertente laboviana, foi integrada a análise das redes de relações sociais dos informantes, assim como foi feito por Milroy em 1980.

A análise da variação dos usos linguísticos associada à análise das redes sociais em que se integram os falantes permite ao pesquisador buscar explicações para o fato de por que, em determinados contextos, algumas estruturas linguísticas permanecem estáveis, isto é, não mudam. Vale ressaltar, entretanto, que Milroy (1980) não nega o fato de a variação ser inerente ao sistema, pelo contrário, ele defende a ideia de que no interior da comunidade de fala convivem padrões linguísticos variáveis, porém constantes.

Em suma, adotam-se como pressupostos fundamentais para o estudo da variação linguística que: (i) a heterogeneidade da língua em uso é regulada por regras variáveis que funcionam para favorecer o emprego de uma ou outra variante, em determinadas condições e contextos, linguísticos e extralinguísticos (LABOV, 1972); e (ii) ao se focalizarem os usos linguísticos de uma comunidade de fala devem ser levadas em conta as condições em que se dão as interações entre os falantes dessa comunidade (MILROY, 1992).

Desse modo, adotando os pressupostos metodológicos da Sociolinguística Variacionista propostos por Labov (1972), foram analisados quantitativa e qualitativamente dois *corpora* constituídos a partir de dados de fala de vinte informantes: o grupo I, constituído de dezesseis informantes jovens de 18 a 30 anos nascidos em Barra Longa, que se mudaram para Belo Horizonte depois dos quatorze anos; e grupo II, constituído de quatro jovens da mesma faixa etária que não saíram da cidade de Barra Longa.

Os dados do grupo II, grupo de controle, foram obtidos com intuito de verificar como se comportam os jovens que permanecem na cidade em relação à variação estudada, visto que Mendes (2000) trabalhou apenas com entrevistados de idade superior a setenta anos.



O tratamento quantitativo das ocorrências de antropônimos⁸ encontrados nos *corpora* foi feito a partir do programa estatístico de análise de dados variáveis Goldvarb (2001), o que possibilitou revelar alguns fatores favorecedores e desfavorecedores das variantes.

Para tanto, foram considerados dez grupos de fatores, cinco de natureza linguística – forma como aparece o antropônimo, circunstância em que o antropônimo é citado, estrutura do SN, item de uma enumeração e função sintática – e cinco de natureza extralinguística ou social – grau de intimidade do entrevistado com o referente, gênero, convívio diário com pessoas de Barra Longa, grau de contato com a cidade de origem e tempo de residência em Belo Horizonte⁹, conforme pode ser visualizado de forma mais detalhada no quadro a seguir:

GRUPOS DE FATORES	
Grupos	Fatores
1. Forma como o antropônimo aparece	A. antropônimo representado pelo prenome P. antropônimo representado pelo apelido Q. antropônimo precedido de qualificativo E. antropônimo mais determinante(s) explicativos
2. Circunstância em que o antropônimo é citado	1. citado pela 1ª vez 2. citado previamente
3. Estrutura do SN	N. antropônimo integra um SN simples Q. antropônimo integra um SN seguido de SP P. antropônimo integra um SP com prep. explícita X. antropônimo integra um SP com prep. Implícita
4. Item de uma enumeração	N. antropônimo é item de uma enumeração E. antropônimo não é item de uma enumeração
5. Função sintática desempenhada pelo SN em que se encontra o antropônimo	1. sujeito 2. predicativo 3. objeto direto 4. objeto indireto 5. adjunto adverbial 6. aposto 7. adjunto adnominal/ complemento nominal

⁸ Cabe ressaltar que, na análise quantitativa dos dados, nem todas as estruturas envolvendo antropônimos foram consideradas, pelo contrário, alguns casos foram desconsiderados, como, por exemplo, os usos não referenciais do antropônimo em que a ausência do artigo ocorre de forma categórica, tais como vocativos, topônimos, usos metonímicos e antropônimos precedidos de demonstrativos.

⁹Para os dois *corpora* foram controlados os mesmos grupos de fatores linguísticos, no entanto, no que se refere aos fatores extralinguísticos, para o grupo de controle foram controlados apenas gênero e grau de intimidade, visto que os outros fatores não se aplicam a esse grupo.



	8. tópico
6. Gênero	M. masculino F. feminino
7. Grau de intimidade do entrevistado com o referente	P. pessoa mais próxima D. pessoa mais distante F. figura pública
8. Convívio diário com pessoas de Barra Longa	S. mora/ trabalha com pessoas de Barra Longa N. não mora/ não trabalha com pessoas de Barra Longa
9. Grau de contato com a cidade de Barra Longa	C. contato freqüente (10 a 12 vezes por ano) I. Contato não freqüente (4 a 6 vezes por ano)
10. Tempo de residência em Belo Horizonte	- . menos tempo (2 a 5 anos) + . mais tempo (6 a 10 anos)

QUADRO 1: As variáveis independentes ou grupos de fatores

FONTE: ALVES, 2008, p. 89.

3 A ANÁLISE DOS DADOS

Com base no que diz a literatura variacionista quanto ao processo de aquisição da linguagem, esperava-se que os jovens residentes em Belo Horizonte preservassem a variante de Barra Longa, visto que a maioria deles se muda para capital depois dos quinze anos de idade, quando o processo de aquisição de linguagem já se completou. Mas, tendo-se observado sistematicamente que a manutenção da estrutura preferida na comunidade de origem submete-se a um processo de variação na fala desses jovens, investigaram-se os fatores que intervêm nesse processo. Partiu-se, pois, da hipótese de que o processo da manutenção da ausência de artigo definido na fala dos jovens que residem em Belo Horizonte é variável e de que essa variação está relacionada, sobretudo, a fatores sociais.

Embora o comportamento linguístico dos jovens que permanecem em Barra Longa tenha sido observado, cumpre lembrar que o foco da análise centra-se nos resultados obtidos a partir dos dados de fala dos jovens que residem em Belo Horizonte.

Nas 16 entrevistas, realizadas com os jovens que residem em Belo Horizonte, foram

encontrados 1163 Sintagmas Nominais (SN's) com antropônimos, e nas quatro entrevistas, realizadas com jovens que permanecem em Barra Longa, foram encontrados 340 SN's com antropônimos. Esses dados foram submetidos, separadamente, a uma análise quantitativa realizada com a utilização do programa estatístico para computadores GOLDVARB/VARBRUL (2001). A seguir, são apresentados os resultados obtidos para o grupo de controle e para o grupo de Belo Horizonte.

Em relação ao grupo de controle, dos 340 dados obtidos, 95% (322) são de ausência de artigo e apenas 5% (18), de presença, como é mostrado no gráfico 1, na sequência.

Os resultados apresentados vão ao encontro dos trabalhos anteriores – Mendes (2000) –, corroborando os indícios de que, em Barra Longa, prevalece a ausência de artigo definido diante de antropônimos não só na fala dos idosos, conforme foi demonstrado em Mendes, mas também na fala dos jovens.

O comportamento linguístico dos 16 informantes que residem em Belo Horizonte pode ser observado através do gráfico 1, a seguir:

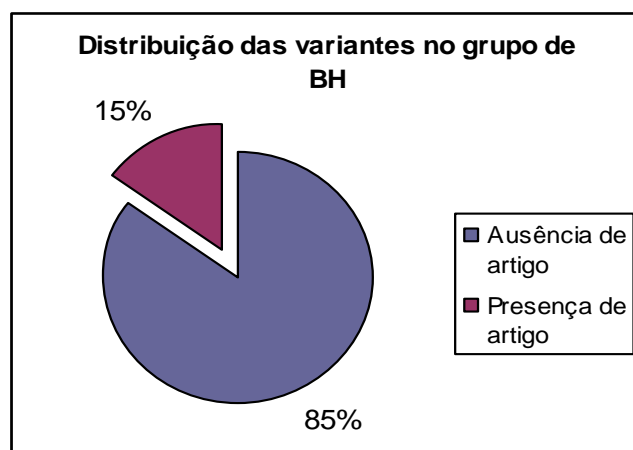


GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DAS VARIANTES NO GRUPO DE BELO HORIZONTE
FONTE: ALVES, 2008, p. 101

De acordo com as informações contidas no gráfico 1, a ausência do artigo diante de antropônimos corresponde a 85% (993) dos dados e a presença corresponde a 15% (170). Constatado o aumento do uso do artigo definido diante de antropônimos pelos jovens que se mudam para Belo Horizonte, a partir dos resultados apresentados, buscou-se verificar que fatores estariam favorecendo a preferência pela variante usada em Belo Horizonte na fala desses jovens.

Dentre esses grupos de fatores foram selecionados pelo Programa apenas cinco, quatro extralinguísticos e um linguístico, na seguinte ordem de importância: grau de contato com a cidade de origem, grau de intimidade do entrevistado com o referente, pertinência a redes ligadas a Barra Longa, função sintática e gênero. A tabela 1 apresenta o número de ocorrências, o percentual e o peso relativo (PR) associado a cada um dos fatores selecionados.

Grupo	Fatores	Ocorrências de artigo definido	%	PR
1. Grau de contato com a cidade de Barra Longa	C. contato frequente	42/674	6	0.31
	I. contato não frequente	128/489	26	0.75
2. Grau de intimidade do entrevistado com o referente	P. mais próximo	81/785	101	0.44
	D. mais distante	46/291	5	0.52
	F. figura pública	43/87	49	0.87
3. Convívio diário com pessoas de Barra Longa	S. mora/trabalha com pessoas de Barra Longa	51/584	9	0.34
	N. não mora/não trabalha com pessoas de Barra Longa	119/579	21	0.66
4. Função sintática	1. sujeito	44/423	10	0.48
	2. predicativo	31/247	12	0.44
	3. objeto direto	51/133	38	0.77
	4. objeto indireto	14/49	28	0.63
	5. adjunto adverbial	2/23	9	0.50
	6. aposto	13/72	18	0.61
	7. complemento e adjunto nominal	14/195	7	0.34
	8. tópico	1/21	4	0.52
5. Gênero	M. masculino	105/624	17	0.57
	F. feminino	65/518	13	0.42
Total		170/1163	15	

TABELA 1: A PRESENÇA DE ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE ANTROPÔNIMO NO GRUPO DE BELO HORIZONTE

FONTE: ALVES, 2008, p. 102.

As informações contidas na tabela 1 apontam os fatores extralinguísticos como os principais responsáveis pelo ligeiro aumento de uso do artigo na fala do grupo sob análise. Destaque especial merece o grau de intimidade entre o entrevistado e o referente em que o fator *figura pública* é o que mais favorece o uso do artigo tanto na fala desse grupo quanto na fala do grupo de controle. Antes, serão comentados, na próxima seção, os resultados relativos ao grupo de fatores *função sintática*, única variável linguística selecionada pelo Programa.

3.1 Atuação dos fatores linguísticos

Dentre os grupos de fatores considerados, a função sintática foi o único grupo de fatores de natureza linguística considerado estatisticamente relevante para a análise da variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos jovens que residem em Belo Horizonte, o que, mais uma vez, evidencia a correlação desse fenômeno com variáveis extralinguísticas.

Considerando os estudos de Callou e Silva (1997), Callou (2000), Costa (2002) e Alencar (2006), esse grupo de fatores foi controlado em nossa análise com o intuito de verificar se a função sintática do SN em que se encontra o antropônimo é relevante em relação ao uso do artigo na comunidade analisada.

Além das funções sintáticas consideradas tradicionalmente, foram controlados também os SN's que se encontram em posição de tópico, de acordo com Pontes (1987). Vale lembrar também que as funções de adjunto adnominal e complemento nominal foram consideradas como um mesmo fator, por não haver, entre os gramáticos tradicionais, um consenso quanto à distinção entre essas duas funções sintáticas.

A distribuição do artigo nos dados de acordo com a função sintática, quinto grupo de fator selecionado pelo Programa em ordem de significância, pode ser visualizada na Tabela 3, a seguir:

Função sintática	Ocorrências	%	PR
1. sujeito	44/423	10	0.48
2. predicativo	31/247	12	0.44
3. objeto direto	51/133	38	0.77
4. objeto indireto	14/49	28	0.63
5. adjunto adverbial	2/23	9	0.50
6. aposto	13/72	18	0.61
7. complemento e adjunto nominal	15/195	7	0.34
8. tópico	1/21	4	0.52
Total	170/1163	15	

TABELA 2: A PRESENÇA DE ARTIGO DEFINIDO DE ACORDO COM A FUNÇÃO SINTÁTICA
 FONTE: ALVES, 2008, p. 104

Os números da tabela apontam que:

- a) A presença de artigo tende a ser favorecida quando os antropônimos integram SN's que desempenham função de objeto direto (0.77) e objeto indireto (0.63), conforme se ilustra em (01) e (02), respectivamente.

(01) Ah... eu sou louca:: pra trazê *a Dani* aqui (INF.04)



(02) ...eu ´tava comentando *com a Letícia* outro dia... (INF.12)

- b) Quando o antropônimo se encontra em SN's com função de aposto, como em (03) e (04), presença do artigo é favorecida com o peso relativo de 0.61.

(03) Ela já tem um [filho] ...*o Lucas* né? um menino... (INF.15)

(04) Meu primo:: *o Reinaldo* estudou comigo e continua lá... (INF.01)

- c) Quando o antropônimo se encontra em função de tópico, o artigo tende a ser ligeiramente favorecido com o peso relativo de 0.52, como ilustra o exemplo (05). Antropônimos que integram SN's que desempenham função de sujeito, por outro lado, como em (06), tendem a desfavorecer ligeiramente o uso do artigo com o peso relativo de 0.48.

(05) ... era de madrugada:: mais ou menos quatro horas da manhã...

aí a Cristina ela tava correno... (INF.04)

(06) *O Bié* tinha um coração bom... (INF.01)

- d) As funções sintáticas de predicativo e adjunto adnominal/complemento nominal tendem a desfavorecer a presença do artigo diante de antropônimo com os pesos relativos de 0.44 e 0.34, respectivamente, como ilustram os exemplos (08), (09) e (10).

(07) ...tem *a/uma* vizinha qu'eu adoro também... eu trato ela como mãe:: que é *a Rusarinha* (INF.03)

(08) Eu trabalho com/com o irmão *da Isabela* (INF.15)

(09) ...é *a Istela* qu'eu conheci por intermédio *da Vanessa* (INF.12)

Segundo Alencar (2006), a função sintática desempenhada pelo SN tem mostrado forte atuação para a ocorrência do artigo definido. Em sua análise, a autora verifica que as funções regidas de preposição são as mais favoráveis ao uso do artigo definido diante de antropônimos tanto na fala infantil – estudo longitudinal – quanto na fala dos adultos. Assim, em seu trabalho foram agrupadas os SN's com função de objeto indireto, adjunto adverbial, complemento nominal e adjunto adnominal devido à regularidade dos dados.

Em Alves (2008), ao contrário, percebemos, como se vê nos resultados apresentados na tabela 2, que nem sempre as funções preposicionadas tendem a favorecer a presença do artigo, o que justifica o não agrupamento das funções regidas de preposição. Em outras palavras, podemos dizer que os resultados apresentados comprovam o fato de não haver interferência da presença da preposição no grupo de fatores função sintática, como já demonstrou Callou e Silva (1997).

Outro fato que serve para demonstrar a interdependência entre a presença de preposição e função sintática desempenhada pelo SN é o fato de que, em nossos dados, as funções que mais favorecem a presença de artigos são as funções de objeto direto e objeto indireto, esta obrigatoriamente regida de preposição e aquela, ao contrário, sempre desacompanhada da preposição.

O que se percebe, a despeito da presença da preposição, é que a presença de artigo diante de antropônimo, na comunidade analisada, tende a ser favorecida quando o antropônimo integra um SN que está à direita do verbo (argumento interno do verbo), o que vai ao encontro dos resultados de Alencar (2006). Em sua análise, a autora verifica que, além das funções preposicionadas, a função de objeto direto também se destaca com taxas elevadas para a ocorrência de artigo.

Por outro lado, os estudos de Moisés (1995) e Callou e Silva (1997) apresentam resultados contrários. Moisés, em suas conclusões, afirma que “há uma tendência ao emprego do artigo definido junto ao antropônimo, mais nitidamente flagrada quando esse ocorre à esquerda do verbo, ou seja, o antropônimo que exerce a função sintática de sujeito ou de tópico de sentença tende a receber o artigo definido” (Moisés, 1995, p. 144). Callou e Silva, por sua vez, verificam que o uso do artigo tende ser favorecido quando o antropônimo se encontra em SN com função de sujeito (0.61) e em construções de tópico (0.95).

4.2 Atuação dos fatores extralinguísticos

Dos cinco grupos de fatores extralinguísticos considerados, apenas um foi descartado pelo Programa: o tempo de residência em Belo Horizonte. Desse modo, são apresentados, nas



seções subsequentes, os resultados dos grupos de fatores gênero, grau de intimidade entre o entrevistado e o referente, convívio diário com pessoas de Barra Longa e grau de contato com a cidade de Barra Longa.

Na primeira subseção, são apresentados os resultados relativos ao grupo de fatores gênero. Na segunda, apresentamos e discutimos a influência do fator grau de intimidade entre o entrevistado e o referente na variação do uso do artigo definido diante de antropônimos para a comunidade analisada. Na última subseção, tratamos dos dois grupos de fatores relacionados diretamente às redes sociais dos informantes que integram a amostra que foram selecionados pelo Programa.

Embora o grupo de fatores grau de intimidade também esteja relacionado às redes sociais dos informantes, esse grupo de fatores não foi tratado como uma subdivisão da variável redes. Decidiu-se tratá-lo separadamente, já que esse fator é apontado pelas gramáticas tradicionais como a principal explicação para o uso do artigo definido diante de antropônimos e, por esse motivo, vários estudos que tratam especificamente desse assunto – Amaral (2003), Callou e Silva (1997), Callou (2000) – controlaram a atuação dessa variável.

4.2.1 Gênero

Segundo Chambers (1995, p. 102), em todos os estudos sociolinguísticos que incluem uma amostra de homens e mulheres, há evidências de que as mulheres tendem a usar menos do que os homens do mesmo grupo social as variantes consideradas estigmatizadas, não-padrão ou conservadoras. Embora o fenômeno aqui estudado não apresente uma variante estigmatizada socialmente, partimos da hipótese de que, em relação aos homens, as mulheres tendem a usar mais a variante de Belo Horizonte – presença de artigo –, considerada, para os jovens que aí chegam vindos do interior, como inovadora porque está associada ao prestígio inerente à cidade que é a capital. Além disso, diversos trabalhos mostraram que essa variante é considerada inovadora na língua portuguesa, porque no latim não existia artigos. Partindo desse pressuposto, a variável gênero do falante foi levada em conta na análise dos dados. A tabela 3, a seguir, apresenta os índices de ocorrência do artigo em função do gênero.

Gênero	Ocorrências	%	PR
M. masculino	105/624	17	0.57
F. feminino	65/518	13	0.42
Total	170/1163	15	

TABELA 3: A PRESENÇA DE ARTIGO DEFINIDO DE ACORDO COM GÊNERO - FONTE: ALVES, 2008, p. 108

Os resultados revelam que tanto os homens quanto as mulheres tendem a não usar o artigo, preservando assim o padrão da comunidade de origem. No entanto, a presença do artigo é mais saliente na fala dos homens, como mostraram os percentuais e os pesos relativos.

4.2.2 Grau de intimidade entre o entrevistado e o referente

Os resultados relativos aos fatores desse grupo indicam que o uso do artigo é desfavorecido quando o entrevistado se refere a pessoas mais próximas (0.44); ligeiramente favorecido quando se refere a pessoas mais distantes (0.52), e altamente favorecido quando se refere a figuras públicas (0.87), como pode ser visto na tabela 4:

Grau de intimidade do entrevistado com o referente	Ocorrências de artigo definido	%	PR
P. mais próximo	81/785	10	0.44
D. mais distante	46/291	15	0.52
F. figura pública	43/87	49	0.87
Total	170/1163	15	

TABELA 4: A PRESENÇA DE ARTIGO DEFINIDO DE ACORDO COM O GRAU DE INTIMIDADE NO GRUPO DE BELO HORIZONTE
FONTE: ALVES, 2008, p. 109.

Tais resultados permitem afirmar que existe uma relação inversamente proporcional entre o uso do artigo e os diferentes graus de intimidade: quanto menor o grau de intimidade do entrevistado com o referente, maior o índice de ocorrência do artigo no contexto aqui analisado. Essa relação pode ser expressa da seguinte forma:

Grau de intimidade = [P > D > F]

Presença do artigo $\left\{ \begin{array}{l} \% = [10 < 15 < 49] \\ \text{PR} = [0.42 < 0.52 < 0.87] \end{array} \right\}$

Levando em conta os resultados gerais, podemos afirmar que a variante preferida pelo grupo sob análise – ausência de artigo (85%) – é a variante favorecida quando o antropônimo se refere a pessoas mais próximas dos falantes, o que também ocorre no grupo de controle, em que o único grupo de fatores selecionado pelo Programa foi o grau de intimidade do entrevistado com o referente. Assim, a mesma relação observada no grupo de Belo Horizonte entre o uso do artigo e o grau de intimidade também pode ser observada nos dados do grupo de controle, conforme a tabela 5, a seguir:

Grau de intimidade do entrevistado com o referente	Ocorrências de artigo definido	%	PR
P. mais próximo	3/230	1	0.35
D. mais distante	3/79	4	0.62
F. figura pública	12/31	38	0.96
Total	18/340	5	

TABELA 5: A PRESENÇA DE ARTIGO DEFINIDO DE ACORDO COM O GRAU DE INTIMIDADE NO GRUPO DE CONTROLE

FONTE: Alves, 2008, p. 110.

Os resultados da Tabela 5 revelam que, no que tange à análise do grau de intimidade, o comportamento linguístico dos jovens que residem em Belo Horizonte, em relação à variação aqui analisada, é semelhante ao comportamento linguístico daqueles que permanecem em Barra Longa, pois na fala desses últimos também é observada uma relação inversamente proporcional entre o uso do artigo e o grau de intimidade do entrevistado com o referente:

Grau de intimidade = [P > D > F]

Presença do artigo $\left\{ \begin{array}{l} \% = [1 < 4 < 38] \\ \text{PR} = [0.35 < 0.62 < 0.96] \end{array} \right\}$

Em Alves (2007), ao observar o comportamento de quatro jovens de Barra Longa que

residem em Belo Horizonte, verificamos a mesma relação de proporcionalidade ($P > D > F = 20\% < 27\% < 38\%$), o que, mais uma vez, evidencia a correlação existente entre a variável e o grau de intimidade. Observa-se, então, que a variante preferida tende a ser usada quando o antropônimo se refere à pessoas mais próximas do informante.

Amaral (2003; 2007) também observou essa correlação entre o grau de intimidade e o fenômeno estudado. Ao analisar os dados de Campanha e Minas Novas, cidades mineiras, o autor verifica a seguinte situação: “a variante predominante nas duas localidades é a mesma utilizada para o convívio social dos moradores. A outra é utilizada para pessoas famosas nacionalmente” (AMARAL, 2007, p.125). Resultados como esses, segundo o autor, indicam que o uso das variantes é uma marca de identificação do tipo de contato que se tem com a pessoa à qual se referem os entrevistados.

Com base nessa afirmação, consideramos pertinente ressaltar que o comportamento do grupo sob análise parece começar a se distanciar do padrão exibido pelo grupo de controle quando o antropônimo se refere a pessoas mais próximas dos falantes. O gráfico 2, a seguir, evidencia essa variação de comportamento através dos pesos relativos associados a cada grau de intimidade considerado, conforme os resultados apresentamos na tabela 4.

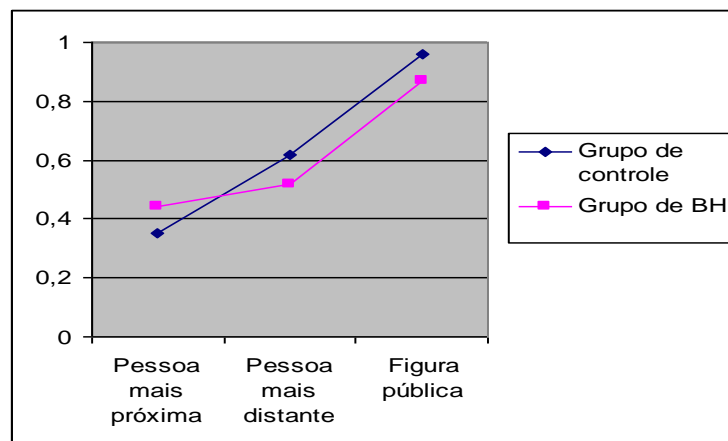


GRÁFICO 2: A PRESENÇA DO ARTIGO EM FUNÇÃO DO GRAU DE INTIMIDADE NOS DOIS *CORPORA*
 FONTE: Alves, 2008, p. 111.

Apesar de haver nos dois *corpora* uma relação inversamente proporcional entre o uso do artigo e o grau de intimidade, como foi demonstrado anteriormente, observa-se que, em relação ao grupo de controle, a presença de artigo na fala do grupo de Belo Horizonte começa a ser favorecida quando o antropônimo se refere a pessoas mais próximas dos falantes. Essa constatação fornece indícios de que, ao começar a se aproximar do padrão de Belo Horizonte,



este parece ser o contexto em que a diferença entre dois grupos se torna mais saliente. Em outras palavras, a marca de identificação do tipo de contato que se tem com as pessoas às quais se referem os informantes, fornece-nos indícios de que há variação no comportamento desses jovens em relação ao fenômeno abordado.

4.2.3 Redes sociais

Dentre os fatores controlados a partir da análise das redes sociais dos informantes, foram selecionados, como estatisticamente relevante, o convívio diário com pessoas de Barra Longa e o grau de contato com a cidade de origem cujos os resultados serão apresentados, a seguir.

4.2.3.1 O convívio diário com pessoas de Barra Longa

Esse grupo de fatores foi controlado com o intuito de se verificar o quanto o convívio diário com pessoas de Barra Longa é relevante para o comportamento linguístico dos jovens que residem em Belo Horizonte. Assim, os informantes que integram a amostra foram divididos em dois grupos: aqueles que moram ou trabalham com pessoas de Barra Longa e aqueles que, ao contrário, não moram ou não trabalham com pessoas de Barra Longa. A tabela 6, a seguir, apresenta a distribuição da presença do artigo em função desse grupo de fatores.

Convívio diário com pessoas de Barra Longa	Ocorrências	%	PR
S. mora/trabalha com pessoas de Barra Longa	51/584	9	0.34
N. não mora/não trabalha com pessoas de Barra Longa	119/579	21	0.66
Total	170/1163	15	

TABELA 6: A PRESENÇA DO ARTIGO DEFINIDO DE ACORDO COM O CONVÍVIO DIÁRIO COM PESSOAS DE BARRA LONGA

FONTE: Alves, 2008, p. 113.

Conforme atestam as informações contidas na tabela 6, manter ou não contato diário, em casa ou no trabalho, com pessoas de Barra Longa é bastante relevante para a escolha de

uma das variantes. Os pesos relativos apontam que, na fala dos jovens que residem em Belo Horizonte, a presença de artigo diante de antropônimos é favorecida (0.66) quando os informantes não convivem diariamente, em casa ou no trabalho, com pessoas de Barra Longa.

A partir desses resultados, observa-se que, na fala do grupo sob análise, a manutenção ou não da estrutura preferida em Barra Longa se orienta pela manutenção do contato diário com pessoas da comunidade.

Conforme Milroy (1980), as redes densas e multipléxicas das comunidades pequenas e tradicionais como é o caso de Barra Longa – onde todos se conhecem – funcionam como um mecanismo de reforço da norma partilhada entre os falantes de uma comunidade linguística. Constatamos, a partir dos resultados que, quando os laços dessas *redes* permanecem fortes entre os falantes que migram para outra comunidade, a norma partilhada entre eles, na comunidade de origem, tende a ser mantida, ou seja, percebemos que, quando os jovens que estão em Belo Horizonte continuam mantendo contato com pessoas de Barra Longa diariamente, eles tendem a preservar a variante de sua cidade de origem.

Como se vê, a análise da variável *redes* é de fundamental importância para a explicação desse fenômeno variável. Na próxima seção, serão apresentadas mais algumas considerações acerca da atuação dessa variável.

4.2.3.2 O grau de contato com a cidade de Barra Longa

O grau de contato com a cidade de Barra Longa foi medido de acordo com a frequência com que os informantes vão a Barra Longa durante o ano. Assim, foi considerado contato frequente, quando o informante vai a Barra Longa de dez a doze vezes por ano; e contato não frequente, de quatro a seis vezes por ano. Dessa forma, dois fatores foram controlados em relação ao uso do artigo, conforme os resultados da Tabela 7, a seguir:

Grau de contato com a cidade de Barra Longa	Ocorrências	%	PR
---	-------------	---	----



C. contato frequente	42/674	6	0.31
I. contato não frequente	128/489	26	0.75
Total	170/1163	15	

TABELA 7: A PRESENÇA DO ARTIGO DE ACORDO COM O GRAU DE CONTATO COM A CIDADE DE BARRA LONGA

FONTE: Alves, 2008, p. 115.

Esse grupo de fatores foi controlado para testar a hipótese de que o contato frequente com a cidade Barra Longa desfavoreceria a presença do artigo, ou seja, a nossa hipótese em relação à atuação desse grupo é a de que quanto maior o número de vezes que o informante vai a sua cidade de origem, maior será a probabilidade de não ocorrer a presença do artigo em sua fala. Os números da tabela 7 confirmam tal hipótese: com um peso relativo de 0.75, o contato não frequente é o fator que mais favorece a presença do artigo diante de antropônimos na fala dos jovens de Barra Longa que residem em Belo Horizonte e o contato frequente, por sua vez, desfavorece o uso do artigo (0.31). De acordo com esses resultados, podemos dizer que a manutenção da estrutura de Barra Longa se relaciona diretamente à manutenção ou não de laços de afetividade dos jovens que residem em Belo Horizonte com as pessoas (familiares, amigos, vizinhos, etc.) que eles deixaram para trás em sua comunidade de origem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar quantitativamente os dados mediante a utilização do Programa estatístico para computadores GOLDVARB/VARBRUL (2001), verificamos que os jovens de Barra Longa que residem em Belo Horizonte mantêm o padrão de Barra Longa em relação ao fenômeno. Observamos, no entanto, que o processo de manutenção da estrutura preferida nessa localidade ocorre de forma variável e está associada a fatores extralinguísticos, principalmente os que se relacionam diretamente às redes sociais em que se integram os informantes, como o convívio diário com pessoas de Barra Longa, o grau de contato com a cidade de Barra Longa e o tempo de residência em Belo Horizonte.

Em outras palavras, dizer isso significa que, para o grupo sob análise, a atitude de preservar mais ou menos o padrão de Barra Longa se relaciona diretamente com variáveis sociais, isto é, variáveis ligadas ao informante ou ao meio em que ele vive.



Em relação aos fatores linguísticos, o único grupo de fatores considerado estatisticamente relevante foi a função sintática desempenhada pelo SN em que se encontra o antropônimo. Contrariando o que mostraram outros estudos que trataram do mesmo assunto, os resultados relativos a esse grupo de fatores apontaram os complementos verbais – objeto direto e objeto indireto, respectivamente – e o aposto como principais favorecedores da presença do artigo no contexto analisado, evidenciando assim o fato de não haver interdependência entre a presença de preposição e a função sintática.

Ao final da análise, percebeu-se que a observação das redes sociais dos informantes é de significativa importância para a compreensão de como se dá o processo de manutenção da estrutura de Barra Longa na fala dos jovens que residem em Belo Horizonte.

Em síntese, verifica-se a relevância de integrar ao estudo da variação linguística de vertente laboviana a análise das redes sociais dos informantes, o que segundo Milroy (1980, p.17)¹⁰, permite ao pesquisador “dar conta das diferenças sistemáticas nos usos linguísticos entre indivíduos e subgrupos de indivíduos de uma comunidade que, em termos de *status* social, são relativamente homogêneos” Em outros termos, através da análise das redes de relacionamentos sociais em que se integram os membros de uma comunidade de fala é possível buscar explicações para uma melhor compreensão dos mecanismos diários que levam os indivíduos a preservar ou não seu comportamento linguístico diante de determinado fenômeno variável.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Patrícia Vargas. *Direcionalidade da aquisição do artigo definido frente a N próprio em contexto de input variável*, 2006, 166f., (Tese de Doutorado em Linguística), Faculdade de Letras/UFRJ, Rio de Janeiro.

ALMEIDA MENDES, Andréia. *A ausência ou a presença de artigo definido diante de nomes próprios na fala dos moradores da zona rural de Abre Campo e Matipó-MG*, 2009, 188f., (Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

¹⁰“...to account for systematic differences in language use between individuals, and between subgroups in the population of communities which, in terms of social *status*, are relatively homogeneous.” (Milroy, 1987:17) tradução nossa

ALVES, A. P. M. *Um estudo sociolinguístico da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos jovens de Barra Longa que residem em Belo Horizonte*, 2008, 151f., (Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ALVES, A. P. M. *A Variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos jovens de Barra Longa/MG que residem em Belo Horizonte: um estudo piloto*, 2007, 90f. (Monografia do curso de Especialização em Língua Portuguesa “lato sensu” – PREPES) PUC – Minas, Belo Horizonte. (inédita)

AMARAL, Eduardo T. R. A importância do fator intimidade na variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos. In.: *Veredas on Line – ATEMÁTICA – 1/2007*. p. 116-127, 2007.

AMARAL, Eduardo T. R. A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos: um caso de variação diatópica em Minas Gerais. In: *Estudos Linguísticos XXXIII*. Campinas: Grupo de Estudos Linguísticos de São Paulo. (UNICAMP), p. 163-168, 2004. 1 CD-ROM.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. *A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais: Campanha, Minas Novas e Paracatu*. 2003, 140f., (Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: FALE/UFMG.

BRAGA, Luciene Maria. *Ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores de Mariana e Uberaba MG*, 2012, 121 f., Dissertação (Mestrado em Linguística Letras e Artes) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

CALLOU, Dinah; SILVA; Giselle M. e. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, Dermeval da.(org.) *Diversidade Linguística no Brasil*. João Pessoa-PB, 1997. pp.11-27.

__ . *A variação no Português do Brasil: O uso do artigo definido diante de antropônimo* . Faculdade de Letras da UFRJ, *Série Conferência*, vol. 9. Rio de Janeiro, 2000.

CHAMBERS, J.K *Sociolinguistic Theory*. Oxford/Cambridge, Blackwell. 1995

COSTA, Iraneide. O uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa e possessivo do século XIII ao século XVI. In: __. MATTOS e SILVA, R. V.; MACHADO FILHO, A.V. L. (orgs). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA/UEFS, 2002.

p.285-306.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIA APLICADA. Localização dos municípios mineiros. Disponível em http://licht.io.inf.br/mg_mapas/mapa/cgi/iga_comeco1024.htm. Acesso em 13 de maio de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2017. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=310570&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>. Acesso em 13 de maio de 2017.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. *The study of language in its social context*. In: *Sociolinguistic Patterns*. 3 ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1975.

_____. *Principles of Linguistic change: internal factors*. Cambridge: Blackwell, 1994.

MENDES, Soélis Teixeira do Prado. *A ausência de artigo definido antes de nomes próprios no português mineiro de Barra Longa: um caso de retenção?*, 2000, (Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MILROY, James. *Linguistic variation and change. On the historical sociolinguistic of English*. GB: Basil Blackwell, 1992.

MILROY, Lesley. *Language and Social Networks*. Massachusetts, Blackwell, 1980.

MILROY, Lesley. Social Networks. In.: CHAMBERS, J.K.; TRUDGILL, P.; SHILLINGESTES, N. (Eds) *The Handbook of Language Variation and Change*. Malden/Oxford: Blackwell, 2002. p.549-572.

MOISÉS, Juliana de Assis. *O “lugar” do artigo no discurso: considerações sobre o uso do artigo no português culto falado em Belo Horizonte*, 1995, (Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

OLIVEIRA, M. A. Sobre os reflexos sociais da mudança em progresso. In.: *Ensaio de Linguística.*, Belo Horizonte, FALE/UFMG: ano IV, nº.7:71-89. 1982.

OLIVEIRA, M. A. Sobre os reflexos sociais da mudança em progresso. In.: *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, FALÉ/UFMG: ano 1, v.1, p.31-41, jul./dez. 1992.

OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline de. Um caso de definitude. *Variação no Português do Brasil*. Revista do Instituto de Letras da Universidade do Rio Grande do Sul, ORGANON, 5 (18): 1991. 164

_____. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. In: OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline de & SCHERRE, Maria Marta P. (orgs.). *Padrões Sociolinguísticos – Análise de fenômenos variáveis do Português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996. p. 119 – 145.

SANTOS, Glauciane Faria dos. *Ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo na cidade mineira de Ponte Nova: um estudo sociolinguístico*, 2012, 73f., (Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SEABRA, M.C.T.C. *A Formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo*. 2004. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.

TRINDADE, Cônego Raimundo. *Monographia da Parochia de S. José da Barra Longa*. São Paulo: A. Campos Editor, 1917.

TRINDADE, Cônego Raimundo. *Monografia de Barra Longa*. 2.ed. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares, 1962.

Recebido em: 14/06/2017

Aceito em: 29/08/2017



O DEFINIDO FRACO EM PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA PERSPECTIVA EXPERIMENTAL

THE WEAK DEFINITE IN BRAZILIAN PORTUGUESE: AN EXPERIMENTAL PERSPECTIVE

Thaís Maíra Machado de Sá
Isabela Vilela

RESUMO

Investiga-se o comportamento do definido fraco em contraste ao genérico em português brasileiro por reaplicação de experimentos originalmente em inglês, contribuindo para o debate sobre o papel do artigo definido no valor composicional de uma sentença. Carlson e Sussman (2005) defendem a existência do definido fraco, que não teria a unicidade proposta por Russell (1905). Aguilar-Guevara e Zwarts (2013) defendem que o fraco seria equivalente ao genérico, mantendo a unicidade. Foram reaplicados quatro experimentos *off-line* em português, que reafirmaram que fracos e genéricos são distintos, sendo fracos, fortes e genéricos três categorias de definitude. Ademais, reaplicar os experimentos também nos permitiu observar o definido fraco no contexto desta língua. Dessa forma, os experimentos reaplicados permitiram observar diferenças quantitativas relacionadas aos três tipos de definido e qualitativas que apontam diferenças entre as línguas.

PALAVRAS-CHAVE: Definitude; Definido genérico; Definido fraco; Experimental

ABSTRACT

We aim to investigate the behaviour of the weak definite in contrast with the generic definite in Brazilian Portuguese by reapplying experiments originally conducted in English. Carlson and Sussman (2005) support the existence of weak definites, which would not have the uniqueness property proposed by Russell (1905). Aguilar-Guevara and Zwarts (2013) argue that the weak definite would be equivalent to the generic definite that possesses uniqueness. Four off-line experiments were reapplied in Portuguese, confirming that weak and generic definites are different, and that weak, regular and generic definites make up three distinct categories of definiteness. The experiments also enabled us to observe the weak definite in this language context. The replicated experiments allowed us to observe quantitative differences related to the three kinds of definites and qualitative disparities between the languages.

KEYWORDS: *Definiteness; Generic definite; Weak definite; Experimental*

Introdução

Uma das conhecidas funções do artigo definido é a sua propriedade de atribuir *unicidade*¹¹ ao nome que ele determina. A unicidade, proposta por Russell (1905) e corroborada por Strawson (1950)¹², é uma particularidade em que a quantificação do nome “o X” (sendo X qualquer expressão nominal) acarreta que referência de X seria uma única entidade no mundo. Um exemplo seria “o hospital”, em (1), que apresenta a propriedade da unicidade por remeter-se a um único hospital no mundo que foi bloqueado por trabalhadores.

(1) Trabalhadores bloquearam *o hospital* para protestar contra as demissões.

O *definido regular* ou *definido forte*, que apresenta a propriedade da unicidade, seria visto como a leitura tradicional do sintagma nominal determinado pelo artigo definido até hoje, especialmente nos estudos de semântica formal (cf. ROBERTS, 2003; ABBOT, 2004).

Contudo Carlson e Sussman (2005) observaram que o definido (sintagma nominal determinado por um artigo definido) também poderia apresentar outra leitura, que os autores chamaram de *definido fraco*¹³. O definido fraco, como “o hospital”¹⁴ em (2), não apresentaria a propriedade da unicidade, não exibindo um referente unicamente identificável, pois não remete a um único hospital no mundo: Maria pode ter ido a qualquer hospital, não sendo relevante a delimitação de um referente único no mundo para alcançar o significado da sentença.

(2) Maria foi *ao hospital* nesta manhã.

Reconhecendo a distinção entre definidos fracos e regulares, mas em uma tentativa de preservar a propriedade da unicidade, Aguilar-Guevara e Zwarts (2010, 2013) propõem que os definidos fracos seriam uma manifestação de *definidos genéricos*. Dessa forma, os autores defendem que o fraco apresentaria a propriedade da unicidade, contudo seria a

¹¹ Em inglês: *uniqueness* (RUSSELL, 1905, p. 481).

¹² Strawson discorda de alguns aspectos da análise de Russell, como a perspectiva denotacional, contudo concorda que o sintagma nominal definido denota um único referente (STRAWSON, 1950, p.320).

¹³ Anterior a Carlson e Sussman (2005), Poesio (1994) já havia nomeado como definido fraco (*weak definites*), questionando a unicidade de Russell (1905) e a familiaridade de Heim (1982). Para o autor, em sentenças como: "John pegou esses dados do aluno de um linguista" (em inglês: "*John got these data from the student of a linguist*"), não há necessidade de se ter familiaridade com aluno para se compreender a sentença ou necessidade de um único indivíduo ser caracterizado como o aluno de um linguista. Carlson e Sussman extrapolaram a ideia de Poesio ao alegar que o fraco não possui unicidade.

¹⁴ Apesar de o exemplo trazer a forma preposicionada “ao hospital”, nossa análise está interessada no sintagma nominal determinado “o hospital”, contido no sintagma preposicionado. Outros exemplos como esse aparecem no texto e pedimos atenção ao fato de que o que está em análise é o sintagma determinado pelo artigo definido.



unicidade de tipo, como os nomes genéricos apresentam. Podemos observar tal característica dos nomes genéricos em “o hospital”, (3), que corresponde a um tipo de lugar em que as regras de higiene foram introduzidas, sendo um genérico.

(3) No século XVIII, as regras de higiene foram introduzidas *no hospital* no mundo ocidental.

Neste artigo pretende-se abordar o comportamento do definido fraco em português brasileiro em relação ao definido genérico, por meio da perspectiva experimental¹⁵. Sá (2017) observou, por meio de quatro experimentos *off-line*, que fracos e genéricos não apresentariam o mesmo comportamento em inglês americano, o que evidenciaria que tais leituras seriam diferentes categorias de definitude. Nosso objetivo foi verificar se os mesmos resultados seriam encontrados em português brasileiro por meio da reaplicação de experimentos realizados em inglês americano por Sá (2017).

A autora realizou tais experimentos em inglês americano sob as justificativas de que a estrutura da língua inglesa facilitaria a análise de dados em experimentos de produção e a construção de itens experimentais, uma vez que a língua quase não possui elipse de sujeito e complementos verbais, e de que o inglês apresentaria morfologia simplificada, pois não apresenta contrações com o artigo definido, que é invariável em gênero e número. Nossa intenção ao utilizar o português brasileiro é motivada por questões opostas às de Sá (2017), em que observamos se distinções morfológicas e sintáticas entre português e inglês podem modificar os resultados. Tal análise se faz importante para a descrição linguística, mais especificamente no campo da semântica, contribuindo com a teorização sobre aspectos de definitude do português brasileiro. Além disso, a reaplicação dos experimentos em outra língua pode conferir maior confiabilidade para as descobertas de Sá (2017), apresentando evidências translinguísticas da teoria de que fracos e genéricos são diferentes categorias de definitude.

Nas seções a seguir serão discutidas mais teorias a respeito do artigo definido e a referência (Seção 1) e o embate entre as teorias do definido fraco (Seção 2), principalmente a discussão sobre uma possível equivalência entre o definido fraco e o genérico. Na seção 3 e

¹⁵ Consideramos que a discussão sobre a distinção entre definidos fracos e fortes já foi amplamente debatida (SÁ et al., 2012; SÁ, 2013; BEYSSADE E OLIVEIRA, 2013) e, por isso, focamo-nos na discussão sobre possíveis semelhanças e distinções entre fracos e genéricos.

em suas subseções serão discutidos os experimentos realizados. E por último, apresentamos a conclusão chegada a partir da análise dos resultados obtidos nas reaplicações em português.

1. O Artigo Definido e a Referência

A busca por entender quais seriam as operações linguísticas que possibilitam que, em nosso discurso, cheguemos ao significado de uma sentença, permeia as mais diversas áreas de estudos da linguagem. O filósofo Frege (1978) apresenta um dos marcos teóricos dessa busca ao propor a distinção de referência e sentido. Para o autor, o sentido seria como apresentamos a referência, o conceito associado à expressão (cf. CANÇADO, 2005; CHIERCHIA, 2003), enquanto a referência seria o objeto designado pelos sentidos. Frege, ao pensar em como chegaríamos ao significado de uma sentença, defende que devemos buscar as condições em que tais sentenças seriam verdadeiras no mundo, verificando seus referentes. Para isso, precisamos avaliar suas partes, por meio de uma análise composicional. Assim sendo, para chegarmos ao significado da sentença (4), precisaríamos saber relacionar as partes da sentença, como conhecer a relação estabelecida entre a expressão determinada pelo artigo definido “o hospital” e seu referente no mundo.

(4) *O hospital* estava tão sujo que foi interditado.

A referência é um problema clássico da teoria semântica, com diversas teorias, tratadas por diferentes abordagens (c.f. CHIERCHIA, 2003; ABBOT, 2010). Os estudos de Frege motivaram teorias sobre qual seria o papel do artigo definido na composição da expressão nominal e Russell (1905) foi um dos primeiros a propor uma teoria de definitude, sugerindo a *unicidade* como propriedade principal do artigo definido. Como afirmamos na introdução, o artigo definido seria responsável por delimitar que o sintagma nominal que ele determina denotaria uma e somente uma entidade no mundo. No exemplo (4) acima, podemos observar que “o hospital” denota um e somente um hospital no mundo e, como propõe Frege, para alcançarmos o significado da sentença precisaríamos reconhecer no mundo o referente de “o hospital”. Neste trabalho, o *definido regular* ou *forte* é visto como a expressão nominal

determinada por um artigo definido que apresenta a propriedade da unicidade proposta por Russell¹⁶.

Além de determinar nomes com leitura forte, o artigo definido também determina nomes que apresentam uma *leitura genérica*, ou seja, que apresentam como referência um tipo ou um conjunto de indivíduos do mesmo tipo, como defende Carlson (2005), como em (5). Na sentença (5) “o hospital” não apresenta um único hospital individual no mundo, mas um tipo de lugar que transformou o trabalho de parto. Por denotar um único tipo ou categoria no mundo, o definido genérico apresentaria uma unicidade de tipo.

(5) **O hospital** transformou o trabalho de parto.

Ademais, o papel do artigo definido na análise composicional pode romper com a ideia de unicidade, como foi proposto por Carlson e Sussman (2005). Como já mencionado, os autores afirmam que nem sempre o artigo definido apresentará a propriedade de unicidade defendida por Russell e denominam tais casos de *definido fraco*, como no exemplo (6), em que não há em “o hospital” a necessidade de se denotar um e somente um referente no mundo para chegarmos ao significado da sentença. A unicidade de “o hospital” na sentença é questionável, tanto que uma sentença que poderia ser uma continuação para (6) é o período (6a), em que “o hospital” teria não somente um referente no mundo, mas, pelo menos, três: Hospital das Clínicas, Hospital Risoleta Neves e Hospital Belo Horizonte.

(6) As vítimas do acidente no Anel Rodoviário foram levadas para **o hospital**.

(6a) Duas pessoas, em estado mais crítico, foram levadas para **o Hospital das Clínicas**, outras três, para o **Hospital Risoleta Neves**, ainda há o relato que uma vítima com ferimentos leves teria sido levada para o **Hospital Belo Horizonte**.

Os substantivos que recebem a leitura fraca são descritos por Carlson et al. (2013) como detentores de certas particularidades¹⁷. A primeira é que pode se perceber que os nomes sempre pertencem a algumas categorias que os autores consideram clássicas, como transporte coletivo (ônibus, trem, metrô), meios de comunicação (jornal, TV, telefone), serviços

¹⁶ Outras visões sobre o papel do artigo definido em uma perspectiva composicional podem ser vistas em Donnellan (1966), Heim (1982), Abbot (2004).

¹⁷ Para uma discussão mais detalhada das propriedades em língua portuguesa, ver Sá et al (2016) e Sá (2013).



(hospital, médico, cinema), entre outras. Contudo, uma lista de palavras não é suficiente para determinar os nomes que recebem uma leitura fraca, pois nem sempre uma expressão nominal definida que apresenta uma leitura fraca em uma língua, apresentará a mesma leitura fraca em outra. Além disso, características intrassentenciais se mostraram importantes na leitura fraca, por exemplo, percebeu-se que, em português brasileiro, o definido fraco ocorre mais em posição sintática de objeto ou adjunto (SÁ et al., 2016), e que, nas línguas em que houve descrição do fenômeno, os fracos fazem parte de construções específicas como “ir ao banheiro/ir ao hospital” (CARLSON et al., 2013) e KLEIN et al., 2013). Tais características, combinadas a outras descritas por Carlson e Sussman (2005), Carlson et al. (2006), Carlson et al. (2013), Klein et al. (2013), Aguilar Guevara e Zwarts (2010, 2013), motivaram teorias sobre o definido fraco, descritas na próxima seção.

2. Teorias Sobre O Definido Fraco

Há, pelo menos, duas grandes teorias sobre o definido fraco que motivam nosso trabalho: a teoria de Carlson e seus colaboradores (2013), e o que aqui chamaremos de teoria do genérico, de Aguilar-Guevara e Zwarts (2010, 2013)¹⁸.

Carlson et al. (2013) e Klein et al. (2013) defendem que o definido fraco seja uma categoria da definitude, que, como já discutido, não apresenta a propriedade da unicidade. Os autores realizaram uma série de experimentos para investigar tal categoria, demonstrando em seus dados características como falta de unicidade, enriquecimento semântico e que fariam parte de um processo de incorporação semântica, do sintagma verbal ou do sintagma preposicionado¹⁹. Sá (2017) discute em sua tese que essa teoria da incorporação evidencia o rompimento da propriedade de unicidade defendida por Russell (1905). Neste artigo, evidenciamos nossa investigação nesse fato de que o fraco seria para Carlson et al. (2013), uma diferente categoria de definitude que se diferencia das outras por não apresentar unicidade por si só.

¹⁸ Para outras teorias, ver Beyssade e Oliveira (2013).

¹⁹ Para entender melhor a proposta dos autores, ler Klein et al. (2013), Carlson et al. (2013). Para uma outra visão de incorporação, ler Schwarz (2013).



Já Aguilar-Guevara e Zwarts (2010, 2013) propõem que a leitura fraca é equivalente à genérica, referindo-se a um tipo e, conseqüentemente, apresentando a propriedade da unicidade de tipo. Para os autores, o definido fraco e o genérico seriam algo como “representações de um mesmo fenômeno” (2010, p. 15). Eles defendem que os fracos fazem referência a um tipo de objeto: para eles é como se em (7) fosse o tipo de leitura, jornal, e não livro, por exemplo. Como Sá (2017, p. 34) afirma “(eles) apontam uma leitura genérica do definido fraco, seja do NP propriamente, ou do VP em que o NP está incorporado, salvando a propriedade da unicidade”.

(7) João soube da notícia no jornal.²⁰

Para Aguilar-Guevara e Zwarts (2010, 2013), a ideia de incorporação do sintagma verbal ou preposicional não seria a resposta para solucionar a questão acerca do definido fraco, apesar de acreditarem na existência desse fenômeno. Para os autores, o mais importante é investigar o sintagma nominal determinado pelo artigo definido, o que Sá (2017) busca realizar por meio de um paradigma experimental, contrastando fracos e genéricos.

Nosso estudo também busca investigar o sintagma nominal determinado pelo artigo definido, contrastando definidos fracos e genéricos por meio das reaplicações dos estudos de Sá (2017) em língua portuguesa. Dessa forma, podemos validar a teoria da autora de que o definido fraco seria uma categoria de definitude distinta do definido genérico e do definido regular ou forte, indo de encontro à teoria de Aguilar-Guevara e Zwarts (2010, 2013) e confirmando o proposto por Carlson et al. (2013) e Klein et al. (2013). Ademais, utilizamos o português brasileiro para observarmos se a distinção morfossintática entre português e inglês pode variar os resultados. Acreditamos que tal análise contribuiria com a teorização sobre aspectos de definitude do português brasileiro.

3. Experimentos

²⁰ Exemplo retirado de Sá (2017).

Com o intuito de verificar se fracos e genéricos apresentariam a mesma categoria de definitude, Sá (2017) realizou uma análise de *corpus* em português brasileiro e quatro experimentos *off-line* em língua inglesa. Nosso trabalho consiste na reaplicação dos experimentos em língua portuguesa como forma de validação dos dados obtidos pela autora e de análise sobre possíveis diferenças entre as línguas em relação ao processamento do artigo definido.

Os experimentos realizados foram: Julgamento (subseção 4.2), Decisão Forçada (subseção 4.3), Completação Livre (subseção 4.4) e Completação Forçada (subseção 4.5). Na próxima subseção discorreremos sobre os materiais utilizados nos experimentos, sendo importante observar que todos os experimentos fizeram uso das mesmas sentenças.

3.1 Materiais

Foram traduzidas para o português brasileiro as cinquenta e quatro frases utilizadas nos experimentos em inglês²¹. Nessas frases encontravam-se dezoito sentenças de cada uma das três condições: forte, fraca e genérica, como nos exemplos (8), (9) e (10). Em (8), “a academia” possui prototipicamente uma leitura forte, com unicidade, trata-se da academia que Sara venderá devido à crise econômica. Já em (9), o sintagma “a academia” seria fraco, segundo a concepção de Carlson e Sussman (2005), pois há quebra da unicidade, não sendo necessário o reconhecimento de uma academia específica para se atingir o significado da sentença, pode ser qualquer academia, inclusive Ana pode ir a diferentes academias com a finalidade de se exercitar. Em (10), o mesmo sintagma “a academia”, analisado nas frases anteriores, prototipicamente acarreta a leitura genérica, porque não denota uma academia específica, mas sim a categoria academia, apresentando uma unicidade de tipo, seriam os romanos que criaram esse tipo de coisa, academia, com o objetivo de distrair as pessoas.

(8) Sara vendeu **a academia** por causa da crise.

(9) Ana vai **à academia** a fim de exercitar-se.

²¹ Ao traduzir as frases para o português, fizemos a mudança de alguns nomes próprios de pessoa e lugares para melhor se adaptar à realidade do participante.


(10) Os romanos implantaram *a academia* para fornecer distração às pessoas.

Assim com em Sá (2017), as mesmas sentenças foram usadas em todos os experimentos, que serão descritos nas próximas seções²². Tais sentenças foram divididas em três *scripts*, cada *script* continha 18 sentenças experimentais (seis na condição fraca, seis na forte e seis na genérica), de forma que os sujeitos que vissem a palavra alvo (ex. academia) em uma das condições (ex. condição fraca) não a veria nas outras duas condições (ex. condições forte ou genérica), ou seja, o sujeito que visse a sentença (8) em um dos experimentos não veria as sentenças (9) e (10).

3.2 Julgamento

O primeiro experimento realizado por Sá (2017) foi uma tarefa de julgamento, em que os participantes avaliavam as expressões nominais definidas com leituras classificadas como regular, fraca ou genérica nas sentenças construídas. O mesmo foi feito na reaplicação em português brasileiro.

O sujeito lia uma sentença de cada vez e deveria julgar se a palavra em negrito (palavra alvo que teria a leitura fraca, regular ou genérica) seria um *indivíduo* ou uma *categoria*, por meio de uma escala contínua sem números que apresentava esses termos em seus extremos (Fig. 1). A palavra a ser julgada na Fig.1 é “hospital”, dessa forma, o sujeito deveria ler a sentença e julgar em que grau a palavra estaria mais próxima de conter um sentido individual, de um hospital particular, ou de ser uma categoria, um tipo de lugar. O sujeito poderia mover a seta para qualquer parte da escala até seus extremos, refletindo seu julgamento. A seta a ser movida sempre iniciava no meio da escala. O experimento foi rodado no *software Psiturk*. As 18 sentenças vistas por cada sujeito foram aleatorizadas pelo próprio *software*. Os participantes só viam a palavra alvo em uma das condições.

Maria foi ao **hospital** nesta manhã.
individual —————  ————— categoria

²² A lista completa das sentenças em inglês e em português pode ser encontrada em Sá (2017).

Fig. 1: Tela da tarefa de julgamento com a sentença contendo a palavra “hospital” a ser julgada e a escala.

Assim como no experimento em inglês, para que os conceitos individual e categoria ficassem claros, as instruções continham uma explicação. Os sujeitos eram instruídos a julgar como “indivíduo” a palavra em negrito na sentença que se remetesse a um indivíduo particular no mundo. Já em casos em que a palavra na sentença se remetesse a uma categoria, sem indivíduos particulares, ela deveria ser classificada como “categoria”, exemplos dos dois casos foram dados. O participante também foi instruído que poderiam acontecer casos em que não seria tão fácil realizar o julgamento e que o sujeito era livre para mover a seta para qualquer lugar da escala que refletisse seu julgamento.

Como em inglês, o objetivo era observar o julgamento consciente do participante sobre os materiais criados. Como as sentenças nas condições forte (ou regular) e genérica eram consideradas prototípicas, esperava-se que o nome com leitura regular, como ele apresenta um único referente identificável no mundo, seria classificado mais próximo do eixo “indivíduo” pelos sujeitos. Já a expressão nominal definida com leitura genérica, por apresentar um único tipo, uma categoria no mundo, seria marcada mais próxima do eixo “categoria” na escala. Com relação ao fraco, assim como no experimento em inglês, era esperado que, se a teoria de Aguilar-Guevara e Zwarts fosse verdadeira, fracos e genéricos apresentariam julgamentos semelhantes, próximos ao eixo “categoria”. Se fossem uma outra categoria de definitude, seu julgamento seria distinto das demais leituras.

3.2.1 Participantes

30 alunos de graduação (24 mulheres), após a aceitação de um termo de consentimento livre e esclarecido, com idades de 18 a 52 anos (média 27.2) realizaram o experimento em um mesmo computador.

3.2.2 Resultados

Como no experimento original, na programação do experimento, foram atribuídos números de 0 a 100 à escala, de forma contínua, sendo 0, individual, e 100, categoria. A primeira medida analisada foram as médias de julgamento por tipo de definido.

Como esperado, em inglês (Fig. 2), a média dos julgamentos dos nomes genéricos foi mais próxima do eixo categoria, 80,63, enquanto a média dos nomes com leitura regular se manteve próxima ao eixo do indivíduo, 19,82. O definido fraco apresentou uma média mais próxima da média dos definidos regulares do que dos definidos genéricos, 34,56, mas é significativamente diferente dos dois outros tipos de definidos.

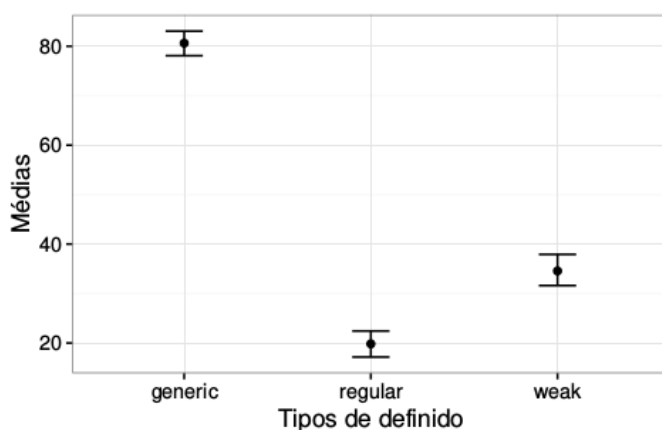


Fig. 2: Médias dos julgamentos (de indivíduo para categoria) por condição em inglês (SÁ, 2017, p.66).

Em português, os dados obtidos foram próximos do inglês (Fig. 3). A média dos julgamentos dos nomes genéricos foi mais próxima do eixo categoria, 79,4, enquanto a média dos nomes com leitura regular se manteve próxima ao eixo do indivíduo, 21. Contudo, o definido fraco apresentou um maior distanciamento tanto dos regulares quanto dos genéricos, com uma média de 42,1, ainda significativamente diferente dos dois outros tipos de definidos²³.

²³ Análise estatística por meio de um modelo linear misto, rodado pelo pacote LME4 no R [lmerMod]. Fórmula: $data \sim condition + (1 + condition | subject) + (1 + condition | item)$. Controle: `lmerControl(optimizer = "bobyqa")`. Condição fraca em contraste com a genérica, estimativa = -37.272, erro padrão= 5.935, t-valor= -6.28.

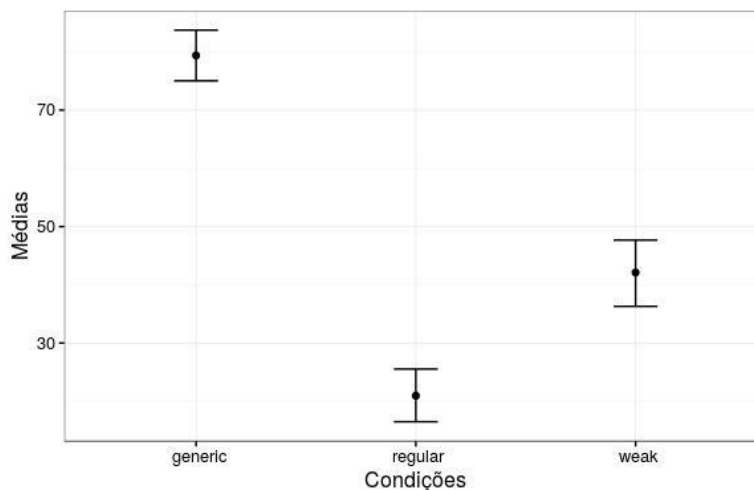


Fig. 3: Médias dos julgamentos (de indivíduo para categoria) por condição em português.

3.2.3 Discussão

Assim como em inglês, em português as três condições apresentaram diferentes médias de julgamentos. Os julgamentos dos definidos genéricos se apresentaram no eixo oposto dos definidos regulares. Enquanto os regulares, ou fortes, possuem a propriedade da unicidade de indivíduo, sendo classificados como individual em nossa escala, os genéricos apresentam uma unicidade de tipo e, por isso, são classificados como categoria. O definido fraco apresentou uma média significativamente diferente das outras duas, próxima da metade da escala, de forma mais robusta do que Sá (2017) encontrou em inglês. Tais dados são fortes indícios de que fracos e genéricos possuem diferentes distribuições, o que não condiz com a tese Aguilar-Guevara e Zwarts (2013). Os dados de Sá (2017) foram corroborados.

3.3 Decisão Forçada

O segundo experimento replicado foi o de decisão forçada. O experimento consistia na decisão consciente do sujeito entre duas possíveis continuações para a sentença: um

referente novo (Um X....) ou uma expressão anafórica (Esse ou Essa X...) (Fig. 4). O sujeito clicava na continuação que ele achava o melhor início de continuação para a sentença. O experimento foi realizado através da plataforma SONA, que aleatorizava automaticamente os itens experimentais e a ordem de exibição das duas escolhas.

Maria foi ao hospital pela manhã.

Esse hospital... Um hospital...

Fig. 4: Tela da tarefa de decisão forçada com a sentença e as possíveis escolhas de continuação.

Assim como no inglês, o experimento foi baseado na ideia de que como os definidos regulares são vistos como individuais, apresentando unicidade, esperava-se que os participantes optassem pela escolha anafórica (Esse ou essa X...), retomando o objeto que já estaria presente no discurso (cf. ALMOR, 1999). O mesmo tipo de escolha não pode ser esperado para o definido genérico, pois não apresenta a unicidade de indivíduo, tornando a retomada mais difícil e a escolha por um novo referente mais provável. Já no caso dos definidos fracos, se eles realmente forem genéricos, como propõe Aguilar-Guevara e Zwarts (2010, 2013), eles teriam um comportamento similar ao dos genéricos, com maior probabilidade de escolha do novo referente.

3.3.1 Participantes

O experimento contou com a participação de noventa pessoas (52 mulheres), com o ensino médio completo e idade média de vinte e dois anos.

3.3.2 Resultados

Assim como no inglês, foram encontrados padrões diferentes para as três leituras em português (Fig. 6). Como esperado, em inglês, Sá (2017) observou que as sentenças que continham definidos genéricos tiveram como preferência por sua continuação um novo referente, 76,7% das vezes, enquanto com a leitura forte a preferência pelo novo foi de somente 23,4%. O definido fraco se mostrou significativamente diferente do genérico, a decisão por um novo referente aconteceu 42,9% das vezes (Fig. 5).

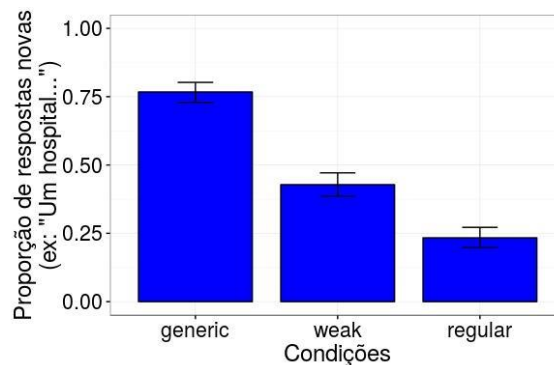
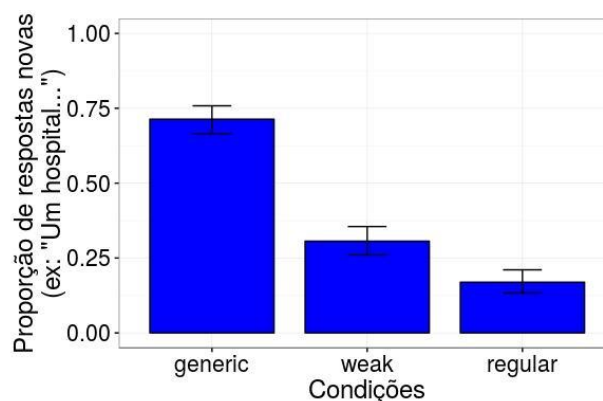


Fig. 5: Proporção de escolha do novo referente (ex. Um hospital...) por condição em inglês (SÁ, 2017, p.72).

Em português também encontramos o esperado para forte e genérico e uma diferença significativa entre fracos e genéricos (Fig. 6). As sentenças com o definido regular foram menos completadas com o novo, 16,9%, e as com o definido genérico com o maior número de continuação com um novo referente, 71,3%. O fraco aparece novamente significativamente²⁴ diferente do genérico, pois a decisão por um novo referente ocorreu 30,6% das vezes.



²⁴ Análise estatística por meio de um modelo de regressão logística binomial rodado pelo pacote LME4 no R [‘glmerMod’]. Fórmula: choice == data ~ condition + (1 + condition | subject) + (1 | item). Controle: lmerControl(optimizer = "bobyqa"). Condição fraca em contraste com a genérica, estimativa = -2.3165, erro padrão = 0.3160, z-valor = -7.331, p < 0.001.

Fig. 6: Proporção de escolha do novo referente (ex. Um hospital...) por condição em português.

3.3.3 Discussão

Os resultados obtidos confirmam os resultados obtidos por Sá (2017), o que desfavoreceria a teoria de Aguilar-Guevara e Zwarts (2010, 2013), pois a leitura fraca apresentou dados diferentes do genérico, se comportando como diferentes categorias de definitude.

3.4 Completação²⁵ livre

A tarefa consistia na criação de uma continuação para as sentenças experimentais, ou seja, os participantes deveriam criar uma sentença que continuasse a anterior da forma que desejassem (Fig. 7). O experimento foi montado na plataforma *online Google* Formulários, que aleatorizava automaticamente as sentenças.

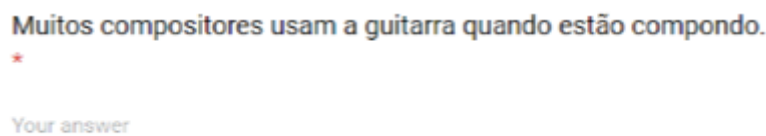


Fig. 7: Tela da tarefa de completação livre com a sentença contendo a palavra “guitarra” acompanhada de o campo disponível para ser escrita a continuação da sentença.

Além de observar se fracos e genéricos teriam completações semelhantes, o que corroboraria a teoria de Aguilar-Guevara e Zwarts, o experimento pretendia observar a repetição da palavra alvo (ex. guitarra) na frase a ser criada pelos participantes. A hipótese de Sá (2017) era que se o definido fraco estivesse incorporado ao VP, como defendido por

²⁵ O termo “completação” foi utilizado como uma tradução do inglês do termo *completion* por decisão das autoras, por tentarem manter uma nomenclatura similar à utilizada nos experimentos de Sá (2017).

Carlson et al. (2013), sua repetição seria menos provável do que em casos em que a incorporação não aconteceria, como nas condições regular e genérica.

3.4.1 Participantes

Foram setenta e três pessoas (53 mulheres) participantes do experimento em língua portuguesa. Os participantes tinham entre dezoito a trinta anos, com o ensino médio completo.

3.4.2 Resultados

Na análise dos resultados, o número de repetição da palavra alvo (por exemplo, guitarra) foi avaliado. Em inglês, foram contabilizadas como repetição da palavra alvo as ocorrências em que houve a repetição da palavra alvo por pronome, DP (qualquer tipo de determinante + palavra alvo) e nome no plural ou singular (palavra alvo sem determinante).

Além dos tipos de ocorrência que foram contabilizadas em inglês, em português, contabilizamos outro tipo de repetição, por elipse. Diferentemente do inglês, em português repetimos um referente por meio de elipse. Dessa forma, consideramos a elipse na posição sintática de sujeito em que se era clara a repetição da palavra alvo. Abaixo seguem alguns exemplos de repetição em português (10-13)²⁶.

(10) **Sentença experimental:** Matheus foi à ópera com seus amigos.

Continuação do participante: *e lá encontrou uma namorada.*

(11) **Sentença experimental:** Matheus foi à ópera com seus amigos

Continuação do participante: *e se apaixonou por ópera.*

(12) **Sentença experimental:** O grande compositor alemão, Wagner, mudou a ópera para sempre.

²⁶ Todas as continuações de participantes trazidas como exemplo estão exatamente como foram feitas, sem correções ortográficas, de concordância etc. Para exemplos em inglês ver Sá (2017, p. 74-78).

Continuação do participante: *Um talento inigualável, que ensinou ao mundo como sentir a ópera e não apenas ouvi-la.*

(13) **Sentença experimental:** Na terça-feira, pegamos o metrô para a estação Vilarinho.

Continuação do participante: *e estava lotado.*

No experimento em inglês (Fig. 8), Sá (2017) confirmou a hipótese de Carlson et al. (2013), sendo repetida a palavra alvo significativamente menos na condição fraca, 11,9%. A condição genérica apresentou uma maior frequência de repetição, 42,4%, e a palavra alvo com leitura forte foi repetida 25,5% das vezes. Além disso, a falta de equivalência dos dados entre fracos e genéricos demonstraram categorias com diferentes comportamentos.

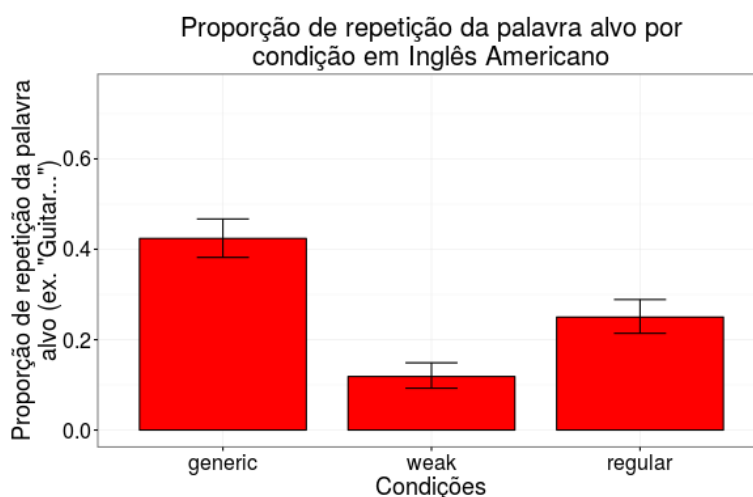


Fig. 8: Proporção de repetição da palavra alvo (ex. Guitarra...) por condição em inglês americano (SÁ, 2017, p.76).

Na reaplicação do experimento (Fig. 9) em português também foi encontrado três comportamentos significativamente distintos²⁷, refutando a teoria de Aguilar-Guevara e Zwarts (2013). A palavra alvo com leitura fraca foi repetida 13,7%, enquanto a genérica foi repetida 21,2% e a regular 17,8%.

²⁷ Análise estatística por meio de um modelo de regressão logística binomial rodado pelo pacote LME4 no R [‘glmerMod’]. Fórmula: choice == data ~ condition + (1 + condition | subject) + (1 | item) . Controle: lmerControl(optimizer = "bobyqa"). Condição fraca em contraste com a genérica, estimativa = -0.6234 , erro padrão= 0.3116 , z-valor= -2.000, p<0.05.

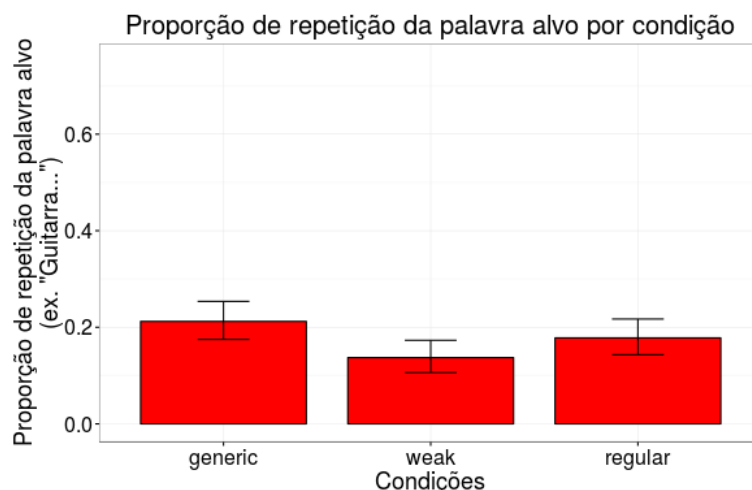


Fig. 9: Proporção de repetição da palavra alvo (ex. Guitarra...) por condição em português.

Mais alguns dados retirados do experimento em português podem ser vistos nos exemplos (14), (15) e (16) abaixo:

(14) **Sentença experimental (condição genérica):** Muitos compositores usam a guitarra quando estão compondo.

Continuação do participante: *Ela os ajuda a compor de acordo com um ritmo.*

(15) **Sentença experimental (condição fraca):** Jim Hendrix tocava a guitarra melhor que qualquer um.

Continuação do participante: *Sabia como manuseá-la corretamente.*

(16) **Sentença experimental (condição regular):** Samuel vendeu a guitarra ano passado.

Continuação do participante: *Ainda bem! Porque até hoje ele acredita que para se tocar guitarra precisa-se de arco.*

3.4.3 Discussão

No experimento em inglês, Sá (2017) concluiu que os definidos fraco e o genérico possuem um padrão diferente, sendo a palavra com leitura fraca menos repetida. Esse fato confirma a teoria da incorporação, no qual o objeto não tem importância por si só, e sim o evento como um todo, como no exemplo (1), o evento “ir ao hospital”. Em português brasileiro, a análise dos dados corrobora os resultados obtidos, porém pode-se observar uma diminuição das repetições nas categorias forte e, mais drasticamente, na genérica.

Acreditamos que tal mudança pode ser atribuída às diferenças de ordem morfosintática entre as duas línguas. Apesar de ser altamente aceitável a leitura genérica aparecer sob forma de expressão nominal definida, sua baixa ocorrência já havia sido apontada por Carlson (2005). A baixa frequência da forma em língua inglesa pode ter influenciado o alto número de repetições da palavra alvo em inglês com a leitura genérica. Contudo, tal fato só pode ser considerado graças à reaplicação em português, que aparentemente apresenta uma maior naturalidade dos falantes em relação à avaliação da leitura fraca sob forma de expressão nominal definida.

3.5 Completação forçada

O experimento de completção forçada possui algumas semelhanças com o experimento anterior (Fig. 10), pois os sujeitos deveriam escrever uma sequência para a sentença lida. A diferença se encontra no fato de que os participantes eram forçados a repetir a palavra alvo, que vinha entre aspas. Nada foi dito em relação aos determinantes das palavras ou em relação a possíveis formas de repetição.

Além das sentenças experimentais, assim como no experimento em inglês, os sujeitos ainda completaram 36 sentenças distratoras, com o objetivo de manter o sujeito inocente em relação à tarefa. O experimento foi montado na plataforma *online Google Formulários*, que aleatorizava automaticamente as sentenças.

Os gregos inventaram o 'espelho' há muito tempo. *

Your answer

Fig. 10: Tela da tarefa de completção forçada com a sentença contendo a palavra “espelho” junto ao campo disponível para ser escrita a continuação da sentença.

A intenção do experimento foi analisar a forma de repetição da palavra alvo. Em inglês, esperava-se que, sendo a sentença estímulo uma sentença em que a palavra alvo se



encontrava na condição genérica, haveria uma maior chance que a repetição fosse realizada com formas que são mais frequentes ao nome genérico em inglês, como o *nu* plural (*bare plural*). Tais formas eram esperadas em menor frequência nas expressões definidas regulares, que tenderiam a aparecer como retomada anafórica sob a forma de pronome, expressão nominal definida (cf. GUNDEL, HEDBERG e ZACHARSKI, 1993). Em português, sabemos que o nome singular *nu* e o nome plural *nu* também são relacionados ao genérico, enquanto formas pronominais, o nome determinado pelo artigo definido e a elipse são formas para retomada anafórica, que é esperada na condição forte. Dessa forma, caso as formas de fraco e genérico se equivalessem em qualquer uma das línguas, teríamos uma evidência que serviria de suporte à teoria de Aguilar-Guevara e Zwarts (2013).

3.5.1 Participantes

Nesse experimento, trinta e seis pessoas participaram (25 mulheres). Os sujeitos tinham entre dezoito a quarenta e três anos e, pelo menos, o ensino médio completo.

3.5.2 Resultados

Os resultados obtidos por Sá (2017) para o inglês (Fig. 11) demonstraram que o nome determinado pelo artigo definido (que os autores chamaram de *dp* no eixo *y* da Figura) foi a forma mais frequente de repetição em todas as condições, o que esperado pelo efeito de *prime*, em que os nomes nos estímulos também apareciam na forma artigo definido mais nome. Na condição genérica, o segundo tipo de repetição mais frequente em inglês foi o nome plural *nu* (que foi chamado de *bp* - *bare plural* - na Figura), sendo a única condição que apresenta esse tipo de retomada²⁸.

²⁸

Para exemplos das formas utilizadas para a repetição em inglês, leia Sá (2017, p.78-82).

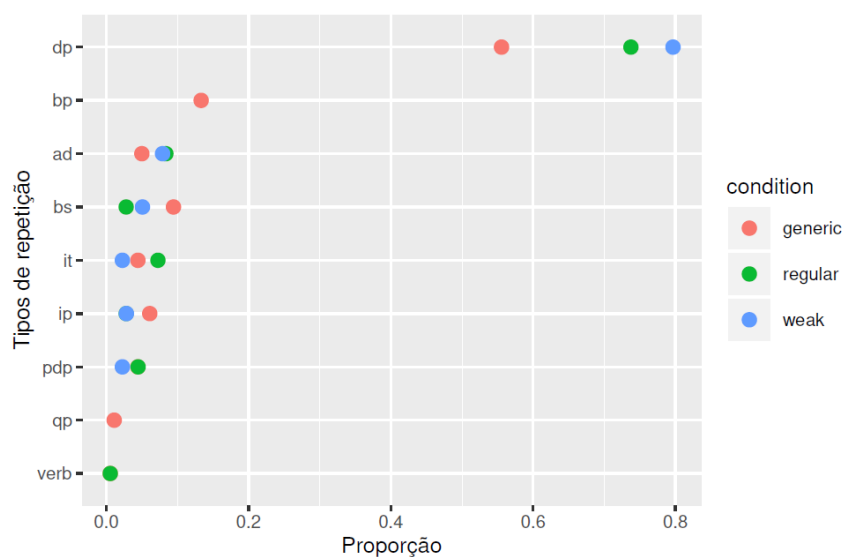


Fig. 11: Proporção dos tipos de repetição por condição em inglês americano (SÁ, 2017, p.79).

Os resultados do português se encontram na Fig.12 e, assim como no inglês, a forma mais utilizada para retomada em todas as condições é a do nome determinado pelo artigo definido (que chamamos de dp no eixo y da figura). Além disso, apareceram repetições nas formas: pronome + nome (pdp), nome singular nu (bs), artigo indefinido + nome (ip), artigo definido plural + nome plural (dpp), nome plural nu (bp), quantificador + nome (qp). Como podemos observar, ao contrário do inglês, quase todas as formas ocorreram em todas as posições. Além disso, a ocorrência em outra forma que não fosse a de artigo definido + nome ocorreram em tão baixa frequência que falta poder estatístico para observar se as diferenças seriam significativas. Dessa forma, os dados em português não corroboram os dados de Sá (2017).

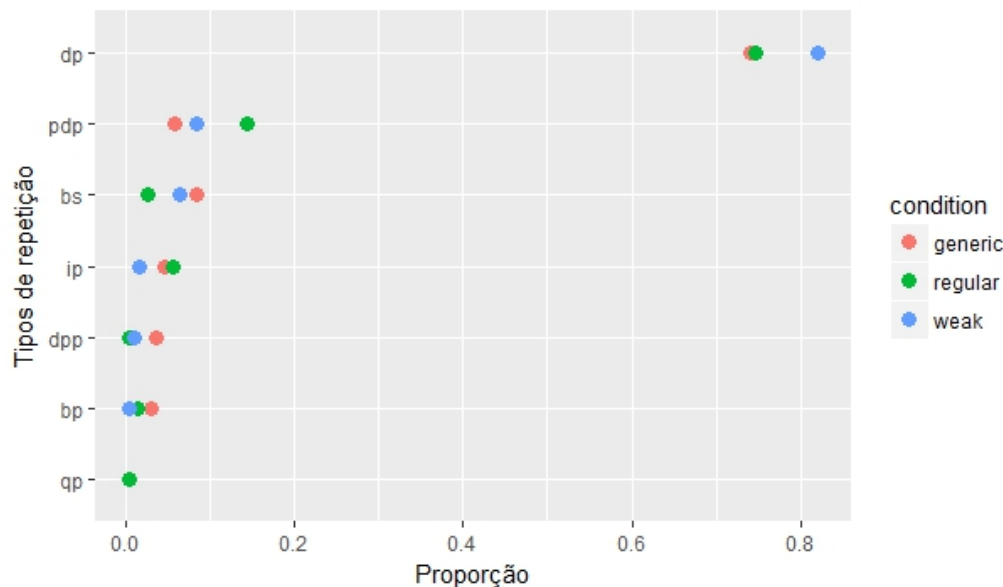


Fig. 12: Proporção dos tipos de repetição por condição em português.

Alguns dados retirados do experimento em português podem ser vistos nos exemplos (16), (17) e (18) abaixo:

(16) **Sentença experimental (condição genérica):** Nova Iorque foi a primeira cidade a implantar o metrô em 1869.

Continuação do participante: *Atualmente temos metros em todas as grandes cidades do mundo.*

(17) **Sentença experimental (condição fraca):** Arthur lê o jornal todas as manhãs.

Continuação do participante: *Ele compra jornais todo dia.*

(18) **Sentença experimental (condição regular):** Jéssica quebrou o espelho aquela noite.

Continuação do participante: *A menina Jéssica é muito descuidada quando se trata de espelhos.*

3.5.3 Discussão

Comparando os resultados do inglês e do português, é possível perceber que os resultados apresentam um padrão diferente nas duas línguas. No inglês a repetição BP (*bare plural*) só foi encontrada na leitura genérica, enquanto no português ela foi encontrada nas três categorias. Além disso, o número de ocorrência é tão baixo nas categorias que não há poder estatístico para se estabelecer se há uma diferença significativa entre uma ou outra

forma. Assim, os dados não corroboram Sá (2017) e não fazem distinção entre nenhuma das três categorias de definitude. Não só fracos e genéricos não apresentam características distintas, como também fraco e regular, regular e genérico não se distinguem.

Tais resultados podem ser, mais uma vez, uma questão da distinção morfossintática entre as línguas inglês e português. Como afirmamos, apesar de o inglês apresentar a forma artigo + nome como uma forma morfossintática da leitura genérica, a mesma não é tão frequente, enquanto a forma do nome plural nu é frequente como genérico. Em português, faltam estudos de *corpus* que investiguem a frequência das formas nominais do nome genérico. Temos uma intuição de que há uma maior flexibilidade entre as possíveis formas de determinação do nome e suas leituras referenciais.

4. Discussão Geral

A discussão sobre o papel do artigo definido em uma visão composicional tem permeado importantes discussões no cenário dos estudos semânticos (cf. KLEIN et al, 2013; BEYSSADE E OLIVEIRA, 2013; ABBOT, 2010; CHIERCHIA, 2003). Nosso objetivo era reaplicar experimentos realizados em língua inglesa por Sá (2017) em língua portuguesa com o intuito de validar os dados encontrados e observar possíveis mudanças causadas pelas distinções morfossintáticas entre as línguas.

Os dados de Sá (2017) foram corroborados no experimento de Julgamento, Decisão Forçada e Completação livre. A distinção presente entre fracos e genéricos nesses experimentos dá suporte à teoria de que o definido fraco é uma categoria de definitude, distinta de genéricos, ao contrário do que propõem Aguilar-Guevara e Zwarts (2010, 2013). No experimento de Julgamento, por exemplo, as três diferentes médias para as três leituras confirmam o fraco como categoria e, além disso, a diferença encontrada na leitura fraca em português brasileiro e inglês, em que o português apresenta dados mais robustos para uma terceira categoria de definitude, deixa ainda mais clara uma distinção entre fracos, fortes e genéricos.

Tais dados, junto aos dados obtidos nos experimentos de Decisão Forçada e Completação Livre, permitem-nos dizer que os dados de Sá (2017) parecem ser confirmados translinguisticamente e, dessa forma, contribuir para a ciência linguística.

Na completação livre, apresentaram ainda uma significativa diferença entre as leituras fraca e genérica, mas o índice de repetição da leitura genérica teve uma drástica diminuição em língua portuguesa. Os dados em língua portuguesa permitiram observar possíveis efeitos de frequência nos dados do inglês e permitiram a observação de que a língua portuguesa aparenta ter uma maior naturalidade em relação a expressões com leituras genéricas expressas por artigo definido + nome.

Na completação forçada, os dados de Sá (2017) não foram corroborados e não se encontraram distinções na morfossintaxe de repetição nem de fracos e fortes, nem de fracos e genéricos, nem de fortes e genéricos, o que nos faz questionar mais uma vez as diferenças morfossintáticas entre inglês e português em relação à propriedade da unicidade e, conseqüentemente, ao papel dos determinantes do português em uma teoria composicional.

Como discutido, o inglês não apresenta grande frequência de ocorrência da expressão genérica, com o nome sendo determinado por um artigo definido, enquanto a forma do nome plural *nu* é frequente como genérico. Em português, faltam estudos que apurem a frequência das formas nominais do nome genérico, assim como das outras possíveis leituras em uma perspectiva composicional que tem o determinante como parte importante da identificação do referente que ele quantifica.

Temos uma intuição de que há uma maior flexibilidade entre as possíveis formas de determinação do nome e suas leituras referenciais em português brasileiro e acreditamos que as observações que trazemos em nossos dados motivam futuros estudos sobre a ocorrência de tais dados em *corpus* e em experimentos que comparem como os falantes nativos de português brasileiro lidam com as várias formas que a leitura genérica pode vir, como o *nu* singular e o plural, o nome determinado por um artigo indefinido, por um artigo definido singular ou plural. Assim, contribuímos para a discussão sobre o artigo definido e a referência em língua portuguesa, mas acreditamos que mais dados de origem quantitativa e qualitativa sejam necessários para melhor entendermos o sistema de definitude de nossa língua.

Referências:

- ABBOT, Barbara. Definiteness and indefiniteness. In: HORN, Laurence R.; WARD, Gregory. *Handbook of Pragmatics*. Oxford, Blackwell, p. 122-149, 2004.
- _____. *Reference*. Oxford, Oxford University Press, 2010.
- AGUILAR-GUEVARA, Ana.; ZWARTS, Joost. Weak definites and reference to kinds. *Proceedings of SALT*, Ithaca, NY: CLC Publications, no.20, p. 179-196, 2010.
- _____. Weak definites refer to kinds. *Weak definites across Languages*, Recherches Linguistiques de Vincennes, v. 42, p. 33–60, 2013.
- ALMOR, Amit. Noun-phrase anaphora and focus: The informational load hypothesis. *Psychological Review*, Providence, no. 106, p. 748–765, 1999.
- BEYSSADE, Claire.; OLIVEIRA, Roberta Pires de. *Weak definites across Languages*. [S.l.]: Recherches linguistiques de Vincennes. v. 42, 2013.
- _____. Weak definites refer to kinds. In: BEYSSADE, Claire.; OLIVEIRA, Roberta Pires de. *Weak definites across Languages*. Recherches linguistiques de Vincennes, no.42, p.33-60, 2013.
- CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.
- CARLSON, Greg. Generic reference. In: BROWN, Keith. (Ed.). *The Encyclopedia of Language and Linguistics*. Amsterdam, Elsevier, p.1-4, 2005.
- CARLSON, Greg.; SUSSMAN, Rachel.; KLEIN, Natalie.; TANENHAUS, Michael. Weak definites noun phrases. *Proceedings of NELS*, Amherst, v. 36, p. 179–196, 2006.
- CARLSON, Greg.; KLEIN, Natalie.; GEGG-HARRISON, Whitney.; TANENHAUS, Michael. Weak definites as a form of definiteness: Experimental investigations. *Weak definites across Languages*, Recherches Linguistiques de Vincennes, v. 42, p. 11–32, 2013.
- CARLSON, Greg.; SUSSMAN, Rachel. Seemingly indefinite definites. In: KEPSAR, . M. R. S.(Ed.). *Linguistic Evidence*, Berlin: de Gruyter, 2005.
- CHIERCHIA, Gennaro. *Semântica*, Campinas, Editora Unicamp, 2003.
- DONNELLAN, Keith. Reference and Definite Descriptions. *In Semantics: An Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*, Londres, Cambridge University Press, p. 100–114, 1966.
- FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- GUNDEL, Jeanette.; HEDBERG, Nancy.; ZACHARSKI, Ron. Cognitive status and the form of referring expressions in discourse. *Language*, v. 69, no. 2, p. 274–307, jun.1993.
- HEIM, Irene. The semantics of definite and indefinite noun phrases. In: HANKAMER, Jorge. (Ed.). *Outstanding dissertations in Linguistics*, New York, Garland Publishing Inc., 1982.
- KLEIN, Natalie.; GEGG-HARRISON, Whitney.; CARLSON, Greg.; TANENHAUS, Michael. Experimental investigations of weak definite and weak indefinite noun phrases. *Cognition*, v.128, p.187-213, 2013.

ROBERTS, Craige. Uniqueness in definite noun phrases. *Linguistics and Philosophy*, Netherlands, v. 26, no.3, p. 287-350, 2003.

RUSSELL, Bertrand. On denoting. *Mind*, New Series, Londres, v. 14, p. 479–493, 1905.

SÁ, Thaís Maíra Machado de. *Definido fraco e definido genérico: duas faces do mesmo fenômeno? Uma investigação experimental*. 2017, 120 f., (Tese de Doutorado em Estudos Linguísticos), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SÁ, Thaís Maíra Machado de.; SARAMAGO, Maria Emília.; LIMA, Maria Luiza da Cunha. A corpus data of weak definites in Brazilian Portuguese. *Revista da ABRALIN*, v.15, n.1, p. 101-120, jan./jun. 2016.

SÁ, Thaís Maíra Machado de. *Definidos fortes e fracos: um estudo sobre libras*. 2013, 96 f., (Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SÁ, Thaís Maíra Machado de.; SOUZA, Guilherme Lourenço de.; LIMA, Maria Luiza da Cunha.; BERNARDINO, Elidéa Lúcia Almeida. Definiteness in brazilian sign language: a study on weak and strong definites. *ReVEL*, v. 10, p. 21–38, 2012.

SCHWARZ, Florian. Different Types of Definites Crosslinguistically. *Language and Linguistics Compass*, v. 7, no. 10, pages 534–559, 2013.

STRAWSON, Peter Frederick. On referring. *Mind*, New Series, Londres, v. 59, p. 320–344, 1950.

Recebido em: 15/06/2017

Aceito em: 19/08/2017



HAVERÁ ARTIGO DEFINIDO EM RONGA?

IS THERE A DEFINITE ARTICLE IN RONGA?

Bento Siteo²⁹

Ernesto Mario Dimande³⁰

RESUMO

No presente artigo analisamos, por meio de uma abordagem sincrônica, o processo de expressão da definitude em Ronga, uma língua do grupo bantu, falada na região sul de Moçambique. Nele, procuramos encontrar respostas a esta pergunta, discutindo as estratégias que os falantes desta língua adotam para efeitos de expressão da definitude. Os dados que suportam a análise são da variante dialectal *Xinondrwana* e foram obtidos através de um questionário estruturado, submetido aos falantes nativos da língua. A análise destes dados sugere que nesta língua não existe artigo definido. Assim sendo, para efeitos de expressão de definitude, os falantes desta língua adotam várias estratégias, entre as quais, o emprego de demonstrativos, clíticos, assim como o uso de pronomes absolutos. Por outro lado, pretendemos lançar alguma luz sobre aquilo que alguns estudiosos têm confundido com o artigo definido, a partícula eufónica *a-*, que amiúde antecede nomes e ocorre também com palavras de outras classes nominais.

PALAVRAS-CHAVE: Ronga; Artigo definido; Definitude, Partícula eufónica

ABSTRACT

*In this article, by means of a synchronic approach, we analyzed the process of expressing definiteness in Ronga, a bantu language spoken in the southern region of Mozambique. We seek answers to this question, discussing the strategies that the speakers of this language adopt for expressing definiteness. The data that support the analysis are from the Xinondrwana dialect. They were obtained through a structured questionnaire submitted to the native speakers of the language. The analysis of the data suggests that there is no definite article in this language. Thus, for the purpose of expressing definiteness, the speakers of this language adopt several strategies, including the use of demonstratives, clitics as well as absolute pronouns. We also want to shed some light on what some scholars of Ronga have confused with the definite article, the euphonic particle *a-*, which often precedes nouns and also occurs with words of other nominal class.*

KEYWORDS: Ronga; Definite article; Definiteness; Euphonic particle

²⁹ Doutorado em Linguística Africana pela Universidade de Leiden (Holanda). Mestrado em Linguística Africana pela Universidade de Varsóvia (Polónia). Professor jubilado da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique). E-mail: bsithoye@gmail.com

³⁰ Investigador Estagiário, Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) Departamento de Estudos de Linguagem. Doutorando em Linguística Teórica, do Departamento de Linguística e Literatura, da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS), da UEM. E-mail: dimande40@gmail.com



1. Introdução

Uma das temáticas que têm alimentado aceras discussões, em nível da linguística descritiva de diversas línguas naturais é a definitude, entendida como um mecanismo semântico de determinação de núcleos de sintagmas nominais (SNs), numa dada situação de comunicação.

Sobre a definitude, uma análise atenta à literatura, permite concluir que as línguas comportam-se de maneira diferente, existindo línguas em que este elemento está presente e outras em que este item não ocorre. De fato, enquanto em algumas línguas existem partículas cujo papel exclusivo é o de assinalar a definitude ou indefinitude de SNs, em outras, este processo realiza-se através de outros mecanismos sintáticos, conforme mostram os exemplos:

(1) a. *A* professora não veio à escola.

b. Viajei com *o* aluno.

(2) a. *Tàuhshīn yáuh (yāt) go yàhn yahp jó àih.*

Mesmo agora haver (um) CL5 pessoa entrar PFV⁶ vir.

‘Alguém entrou mesmo agora.’

b. *Māau hóu jūngyi síhk yú ge.*

Gato muito gostar comer peixe PRT⁷

‘Os gatos gostam muito de comer peixe.’

(Zhang, 2010:60)

onde em (1a) ilustra-se a marcação da definitude na língua portuguesa através do artigo definido *a*, para sinalizar que se trata de uma professora conhecida pelos interlocutores e, em (1b), através do artigo definido *o*, também para dar conta de que se trata de um aluno claramente identificado. Contrariamente a estes exemplos, em (2), Zhang (2010), resumindo os resultados de Li & Thompson (1989) e Matthews & Yip (1994), mostra que o Cantonês, sendo uma língua sem artigos definidos e sintaticamente de tópico-proeminente, para expressar a definitude recorre a mecanismos semânticos e pragmáticos. Assim, a título de



exemplo, em (2a) constatamos que o marcador existencial *yáuh* é usado para introduzir um novo tópico. Em (2b) sugere-se, segundo Zhang (2010), que os SNs genéricos podem ser tratados como definidos e, por isso, ocupam a posição de tópico.

Para além da topicalização, Zhang (2010), considera que os falantes da língua cantonesa recorrem a outros mecanismos dêiticos, como por exemplo, o uso de pronomes demonstrativos, conforme se constata nos seguintes exemplos:

- 3a. *nī* *gāan* *hohkhaauh.*
Esta CL escola
‘esta/a escola’
- b. *gó* *jēung* *tói.*
aquela Cl mesa
‘aquela/a mesa’

(Zhang, 2010:62)

Os demonstrativos *nī* ‘este’ e *gó* ‘aquele’, em (3a) e em (3b), respectivamente, permitem que tanto a escola, quanto a mesa sejam claramente identificáveis pelos interlocutores da comunicação.

O presente artigo, que tem como título “*Haverá artigo definido em Ronga?*”, surge no contexto do “convite” formulado pelos Professores Soélis Teixeira do Prado Mendes (ICHS/UFOP) e Eduardo Tadeu Roque Amaral (FALE/UFMG) no sentido de submissão de artigos que discutam a temática de artigo definido nas línguas naturais. Assim, em jeito de pergunta, pretendemos, em termos gerais, analisar o processo linguístico de expressão da definitude na língua ronga. Mais especificamente, nosso objectivo é, por meio de uma abordagem puramente sincrônica, observar como nesta língua são realizadas as funções do artigo definido. Isto porque um dos temas que ainda carece de estudos, no nível da sintaxe e da semântica das línguas bantu em geral, e sobretudo das faladas em Moçambique, é o

processo de expressão da definitude. Por outro lado, pretendemos lançar alguma luz sobre aquilo que alguns estudiosos de Ronga têm confundido com o artigo definido, a partícula eufônica *a-* (PE), que amiúde antecede nomes e que coocorre também com palavras de outras classe nominais.

A pesquisa está ancorada na *Teoria de Familiaridade da Definitude*, que, segundo Silva (2013), foi desenvolvida por Christophersen (1939), na qual se defende, essencialmente, que “*a função primordial da definitude seria assinalar que o referente pretendido de um SN já é familiar à audiência no corrente estágio de conversação.*” (SILVA, 2013, p. 58).

Em termos estruturais, organizamos o trabalho em 6 seções. Esta é a seção introdutória e nela contextualizamos a pesquisa, apresentando o tema e os objetivos. A segunda seção tem o título “*África, um mosaico linguístico*”, e nela descrevemos a situação linguística do continente africano e especificamente de Moçambique. Ainda nesta seção, apresentamos alguns elementos da língua em estudo (o Ronga) como, por exemplo, a sua localização geográfica, o número de falantes e as suas variantes dialetais, bem como a organização de nomes em classes nominais. A terceira seção é dedicada ao aporte teórico, no qual fazemos uma breve revisão de literatura sobre a definitude. A quarta seção aborda o processo da expressão da definitude na língua ronga e nela, para além de, através de dados empíricos, demonstrarmos que de fato esta língua não possui artigo definido, apresentamos as estratégias que os seus falantes adotam no processo de definitização. Na quinta seção tentamos “*colocar os pontos nos is*” sobre a partícula ronga *a-* que tem sido confundida com o artigo definido, apresentando dados que refutam esta posição. Finalmente, na sexta seção, tecemos as “*considerações finais*”, avaliando o trabalho realizado e destacando as principais constatações.

Depois desta breve introdução, passamos aos assuntos aqui mencionados, iniciando pela apresentação da situação linguística do continente africano.

2. África, um mosaico linguístico

Segundo Kukanda (2000) e Ngunga (2004), as línguas autóctones do continente africano subdividem-se em 4 famílias, designadamente, (i) Afro-asiática, (ii) Nilo-sahariana,

(iii) Congo-kordofaniana e (iv) Khoisan, ocupando uma área de 30 310 000 kms. Cada uma dessas famílias possui as suas especificidades, em termos de localização, sub-famílias constituintes e características morfo-sintáticas.

Canonici (1991) e Greenberg (1963) *apud* Ngunga (2014), concordando com Kukanda (2000), acrescentam que, para além das 4 famílias, existem ainda mais duas, nomeadamente, a *Malayo-Polynesian*, (astronesiana, em Ngunga (2014)), à qual pertencem a língua malgaxe e a *Indo-Europeia*, à qual pertence a língua *afrikaanse*, que somente é falada em África.

A família afro-asiática, que também é designada *Hamito-semítica*, é, segundo Canonici (1991) e Kukanda (2000), majoritariamente falada na região norte de África, concretamente na Etiópia, Eritreia, Somália e à volta do lago Chade, na região central, por aproximadamente 300 milhões de pessoas, compreendo 6 grupos, designadamente, Chádico, Berber, Semita, Cushítico, Egípcio, Omótico.

Sobre os grupos referenciados no parágrafo anterior, Kukanda (2000) sublinha que, com a exceção da subfamília mais expressiva, a Semítica, da qual fazem parte o Hebraico e o Árabe, esta última que se expandiu para África no contexto das conquistas muçulmanas e árabes, as línguas desta família são, grosso modo, faladas na Ásia.

A família nilo-sahariana, “*que se encontra numa cadeia descontínua desde o norte do Rio Níger a ocidente, até Etiópia a leste, grande parte do vale do Nilo superior e partes de Uganda e Kenya*” (CANONICI, 1991:3), compreende, segundo Ngunga (2014), seis subfamílias, designadamente Songhai, Sahariana, Maban, Fur, Chari-Nilo e Koman). Estas línguas são, segundo Kukanda (2000), faladas no Níger, Burquina Faso, Tchade, Etiópia e Sudão.

A família niger-kordofaniana ocupa uma vasta região “*que se estende ao longo das partes central e meridional de África, descendo do equador até ao Cabo*” (CANONICI, 1991, p.3). Para Canonici (1991), Kukanda (2000), Ngunga (2014), entre outros, esta família compreende duas subfamílias, designadamente, a Kordofaniana e a Niger-Congo. Comparando as duas subfamílias, Canonici (1991) considera que a kordofaniana é a menos falada, compreendendo cerca de 30 línguas faladas em pequenas regiões da cordilheira de Nuba, no sudoeste do Sudão. A subfamília Níger-Congo integra as línguas bantu é a mais expressiva da região subsahariana de África. As línguas bantu constituem o grupo mais

expressivo delas, sendo faladas “*numa vasta região da África contemporânea que se estende a sul de uma linha que vai desde os Montes Camarões (a sul da Nigéria)*” (NGUNGA, 2014, p.35), abrangendo vários países, como por exemplo, Moçambique, Swazilândia, Angola, Namíbia, Tanzânia, Ruanda, entre outros. Entretanto, o autor chama atenção ao fato de nesta vasta região existirem bolsas de línguas que não se enquadram neste grupo.

Do conjunto das línguas bantu, considera-se que as mais importantes são:

Zulu, Xhosa, Swati (Nguni); Makwa (Moçambique); Nyanja (Malawi); Shona (Zimbabwe); Bemba (Zambia); Kimbundu & Umbundu (Angola); Swahili & Sukuma (Tanzânia); Kikuyu (Kenya); Ganda (Uganda); Rwanda (Rwanda); Rindi (Burundi); Ngala & Congo (Zaire & Congo) and Fang & Bulu (Cameroon) (CANONICI, 1991, p.3).

Como mostra a citação acima apresentada, o grupo bantu é constituído por diversas línguas, sendo que algumas delas são transfronteiriças, ou seja, são faladas em diferentes países. A título ilustrativo, o Nyanja e o Shona, para além de serem faladas em Malawi e Zimbabwe, são igualmente faladas em Moçambique.

Finalmente, a família khoisan, que, segundo Canonici (1991), é a menos expressiva das quatro, sendo falada “*pelos povos Khoi e San na África austral, especialmente na Namíbia e em pequenas bolsas no Quênia e na Tanzânia*” (CANONICI, 1991, p.3). Este autor designa esta família de línguas de cliques.

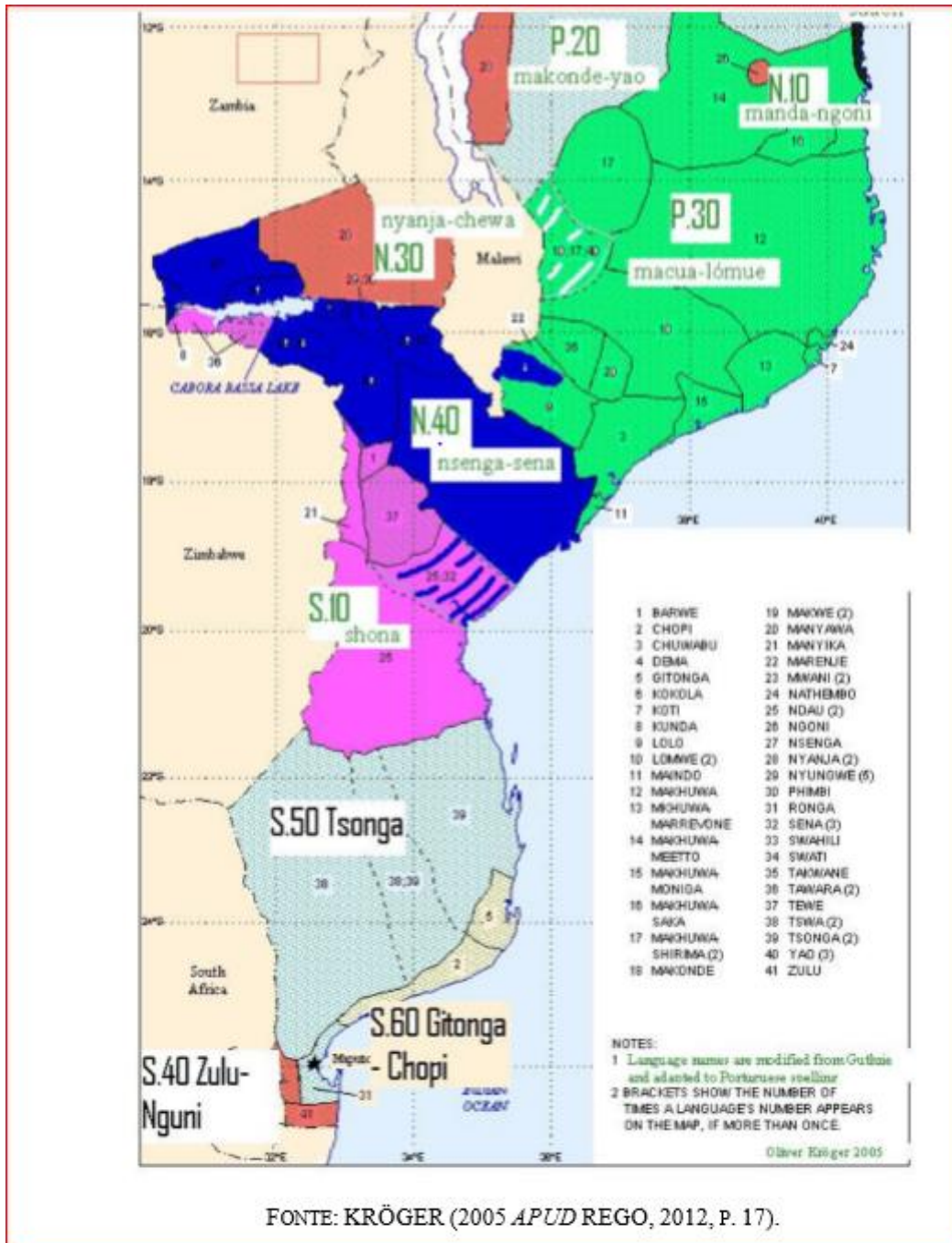
Paula & Duarte (2016) concordam com Canonici (1991) e estimam entre 20 a 30 línguas da família khoisan. Por sua vez, Kukanda (2000), recuando no tempo, avança a possibilidade de as línguas desta família terem ocupado boa parte do continente africano, antes da expansão dos povos falantes das línguas de um dos ramos da família kordofaniana (Niger-Congo). Mais adiante, este linguista considera que a língua mais falada desta família é o Nama (também conhecida por Hotetonte), falada na Namíbia, por cerca de 50.000 pessoas.

2.1 Situação linguística de Moçambique

Segundo Chimbutane (2015) e Siteo e Ngunga (2000), Moçambique é um país multilíngue. Esta caracterização resulta do fato de nele coabitarem as línguas autóctones, essencialmente do grupo bantu e algumas línguas estrangeiras resultantes dos processos de colonização portuguesa e de convívio de povos de diferentes culturas. Entre as línguas estrangeiras, está o Português, a língua oficial, o Inglês, o Árabe, Hindu, Gujarati e Urdu, (LOPES 1998, FIRMINO 2002 *apud* CHIMBUTANE, 2015). Entretanto, comparando estes dois grupos, considera-se que “*as línguas africanas do grupo bantu continuam a constituir o principal substrato linguístico de Moçambique por serem línguas maternas de mais de 80% de cidadãos de cinco anos de idade ou mais.*” (NGUNGA & BAVO, 2011, p.1).

Em Moçambique, a supremacia das línguas do grupo bantu sobre as línguas estrangeiras, em termos do número de falantes, também está refletida em Chimbutane (2015), que depois de analisar os dados do Censo Populacional de 2007, constatou que “*mais de 90% da população moçambicana fala, pelo menos, uma língua bantu e cerca de 85,3% desta população tem uma língua bantu como LI*” (CHIMBUTANE, 2015, p.38).

O mapa que a seguir apresentamos mostra, entre diferentes aspectos, as zonas linguísticas existentes em Moçambique, algumas línguas bantu faladas, bem como a sua localização geográfica:



FONTE: KRÖGER (2005 APUD REGO, 2012, P. 17).

Conforme o mapa linguístico acima apresentado, em Moçambique, as línguas bantu são faladas em todas as províncias e distribuem-se em 4 zonas linguísticas, nomeadamente, Zona G, Zona P, Zona N e Zona S. “Estas zonas são caracterizadas por haver uma maior afinidade entre as línguas da Zona G e as da Zona N do que entre as línguas da Zona P, por um lado, e as da Zona S” (REGO, 2012, p.16).

Para além do aspecto acima referenciado, o mapa em análise também revela que



nenhuma língua (bantu) é falada em todas as províncias. Portanto, as línguas bantu faladas em Moçambique confinam-se a determinadas zonas.

Sobre o número de línguas bantu faladas em Moçambique, não há consenso. “A *título ilustrativo*, Katupa (1985) aponta para a existência de 8 línguas bantu em Moçambique, ao passo que Ngunga (1992) reconhece a existência de 18 línguas bantu” (CHIMBUTANE, 2015, p.37). Para este linguista, a discrepância de números justifica-se pela falta de estudos descritivos, em que se estabelecem, com clareza, as fronteiras entre língua e variante dialetal.

2.2 A língua ronga

O Ronga é uma língua bantu pertencente ao grupo de três línguas mutuamente inteligíveis designado por Tsonga (S50)³¹, do qual também fazem parte o Xitshwa e o Changana, segundo Ngunga & Faquir (2011, p. 242). O Ronga é falado por cerca de 266.000 pessoas em Moçambique, nas províncias de Maputo e Gaza e na Cidade de Maputo. Esta língua é designada *Xirhonga* pelos seus falantes.

O Ronga possui diversas variantes. No presente trabalho, os exemplos são da variante de referência, o *Xinondrwana*, que é falado originalmente no distrito de Marracuene, região da província de Maputo, referida como *Nondrwana* pelos seus habitantes. Foi esta variante linguística que serviu de referência para a padronização da ortografia do Ronga (NGUNGA & FAQUIR, 2011, p. 242-255). Assim, detalhes de natureza ortográfica podem ser consultados neste relatório³².

O Ronga, como qualquer outra língua bantu, possui um sistema de classes nominais, em que os nomes estão organizados por classes, de acordo com a orientação semântica, prefixos nominais e marcas de concordância. Os nomes regem a concordância de todos os elementos da frase ou do sintagma com eles relacionados. Esta concordância gramatical é operada por meio de marcas de concordância, que muitas vezes são a cópia do respectivo

³¹ O Ronga tem o código S54 na classificação referencial de Guthrie (1967-1971, Vol. II, p. 63), o Xitshwa S51 e o Changana S53. O código S52 foi atribuído ao Xigwamba, falado no Transval, na África do Sul.

³² <http://www.letras.ufmg.br/laliafro/PDF/Ngunga,%20Armando%20Padronizacao%20ortografica%20-%203rd%20correcao.pdf>

prefixo nominal. Alguns nomes no singular não exibem o prefixo nominal, sendo que é pelo seu padrão de concordância que se sabe a que classe nominal pertencem.

A título de exemplo, apresentamos as seguintes classes nominais:

Classe	Prefixo	Exemlos	Glossas
1	mu-	mudondrisi	‘professor’
2	va-	vadondrisi	‘professores’
3	mu-	ntrumbula	‘mandioca’
4	mi-	mintrumbula	‘mandiocas’
5	dri-	tuva	‘pombo’
6	ma-	matuva	‘pombos’
7	xi-	xigadrana	‘garrafa’
8	svi-	svigadrana	‘garrafas’
9	yiN-	nguluve	‘porco’
10	tiN-	tinguluve	‘porcos’
11	li	lisimu	‘cantiga’
14	v(w)u-	wuhosi	‘governo’
15	ku-	kutrala	‘escrever’

Analisando as classes nominais acima apresentadas, constatamos que nesta língua:

- O prefixo *mu-*, da classe 1, que faz plural com o da classe 2, *va-*, apresenta 3 alomorfes, nomeadamente, *n’w-*, *m-* e \emptyset - (como sucede em *n’wana* ‘criança’; *nsati* ‘esposa’ e \emptyset *tatana* ‘pai’);
- O prefixo *mu-*, da classe 3, que faz plural com o da classe 4, *mi-*, também apresenta alomorfes, como por exemplo *n-* e \emptyset - (como se pode ver em *nkaxa* ‘caixão’ e \emptyset *hambano* ‘separação’);
- O prefixo *dri-*, classe 5, não ocorre na estrutura superficial, como se pode constatar em *drama*;
- Os prefixos das classes nominais 12 e 13, que tradicionalmente são usadas em algumas línguas bantu para a formação do diminutivo e do aumentativo, respectivamente, não ocorrem em Ronga.

Apresentada que foi a língua objeto do presente artigo, passamos para o conceito e funções do artigo definido, tomando como referência a língua portuguesa.

3. Aporte teórico

Em conformidade com Crystal (1997, p. 26), *artigo* é um termo usado na classificação gramatical de palavras para referir uma subclasse de determinantes que desempenham o papel primário na diferenciação de usos de nomes. Este autor acrescenta que há línguas que não têm artigo definido. De fato, Salles (1993) *apud* Dockhorn (2008, p. 91), depois de uma pesquisa comparativa de várias línguas naturais, concluiu que existem línguas em que este elemento não existe. Sobre as línguas indo-europeias, Salles (1993) *apud* Dockhorn (2008, p. 91), de 106 línguas analisadas, constatou que 26 possuem artigo definido, 31 línguas não possuem artigo definido e de 51 não há informação. Para além desses dados, o autor também verificou que de 72 línguas não indo-europeias, 21 não possuem o artigo definido; 1 possui artigo definido e não há informação sobre 50 línguas. Acreditamos que Ronga é uma das línguas naturais sem artigo definido, como será apresentado ao longo do presente estudo.

No que concerne às línguas que têm artigo, Dubois *et al* (2006, p. 72) afirmam que os artigos podem ter o traço [+definido], como *o, os*, ou o traço [-definido], como *um, uns*. A gramática tradicional os rotula de artigos definidos e artigos indefinidos, respectivamente. Adicionalmente, este autor nota que o artigo definido geralmente é omitido antes de nomes próprios.

Segundo Borregana (2007, p. 137), o artigo constitui um signo dependente que se destina a determinar e a identificar o ser expresso pelo nome ao qual se antepõe. Esta conceitualização pode ser recuperada em Cunha & Cintra (2007, p. 219) ao definirem artigo como uma palavra que se antepõe ao substantivo, indicando que se trata de um ser já conhecido ao qual já se fez menção anteriormente ou de um simples representante de uma dada espécie ao qual ainda não se fez menção anterior. Portanto, em termos puramente semânticos, o artigo pode ser definido, quando se refere a entidades específicas e identificáveis ou indefinido, quando se refere a entidades não identificáveis.

Considerando a língua portuguesa, Borregana (2007, p. 137) afirma que a função principal do artigo definido é determinar e identificar o ser expresso pelo nome. O pressuposto por detrás desta função é o de que, no geral, a informação fornecida pelos termos definidos, como por exemplo os pronomes (pessoais, demonstrativos, possessivos e relativos)



é suficiente para que o receptor/destinatário entenda o referente pretendido numa classe teoricamente infinita de referentes possíveis e virtualmente disponíveis em qualquer situação de comunicação.

Cumulativamente, Borregana (2007, p. 138) identifica outras funções do artigo definido, entre as quais, (i) a de auxiliar a identificação do gênero e número, sobretudo quando, por meio da estrutura morfológica do nome, é impossível determinar com exatidão o gênero; (ii) facilitar a distinção de substantivos homônimos e (iii) substantivar palavras que pertencem a outras classes. Os exemplos, que a seguir apresentamos, ilustram apenas a função relativa à identificação do gênero de nomes.

- (4)
- a. Os/as pianista(s) tocam bem.
 - b. O/a atleta bateu o recorde.
 - c. Hoje o/a docente se esmerou.

Como mostram os exemplos em (4), na língua portuguesa, os nomes *pianista*, *atleta* e *docente*, podem referir-se a entidades tanto do sexo masculino, quanto do sexo feminino. Na ausência de artigo, seria impossível determinar o gênero. Assim, a identidade do gênero só é possível por meio do uso de artigos, sendo que o item gramatical ‘o(s)’ se aplica ao gênero masculino e o item gramatical ‘a(s)’, ao feminino.

É ponto pacífico entre os gramáticos que a função principal do artigo definido é a individualização do sentido do substantivo. Ao usar o artigo diante do nome, o usuário da língua que tem artigo sinaliza para o seu interlocutor que aquilo de que fala, na maioria das vezes, lhe é conhecido, como podemos constatar a partir dos exemplos que a seguir apresentamos:

- (5)
- a. O carro atravessou a praça em alta velocidade.
 - b. Um carro atravessou a praça em alta velocidade.

Em (5a) nota-se claramente que o locutor pressupõe que o seu interlocutor sabe de que carro está a falar, daí o uso do artigo definido, o que não acontece em (5b) por ser informação nova para o interlocutor e poder até acontecer que o locutor também não saiba concretamente de que carro particular se trata, sabendo apenas que algum carro não específico/não definido atravessou a praça em alta velocidade.



O nome como uma palavra que designa pessoa, animal, estado, ação, etc., pode ser classificado, segundo Prado (2005, p. 67), em várias categorias, entre as quais, singular ou geral. A diferença entre estas duas categorias, segundo o autor, reside no fato de os nomes singulares serem aqueles que somente podem ser predicados verdadeiramente com o mesmo sentido de um único objeto, enquanto os gerais são aqueles que podem ser predicados verdadeiramente e com o mesmo sentido de um número indeterminado de objetos. Os primeiros são nomes próprios e os segundos, nomes comuns.

No que respeita aos nomes próprios, a referência a um único ser desempenha um papel importante na comunicação e tem implicações na sintaxe dos mesmos. Uma dessas implicações sintáticas é a presença *versus* ausência do artigo definido. A pergunta que se coloca é: “Dada a orientação semântica dos nomes próprios, será que faz sentido que estes nomes ocorram com os artigos definidos?” Da observação do uso do artigo, por exemplo no Português, temos que os antropônimos podem ocorrer sem ou com artigo definido, em determinados contextos, conforme se pode observar em (6).

- (6) a. Samora Machel foi o primeiro Presidente de Moçambique.
b. O Samora Machel, xará do Presidente, é meu colega de turma.

Os exemplos apresentados em (6) ilustram a omissão e a ocorrência de artigo definido em antropônimos. Como podemos observar, em (6a) verifica-se a omissão do artigo definido, enquanto em (6b) o antropônimo Samora Machel ocorre com o artigo definido “o”. Em termos de interpretação semântica, assume-se que em (6b) existe uma certa aproximação entre o sujeito falante e Samora Machel. Svobodová (2011) ao analisar os valores estilísticos do artigo definido ou nulo em antropônimos, chamou ao caso em apreço, de valor estilístico aderente, aquele que “*consiste na adesão de um significado estilístico secundário ao próprio significado lexical, ganhando um matiz expressivo-emotivo adequado muitas vezes apenas ao registo oral/informal*” (SVOBODOVÁ, 2011, p. 158). Para este, a explicação da omissão *vs* ocorrência do artigo definido está relacionado com o tipo de registo discursivo, entre oral/escrito e formal/informal “*variação diafásica*”. Assim, contrariamente ao exemplo (6a), onde o registo é escrito e formal, em (6b) o registo é oral e informal. Ou seja, o artigo definido neste último exemplo é reflexo de menor distanciamento e de maior intimidade. Resumindo, o autor conclui que “... o nome junto com o apelido pode ou não ser

acompanhado pelo artigo, sendo que é o grau de formalidade o factor decisivo no seu uso.” (SVOBODOVÁ, 2011, p. 162)

Acabamos de ver que em muitas línguas naturais, o uso do artigo definido é um dos mecanismos adotados para a exprimir definitude. Antes de nos debruçarmos sobre a expressão de definitude em Ronga, importa recordar aqui que o artigo é uma palavra que se antepõe ao substantivo, indicando que se trata de um ser já conhecido ao qual já se fez menção anteriormente ou de um simples representante de uma dada espécie ao qual ainda não se fez menção anterior. Segundo Lyons (1999) *apud* Miranda (2013, p. 60), entende-se que a definitude está diretamente ligada às noções de familiaridade e de identificabilidade. Note-se que, entre linguistas, estes dois últimos conceitos não reúnem consensos. Para o autor, a diferença entre um SN indefinido e um SN definido reside no fato de que, no primeiro, somente o falante está ciente do que é referido, enquanto, no segundo, essa consciência é compartilhada pelos interlocutores. Assim, conclui o autor, “*o artigo definido assinalaria que a entidade é “familiar”, enquanto o indefinido seria usado quando o falante não tivesse a intenção de compartilhar essa familiaridade.*” (SILVA, 2013, p. 60).

Relacionando os conceitos de familiaridade e de identificabilidade com o de definitude, o autor observa que alguns linguistas consideram que o que está ligado à definitude é somente o de familiaridade. Contrariamente, outros entedem que esta noção esta diretamente implicada na identificabilidade. Lyons (1999) *apud* Silva (2013), por exemplo, argumenta que para a distinção entre definido e indefinido, a noção de familiaridade é problemática. Para o autor, constituem exemplos, os usos associativos, situacionais, entre outros.

Resumindo, “*a definitude é caracterizada como um conjunto de três propriedades, designadamente: (i) os definidos não estão sujeitos a regra de interpretação de Indexação de Operador; (ii) os definidos não estão sujeitos a codificação de Novidade e (iii) os definidos pressupõem o seu conteúdo descritivo.*” (Heim (1982) *apud* (SILVA, 2013 p. 58).

Não podemos fechar esta seção sem fazer notar que, na língua portuguesa, há outros mecanismos para a expressão da definitude, para além do artigo definido, mas como o nosso trabalho discute o artigo definido, é sobre este que concentramos a nossa atenção.

4. Estratégias de expressão da definitude em Ronga

Chegados a esta parte, importa recordar que o artigo definido confere definitude ao nome que antecede. Será que a língua ronga se serve desta subcategoria de determinantes para o mesmo fim? Para tal, observemos os seguintes enunciados:

- (7) a. **A-lisimu** li-xong-ile. ‘O hino é belo.’
PE-11.hino 11.MS-ser.belo-PAS
- b. **A-xipixi** xi-nyamalal-ile ‘O gato desapareceu.’
PE-7.gato 7.MS-desaparecer-PAS
- c. **A-tihomu** ti-buy-ile ‘Os bois voltaram.’
PE-10.bois 10.MS-voltar-PAS
- d. **A-yindlu** yi-w-ile. ‘A casa ruiu.’
PE-9.casa 9.MS-cair-PAS

Nos exemplos em (7) apresentamos frases em que os núcleos de SNs são nomes de diferentes classes nominais, antecidos pela partícula *a-*, destacada a negrito, que segundo alguns autores, é codificador da definitude. Contrariamente, nos exemplos em (8), as mesmas frases aparecem sem a partícula em análise.

- (8) a. Lisimu li-xong-ile. ‘O hino é belo.’
11.hino 11.MS-ser belo PAS
- b. Xipixi xi-nyamalal-ile ‘O gato desapareceu.’
7.gato 9.MS-desaparecer-PAS

c. *Tihomu* *ti-buy-ile* ‘Os bois voltaram.’
10.bois 10.MS-voltal PAS

d. *Yindlu* *yi-w-ile.* ‘A casa ruiu.’
9.casa9.MS-cair PAS

Com este exercício, pretendemos averiguar se a ausência desta partícula exerce alguma influência no significado.

Comparando os exemplos (7) e (8), a conclusão a que se pode chegar é a de que a omissão da partícula *a-* não altera o sentido das frases. Assim, a partícula *a-* parece não ser artigo definido, e muito menos ser algo empregue para o estabelecimento da oposição dos traços [+definido/-definido].

Importa aqui destacar que a ausência do artigo definido, nos termos da Gramática Tradicional, não implica que a língua ronga não codifique a definitude em sua gramática. Então, a questão que se coloca é: “Quais são os mecanismos de expressão de definitude em Ronga?”. Não podendo esgotar assunto tão complexo, passamos a discutir alguns dos dispositivos gramaticais que os falantes de Ronga utilizam para codificar a definitude.

4.1 O emprego de demonstrativos

Segundo Cunha & Cintra (2008), os pronomes demonstrativos constituem uma classe de pronomes que situam a pessoa ou a coisa designada relativamente às pessoas gramaticais, no tempo e no espaço. Para estas autoras, esta classe de pronomes possui fundamentalmente duas funções: (i) a dêitica, capacidade de mostrar um ser sem nomeá-lo e (ii) anafórica, quando apenas faz lembrar ou traz à memória.

Em Ronga, como em outras línguas bantu, os demonstrativos são formados através de um processo morfo-fonológico complexo. Têm como elemento fundamental o radical



demonstrativo invariável **-I-** que é o núcleo que vai receber a marca de concordância do nome a que o demonstrativo se refere. Esta marca de concordância é seguida de um seletor demonstrativo. O seletor 1 (- \emptyset) indica que a entidade apontada está perto do locutor ou do interlocutor. O seletor 2 (-o) indica que a entidade está longe do locutor e perto do interlocutor e o seletor 3 (-ya) indica que a entidade está longe do locutor e do interlocutor.

Disto infere-se que, nesta língua, morfologicamente, os pronomes demonstrativos integram a marca de concordância do nome designativo da entidade, sendo que esta pode estar junto do locutor (ou do locutor e do interlocutor), longe do locutor e junto do interlocutor e longe do locutor e do interlocutor.

Neste trabalho não vamos apresentar todo o paradigma de funcionamento dos demonstrativos da língua em estudo. Contudo, a título ilustrativo, apresentamos as formas que o demonstrativo assume para se referir às três posições acima referidas, tomando como referência, o nome *xitrhamu* 'cadeira', da classe 7 (*xi*):

- (9) a. *xitrhamu* *lexi* (< I-xi- \emptyset)
 7.cadeira 7.esta DEM-7.MC-Selector.1 (- \emptyset)
 'estacadeira'
- b. *xitrhamu* *lexo* (< I-xi-o)
 7.cadeira 7.essa DEM-7.MC-Selector.2 (-o)
 'essa cadeira'
- c. *xitrhamu* *lexiya* (< I-xi-ya)
 7.cadeira 7.aquela DEM.MC-Selector.3 (-ya)
 'aquela cadeira'

Em (9a), *lexi* indica a cadeira que está próxima do interlocutor; em (9b), *lexo* indica a que está perto do interlocutor e em (9c) *lexiya* indica a cadeira que está longe do locutor e do interlocutor. Como podemos observar, quando o referente está próximo do locutor, emprega-se o seletor 1 (- \emptyset); quando está próximo do interlocutor, o seletor 2 (-o) e quando está longe dos interlocutores, o seletor 3 (-ya).

Conforme referimos, na língua ronga, o uso de demonstrativo constitui um dos mecanismos que os falantes adotam para a expressão da definitude. Analisemos as seguintes frases:

- (10) a. *Xipixi* *lexi* *xi-hlot-a* *ngopfu* *makhondlo*.



7.gato 7.este 7.MS-caçar-VF muito 6.ratos

‘Este gato caça muitos ratos.’

b. *Wansati* *lwiya* *a-khanel-a* *ngopfu*.

1.mulher 1.aquela 1.MS-falar-VF muito

‘Aquela mulher fala muito.’

c. *Nyama* *leyo* *yi-bol-ile*.

9.carne 9.essa 9.MS-apodrecer-PAS

‘Essa carne está deteriorada.’

Os exemplos acima apresentados ilustram o processo de expressão da definitude por meio do uso de pronomes demonstrativos. Como podemos observar, os pronomes demonstrativos *lexi* ‘este/esta’, em (10a); *lwiya* ‘aquele/a’, em (10b) e *leyo* ‘esse/a’, em (10c), fazem parte do SN-sujeito. Neste contexto, estes pronomes têm a função de caracterizar os núcleos do SN, permitindo assim a sua singularização. Isto faz com que, numa comunicação, o interlocutor consiga identificar o referente.

O uso de demonstrativos como elementos operadores da definitude não é um aspecto exclusivo da língua ronga. De fato, Lyons (1999) *apud* (Silva, 2013, p. 62) considera que em várias línguas naturais é possível referir se a algo previamente mencionado no discurso, utilizando um demonstrativo. No entanto, o autor observa que, em determinados contextos, pode não estar claro se um determinante especializado em uso anafórico é artigo ou determinante demonstrativo.

A língua ronga se serve destes dêiticos (demonstrativos) para estabelecer a oposição [+definido/-definido]:

(11) a. *Ni-xav-i*³³ *movha* *wa* *ntlhohe*.

1.MS-comprar-PAS 3.carro 3.POSS 3.cor branca

‘Comprei um carro branco.’

³³ O morfema *-i* é a forma abreviada do morfema do passado *-ile*. Mais abaixo iremos descrever as restrições do seu uso.



b. *Ni-xav-i* *movha* *lowu* *wa* *ntlhohe*.

1.MS-comprar-PAS 3.carro 3.este 3.POSS 3.cor branca

‘Comprei o carro branco.’

(12) a. *Wanuna* *a-lot-i* *xikomu*.

1.homem 1.MS-afiar-PAS7.enxada

‘Um homem afiou a/uma enxada.’

b. *Lweyi* *wanuna a-lot-i* *xikomu*.

1.este 1.homem 1.MS-afiar-PAS7.enxada

‘O homem afiou uma enxada.’

(13) a. *Manganyela a-trham-a ka* *yindlu* *yikulu*.

1.Manganyela 1.MS-viver-VF 9.casa 9.grande

‘O Manganhela vive numa casa grande.’

b. *Manganyela* *a-trham-a* *ka* *yindlu* *leyi* *yikulu*.

1.Manganyela 1.MS-viver-VF na 9.casa 9.este 9.grande

‘O Manganhela vive na casa grande.’

Para o falante de Ronga, as frases de (11a, 12a, 13a) acima contêm SNs indeterminados ([–definidos]), nomeadamente *movha* ‘carro’ (11a), *wanuna* ‘homem’ e *yindlu* ‘casa’ (12a) e *yindlu* ‘casa’ (13a). Em contrapartida, pela força do uso dos demonstrativos nas frases de (11b, 12b, 13b), esses sintagmas nominais recebem a interpretação [+definido], isto é, devido ao uso de elementos dêiticos.

4.2 O emprego de clíticos

Chama-se clítico aos pronomes átonos, como por, exemplo, *me, te, se, o, a, lhe*, etc. Em Ronga são cópias das marcas de concordância dos nomes que representam. Antecedem imediatamente o verbo.

- (14) a. *Ndimandhe a-xav-i yindlu.*
 1.Ndimandhe 1.MS-comprar-PAS 9.casa
 ‘Dimande comprou uma casa.’
- b. *A-yi-xav-i doropeni.*
 1.MS-9.MO-comprar-VF cidade.LOC
 ‘Comprou-a na cidade.’
- (15) a. *A-vatrongwana va-rhandr-a svidonsana.*
 PE.1.crianças 2MS.gostar-VF 8.doces
 ‘As crianças adoram doces.’
- b. *Va-svi-rhandr-a svinene.*
 2.MS-9.MO-adorar-VF ADV.bastante
 ‘Adoram-nos bastante.’
- (16) *Hi-dlay-i ximbutana hi-xi-xindl-a anrthutini.*
 1.MS-matar-VF7.cabritinho 1.MS-MO-esfolar-VF sombra.LOC
 ‘Matamos um cabrito e esfolamo-lo à sombra’.

Os dados acima apresentados ilustram a marcação da definitude através de clíticos. Como podemos observar, tanto em (14b), quanto em (15b) e (16), os clíticos *yi-*, *svi-* e *xi-* constituem marcas de objetos *yindlu* ‘casa’, *svidonsana* ‘doces’ e *ximbutana* ‘cabritinho’



(classes 9, 8 e 7), respectivamente. A marcação da definitude através dessas marcas explica-se pelo fato de sinalizarem uma informação já compartilhada entre os interlocutores da comunicação, como se pode constatar, nas frases dos enunciados em (14a, 15a, 16).

Em (16), para além de mais uma vez mostrarmos a marcação da definitude através de clíticos, o exemplo sugere que o objeto *ximbutana* ‘cabritinho’ pode coocorrer com a sua respectiva MO *xi-* (classe 7), como sustentam os exemplos em (17).

- (17) a. *Ndimandhe a-yi-xav-ile yindlu doropeni*
1.Ndimandhe 1.MS-9.MO-comprar-PAS 9.casa na cidade
‘Dimande comprou(-a) a casa na cidade.’
- b. *Lava vatrongwana va-svi-rhandr-a sivinene svidonsana.*
2.estes 2.crianças 2.MS-8.MO-gostar-VF bastante 8.doces
‘As crianças adoram bastante (os) doces.’

Em (17a) a MO *yi-* coocorre com o respectivo objeto *yindlu* ‘casa’ e em (17b), também a MO *svi-* coocorre com o objecto *svidonsana* ‘doces’. Note-se que, se na frase em (17a) acima, recuperada de (15a), se pretendesse que os dois nomes tivessem traço [+definido], a frase assumiria a forma apresentada em (17b), onde se explora o emprego do demonstrativo para o SN-Sujeito e a marca de concordância (clítico) do SN-Objeto imediatamente à esquerda do verbo, como também se pode constatar em (18).

- (18) a. *Wanuna a-lot-i xikomu.*
1.homem 1.MS-afiar-PAS7.enxada
‘O/um homem afiou a/uma enxada.’
- b. *Lwe-yi wanuna a-xi-lot-ile xikomu.*
1.este 1.homem 1.MS-MO-afiar-PAS 7.enxada



‘O homem afiou a enxada.’

c. <u>Lweyi</u>	<i>wanuna</i>	<i>a-xi-lot-ile</i>	<i>xikomu</i>	<i>lexi.</i>
1.este	1.homem	1.MS-MO-afiar-PAS	7.enxada	7.esta

‘O homem afiou a enxada.’

Tanto em (18b) quanto em (18c) *-xi-* é MO de *xikomu* ‘enxada’, sendo que neste último exemplo, para além deste, também apresentamos o dêitico *lexi* ‘esta’.

Ainda sobre os exemplos acima apresentados, *aloti* ‘afiou’, em (18a) é a forma abreviada de *alotile* ‘afiou’. Neste contexto, a marca de passado *-ile*, em *alotile*, é simplesmente reduzida a *-i*. A ocorrência desta forma abreviada parece estar relacionada com a economia linguística, em que o falante recorre à forma reduzida para rapidamente transmitir a mensagem. Note-se que esta forma abreviada, apesar de não bloquear a ocorrência da MO, não aceita que esta coocorra com o respectivo objeto, conforme mostram os exemplos em (19, 20).

(19) a. <i>Wanuna</i>	<i>a-lot-i</i>	<i>xikomu</i>	<i>tolo.</i>
1.homem	1.MS-afiar-VF	7.enxada	ontem

‘O/um homem afiou a/uma enxada ontem.’

b. **Wanuna axiloti xikomu tolo.*

c. **Wanuna axiloti xikomu.*

d. <i>Wanuna</i>	<i>a-xi-lot-i</i>	<i>tolo.</i>
1.homem	1.MS-MO-afiar-VF	ontem

‘O/um homem afiou-a ontem.’

e. <i>Wanuna</i>	<i>a-xi-lot-ile</i>	<i>xikomu tolo</i>
1.homem	1.MS-MO-afiar-PAS	7.enxada ontem

‘O/um homem afiou-a ontem.’

(20) a. *Ni-yingel-i* *ɔmpfumawulu* *wu-kulu* *wɑ* *svibalesa*.

1.Eu-ouvir-PAS 3.rumor 3.MS-grande de 8.armas

‘Ouvi o/um grande rumor de armas.’

b. *Ni-wu-yingel-ile* *ɔmpfumawulu* *wu-kulu* *wɑ* *svibalesa*.

1.Eu-MO-ouvir-PAS 3.rumor 3.MS-grande de 8.armas

‘Ouvi o grande rumor de armas.’

Em (19b) constata-se que a incorporação da MO *xi-*, destacado, exclui a ocorrência do respectivo objeto *xikomu* ‘enxada’, ainda que seja acompanhado de advérbio de tempo *tolo* ‘ontem’. De fato, em (19c) confirma-se a hipótese de que o bloqueio do objecto é motivado pela inserção da MO, dado a frase é agramatical. Contrariamente, em (19d), onde ocorre apenas o advérbio de tempo, a frase deixa de ser agramatical. (Se ocorresse um demonstrativo ou um pronome absoluto, a frase também deixaria de ser agramatical.) Finalmente, em (19e) onde acontece o uso da marca (canônica) de tempo *-ile*, verifica-se a coocorrência do clítico *xi-* (MO) e do respectivo objeto.

Em (20), apresentamos apenas, em (20a), a forma apreviada *-i-* e posteriormente, em (20b), a incorporação da MO e o próprio objecto *ɔmpfumawulu* ‘rumor’, possibilitado pelo uso da forma canônica de marca de tempo passado *-ile*.

Em frases como as apresentadas em (13) e (16), o clítico tem estatuto de concordância, pois é cópia dos traços de pessoa, número e classe do NP objeto. Este aspecto sugere, sem dúvida, que, de fato, este elemento expressa a definitude. Aliás, Ngunga, Duarte & Camargos (2016), depois de analisarem diversos dados, concluíram que:

The data show that definiteness and specificity play a major role in regulating the occurrence of DOM³⁴ in Rhonga and Changana simple transitive constructions. Moreover, the Rhonga and Changana data further support certain theoretical assumptions within the generative literature, according to which agreed-with objects are usually interpreted as definite, whereas unagreed-with objects are interpreted as indefinite. (NGUNGA, DUARTE & CAMARGOS, 2016. p.344)

³⁴ *Differential object marking.*

Do excerto acima apresentado, infere-se que a marca de objeto, de fato, constitui um mecenismo de marcação de definitude, dado que expressa uma informação já conhecida pelos interlocutores da comunicação. Para tal, esta marca não é selecionada aleatoriamente. Ela concorda com o respectivo objeto, em gênero e número.

Nesta seção acabamos de analisar a marcação da definitude através do emprego dos clíticos. Não sendo a última estratégia, na subseção que se segue, mostramos como é que os pronomes absolutos também são usados para a expressão desta categoria semântica.

4.3 O emprego de pronomes absolutos

Os pronomes pessoais absolutos substituem um SN (ou um nome). Mas geralmente são redundantes, servindo mais apenas para dar ênfase do que para marcar o sujeito ou o objecto na frase. Em Ronga, os pronomes absolutos das classes 3 a 21 são formados por uma partícula referencial que exhibe parte da MC do nome com que estão relacionados e pela partícula estabilizadora *-ne*. Eis alguns exemplos:

(21) a. *Drone* *dri-ta-buy-a.* (coisa da classe 5 (*dri*), p.e. *boti* ‘barco’)
5.ele 5.MS(boti)-FUT-voltar-VF
‘Ele voltará.’

b. *Xone xi-tlhas-ile* (coisa da classe 7 (*xi*), p.e. *xitimela* ‘comboio’)
7.ele 7.MS(xitimela)-chegar-PAS
. ‘Ele chegou.’

c. *Tone* *ti-d-a* *bzanyi.* (coisas da classe *ti*, p.e. *tihomu* ‘bois’)
10.eles 10.MS(tihomu)-comer-VF 5.capim
‘Eles comem capim.’

Os pronomes absolutos das 1^a, 2^a e 3^a pessoas do singular (classe 1) são *mine*, *wene*, *yene* (eu, tu, ele) e os das 1^a, 2^a e 3^a pessoas do plural (classe 2) são *hine*, *n’wine*, *vone* (nós, vós, eles).

(22) a. *Mine* *a-ni-xavang-a* *xikomu.*
1.Eu 1.MS-Neg-Comprar-VF 7.enxada



‘Eu não comprei (a) enxada.’

b. *Yene* *a-trham-a* *kule* *ni* *xipiritana*.
 1.ele 1.MS-morar-VFlonge ASS 7.hospital
 ...‘Ele/Ela mora longe do hospital.’

(23) a. *Vone* *va-ta-th-a* *makarita*;
 2.eles 2.MS-FUT-jogar-VF 6.cartas
 ‘Eles/Elas vão jogar cartas’

b. N’wine *mi-ta-bel-a* *bola*
 1.vocês 1.MS-FUT-jogar-VF 5.bola
 ‘Vocês vão jogar futebol.’

Os falantes de Ronga fazem coocorrer o pronome absoluto e o nome a que se referem para marcar ênfase (22a,b), ou para expressar definitude (23a,b), de acordo com os ditames da sua interação discursiva.

(24) a. *Kufamba, hi-ta-famb-a* / *Kufamba* *hine* *hi-ta-amb-a*.
 15.ir 1.MS-FUT-ir-VF 15.ir 1.nós 1.MS-FUT-ir-VF
 ‘Ir, iremos. / Ir, nós iremos.’

b. *Dri-tlhas-ile.* / *Dri-tlhas-ile* *drone*.
 5.MS-chegar-PAS 5.MS-chegar-PAS 5.ele/ela
 ‘Chegou. / Chegou, ele/ela.’ (coisa da classe 5 (*dri*)).

(25) a. *Xikomū* *xi-w-ile.* / *Xone* *xikomū* *xi-w-ile*.
 7.enxada 7.MS-cair-PAS / 7.(ela) 7.enxada 7.MS-cair-PAS
 ‘A/Uma enxada caiu. / A enxada caiu.’

b. *Pangwana a-jul-a bucha.* / *Pangwana a-jul-a drone bucha*.
 1.Pangwana 1.MS-querer-VF 5.catana / 1.Pangwana 1.MS-querer-VF 5.ele/ela 5.catana
 ‘Pangwana quer a/uma catana. / Pangwana quer a catana.’

c. *Wanuna a-lot-i xikomū.* / *Yene wanuna a-lot-i xone xikomū*.
 1.homem 1.MS-afiar-PAS 7.enxada / 1.ele 1.homem 1.MS-afiar.PAS 7.ele/ela 7.enxada
 ‘O/um homem afiou a/uma enxada. / O homem afiou a enxada.’

Devido às características particulares dos nomes próprios, vamos observar o seu comportamento no tangente ao seu possível uso com os pronomes absolutos. Geralmente, nas línguas que têm artigo definido, os nomes próprios (antropônimos) não levam artigo devido ao seu carácter inerentemente definido que permite que o interlocutor descodifique o referente (salvo em alguns contextos) como se pode observar em (24b, 25b). Em Ronga, empregam-se (também) os pronomes absolutos para a expressão de definitude. É por força desta particularidade que nesta língua os antropônimos podem coocorrer com o pronome absoluto para se lhe reforçar definitude, como se vê em (26).

(26) a. *Pangwana a-jul-a bucha.* / *Yene Pangwana a-jul-a bucha*.



1.Pangwana 1.MS-querer-VF 5.catana / 1.ele 1.Pangwana 1.MS-querer-VF 5.catana
'Pangwana quer a/uma catana. / O Pangwana quer a/uma catana.'

b. *Dokodela a-kamb-a Pangwana. / Dokodela a-kamb-a yene Pangwana.*

1.médico 1.MS-examinar-VF 1.Pangwana / 1.médico 1.MS-examinar-VF 1.ele 1.Pangwana
'O/um médico examina Pangwana. / O/um médico examina o Pangwana.'

Os falantes de Ronga também expressam definitude com o emprego do pronome absoluto das classes locativas *kone*, precedido da partícula genitiva. Esta partícula exibe a marca de concordância do nome com ela relacionado.

(27) a. *Bila a-famb-i ni xin'wanana.*
1.Bila 1.MS-ir PAS ASS 7.criança
'Bila foi com a/uma criança.'

b. *Bila afamb-i ni xin'wanana xa-kone.*
1.Bila 1. MS-ir-VF ASS 7.criança 7.POS-17.ele/ela
Bila foi com a tal criança.

c. *Bila wa-kone hi yelweyi?*
1.Bila 1.POSS-17.ele é 1.este
'Este é que é o Bila? / Este é o tal Bila?'

(28) a. *Xikoxana xi-tlhas-i ni tihunyi.*
7.velhote 7.chegar-VF ASS 10.lenha
'O/um velhote chegou com lenha.'

b. *Xikoxana xa-kone xi-tlhas-i ni tihunyi ta-kone.*
7.velhote 7.POS-17.ele 7.MS-chegar-PAS ASS 10.lenha 10.17.ele
'O velhote chegou com a (tal) lenha.'

Nesta seção acabamos de descrever e analisar os mecanismos de expressão de definitude na língua em estudo. Na próxima seção passamos a discutir a partícula eufônica *a-*, muitas vezes tida como artigo definido por alguns autores.

5. Sobre a partícula eufônica *a-*

Até esta parte do presente artigo, nenhum dos mecanismos empregues para a expressão da definitude se assemelha ao artigo definido, em termos morfo-sintáticos. Vamos iniciar a discussão da partícula ronga *a-* pela observação dos enunciados que se seguem.

(29) a. *Mudondrisi a-lahl-ile svikambelo.*
1.professor 1.MS-perder-PAS 8.provas'
'O/um professor perdeu as provas.'



- b. *A-mudondrisi* *a-lahl-ile* *svikambelo.*
PE-1.professor 1.MS-perder-PAS 8.provas’
‘O/um professor perdeu as provas’
- (30) a. *Xifenyó* *xi-nyamalal-ile.*
7.pente 7.MS-desaparecer-PAS
‘O/um pente desapareceu’
- b. *A-xifenyó* *xi-nyamalal-ile.*
PE-7.pente 7.MS-desaparecer-PAS
‘O/um pente desapareceu’
- (31) a. *Tihomu* *ti-f-ile* *tolo.*
10.bois 10.MS-morrer-PAS ontem
‘Os/uns bois morreram ontem’
- b. *A-tihomu* *ti-f-ile* *tolo.*
PE-10.bois 10.MS-morrer-PAS ontem
‘Os/uns bois morreram ontem.’
- (32) a. *Moyawu-wis-ile* *nsinya.*
3.vento 3.MS-cair ExApli PAS 3.árvore
‘O vento derrubou a árvore’
- b. *A-moya* *wu-wis-ile* *nsinya.*
PE-3.vento 3.MS-cair ExApli PAS 3.árvore
‘O vento derrubou a árvore.’
- (33) a. *Kusveka* *sva-karhat-a.*
15.cozinhar 8.MC-ser difícil-VF
‘Cozinhar é difícil.’
- b. *A-kusveka* *sva-karhat-a.*
PE-15.cozinhar 8.MS-ser difícil-VF
‘Cozinhar é difícil.’

Nos exemplos (29-33) analisamos a influência da partícula eufônica *a-* no sentido da frase. Para o efeito, na alínea a) de cada um destes exemplos, o núcleo do SN-sujeito, *mudondrisi* (classe 1, *mu-*) ‘professor’, em (29); *xifenyó* (classe 7, *xi-*) ‘pente’, em (30); *tihomu* (classe 10, *ti-*) ‘bois’, em (31); *moya* (classe 5, *mu-*) ‘vento’, em (32) e *kusveka* (classe 15, *ku-*) ‘cozinhar’, em (33) ocorre sem esta partícula e nas alíneas b) dos mesmos exemplos ocorre com esta partícula. Com este exercício, pretendíamos averiguar se a inclusão desta partícula implicará a mudança de sentido da frase e constatamos que a presença ou ausência da partícula eufônica *a-* não influencia o sentido da frase nem afecta a oposição [+definido/-definido].



Sendo assim, a pergunta que estes e outros enunciados suscitam seria: “Como saber, por exemplo em (29), se o locutor está a falar de um referente ‘professor’ conhecido ou desconhecido pelo interlocutor?” Analisando os exemplos, a conclusão que se pode avançar é a de que, na ausência de um elemento linguístico que expresse a definitude, a descodificação do referente é assegurada pelo contexto, como mostram os exemplos (34, 35).

- (34) a. *A-nguluve* *yi-f-ile.* ‘O/um porco morreu.
PE-9.porco 9.MS-morrer PAS
- b. *A-nguluve* *yini?* ‘Qual porco?’
PE-9.porco 9.qual
- c. *A-nguluve* *leyi ni-yi-xav-iki* *tolo.*
PE-9.porco 9.este 1MC-9.MO-comprar-REL Adv.ontem
‘O porco que comprei ontem.’
- (35) a. *A-xipixi* *xi-nyamalal-ile.* ‘O/um gato desapareceu.’
PE-7.gato 7.MC-desaparecer PAS
- b. *A-xipixi* *xini xa-kone?* ‘Qual gato?’
PE-7.gato 7.qual 7.POSS-ele
- c. *Lexi* *u-ni-nyik-iki* *tolo.* ‘O que me deste ontem.’
7.este 2.MC-1.MO-dar.REL Adv.ontem

Tanto em (34) quanto em (35), a inclusão da partícula *a-*, nas alíneas a), não permite a identificação de *nguluve* ‘porco’, em (34a) e de *xipixi* ‘gato’, em (35a), o que justifica as perguntas em (34b) e em (35b). Portanto, numa situação similar de comunicação, a formulação dessas perguntas visa exclusivamente permitir a identificação dos sujeitos objectos de comunicação. Para o caso em análise, a identificação dos sujeitos de comunicação é garantida através das respostas em (34c) e em (35c) onde a construção relativa confere definitude aos SNs envolvidos. Resumindo, os dados em análise levam-nos a crer que esta partícula do Ronga não corresponde ao artigo (definido) do Português.

Nas línguas em que existe artigo, este flexiona-se em gênero e número, de modo a concordar com o núcleo do SN. A ser artigo definido, esta partícula *a-* que aparece no início de nomes de classes diferentes, como acabamos de observar nos exemplos acima, deveria exibir a marca de concordância do nome ao qual está associado. Este não é o caso e isto é



mais um indício de que esta partícula ronga não é artigo definido. Adicionalmente, em Português, a título de exemplo, os advérbios de tempo não levam artigo. Em Ronga, estas palavras ocorrem com a partícula *a-*, como podemos observar em (36a',b',c'). Este fato também constitui evidência de que esta partícula não é um artigo definido.

- (36) a. *Tolo* *hi-d-i* *nyama*.
Adv.ontem 3.MC-comer-PAS 9.carne
'Ontem comemos carne'
- a'. *A-tolo* *hi-d-i* *nyama*
PE-Adv.ontem 3.MS-comer-PASS 9.carne
'Ontem comemos carne.'
- b. *Khale* *afa* *hi-nga-famb-i* *hi* *movha*.
Adv.antigamente IMP 3.MS-Neg-andar-VF de 3.carro
'Antigamente não andávamos de carro.'
- b'. *A-khale* *afa* *hi-nga-famb-i* *hi* *movha*.
PE-Adv.antigamente IMP 3.MS-Neg-andar-VF de 3.carro
'Antigamente não andávamos de carro.'
- c. *Mundruku* *Pangwana* *a-ta-xav-a* *tihomu*.
1.Adv.amanhã 1.Pangwana 1.MC-FUT-comprar-VF10.gado
'Amanhã Pangwana vai comprar gado.'
- c'. *A-mundruku Pangwana* *a-ta-xav-a* *tihomu*.
PE-1.Adv.amanhã 1.Pangwana 1.MS-FUT-comprar-VF 10.gado
'Amanhã Pangwana vai comprar gado.'

Em Português, os nomes próprios podem ou não vir com o artigo, como já foi mencionado neste trabalho (cf. (37b, 38b, 39b)). Em Ronga, a partícula eufónica *a-* nunca ocorre com nomes próprios:

- (37) a. *Machele* *a-fum-ile* *tiku* *hi* *lirhandru*.
1.Machel 1.MC-governar-PAS 10.país com 10.amor
'(O) Machel governou o país com amor.'
- b. **AMachele afumile tiku hi lirhandru*.
- (38) a. *Mandela* *a-v-i* *nhenha* *yikulu* *ya* *Afrika*.
1.Mandela 1MC.ser-PAS 9.herói 9MC.grande de 1.África
'Mandela foi um grande herói de África.'
- b. **AMandela avi nhenha yikulu ya Afrika*.
- (39) a. *Mukhavele* *a-nga-d-i* *tinhlampfi*.
1.Mukhavele 1.MC-Neg-comer-VF 10.peixe
'Mukhavele não come peixe.'

b. **AMukhavele angadi tinhlampfi.*

Nos exemplos (37-39), os núcleos do SN-sujeito são os antropônimos *Machele*; *Mandela* e *Mukhavele*. Como podemos constatar, esses exemplos sugerem que a partícula eufônica *a-* não ocorre com os antropônimos, visto que quando se lhes é colocado, as frases em que ocorre se tornam agramaticais.

Julgamos ter reunido material suficiente para provar que o prefixo *a-* não corresponde ao artigo definido da língua portuguesa. Curiosamente, a falta de consenso sobre este assunto não se verifica apenas entre diferentes estudiosos. A indecisão pode até ser notada numa mesma obra de um autor, como se pode constatar neste incidente curioso: Nogueira (1960, p. 619) afirma que Junod (1898, § 200-207) diz que em Ronga não há artigos, mas este critério não parece aceitável a ele (Nogueira): “...as formas dos adjetivos demonstrativos tanto se podem traduzir por *este, esta, etc.*, como por *o, a, os, as*. Essas formas, portanto, são os verdadeiros artigos em Ronga.” (NOGUEIRA, 1960, p. 619). Mas o mesmo autor contradiz-se ao afirmar que, de acordo com Junod, alguns autores vêm na partícula (ou prefixo) eufônica *a-* o artigo definido mas que ele (Junod) reage contra esta opinião afirmando não se tratar de artigo definido. Aqui nos convém citar Nogueira: “*Considero absolutamente judicioso o critério de Junod quanto a ser uma simples partícula eufônica o elemento a-, que a cada passo o Ronga emprega na sua linguagem.*” (Nogueira, 1960, p. 1).

Pelos fatos analisados nesta seção, somos levados a concordar plenamente com Nogueira (1960, p.1) ao alinhar-se com Junod e afirmar que este *a-* é *uma pura vogal eufônica*, pronunciada no início de uma frase, ou depois de uma pausa, sem lhe alterar o sentido. Este autor, citando Junod, acrescenta ainda que certos indivíduos introduzem mais frequentemente que outros esta partícula nos seus discursos.

Uma incursão no nível da literatura linguística das línguas bantu revela que a ausência de artigos não é um aspecto exclusivo da língua ronga. Outras línguas do mesmo grupo também registram o mesmo fenômeno. Taljaard (1998), por exemplo, ao examinar esta temática na língua isiZulu, concluiu que “*the isiZulu noun has no special form to distinguish between the articles “the” and “a” in English. Consequently, umfana can be “a boy” or “the boy”*” (TALJAARD, 1998, 31).

6. Considerações finais

No presente artigo analisamos o processo linguístico de expressão de definitude na língua ronga, com o objectivo de encontrar respostas para a pergunta “*Haverá artigo definido em Ronga?*”. Para o efeito, averiguamos se realmente a partícula eufônica *a-* seria na verdade o artigo definido. Identificamos as estratégias de *definitização* que os usuários desta língua adotam. Como dissemos, os dados que deram base à pesquisa foram obtidos através de um questionário estruturado, submetido aos falantes nativos de *Xinondrwana*, a variante de referência da língua ronga.

Resumidamente, a análise dos dados sugere que a partícula eufônica *a-* não constitui artigo definido. Esta constatação deriva do fato de a sua presença *vs* ausência não afetar o sentido da frase. De fato, tanto em *Mudondrisi alahlile svikambelo*. quanto em *Amudondrisi alahlile svikambelo*. o significado é ‘O/um professor perdeu as provas.’

Para além do aspecto referido no parágrafo acima, também constatamos que a partícula eufônica *a-* não se flexiona em gênero e em número, no sentido de sintaticamente concordar com o núcleo do SN. Isto significa que essa partícula é invariável. Por isso, podemos ter construções do tipo A*Mudondrisi alahlile svikambelo*. ‘O/um professor perdeu (as) provas.’ assim como *Avadondrisi valahlile svikambelo*. ‘Os/uns professores perderam (as) provas.’

Apesar de a língua não possuir artigo definido, os seus falantes têm formas próprias para expressarem a definitude. Para o efeito, adotam outras estratégias de definitização, como por exemplo, o emprego de demonstrativos, clíticos bem como pronomes absolutos.

Assim, à luz da análise dos dados apresentados neste artigo, chegamos às seguintes constatações:

- a) A língua ronga não possui artigo definido.
- b) A partícula eufônica *a-* não é artigo definido.



c) Para efeitos de expressão da definitude, os falantes de Ronga recorrem ao uso de demonstrativos, formas pronominais clíticas e pronomes pessoais absolutos, etc.

A discussão da partícula eufônica não foi exaustiva porque isso está fora do escopo do presente artigo. Futuros trabalhos sobre este elemento da gramática da língua ronga irão cobrir os aspectos aqui omissos, tais como a sua posição não inicial na frase, as restrições do seu uso, entre outros.

Referências

BORREGANA, António Afonso. *Gramática – Língua Portuguesa*. 9ª Edição, Lisboa, Textos Editores, 2007.

CANONICI, Noverino. *A Manual of Comparative Bantu Studies*. Durban, University of Natal, 1991.

CUNHA, Celso; Lindley Cintra. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

CHIMBUTANE, Feliciano. Línguas e Educação em Moçambique – Uma perspectiva sócio-histórica. In GONÇALVES, Perpétua & Chibutane, Feliciano. *Multilinguismo e Multiculturalismo em Moçambique: em direcção a uma coerência entre discurso e prática*. Maputo, Alcance Editores, 2015.

DOCKHORN, Nestor. Estruturas morfossintáticas de outras línguas muito divergentes da língua portuguesa. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, XI, no 12, p.90-97, 2008. Disponível em http://www.filologia.org.br/xicnlf/12/estruturas_morfossint%C3%A1ticas_de_outras_linguas.pdf. Acesso em 20/04/2017.

GUTHRIE, Malcom. *Comparative Bantu*. London, Gregg Press, 1967-71.

JUNOD, Henri A. *Grammaire ronga*. Lausanne, Imprimerie Georges Bridel & Cie, 1896.

KUKANDA, Vatomene. Diversidade Linguística em África. In *Africana Studia*. Porto, Número 3. Faculdade de Letras da Universidade de Porto, p. 101-117, 2000. Disponível em http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS03_101.pdf. Acesso em 21/05/2017.

MIRANDA, Wânia. Kel e a expressão de definitude em caboverdiano. In *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, V. 23, n.2, p. 425-450, 2015. Disponível em <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/5855/8300>. Acesso em 21/05/2017.

NGUNGA, Armindo. *Introdução à Linguística Bantu*. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane. Imprensa Universitária. 2014.

NGUNGA, Armindo & BAVO, Názia N. *Práticas linguísticas em Moçambique: Avaliação da vitalidade linguística em seis distritos*. Colecção: AS NOSSAS LÍNGUAS IV. Centro de Estudos Africanos (CEA) – Universidade Eduardo Mondlane. 2011.



NGUNGA, Armindo & FAQUIR, Osvaldo G. (Eds.). *Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas: Relatório do III Seminário*. (Coleção *As Nossas Línguas III*. Maputo: Centro de Estudos Africanos – UEM. 2011.

NGUNGA, Armindo; DUARTE, F. Bonfim & CAMARGOS Q. Fagundes. Differential object marking in Mozambican languages Payne, Doris L., Sara Pacchiarotti & Mokaya Bosire. (Eds). *Diversity in African languages: Selected papers from the 46th Annual Conference on African Linguistics*, Berlin: Language Science Press, p. 332-353, 2016.

NOGUEIRA, Rodrigo de Sá. *Dicionário Ronga-Português*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar – Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1960.

PAULA, Ronaldo Rodrigues de & DUARTE, Fábio Bonfim. Diversidade linguística em Moçambique. in Leite, Boaventura & Severo, Cristine Gorski. (Org). *Kadila: Culturas e ambientes. Diálogos Brasil-Angola*, São Paulo,Blucher, p. 343-362, 2016.

PRADO, Lúcia Lourenço. Nomes próprios gerais no contexto de semântica do J. S. Mill. *Transformação*. São Paulo, 28(1):67 p. 67-85. 2005. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732005000100004. Acesso em 21/05/2017.

SÓSTENES, Valente Rego. *Descrição sistémico-funcional da gramática do modo oracional das orações em Nyungwe*, 2012, (Tese de Doutoramento em Linguística Geral), Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

SILVA, Wânia Miranda Araújo de. O sintagma nominal do caboverdiano: uma investigação semântica. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Disponível em

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-13092013-110158/pt-br.php>. Acesso em 19/05/2017.

SITOE, B. & NGUNGA, Armindo. (Orgs.). *Relatório do II Seminário Sobre a Padronização da Ortografia das Línguas Moçambicanas*. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 2000.

SVOBODOVÁ, Iva. Artigo definido e nulo com os antropónimos e topónimos. *Études Romanes de Rrno*. 32, 2011, 1. Disponível em

<https://is.muni.cz/www/9255/articles/erb321/artigo.txt?lang=en>. Acesso em 21/05/2017.

TALJAAARD, PC. *Handbook of isizulu*. J.L.Van Schaik, Pretória, 1988.

ZHANG, Jing. Aquisição do sistema de artigos por aprendentes chineses de português. In MARÇALO, M. João el al. (eds). *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*, Universidade de Évora, p. 56-75. 2010. Disponível em

<http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slg24/06.pdf> Acesso em 25/08/2017.

Recebido em 15/06/2017

Aceito em 18/08/2017



NÃO EXATAMENTE SEXO E DROGAS: O *PORNOPOPÉIA* DE REINALDO MORAES

*Fábio Akcelrud Durão*³⁵

São os ossos do orifício.
[...]
O Senhor é meu credor, tudo me cobrar.
Reinaldo Moraes, *Pornopopéia*

I

O campo dos estudos literários baseia-se em uma premissa fundamental, a de que obras literárias podem ser tratadas como veículos de conhecimento. Abordagens da teoria literária podem – e devem – ser julgadas não somente por suas próprias perspectivas filosóficas, seus conteúdos conceituais e coerências proposicionais internas, mas também pelo tipo de conhecimento que, a partir da literatura, são capazes de gerar. Este artigo propõe uma leitura de *Pornopopéia*, de Reinaldo Moraes – um romance recente que recebeu muita atenção da mídia (p. ex. Pécora, 2009), mas não da academia (uma exceção é Paz, 2012) – de acordo com dois modelos distintos: o monadológico, como exemplificado por T.W. Adorno, e o da partilha do sensível, desenvolvido por Jacques Rancière (2005). A motivação subjacente é a de que uma dupla interpretação pode mostrar-se frutífera tanto como meio de confrontar essas perspectivas hermenêuticas através da mediação do mesmo objeto, quanto como meio de iluminar um artefato literário bastante elusivo, apesar de sua aparente facilidade.

O conhecimento produzido pela interpretação monadológica tem como base uma separação estrita entre o artefato e aquilo que o cerca, seja a intenção do autor, a recepção do leitor ou seu contexto social imediato. Considerar o texto uma mônada auxilia na constituição do estético como uma esfera autônoma, mas funciona como obstáculo para sua relevância

³⁵ Doutorado em Literatura pela Duke University, Estados Unidos(2003). Professor Livre-docente da Universidade Estadual de Campinas, Brasil. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 1D - CA LL. E-mail: fabioadurao@gmail.com



social. De uma perspectiva filosófica, tal separação da obra de seu ambiente deve ser vista tanto como sintoma quanto como uma tentativa de lidar com a profunda crise do pensamento, precisamente quando o conhecimento conceitual e sistemático tornou-se suspeito em uma totalidade reificada cada vez mais difícil de ser totalizada. Não foi sem uma sensação de *faut de mieux* que a estética de Adorno (1998) identificou, na tensa articulação da arte entre imaginação e estrita racionalidade estética, um promissor *modus operandi* para a absorção da verdade social. Do ponto de vista da sociologia da literatura, a oposição entre o que está do lado de dentro e o que se encontra no exterior prova-se uma precondição para sua articulação. Para nossos propósitos, a seguinte passagem famosa de Fredric Jameson pode ser um bom início:

A sociologia da cultura é, portanto, em primeiro lugar e acima de tudo, eu gostaria de sugerir, uma *forma*: não importa o que os postulados filosóficos tenham convocado para justificá-la, como prática e como operação conceitual sempre envolveu o pulo de uma centelha entre dois polos, o entrar em contato de dois termos desiguais, de dois modos de ser aparentemente não relacionados. Assim, no campo da crítica literária, a abordagem sociológica necessariamente justapõe a obra de arte individual a alguma forma mais vasta de realidade social, a qual é vista de um modo ou de outro como sua origem ou base ontológica, seu campo gestáltico, e a obra mesma passa a ser percebida como uma *reflexão* ou um *sintoma*, uma *manifestação* característica ou um simples *subproduto*, uma *tomada de consciência* ou uma *resolução* imaginária ou simbólica, para mencionar apenas algumas das maneiras nas quais essa relação central e problemática tem sido concebida. (1971, 4-5, trad. nossa, itálicos no original)

Pode-se certamente criticar esta passagem por sua excessiva formalização (verdadeira, de acordo com o título do livro, *Marxismo e Forma*), algo que alimenta a *aplicação* de teorias, as quais podem eventualmente perder as obras literárias do campo de visão (Durão, 2011a). Ainda assim, é útil como caracterização de uma postura interpretativa que visa adquirir conhecimento através do confronto entre a interioridade de textos e sua importância social. Em sua versão mais forte, a leitura monadológica adquire seus *insights* da forma literária considerada como conteúdo social cristalizado. O resultado é paradoxal, pois quanto mais o texto separa-se do mundo que o cerca pelo investimento em suas articulações internas, mais pode trazer de si sua própria exterioridade. Na iniciativa de Jameson, o objetivo da interpretação é uma reconstituição da totalidade social através da visibilidade produzida pelo

artefato literário; isso não é uma ambição irrelevante, já que o acesso à sociedade como um todo pode não apenas ser considerado um passo necessário para a ação política, mas também atesta, por assim dizer performativamente, a superioridade do marxismo como código mestre interpretativo em relação às outras teorias, as quais agora são vistas como capazes de compreender, ainda que verdadeiramente, apenas partes restritas da totalidade.

Sem dúvida, há outros usos possíveis para a leitura monadológica. Em sua forma mais fraca, quando o conhecimento trazido pela obra já existe como uma ideia sociológica, o texto torna-o mais concreto, empresta-lhe contornos sensíveis, assim contribuindo para sua compreensão mais completa. Além disso, por estarem presentes em diferentes esferas racionais-discursivas, os conteúdos apresentados podem aspirar a um maior grau de validade, como um *Weltgeist*, por assim dizer. Mas quando o conhecimento extraído da obra é novo, a divisão mesma do mundo em esferas racionais-discursivas separadas, governadas pela sua própria lógica interna, é desafiada e a literatura parece surgir ao mesmo tempo *ao lado* e *acima* de outras práticas discursivas e formas de racionalidade (Menke vii-xiii).

É exatamente isso o que é realizado por Roberto Schwarz (2001) em sua leitura de Machado de Assis. Tratando de *Brás Cubas*, começa por isolar um traço narrativo reiterado e separá-lo enquanto elemento formal subjacente (note-se que forma não é algo dado previamente ou pré-concebido, mas é ela mesma já dotada de imaginação crítica), nomeadamente a impertinência do narrador, sua propensão a negar e desmentir o que acabara de afirmar. Essa volubilidade é então interpretada como uma posição particular da classe dominante no Brasil pós-independência. A coexistência da produção escravista e do amadurecimento político permitiu às elites dominantes adotarem uma visão de mundo colonial ou moderna, dependendo das circunstâncias. Esse oportunismo literal foi magistralmente capturado por Machado de Assis em uma maneira divertida e cômica, que efetivamente solda aquilo que de outro modo teria sido um amálgama bizarro³⁶. Da leitura de Schwarz resulta não apenas a pintura concreta do Brasil do século XIX, ainda reverberante hoje, mas uma contribuição substancial para o pensamento sociológico, dificilmente obtida por outros meios.

A crise da abordagem monadológica é paralela à da própria categoria de obra literária.

³⁶ Para uma boa contextualização da leitura de Schwarz sobre Machado de Assis, ver Arantes (1992) e Ohata & Cevalco (2007).



Se para que exista uma mônada estética é necessário um isolamento do mundo externo através de sua própria forma, então ela é forçada a ser nova: artefatos monádicos devem ser intransigentemente únicos. Isso tem se tornado cada vez mais difícil em um mundo tão completamente permeado por excessiva linguagem, caracterizado por uma semiose ininterrupta, sempre mais alta e brilhante³⁷. Não é que obras-primas não sejam mais escritas, como críticos conservadores frequentemente afirmam, mas antes que são obrigadas a competir com uma multidão de outros artefatos, cuja abundância acaba promovendo uma modificação no próprio caráter da linguagem. Quando a produtividade semiótica alcança seu máximo, o silêncio é convertido em intervalo e obras têm de fazer um esforço formal imenso para se tornarem individualizadas *vis-à-vis* a arte passada e a produção linguística presente (Durão, 2008a). Na verdade, é tentador colocar grande parte das descobertas mais recentes na teoria (por exemplo, a emergência do texto barthesiano, ou a noção de cânone como uma entidade sufocante e opressora) de cabeça para baixo e considerá-las como sintomas, resultados, e não causas, para a precariedade de obras fortes. Para a abordagem monadológica, ou se tem um objeto poderoso capaz de gerar conhecimento (esta a razão de seu poder), ou não se tem nada. Nesse caso, o que deveria ser feito da avalanche de objetos ou mensagens, provenientes *tanto* da alta cultura *quanto* da indústria cultural, que não evidenciam de fato uma organização formal absolutamente nova?

É em vista disso que a teoria da partilha do sensível de Jacques Rancière torna-se particularmente relevante, pois proporciona outro ângulo para lidar com objetos estéticos. A questão agora não é mais o processo de individuação dos artefatos, sua separação de todo o resto (incluindo outras obras, que eles normalmente odeiam), mas a questão de sua participação em uma divisão do mundo na qual o perceptível dita quem tem direito a existir e, portanto, agir politicamente. Aqui não é o lugar de se discutir a filosofia de Rancière extensivamente; seu trabalho já foi consideravelmente discutido, sendo objeto de muitos comentários, introduções e afins (ver, por exemplo, Corcoran, 2010; Tanke, 2011). É suficiente dizer que sob o que Rancière chama de regime estético, a arte se torna um espaço repleto de possibilidades, um *locus* onde hierarquias sociais desaparecem e emerge uma forte visão de democracia. Isso foi magistralmente ilustrado pelo recente livro de Rancière,

³⁷ É curioso observar que o impacto do trabalho de Roberto Schwarz (e também de seu mentor, Antonio Candido) foi tal que, em certos departamentos no Brasil, a cristalização do conteúdo social em forma acaba por correr o risco de se tornar um objetivo apriorístico, abstrato, da interpretação. Isso pode levar a uma reificação do procedimento, privando-o da espontaneidade que é necessária à imaginação crítica.

Aisthesis (2013), o qual fornece algo muito próximo de uma história da arte nos últimos dois séculos, sob a perspectiva do potencial da arte em apresentar um domínio de igualdade. Uma das críticas mais frequentes ao modelo monadológico – que não deixa nenhum espaço para o leitor enquanto agente ativo – é aqui amplamente evitada, porque a arte mesma é vista como uma forma de ser, que aguarda por seu destinatário para transplantá-la à política.

O próprio Rancière critica repetidamente a concepção monadológica da arte que, no limite, segundo o autor, levaria a uma ontologização da obra enquanto um total outro. Essa versão da autonomia estética é então atacada como parte de uma tendência teórica mais ampla, a qual inclui Deleuze, Badiou e Negri. Mas há outras maneiras de se lidar com a autonomia estética que não levam à imobilidade em uma suposta absoluta alteridade. Pois a constituição da mônada é capaz de ser dinâmica; ela pode ser não o ponto de partida, mas o *resultado* do processo interpretativo (Durão 2008b). De fato, é possível criticar a estética de Rancière pelo ponto de vista do modelo monadológico ao sugerir que sua multiplicidade de ideias perspicazes, sua engenhosidade interpretativa e intimidade com a arte convergem para uma única ideia, a de que arte *é*, que existe como uma esfera de potencialidades democráticas. Como outras abordagens prestigiosas da literatura, a de Rancière não seria exatamente hermenêutica, já que não pretende descobrir um significado oculto, algo que o texto não saberia sobre si mesmo. Por não reconhecer uma não-identidade no artefato, a teoria de Rancière ignoraria o caráter dialético da arte, como parte da sociedade, algo que também participação da dominação social. Se a monadologia estética é centrífuga, pois procede da obra à sociedade, a partilha do sensível é centrípeta, pois termina no espaço da prática estética. Ambos os modelos são capazes de criticar um ao outro sem que haja correção mútua ou anulação recíproca. Essa incapacidade de invalidar ou melhorar uma a outra justifica o pressuposto subjacente desse artigo, de que os modelos monadológico e da partilha do sensível iluminam diferentes aspectos da literatura enquanto fenômeno estético. Pode muito bem ser que suas eficácias sejam mais bem medidas *a posteriori*, de acordo com o resultado que gerem, do que por princípio, segundo suas articulações conceituais. Talvez, como modelos interpretativos, ambas as perspectivas poderiam ser tratadas pragmaticamente, mais de acordo com a situação em que se está e aquilo que se busca. Seja como for, o fato de que ambas as abordagens têm algo de insatisfatório pode ser visto como ainda mais um sinal da crise na relação entre arte e conhecimento – ligação que se tornou relevante, como dito antes, sob uma profunda crise social. Daí o objetivo deste ensaio: como um exercício metodológico,



objetiva experimentar ambos os procedimentos interpretativos em um dos mais intrigantes romances brasileiros dos últimos anos. Se bem sucedida, a análise não irá apenas apontar para a força teórica de cada modelo, mas também auxiliará a caracterizar uma obra que é a seu modo desconcertante.

II

Pornopopéia de Reinaldo Moraes foi publicado em 2009. O livro é exatamente o que seu título diz: um épico pornográfico. Substantivo e adjetivo estão em tensão e modificam um ao outro. A pornografia retira toda exigência de seriedade dessa longa e paratática narrativa; a dimensão épica da história transforma o pornográfico ao fazê-lo contínuo, não permitindo a existência de pausas, de momentos de descanso, que normalmente caracterizam a pornografia. É verdade que há fortes elementos picarescos no enredo, mas o final trágico e o grau considerável de autorreflexão da parte do narrador em primeira pessoa apontam para outra direção.

Não é fácil resumir essa história de 660 páginas, repletas como estão de acontecimentos. O principal personagem é José Carlos Ribeiro. Cineasta fracassado, sexualmente insaciável, obcecado por drogas, é ele quem narra a série de episódios que aleatória mas inexoravelmente o levam desde suas tentativas frustradas, tarde da noite, de escrever o roteiro para uma propaganda institucional da fábrica de salsichas Itaquerambu, ao seu iminente assassinato por aqueles que parecem ser policiais disfarçados. A história é cheia de coincidências, propriamente notadas pelo narrador, e é centrada em um evento estatisticamente improvável: o assassinato do traficante Miro em seu próprio carro por uma bala perdida, enquanto estava sentado ao lado de Zeca, que então foge com a sobra de seu estoque de cocaína. Com medo da polícia, ele deixa a cidade de São Paulo para Porangatuba, um balneário paradisíaco fictício na divisa entre os estados do Rio e de São Paulo, onde há a residência do cunhado da mulher de seu amigo Nissim. Lá, o personagem principal inicia um caso, não sem muita diligência libidinal e autopersuasão, com Rejane, uma mulher de sessenta e três anos e proprietária de uma pousada chique. A relação é totalmente motivada por interesse, pois José Carlos manipula Rejane para que o sustente e esconda, contando-lhe que



seus problemas eram apenas relacionados à própria família. O ponto chave para o desfecho da história é o adiamento, forçado por Zeca, de uma viagem a uma salvadora ilha privada, para fazer sexo com Josilene, uma garota local, pobre e ingênua, que trabalha em um restaurante de turistas e namora um policial. Após ter se decidido a viajar no dia seguinte, todos os eventos na narrativa conspiram para a queda de José Carlos: o namorado de Josilene descobre a infidelidade e a agride, provavelmente com o consentimento de seus pais, ao ponto de desfigurá-la, e Rejane fica sabendo sobre a verdadeira razão da necessidade de Zeca esconder-se. O livro termina com a captura iminente do protagonista por policiais disfarçados, que provavelmente irão matá-lo.

O enredo combina, assim, a leveza do picaresco, a qual deriva de uma aparente falta de necessidade na concatenação dos eventos, com o fato inevitavelmente dramático da extinção da voz narrativa, a aniquilação do “eu”. Mas o processo de narração é também importante. A história é contada em blocos de escrita em tempo real, os quais no início dão a impressão de que as palavras do texto estão sendo compostas enquanto são digitadas no laptop de Zeca, aparentemente sem nenhuma revisão. Esse ultrarrealismo do ato de composição também enfatiza o destinatário, o “você” de início não nomeado em cuja direção todas as sentenças são de fato dirigidas. É somente na página 562 que o leitor compreende que o arquivo de computador de *Pornopopéia* estaria sendo enviado ao tradutor do *Women* (*Mulheres* [1984]) de Charles Bukowski, ninguém menos que o próprio Reinaldo Moraes. José Carlos o instrui a editar o material do modo como desejar, desde que todos os nomes, incluindo do autor, sejam modificados³⁸, e o baixo nível linguístico seja mantido:

Respeite o meu baixo nível, é o alto favor que lhe peço. Faça da minha vulgaridade um parque pras suas diversões. Vai fundo nas *cenash obscenash*, como ouvi de um crítico de cinema carioca sobre as mais floridas sequências sexuais do *Holisticofrenia* [o único filme, underground, de José Carlos]. Evite lirismos lambisgoias, insights psicossociológicos modorrentos, e, sobretudo, morais-da-história digestivas ao gosto do distinto público de classe média de shopping. Mesmo os neologismos vagabas e as palavras-valise-sem-alça, sem falar nas badalhocas trocadilhescas, pode limar numa boa, se te parecerem muito bestoides. Só deixa o que você achar mais engraçado e esdrúxulo, digamos (p. 436).

³⁸ “Invente um pseudônimo. Ou tasque seu próprio nome, se quiser. Por mim, tudo bem. Só não quero ver o meu nome associado a livro nenhum. Seria admitir o fracasso de toda uma vida dedicada ao cinema. (Dedicada ao alcoolismo e à putaria também, mas deixa para lá.)” (p.434)



Isso, é claro, cria uma indeterminação quanto ao que originalmente foi escrito por José Carlos e o que foi modificado por Reinaldo Moraes. Em todo caso, é importante notar a esta altura que é tão impossível identificar-se com o narrador em primeira pessoa quanto é inadequado criticá-lo. Sua falsidade, sua instrumentalização e falta de consideração pelas pessoas, sua obsessão viciada com o próprio prazer fazem dele alguém em quem não se pode confiar, muito menos gostar ou admirar. Por outro lado, todos seus vícios, incluindo seu chauvinismo exasperador, são tão abertamente expostos por ele, e de modo tão impiedosamente engraçado, que se empenhar em uma análise ideológica do sexismo de José Carlos seria ridículo. Aceitar ler *Pornopopéia* já significa acatar a vulgaridade que é estrutural à obra. A mistura de caráter odioso e exposição charmosa é na realidade um princípio constitutivo e como tal deve ser aceito como interno ao texto. Isso é algo que o narrador de Moraes compartilha com o Machado de Assis de *Brás Cubas* e *Dom Casmurro*. Porém, diferentemente de Bentinho ou Brás, não é fácil identificar Zeca socialmente. Não seria exato pensar nele como um malandro, alguém que vive espertamente zigzagueando pelas divisas que separam a legalidade da criminalidade (Candido, 1993); seu hedonismo e urbanismo são intensos demais para isso, como também é sua familiaridade com a literatura e a cultura, que o caracteriza muito bem como uma pessoa culta.

De fato, misturado com várias referências à cultura de massa – como quando José Carlos se masturba com uma edição de 1995 da revista *Caras* (p. 414-416), ou os cinco ou seis “paulocoelhos” (p. 551) à sua disposição na pousada – *Pornopopéia* evidencia um conjunto disfarçado, porém firme, de fontes artísticas, incluindo Mallarmé, Proust, Freud, Picasso, Matisse, Goddard, Heidegger (que é associado a Steinhager³⁹) e outros. O texto é claramente autoconsciente como obra literária e suas afiliações são diretamente mencionadas. Além de Bukowski, encontram-se alusões à memorável cena de *O Complexo de Portnoy*, de Philip Roth, em que Alexander masturba-se com um pedaço de fígado (p. 272; 273⁴⁰), aqui adaptada a uma lula (“uma atividade lulonanista”, p.499), também a ser comida sem suspeitas por uma família inocente. Deve-se observar, de passagem, que essa postura de escárnio alegre e falta de respeito pela alta cultura é mais interna à cultura ela mesma do que abordagens sérias, cheias de respeito e admiração, as quais falham em ver como a cultura não é aquilo que

³⁹ “Cato o notebook, disposto a registrar os últimos quinze minutos da história da humanidade, visto do meu ângulo pessoal. Sete horas. É cedo ainda. Para o homem, digo. Para o ser continua sendo irremediavelmente tarde, como diz o garotinho na ‘Chinesa’, do Godard, citando um filósofo alemão, o Heidegger, acho. Se não for o Heidegger deve ser o Steinhager.” (p. 381)

⁴⁰ “Gozado é que o esquema narrativo dele lembra esse papo que eu venho levando com você.” (p. 273)



pretende ser – como está aquém de seu próprio conceito, por assim dizer.

E, no entanto, seria um equívoco associar *Pornopopéia* ao gênero de literatura *beatnik*. *Mulheres* de Bukowski é um bom termo de comparação. Ainda que sexo e drogas estejam também presentes no romance de Bukowski – embora não tão extremadamente como em *Pornopopéia* – o glamour do outsider, o charme de se ser literário através da negação feroz da literatura *mainstream* é inevitável. No romance de Moraes, a sedução do alternativo, que tão facilmente permeia a produção literária contracultural ainda hoje, está totalmente ausente. Não apenas é Zeca uma pessoa desprezível, mas também ideologicamente o romance não é estritamente de esquerda: embora o sentimento anti-pequeno-burguês esteja impregnado na obra de Moraes, nunca se funda em uma postura política propriamente dita, e muito constantemente o que parece ser revolta social deriva de mesquinhas frustrações subjetivas. Isso diferencia nitidamente *Pornopopéia* da geração do mimeógrafo ou da poesia marginal dos anos 70, ainda que (ou precisamente porque) possam ser encontradas referências aos anos da ditadura no personagem Alê, um músico decadente que canta Torquato Neto, cita Waly Salomão e é iniciado nos caminhos da Tropicália.

O principal traço formal de *Pornopopéia* é o da sinonímia. A narrativa toda pode ser vista como uma tentativa prolongada de se construir uma história com os elementos que sistematicamente desviariam da normalidade, do sentido estabelecido, enquanto ao mesmo tempo retêm seu núcleo do sentido. Moraes emprega toda a gama de possibilidades linguísticas oferecidas pelo português para gerar esse efeito. Aparte neologismos e coloquialismos constantes, o romance extrai o máximo potencial de aumentativos, diminutivos, apelidos e mistura de registros. Ora, essa tortuosidade linguística tem um equivalente social que é ironicamente incorporado ao romance: a ideia de proximidade, familiaridade ou informalidade que foi concebida com tanto sucesso por Sérgio Buarque de Holanda como o homem cordial (1972, 139-52). Trata-se talvez de uma das noções mais difundidas da crítica cultural brasileira; como é sabido, ela refere-se à fraqueza, originária do Brasil colonial, da divisão entre público e privado, que torna o processo de racionalização, como concebido por Max Weber, parcial e incompleto. O ímpeto social em direção a uma crescente impessoalidade, como na constituição da burocracia estatal, penetraria no Brasil apenas imperfeitamente, sendo resistida por uma versão estendida da família e uma “familiarização” das relações públicas. A evasão estrutural de uma linguagem neutra e a primazia absoluta de sinônimos criam uma sensação de convivência gratuita, algo que emerge



somente da presença do outro; apenas, digamos, faticamente. Essa utopia brasileira da cordialidade, um nicho para todos os tipos de ideologias nacionalistas, é tratada de maneira complexa em *Pornopopéia*. A tensão entre linguagem e caráter já foi mencionada; agora deve ser frisado que o circuito literário – José Carlos (seu nome real?) escrevendo a Reinaldo Moraes, o qual reescreve (quanto?) o manuscrito – une os opostos da proximidade textual, cuidadosamente produzida, com a distância inerente não apenas à desconexão entre escritor e destinatário do arquivo de computador *Pornopopéia* (embora nunca mencionado como tal no romance), mas também na mediação da ficcionalidade. De fato, o plano de criar um quadro supostamente real para um manuscrito encontrado, como em *A Letra Escarlate* de Hawthorne, é bastante conhecido, mas em *Pornopopéia* o editor do manuscrito nunca é sentido como tal. Além do mais, o foco aqui é o conteúdo social desse aparato formal, enquanto algo que mistura distância e proximidade. Estaria a obra encenando um réquiem hilário para a morte de um ideal brasileiro de convivência, por mais irreal e ideologicamente mal empregado que tenha sido? Curiosamente, parece haver uma relação de inversa proporcionalidade aqui, pois quanto mais esse tipo de modo de ser gregário, fácil, hedonista, é negado socialmente, mais a autorreferencialidade de *Pornopopéia*, o fato de que é construída como uma obra, vem à tona. Em outras palavras, quanto mais o estar junto desinteressadamente torna-se socialmente problemático, mais o romance estabelece-se firmemente como um artefato literário bem sucedido que, assim, distancia-se da sociedade demonstrando suas falhas.

III

Se para o modelo monadológico o circuito de cordialidade/intimidade é central, para a partilha do sensível o importante é uma maneira específica de apresentação do corpo. Aqui, o foco não reside no processo de sinonímia como recurso para evitar a regra, as normas ou a lei, mas ao contrário na exibição do corpo e de seus fluidos como objetos desmistificados, fontes puras de prazer. Eles não são tratados com asco ou neutralidade científica, nem com orgulho ou um desejo de *épater le bourgeois*. Em vez disso, as partes do corpo e seus produtos tornam-se meios de satisfação sensual para o narrador e, para o leitor, algo engraçado. Aqui está uma passagem da orgia (ou melhor, suruba) pseudorreligiosa, parte do culto de Zebuh-

bhagadhagadhoga: Zeca, em uma viagem de ácido, está contemplando Melquíades, um dançarino negro de dois metros de altura, supostamente gay, mas que faz sexo duas vezes no romance com Sossô, uma garota desejável de quase dezessete anos – ou, para dizer mais acuradamente, está observando seu pênis. Os outros participantes do rito são uma mulher excessivamente gorda, um homem muito magro, Ingo, o tocador de cítara, e a mestre Samayana:

Cara, me desculpe insistir nesse assunto, mas a pomba do homem era uma borduna bororô, uma autêntica encarnação antropomórfica do divino Zebuh da piroca master, nada menos. O resto é pinto, bilau, neça, piupiu, pilinha, pirulito. E, pelo visto, a cobra preta ia fumar. Não fumando no meu derrière nem nos tenros orifícios da Sossô, beleza, pensei. Por mim, ele podia ficar à vontade pra desbastar as badalhocas merdosas do magrão, as adiposidades grementes das gordas, o carnão fardado em seda que passava por nossa divina mestra e até aquele furo no cavalo da calça do Ingo, se a gônada saísse para frente. (p. 195)

E aqui está o ânus da esposa de José Carlos, uma professora de sociologia na Universidade de São Paulo (USP), sendo comparado ao de uma prostituta com quem ele acaba de fazer sexo:

A Lia, por exemplo, muitíssimo cá entre nós, nunca apresentou um cu tão chupável quanto o daquela puta da Augusta. O cu da patroa sai pra trabalhar de manhã cedo, passa o dia sentado ou sendo massageado pelas nádegas na cadência do andar e caga sem apelação nos banheiros da faculdade, onde é limpo a seco com o papel higiênico de segunda que o governo oferece nos toaletes da suas instituições ensino, desenvolvendo, por conseguinte, toda sorte de grumelos e badalhocas aderentes à pilosidade local, de resto jamais desbastada na depilação pelas mulheres ditas honestas, pois está na Bíblia, no Alcorão, nos Upanishades: “Se quereis pastar no rebanho das eleitas, não depileis vosso rabricó” (p. 141).

Seria incorreto argumentar que os órgãos sexuais aqui estão simplesmente estranhados ou desfamiliarizados. Eles permanecem o que são, mas o modo como são tratados faz com que sejam visualizados e experienciados sem nenhum asco ou heroísmo. Isso também é verdade para os casos mais palpáveis de relações sexuais, os quais são descritos sem insinuações, como na seguinte passagem:

Esguichar porra na cara da mulher é o que há. Na boca, no nariz, nos olhos, na bochechas, na testa, no cabelo – é lindo. E fica mais lindo ainda quando elas lambem e sorvem a porra, que é pra você se sentir o governador-geral da putaria. As boas fêmeas gostam disso. Algumas das más também. E não é só em filme pornô, não. Bom, você deve saber disso tanto quanto eu. // A minha puta sabia tomar uma pica por via oral. Começou com um bem-realizado tour de língua em torno da chapeleta,



pra depois alojar o negócio sobre o leito da língua dentro da boca. Meu pau ficou descansando um pouco naquele berço esplêndido como um pequeno deus na manjedoura, antes que ela iniciasse o trabalho de sucção. Quer dizer, a mulher se esmerava em prolegômenos refinados até no boquete. De tirar o chapéu – ou a chapeleta. (p. 137)

Meu argumento aqui é o de que descrições como essas não deveriam ser vistas como objetivamente ofensivas (por mais que se possa sentir pessoalmente ultrajado)⁴¹, primeiro graças à já mencionada natureza cômica (elas não se levam a sério), segundo, porque sexo e drogas são fontes de prazer para todos envolvidos na história. Uma citação como esta pode ser tomada como sexista, o que de fato é, mas de um modo diverso, mais literal: não como supremacia da superioridade do masculino sobre o feminino, mas como uma sexualização da existência⁴². Zeca não força ninguém a ter relações com ele; todas as suas parceiras sentem prazer (novamente diverso de *Mulheres*, de Bukowski), e é possível imaginar sem dificuldades a mesma cena sendo descrita pela prostituta em termos muito similares. A erotização é o ar que os personagens de *Pornopopéia* respiram.

Além disso, o tratamento do corpo por Moraes possui um efeito desmistificador. Não apenas não há aqui simbolismo, nenhum vestígio de transcendência, nenhuma espiritualidade residual, como também sua presença normalmente significa a destruição de ilusões. É assim que Zeca ouve os preceitos do credo pseudo-hinduísta no preâmbulo de uma orgia:

A bhagadghamaithuna, de acordo com a Samayana [a sedutora mestre do culto], requeria a nossa mais completa e irrestrita nudez – “de corpo e alma”. Sempre a eterna dupla sertaneja de todas as religiões Body & Soul. (p. 179)

Assim, o desejo não é transcendente e o desejo do desejo não parece problemático:

Minha impressão é de que a gente nasce com um estoque fixo de gozadas pra gastar ao longo da vida, do mesmo jeito que as mulheres trazem de berço um número contado de óvulos nos ovários. A maior parte dos homens morre sem ter gasto nem metade da munição gozosa a que tem direito. Bem ou mal, esse não vai ser o meu caso, posso te garantir. Vou gozar até o último item em estoque. Meu organismo demanda o gozo 24 horas por dia, e até falando, lendo, trabalhando ou mesmo dormindo eu quero gozar de algum jeito. (p. 223)

Tudo isso leva à conclusão de que em *Pornopopéia* presenciamos uma forma

⁴¹ É curioso que as descrições de órgãos e relações sexuais dificilmente tendam a causar desejo no leitor.

⁴² De fato, que o romance possa criar precisamente este tipo de ruído semântico pode parecer por si só um feito.

particular de circulação da linguagem, na qual palavras e descargas de desejo coexistem. A palavra “tesão” é um caso privilegiado disso. Termo de função performativa peculiar, significa excesso de desejo aplicável a contextos extra sexuais, mas que sempre carrega consigo uma superabundância de libido. “Tesão” não pode ser utilizado objetivamente, pois sempre implica o falante, o qual é ele mesmo “tesudo”, por assim dizer. Em *Pornopopéia*, o desejo está inextricavelmente entrelaçado com a criatividade linguística. O resultado disso é a emergência de uma configuração da linguagem na qual sexo-e-drogas e escrita como produção de sentenças tornam-se quase a mesma coisa. Em outras palavras, não é apenas o caso de que o “tesão” torne-se completamente visível e acessível, reconfigurando, portanto, o que poderia ser chamado de partilha do desejo; mais do que isso, ele *revela-se como estando no fundo da produção narrativa, como seu real motor*.

Há diversas implicações interessantes derivadas disso. Uma vez que “tesão” participa do horizonte do sensível, seu impacto da linguagem é alterado. A maneira na qual palavras são empregados em *Pornopopéia* drena sua força ilocucionária; ou, pelo contrário, todos os vocábulos tornam-se palavras. Qualquer intenção de usá-los é frustrada porque são convertidos em termos literais: de acordo com a lógica interna do romance um “foda-se!” só poderia ser respondido com “obrigado”. Do ponto de vista do leitor, já que as palavras são utilizadas tão livremente (também socialmente: *Pornopopéia* está agora disponível em edição de bolso por apenas R\$ 25), elas tendem a gerar uma dinâmica subjetiva interessante. É provável que o leitor tenha um sentimento de satisfação ao ver-se lendo essa multidão de cus, paus e porra, e não se sentir puritano, quadrado ou tenso; no entanto, é possível que eventualmente o nojo tome forma e uma sensação de abjeção o expulse do livro. Como um livro de desejo, *Pornopopéia* é um desafio tanto quanto uma promessa. Ao propor um universo no qual o desejo flui livremente, o livro impõe ao mundo que encare a maneira como ele mesmo fragmenta seu tesão em uma porno-grafia que deve permanecer à margem.

Os *insights* interpretativos propiciados pelos modelos monadológico e da partilha do sensível não são reconciliáveis. Uma reunião dos circuitos de proximidade e de liberação do desejo acarretaria um tipo de positividade que seria prejudicial a ambos. Para o primeiro, sugeriria a existência de uma alegre convivência como imediatamente presente na sociedade: seria conformista. Para o último, inseriria um aspecto antropomórfico na produção do desejo: seria sedativo. Presidindo ambos está, é claro, uma obra que é mais interessante (e excitante) enquanto algo diferente de si mesmo. De fato, tal incompatibilidade é desconfortável; como

críticos, tendemos sempre a procurar a unidade, uma única generalização final. É tentador articular essa oposição em um nível mais alto, como um sinal, talvez trágico, do predicamento da estética atual. É uma possibilidade. Outra, já mencionada anteriormente, seria mais pragmática, e lidaria com a monadologia ou com a partilha do sensível de acordo com situações particulares. O modelo monadológico é aquele que revela problemas sociais, no caso de *Pornopopéia* o destino de uma forma brasileira de convívio; a partilha do sensível revela horizontes de ação social, aqui uma liberação alegre do corpo associada à produtividade linguística, o que no contexto brasileiro poderia ser historicizada como uma luta contra o passado católico e pré-moderno. Em ambos os casos, contudo, temos *Pornopopéia* a agradecer.

Tradução do inglês de Tiago Basílio Donoso

Referências

- Adorno, T.W. *Aesthetic Theory*. Trad. Robert Hullot-Kentor. Minneapolis: Minnesota University Press, 1998.
- Arantes, Paulo. *O sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*. São Paulo: Paz & Terra, 1992.
- Assis, Joaquim Maria Machado de. *The Posthumous Memoirs of Brás Cubas*. Trad. Gregory Rabassa. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- Bukowski, Charles. *Mulheres*. Trad. Reinaldo Moraes. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- Candido, Antonio. “Dialética da Malandragem”. In: *O Discurso e a Cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.
- Corcoran, Steven. “Editor’s Introduction”. In: Rancière, *Dissensus*, p. 1-24.
- Durão, Fabio A. “Da superprodução semiótica: caracterização e implicações estéticas”. In: Durão, F.A.; Zuin, A.; Vaz, Alexandre Fernandez. (Eds.). *A Indústria Cultural Hoje*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008a, p. 39-48.
- . *Modernism and Coherence: Four Chapters of a Negative Aesthetics*. Frankfurt/Bern/New York: Peter Lang, 2008b.
- . De volta a Adorno na interpretação da cultura. *Fronteiraz* (São Paulo), v. 7, 2011a.
- . *Teoria (literária) americana*. Campinas: Autores Associados, 2011b.
- Graff, Gerald. *Professing Literature*. Chicago: University of Chicago Press, 2007 [1987].
- Holanda, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 [1936].
- Jameson, Fredric. *Marxism and Form*. Princeton: Princeton U.P., 1971.
- Menke, Christoph. *Die Souveränität der Kunst*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1991.



- Moraes, Reinaldo. *Pornopopéia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011 [2008].
- Ohata, Milton & Maria Elisa Cevasco (eds.). *Um crítico na periferia do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- Paz, Ravel. A Saga dos Seres Retalhados: Impasses Auráticos e Representação Desviante na *Pornopopeia*, de Reinaldo Moraes. *Revista Olho d'água*. Vol.3, n.1, 2011.
- Pécora, Alcir. Moraes “viaja” em romance com sexo, drogas e literatura. *Folha de São Paulo*, July 11, 2009.
- Rancière, Jacques. *A partilha do sensível*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- . *Dissensus: On politics and aesthetics*. Trad. Steven Corcoran. New York: Continuum, 2010.
- . *Aisthesis. Scenes from the aesthetic regime of art*. Trad. Zakir Paul. London & New York: Verso, 2013.
- Schwarz, Roberto. *A Master on the Periphery of Capitalism*. Trad. John Gledson. Durham/London: Duke U.P., 2001.
- Tanke, Joseph J. *Jacques Ranciere: An Introduction*. New York: Continuum, 2011.

Recebido em: 01/01/2017

Aceito em: 01/02/2017

IMAGENS DO VAZIO NO ROMANCE *STILLBORN*, DE MICHAEL STAVARIČ

IMAGES OF EMPTINESS IN *STILLBORN*, BY MICHAEL STAVARIC

Dionei Mathias⁴³

RESUMO

Michael Stavarič pertence a uma nova geração de autores de expressão alemã cujo interesse reside em personagens excluídos da possibilidade de narrar identidades em consonância com as normas do espaço em que circulam. Em seu romance *stillborn*, de 2006, Stavarič aborda a dificuldade da construção de laços sociais e emocionais, colocando em seu centro a ausência de amor. Em volta de metáforas espaciais, o autor expõe a condição de natimorto a partir de imagens do vazio, de tentativas de preenchimento por meio de sonhos contingentes e através da ironia com o objetivo de equilibrar a balança emocional. Com esse romance, Stavarič contribui para a escrita de uma literatura da solidão.

PALAVRAS-CHAVE: Michael Stavarič; *stillborn*; romance alemão.

ABSTRACT

Michael Stavarič belongs to a new generation of authors writing in German whose interest lies in characters excluded from the possibility of narrating their identities in consonance with the norms established within the space they move. In his novel *stillborn*, 2006, Stavarič discusses the difficulty of forming social and emotional bonds, putting in its centre the absence of love. Relying on spatial metaphors, the author presents the condition of stillbirth with images of emptiness, showing fulfilment trials based on contingent dreams by means of an irony triggered by the desire to balance emotions. With this novel, Stavarič contributes to the formation of a literature of loneliness.

KEYWORDS: Michael Stavarič; *stillborn*; German novel.

Introdução

Elfriede Jelinek, uma das grandes vozes da literatura de expressão alemã na Áustria, já havia mostrado em seu romance *A pianista* (1983, a tradução brasileira de 2011) as dimensões

⁴³ Professor no Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da Universidade Federal de Santa Maria. Email: dioneimathias@gmail.com

do desejo por uma narrativa de amor, a despeito de todas as deformações psíquicas que aparentemente negam a legitimidade desse anseio. Com seu romance *stillborn* ('natimorto') de 2006, Michael Stavarič se junta ao coro dessas vozes que se interessam pelos "perversos", por aqueles cuja história dificilmente pode ser transformada em *blockbuster*. Não se trata somente de mostrar a fealdade da existência, sua podridão borbulhante ou indicar a fetidez que a acompanha. Essa literatura da solidão encena a incapacidade de construir laços sociais, quaisquer que sejam, mostrando um indivíduo cada vez mais encurralado pelas dificuldades impostas por uma realidade anímica que não compreende e que foge completamente de seu controle.

Michael Stavarič nasce em 1972 na então Checoslováquia; sete anos mais tarde, em 1979, sua família emigra para a Áustria, onde vive desde então. Em 2012 recebe o prestigioso prêmio Adelbert von Chamisso, o que suscita um interesse maior em sua obra por parte da crítica e, de certa forma, garante um lugar de destaque no mundo literário de expressão alemã. Stavarič pertence ao grupo de autores cuja biografia se fundamenta sobre duas culturas, alinhando-se ao lado de nomes já estabelecidos como Libuše Moníková, Ota Filip e Jiří Gruša (WALTER, 2007, p. 191). Contudo, ao contrário das expectativas que uma filiação binacional desperta em muitos leitores e críticos, a literatura de Stavarič já não está arraigada em preocupações étnicas ou de mediação intercultural. Trata-se muito mais de uma literatura que está além da língua materna, como mostra Yildiz (2012), e cujas preocupações estão voltadas para a condição do sujeito no espaço da vida, independentemente de sua raiz cultural.

O título do romance, uma palavra inglesa, encapsula uma condição que, na verdade, exclui a chance de vida. Ao utilizar esse atributo para caracterizar uma existência marcada pela ausência de possibilidades, o autor não envereda pelo caminho da crítica social, para, desse modo, apontar a fonte da culpa pelo desastre individual. Ele prefere investigar a origem da insuficiência existencial que atormenta o indivíduo, sem buscar formas simplistas de explicar uma condição cuja natureza se revela muito mais complexa que a capacidade de compreensão subjetiva. Uma existência natimorta é um paradoxo. Justamente o paradoxo, com seu caráter aporético, talvez seja o que melhor condense a experiência encenada no mundo ficcional de *stillborn*. Numa entrevista concedida em 2007, Stavarič afirma:

Parece-me, ainda assim, que o vazio é uma condição existencial (Seinszustand) mais verdadeira que esse pequeno mundo hermético que a gente acredita poder controlar. Essa capacidade de diferenciar entre sim e não ou bom e mau, isso só funciona num



determinado mundo próprio e não tem nada a ver com a verdade. Se de todo, então o vazio é essa verdade ou aquilo que está em algum lugar sem limites e onde a gente pode se perder (STAVARIČ, 2007)⁴⁴.

Nessa tentativa de compreender a existência, o autor se utiliza de metáforas espaciais para aproximar-se de uma sensação que parece se esquivar da verbalização. Nisso, o vazio se encontra em contraposição a um espaço demarcado por coordenadas racionais e repleto de mecanismos que controlam a natureza desse lugar. As coordenadas racionais, contudo, são vistas aqui como suportes existenciais, cujo objetivo reside em criar falácias, tidas por verdades, para escapar do confronto com o vazio. O controle – o ímpeto inicial de toda tentativa de racionalização – não surge como algo positivo ou mesmo desejável, pois nada mais representa que uma forma de autoengano, para reprimir à força qualquer concretização do medo diante da vacuidade.

Para Stavarič, o encontro da verdade, portanto, demanda outros caminhos que aqueles comumente oferecidos nos pacotes de socialização e de construção de identidade. Encontrar a verdade – e ele o formula de forma cética, indicando que esta talvez nem sequer seja alcançável – se dá a partir do confronto com o desconhecido, com aquilo que ultrapassa a capacidade de compreensão do sujeito, com aquilo que desperta o medo existencial. Sem coordenadas nem apoios, o sujeito precisa aprender a movimentar-se num território que, por natureza, ameaça a base de sua identidade e os fundamentos daquilo que tem por sua interpretação de realidade pessoal. Esse exercício alternativo de apropriação de realidade e criação de verdades implica suportar a intensidade da dor que acompanha a incerteza sobre o lugar do sujeito no mundo. A tentativa de esquivar-se dessa dor parece ser um dos motivos para que o sujeito invista tanta energia em racionalizar e mapear o mundo que o circunda. Por meio da racionalização, ameaças, medos e incertezas se transformam em quantidades mensuráveis e passíveis de análise e mesmo controle. Ao evitar essa panaceia, Stavarič parece afirmar, o sujeito obtém uma grande chance de autoconhecimento e alargamento de sua visão de mundo.

Nesse conjunto de metáforas espaciais, a plenitude e o vazio parecem retomar duas imagens primordiais da existência humana: o útero materno e o mundo. Enquanto, no

44 “Mir scheint die Leere trotzdem wahrhaftiger als Seinszustand als diese hermetische kleine Welt, die man zu überschauen glaubt. Dieses Unterscheidenkönnen zwischen ja und nein oder gut und böse, das funktioniert nur in einer bestimmten eigenen kleinen Welt und hat nichts zu tun mit der Wahrheit. Wenn, dann ist die Leere diese Wahrheit, oder das, was irgendwo grenzenlos ist und worin man sich verlieren kann“ (STAVARIČ, 2007).

primeiro, o sujeito, que já no útero materno constrói uma memória corporal de sensações, está imerso e tomado pelo calor de um mundo protegido, no segundo, vê-se confrontado com o frio e a dor. O vazio e a plenitude comportam duas experiências existenciais cuja intensidade o sujeito adulto já não consegue reconstruir, uma vez que suas reminiscências se encontram no mundo inalcançável do inconsciente. Nesse sentido, a racionalização recria a sensação de bem-estar, pois implica que o pequeno mundo que encobre o sujeito é controlável e está repleto de sentido. Em oposição à imagem de controle e sentido, encontra-se o mundo da vacuidade que confronta o sujeito com a necessidade de suportar a ininterrupta ausência de sentido.

A oposição espacial que Stavarič desenvolve para discutir a questão da verdade e sua procura na concretização existencial, de certa forma, também serve para a estruturação das antinomias que caracterizam o romance. O enredo gira em torno dos conflitos da protagonista Elisa, corretora de imóveis, que procura dar conta do vazio que configura sua existência. Nisso, há três movimentos que retomam a busca por verdades discutida aqui: (1) a condição de natimorto como metáfora do vazio, (2) os sonhos contingentes como imaginação do sentido e (3) a ironia como compromisso existencial em que nem o vazio nem a plenitude surgem de modo absoluto.

O trecho da canção "Wicked games" ('jogos malvados') do cantor Chris Isaak, anteposto ao início do romance, antecipa os conflitos que configuram a existência da protagonista. A canção romântica, como muitas outras da cultura pop, trata do desejo por um relacionamento de amor, mas que, de fato, não se concretiza, terminando com o verso desiludido "nobody loves no one" ('ninguém ama ninguém'). O jogo malvado reside no fato de alguém despertar uma esperança de amor que não vai cumprir. Esse segmento narrativo volta transformado na realidade ficcional do romance, mas ele também alude à promessa de vida como devir realizado não cumprido na condição de natimorto. A trivialidade da canção e a profunda tragicidade atualizada quando a canção é contraposta à narrativa do romance indica que a verdade, entendida como informação relevante para a construção da identidade, surge a partir de perspectivas subjetivas que não precisam necessariamente estar arraigadas em discursos controlados.



1. A condição de natimorto: o vazio

Tanto o atributo de natimorto como de vácuo para caracterizar a experiência existencial retoma metáforas que Stavarič utiliza para discutir a questão da verdade. Aplicadas no contexto da concretização da vida, essas metáforas constituem modos de representar o conflito da construção de identidade e da formação de sentido na linha teleológica que guia a existência. A passagem inicial do romance aborda essa problemática e introduz elementos que voltam reiteradamente ao longo da narrativa, evidenciando a incapacidade da protagonista de sintetizar informações de relevância para a identidade.

Eu tive muitos abortos. Você sabe o que quero dizer, muita coisa não deu certo, nada ficou, nada aconteceu, nunca existiu. Viva, respire, viva, respire, tente inflar pensamentos até explodirem. Ninguém me vê, vive comigo, em mim, me massageia, ela, o coração, o sexo, a pele, a raiz capilar, a barriga da perna. Em todo lugar eu sou estranha, estranha, lugares animados, escoriações, no tempo de advento velas-chuveirinho. Eu me, te esforço, pergunto por entre as pessoas, na rua, no cinema, em frente ao supermercado, não adianta, não adianta nada. Claro, aconteceu, de vez em quando, uma declaração de amor, briguinhas, faz muito tempo, uma alma mesmo não surgiu, isso não, ela teria morrido. Em mim, nada pode viver, se aninhar. Viva, respire, viva, pelo menos uma semana, um mês, uma hora já teria sido suficiente. Para mim, para ele, para todos, teria sido suficiente (STAVARIČ, 2008, p. 7)⁴⁵.

Nesse sentido, os abortos parecem representar segmentos narrativos empreendidos para dar forma à identidade pessoal, mas que não obtiveram o êxito desejado. Há um esforço por parte da protagonista em dar ordem aos acontecimentos que fundamentam seu ser e concatenar a estes, de modo que se transformem numa história pessoal, com a qual possa representar-se no espaço social. Esses projetos, contudo, além de não apresentarem os resultados esperados, impedindo a protagonista de obter uma narrativa suficientemente consistente para garantir um lugar no espaço social, tampouco atingem um grau de solidez que possa alimentar sua reserva de passado. A administração do passado, como possível fonte de prazer e instrumento essencial para a construção de coesão identitária, se vê confrontada com um vazio narrativo.

⁴⁵ “Ich hatte zu viele Totgeburten. Sie wissen, was ich meine, zu vieles ist nichts geworden, nichts ist geblieben, nichts ist passiert, hat nie existiert. Lebe, atme, lebe, atme, versuche Gedanken aufzublasen, bis sie platzen. Niemand sieht mich, lebt mit, in mir, massiert mich, sie, das Herz, Geschlecht, Hautgeflecht, den Haaransatz, die Waden. Überall bin ich fremd, fremd, belebte Plätze, Platzwunden, in der Adventzeit Wuderkerzen. Ich bemühe mich, dich, frage mich durch, auf der Straße, im Kino, vor dem Supermarkt, es nützt nichts, nützt gar nichts. Gewiss, es ist vorgekommen, ab und an eine Liebeserklärung, Geplänkel, ist lang genug her, eine Seele kam dabei nicht zustande, das nicht, sie wäre wohl gestorben. In mir kann nichts leben, sich einnisten. Lebe, atme, lebe, wenigstens eine Woche, ein Monat, eine Stunde schon hätte genügt. Mir, ihm, allen hätte da genügt“ (STAVARIČ, 2008, p. 7).

As citações seguem a seguinte edição: STAVARIČ, Michael. *stillborn*. 2ª edição. St. Pölten/Salzburg: Residenz Verlag, 2008. As traduções são do autor deste artigo.

Os diferentes segmentos acabam se dissipando, sem produzir sentidos aos quais a protagonista pudesse recorrer em tempos de escassez.

Dos diversos segmentos narrativos que compõem sua construção identitária, a intimidade e especialmente a narrativa de um relacionamento amoroso fracassam completamente. O vazio se concretiza não somente na ausência do outro, como parceiro significativo, mas também na ausência de uma série de experiências corporais, às quais a protagonista confere importância. Trata-se de pequenos gestos e toques que garantem a aparição de uma atmosfera íntima e singular. O conjunto dessas sensações e sua concatenação subjetiva poderiam produzir um estado de satisfação que, por sua vez, reflete uma imagem espacial de plenitude. As sensações corporais necessárias para esse estado, contudo, não acontecem na experiência existencial da protagonista, a despeito da clareza que detém sobre seus próprios desejos. Mesmo com tentativas de relacionamentos e pequenos desentendimentos que parecem sugerir um envolvimento natural e estável, o encontro com o outro não produz uma confluência anímica. O surgimento de uma alma ou do aninhamento, como a narradora expõe, implicaria a construção de um espaço comum mutuamente fertilizado e preenchido com a presença ativa do parceiro, ou seja, com a introdução de sua narrativa identitária no horizonte do outro. Nesse exercício de construção espacial no relacionamento íntimo, o estranho se torna conhecido, seus signos legíveis e seus sentidos válidos também para o outro.

O que a narradora experimenta, no entanto, está muito distante dessa confluência dos espaços identitários. A sensação que predomina em seu horizonte anímico é caracterizada como um sentimento de estranheza (ULBRICH, 2015, p. 115). Estranho é aquele que não pertence a um determinado lugar. Ele permanece do lado de fora das coordenadas estabelecidas, mesmo circulando nelas. Ao não obter a sensação de pertencimento, o sujeito tampouco obtém os sentidos necessários para criar uma rede de inclusão no espaço onde se encontra.

Essa estranheza se concretiza também numa estratégia narrativa que se imiscui no relato de experiências. Ela reside num processo de associação de ideias, sem o intuito de concatenar informações de modo lógico, evidente na passagem no original ainda na mesma citação e difícil de ser recriada na tradução "belebte Plätze, Platzwunden, in der Adventzeit Wunderkerzen/lugares animados, escoriações, no tempo de advento velas-chuveirinho"



(STAVARIČ, 2008, p. 7). O substantivo "Plätze/lugares" está associado ao verbo substantivado da palavra composta "platzen/rebentar". Sem nenhum nexos direto com as informações anteriores, a palavra "Advenzeit/o período do advento" desperta a imagem de velas, mas não as velas típicas do advento, mas um tipo geralmente reservado para outras ocasiões. Além dessa associação de imagens que segue outra lógica que a do crivo racional, também o desconcertante posicionamento de diferentes pronomes numa mesma unidade sintática corrobora o princípio de dissociação anímica inerente à sensação de estranheza. Com isso, a língua utilizada para recriar e comunicar a realidade se revela como algo vazio, incapaz de conter um sentido, cujo objetivo é a transmissão de informações. A palavra é dita, ela tem vida, mas por vezes é vazia, na verdade, natimorta.

Em outros momentos, a função da palavra se assemelha a uma fórmula mágica, com o objetivo de reanimar o corpo. Nisso, viver e respirar já não figuram como ações orgânicas, cujo funcionamento é natural e inconsciente. A protagonista se força a comandar seu corpo a que continue a existir. A tomada de consciência, o processo de reflexão implícito a ela e a conseqüente necessidade de lembrar o corpo a não deixar de executar tarefas básicas revela um organismo estranho a si mesmo. No lugar da plenitude atrelada ao funcionamento saudável da tessitura corporal, o que a protagonista encontra em si mesma é um mecanismo incompleto, de certo modo, em fase de esvaziamento funcional. A vacuidade da palavra se alastra também ao corpo, tornando consciente a ausência de elementos essenciais para a concretização da existência. Essa ausência se dá igualmente na formação de pensamentos ("tente inflar pensamentos até explodirem", STAVARIČ, 2008, p. 7). Em analogia ao corpo, as funções mentais já não são fruto de um processo natural, no qual o exercício intelectual serve para a tomada de decisões, para o desencadeamento de ações ou mesmo para a compreensão de fenômenos que envolvem o fazer da vida. No lugar de pensamentos concatenados, produzidos com o intuito de preencher lacunas, seu surgimento no horizonte intelectual resulta de um exercício artificial. O desejo de inflar suas reflexões representa uma tentativa de dar conta da necessidade de ordenar o espaço e ocupar o vazio mental. Nisso, o pensamento como mecanismo inicial para a apropriação do mundo e como instrumento para a ocupação subjetiva do espaço da vida perde sua função natural para transformar-se em brinquedo. Este se assemelha em muito à conhecida espera por Godot; colocá-lo de lado significa correr o risco de ver o abismo. De fato, a palavra, o corpo e o pensamento, como expostos nessa passagem inicial, nada mais são que instrumentos assiduamente aplicados para

evitar um confronto do sujeito com o vazio que o circunda. A protagonista investe um montante substancial de sua energia existencial para forçar essas três categorias a trabalhar no combate ao vazio, atribuindo-lhe tarefas cuja finalidade é recriar um espaço primordial satisfatoriamente pleno, do qual se promete o ansiado equilíbrio anímico, constantemente atribulado pelo excesso de mundo.

2. Sonhos contingentes: o desejo por sentido

Ao lado dessas irrupções do vazio e as tentativas de combatê-las, de modo nem sempre suficientemente competente, surgem, ao longo da narrativa, imagens de uma vida ideal, profundamente desejada pela protagonista. Dentro da lógica narrativa, esses sonhos surgem num primeiro momento ainda como desejos anunciados, mais tarde, como elementos desconexos, formando pequenas ilhas no fluxo narrativo. Trata-se de momentos em que a narradora autodiegética interrompe a luta com a realidade ficcional, para dedicar-se à imaginação de um outro mundo:

Ele vai, eu ainda fico um pouco, o apartamento tem charme, eu vou à cozinha, imagino Richard entrando pela porta, Richard, meu marido, que eu nunca tive, nunca quis, atrás dele vêm as crianças, a porta bate, a mãezinha cozinhou. Ponho a mesa, Richard conta como foi no escritório, estou feliz, somente feliz. Comemos juntos, as crianças são obedientes, fazem as tarefas de casa, penteiam o gato, ele é muito queridinho. [...] Richard chega em casa, eu cozinhei, as crianças estão assistindo tv, cuidam da formação, brincam com o gato, Richard conta que tem ele tem um chefe, que isso não é fácil. Em breve, sairíamos **em férias**, ele também precisa de uma pausa (STAVARIČ, 2008, p. 34)⁴⁶.

A protagonista está trabalhando quando essas imagens se formam em seu interior. Na função de corretora de imóveis, ela está justamente apresentando um apartamento relativamente espaçoso a um cliente. O espaço vazio, nesse momento, não está atrelado à ausência de sentido existencial que a atribula em outras situações. Por instantes, ela se afasta

⁴⁶ "Er geht, ich bleibe noch ein wenig, die Wohnung hat Flair, ich gehe in die Küche, stelle mir vor, Richard kommt durch die Tür, Richard, mein Mann, den ich nie hatte, nie wollte, hinter ihm kommen die Kinder, die Tür fällt zu, Mamma hat gekocht. Ich decke den Tisch, Richard erzählt, wie es im Büro war, ich bin glücklich, nur glücklich. Wir essen gemeinsam, die Kinder sind artig, machen Hausaufgaben, kämmen die Katze, die ist echt lammfromm [...] Richard kommt nach Hause, ich habe gekocht, die Kinder tun fernsehen, bilden sich, spielen mit der Katze, Richard erzählt, er hätte einen Vorgesetzten, das sei nicht so einfach. Bald würden wir Urlaub machen, er braucht auch eine Pause" (STAVARIČ, 2008, p. 34).



da realidade e, sobretudo, da dor que configura o crivo por meio do qual percebe o mundo, para dar rédeas soltas à imaginação. Nessa imersão onírica, em que a protagonista exercita a visão alternativa de um mundo existencialmente afirmativo, ela se deleita com a sensação de pertencimento. O lugar vazio repentinamente contém o potencial de preenchimento, não somente por meio da disposição de móveis e objetos, mas especialmente através da presença de pessoas e da atribuição de papéis sociais. São estes que lhe permitem imaginar uma narração de identidade arraigada no sentido, pois suas ações já não são contingentes e intercambiáveis. Seu olhar recai sobre a necessidade do outro, criando vínculos, ou melhor, produzindo uma confluência de narrativas que preenchem o horizonte anímico da corretora Elisa.

A enumeração de fatos triviais, portanto, não pode ser reduzida a uma medida escapatória, pois ela contém um projeto de concretização existencial, com potencial de felicidade e plenitude. Na imaginação desse mundo alternativo, a palavra está inserida num contexto orgânico em que sua expressão produz mudanças no horizonte do outro. Na conversa com o marido imaginário, as palavras trocadas não somente tecem um horizonte comum de informações para a concretização da realidade, elas também produzem uma malha de emoções que, por sua vez, preenche as necessidades da balança afetiva. Isso também vale para o corpo e seus anseios fisiológicos. Na passagem que segue à que foi citada, a protagonista indica que a presença dos corpos e seus diálogos silenciosos lhe proporcionam uma satisfação que, mesmo sem uma vida erótica mais intensa por causa das preocupações do cotidiano, não perde sua qualidade. Das palavras empregadas e dos corpos que dialogam surgem um horizonte de comunicação caracterizado pela confluência de interesses e necessidades. Assim também os pensamentos acabam se orientando na presença do outro, a fim de manter a satisfação obtida, preenchendo-os num constante exercício de antecipação do universo alheio.

A importância da imaginação desse mundo alternativo como possível fonte de preenchimento do espaço existencial se encontra corroborada em algumas conversas que a protagonista tem com seu analista:

Senhor doutor, quando a gente reconhece que não há nada, ninguém, nenhum que pertença à gente? É o mesmo com a respiração - respire, respire, uma pessoa normal respira duas vezes a cada cinco segundos, quatro vezes a cada dez, para que se possa viver, relativamente bem. Mas eu mal respiro, algumas vezes por dia, isso sim, para ter um pouco de ar, óbvio, está na ponta da língua dizer a alguém, dizer, não é normal, dizer, eu não sou normal, que haja um relacionamento (STAVARIĆ, 2008,



p. 161)⁴⁷.

Por trás do típico tom jocoso que Elisa utiliza para realizar as conversas, encobrem-se medo e dor. O medo surge diante da exposição de seu lado mais vulnerável não somente ao analista, mas sobretudo a si mesma. Com efeito, há uma fissura na imagem da mulher dinâmica e autossuficiente, com a qual se encena nas interações cotidianas, e da mulher fragilizada que expõe um desejo íntimo. Ela se dá conta de que, a despeito dos inúmeros exercícios de controle sobre os acontecimentos que fundamentam sua realidade, não tem a habilidade de construir um relacionamento pessoal em consonância com suas necessidades. A ausência do controle a coloca numa posição de submissão e dependência, as quais já não admite na narração pública de sua identidade. O medo, porém, surge também de outro aspecto que se dá diante da constatação que talvez o problema seja ela mesma. Ao imaginar a suposta normalidade alheia e o potencial de realização pessoal intrínseca a essa condição, a protagonista se vê confrontada com a dimensão da responsabilidade pela satisfação. Entre a responsabilidade pela concretização de um relacionamento claramente delineado e a falta de conhecimento humano para dar conta dessa tarefa, fica o medo de permanecer no vazio, às margens de um prazer existencial somente imaginado.

A partir dessa perspectiva desponta a dor. O sentido ideado no sonho se encontra permanentemente na margem oposta à que se encontra a protagonista. A pouca quantidade de ar que respira, uma metáfora do sentido, é excessiva para silenciar definitivamente o corpo desejoso e insuficiente para possibilitar que sua voz seja ouvida. Dessa condição resulta não somente a contingência dos sonhos, mas da própria existência que não logra confluir com os desejos de outro. Resignada, a voz narrativa termina seu relato, indicando que tampouco os acontecimentos podem ser alinhados numa linha teleológica: "sempre continua de alguma forma, acontece, nada acontece, nunca algo aconteceu (STAVARIČ, 2008, p. 171).

3. A ironia: um modo de escapar da dor

⁴⁷ "Herr Doktor, wann erkennt man, dass es nichts gibt, keinen, keinen Einzigen, der einem zugehört? Es ist wie mit dem Atmen – atme, atme, ein normaler Mensch atmet zweimal alle fünf Sekunden, vier mal alle zehn, damit kann man leben, ziemlich gut. Ich aber atme kaum, ein paar Mal am Tag, das schon, um mir Luft zu verschaffen, es liegt auf der Hand, der Zunge, es jemandem zu sagen, es ist nicht normal, sagen, ich bin nicht normal, dass es da eine Verbindung gibt" (STAVARIČ, 2008, p. 161).



A arte de dizer algo com uma intenção contrária àquilo que as palavras aparentemente expressam representa também uma forma de apropriar-se e modelar o mundo. Diante do vazio e da imaginação de um mundo inalcançável que configuram a realidade da personagem Elisa, a ironia serve de mecanismo de proteção. Com efeito, a exposição de sua narração identitária a narrativas compostas por elementos inexistentes, porém desejados, na identidade da corretora de imóveis a coloca perante um conflito com um grande potencial de dor. Ela reconhece sentidos e espaços preenchidos de um modo como ela os quisera para a própria concretização existencial. No lugar de uma inveja maledicente com o desejo de destruição, a estratégia utilizada por Elisa é a ironia:

Klara Quadra entra no escritório, super pontualmente, perfeita, maquiada, ela perdeu um bom peso, eu não acredito, cada dia ela fica mais magra, deve ser o ar do escritório. Ela sabe sorrir bem, dentes brancos, não fez faculdade, mas leu muito, lê um livro por dia depois do trabalho, diz ela, diz, ela raramente vê tv, diz, ela gosta de viajar, diz, ela tem um namorado querido que faria tudo por ela. Ela gosta de conversar, motivo suficiente para partir (STAVARIČ, 2008, p. 31)⁴⁸.

Ao falar da colega de escritório, cujo namorado liga constantemente para comunicar à amada suas ocupações momentâneas e que lhe dá presentes que a colega gosta de expor no escritório, a protagonista, de certa forma, está intrigada com a receita de vida utilizada pela outra para obter o êxito do qual só pode sonhar. Os valores que fundamentam o comportamento da colega, na verdade, são bastante semelhantes aos seus. A ética de trabalho com atenção à pontualidade, o cuidado com a aparência e a saúde e mesmo suas ambições intelectuais com a cultura da leitura representam formas de controle comportamental que prometem sucesso. Todos esses elementos também se encontram na narração identitária de Elisa, inclusive melhor desenvolvidos, mas sem que estes produzam os mesmos resultados em seu contexto existencial.

Ao fazer a menção irônica do "ar do escritório", do fato da colega não deter um diploma de curso superior ou de raramente interessar-se pela programação televisiva sugerem que Elisa interpreta o comportamento da colega como contraditório, pois solicita o reconhecimento de uma narrativa identitária que não lhe compete do seu ponto de vista. Ela reforça sua recusa em reconhecer esses segmentos narrativos, reproduzindo pequenos vícios

⁴⁸ "Klara Quadrat betritt das Büro, überpünktlich, perfekt, geschminkt, sie hat ziemlich abgenommen, ich fasse es nicht, jeden Tag wird sie dünner, das macht wohl die Büroluft. Sie kann schön lächeln, weiße Zähne, hat nicht studiert, aber viel gelesen, liest jeden Tag ein Buch nach der Arbeit, sagt sie, sagt, sie tut kaum fernsehen, sagt, sie reise gern, sagt, sie habe einen lieben Freund, der würde alles für sie tun. Sie redet gern, Grund genug aufzubrechen" (STAVARIČ, 2008, p. 31).

de linguagem presentes na fala da colega ("sie tut kaum fernsehen", STAVARIČ, 2008, p. 31). O anseio pela conversa e, com ela, o desejo de expor a narrativa do vencedor obviamente afugentam a protagonista, pois potencializam o choque com a realidade que deseja, mas não obtém. Ironizando o comportamento da colega, Elisa neutraliza a acuidade da imagem de sucesso que a confronta e lhe permite retomar o controle perdido. Ao apropriar-se do mundo por meio da inversão do sentido, ela o deforma para que se adapte àquilo que pode suportar animicamente.

A protagonista, contudo, não se utiliza da ironia somente para dar conta de narrações identitárias alheias que concretizam o sucesso que não detém, ela também o emprega em situações em que reconhece um destino semelhante: "Eu saio, me apresso por meio do trânsito, a cidade, uma mulher idosa me corre na frente do carro, se foi acaso? Eu freio, mal e mal consigo frear, boa tentativa essa. Procuro não continuar a pensar, não pode chegar a isso, não precisa, todos os caminhos levam a Roma, eu não vou me meter nisso" (STAVARIČ, 2008, p. 26). A situação fragilizada da mulher que surge na frente de seu carro a lembra da própria condição existencial. O fato de cogitar a possibilidade de que a mulher tenha tentado cometer suicídio surge em seu horizonte, já que ela mesma, por vezes, brinca com essa ideia. Ao considerar ironicamente a tentativa como boa, indica que ela já refletiu sobre diferentes modalidades de dar fim à vida, mas sem nunca ter tido coragem suficiente para dar o passo. Ao contrário da ironia que configura suas interações com a colega de trabalho, cujo fito é distanciamento e proteção, a ironia aplicada nesse contexto apresenta um momento de identificação com a dor do outro, permitindo uma aproximação, cuja base é o compartilhamento de um mesmo destino. Interessantemente, na sequência da identificação, ela imediatamente se distancia e se protege dos pensamentos que a acometem.

Se anteriormente a ironia servia de escudo contra o enfrentamento da imagem de sucesso, no segundo contexto, ela serve para escudar o próprio corpo contra o pensamento de autodestruição. Numa terceira situação, a ironia escuda um confronto com uma imagem social inesperada:

Só um conhecido. Eu digo isso como uma aluna da segunda série. Nova tentativa, ele só é meu professor de equitação, eu não daria muita importância a isso, estou ficando velha, sim, velha, deve ser por isso. Eu me viro, me apresso, a gente fica velha, a memória começa a ficar quebradiça, eu meio sentimental. Eu me apresso, não quero me virar, o médico, deve estar esperando, eu sinto seu olhar, as omoplatas nas minhas costas estão latejando, vira, vira, agora te fode. Estou morta, senhor doutor, morta, morta, quando se está assim, a gente fica mais rude, não tem mais



nada a perder (STAVARIČ, 2008, p. 28)⁴⁹.

Ela vai a um hospital para visitar seu professor de equitação, que sofreu um acidente. Ao chegar ao hospital, ela se vê confundida com a esposa, que o professor não tem. O problema reside na confrontação com uma identidade social que, na verdade, deseja. O impacto dessa possibilidade a desconcerta de tal modo, que já não consegue controlar sua fala, necessitando de tempo para voltar a seus hábitos de racionalização. A ironia agora se volta contra ela mesma, já que a intensidade do desejo a desestabiliza de tal modo, que o controle amplamente instaurado em seu aparato psíquico perde sua eficácia por momentos. Embora ela não sinta nenhuma atração pelo professor de equitação, sua visita no hospital mostra a importância que atribui à dignidade do outro, permitindo com isso que em seu universo anímico surja a imagem da fraqueza humana, ferrenhamente negada. Enquanto este permanece mascarado, a protagonista consegue encenar sua identidade como mulher resistente e autossuficiente.

O problema surge com a confusão gerada a partir da atribuição errônea do papel social de esposa. Nisso, ela se vê supostamente desmascarada em dois sentidos: como alguém que se apropria indevidamente de preocupações reservadas à esposa, mas também como pessoa cuja fraqueza indesejadamente vem à tona ao reagir de modo inadequado para a situação. A autoironia direcionada à "memória quebradiça", ou melhor à falta de presença de espírito, e à sentimentalidade a ajuda a evitar um confronto com dimensões de sua personalidade que prefere ocultar. A fraqueza inesperadamente exposta volta a ser reprimida com os mecanismos racionais da ironia. Com isso, ela volta a ter o controle momentaneamente perdido e logra atenuar a dor da diferença. Nas três situações em que a protagonista se utiliza dessa estratégia para dar conta da realidade, a ironia serve de instrumento para equilibrar a balança existencial do vazio e da plenitude.

Considerações finais

⁴⁹ "Er ist nur ein Bekannter, ich sage das wie eine Zweitklässlerin. Neuer Versuch, er ist nur mein Reitlehrer, ich würde das nicht überbewerten, ich werde alt, ja, alt, daran liegt es wohl. Ich drehe mich um, eile weiter, wenn man alt ist, da wird die Erinnerung langsam spröde, ich wohl sentimental. Ich haste voran, will mich nicht umdrehen, der Arzt, wartet wohl, ich spüre seinen Blick, die Schulterblätter in meinem Rücken pochen, dreh dich, dreh dich um, jetzt fick dich doch. Ich bin tot, Herr Doktor, tot, tot, wenn man das ist, wird man etwas rüder, man hat sonst nichts zu verlieren" (STAVARIČ, 2008, p. 28).

As metáforas espaciais em volta do vazio e da plenitude são categorias centrais para a literatura da solidão. A reflexão sobre o vazio e sua implicação para a existência, os sonhos contingentes que buscam preencher as lacunas e mesmo a ironia como mecanismo cujo objetivo é equilibrar as forças que movem esses dois princípios acabam por levar a protagonista à constatação do paradoxo. Não há solução definitiva para os conflitos que fundamentam sua narração de identidade, mas justamente na aporia do vazio Stavarič encontra um espaço que permite pensar e talvez também encontrar verdades que possam auxiliar no processo de compreensão da existência.

No confronto com o desconhecido e incontrolável, portanto, o autor busca por respostas, criando personagens no marco da alteridade, transitando às margens da patologia e que se encontram ininterruptamente num devir conflituoso. Nisso, a ausência de amor gera medo e desestabilização anímica. A despeito dos diversos mecanismos racionais para silenciar o desejo por amor e apesar dos muitos produtos banais da indústria cultural para suprir essa necessidade, o sujeito permanece inexoravelmente sozinho, tentando dar conta de algo que escapa à sua compreensão e ao seu controle.

Referências

- STAVARIČ, Michael. *stillborn*. 2ª edição. St. Pölten/Salzburg: Residenz Verlag, 2008.
- STAVARIČ, Michael. Normal sind eh die Anderen. Interview mit Elisabeth Krimbacher. (Die Presse - Schaufenster). Disponível em:
http://diepresse.com/home/kultur/literatur/312090/Michael-Stavaric_Normal-sind-eh-die-Anderen. Acesso em : 15/02/2015.
- ULBRICH, Carina. *Das Mosaik des Schreibens. Migrationserfahrungen in ausgewählten Werken des Schriftstellers Michael Stavarič*. Berlin: Lit Verlag, 2015.
- WALTER, Klaus-Peter. "Literatur osteuropäischer Migrant/innen". In: CHIPELLINO, Carmine (Org.). *Interkulturelle Literatur in Deutschland. Ein Handbuch*. Stuttgart/Weimar: J. B. Metzler, 2007, p. 189-198.
- YILDIZ, Yasemin. *Beyond the Mother Tongue: The Postmonolingual Condition*. New York: Fordham University Press, 2012.

Recebido em: 01/03/2017

Aceito em: 12/06/2017

O FANTASMA EM MURTHER AND WALKING SPIRITS: REFLEXÕES SOBRE O GÓTICO E O PÓS-COLONIAL.

THE GHOST IN *MURTHER AND WALKING SPIRITS*: REFLECTIONS ABOUT THE GOTHIC AND THE POSTCOLONIAL

Pedro Da Silva Pontes Neto⁵⁰

RESUMO: Como objetivo deste trabalho, buscou-se observar como o sujeito pós-colonial se expressa e como se dá a busca por identidade(s) a partir da análise de uma obra do gênero gótico e de seus tropos, mais especificamente o fantasma, no romance **Murther and walking spirits**, do canadense Robertson Davies (1992). O autor apresenta, em sua obra, várias facetas do pós-colonialismo, que, às vezes, explora o ponto de vista do canadense nato, às vezes do inglês que, fugido da guerra, vai para o Canadá ou ainda do escocês que imigra em busca de novas oportunidades no novo mundo. Utilizaram-se também conceitos Freudianos como uma ponte que conecta os estudos pós-coloniais e o gótico através do uso do Uncanny. Assim como foram utilizados conceitos de Homi K. Bhabha (1994) acerca do pós-colonialismo e autores que abordaram o gótico, como Eve Kososky Sedgwich (1986), para melhor compreensão do tema.

Palavras-chaves: Robertson Davies. Sujeito pós-colonial. Pós-colonialismo.

ABSTRACT: This work aimed at observing manifestations of the post-colonial subject's search for identities through the analysis of a gothic work and its tropes; more specifically, it looks at the figure of the ghost in the novel *Murther and walking spirits*, by the Canadian author Robertson Davies. The author introduces various facets of post-colonialism in this novel, either exploring the Canadian viewpoint, or that of the English who escaped the war, and at other times, that of the Scottish immigrant who journeyed to a new land seeking opportunities. Some Freudian concepts were used to bridge post-colonial studies and the gothic, particularly the notion of the Uncanny Homi K. Bhabha's theories were used and also those of authors who have examined the gothic, such as Eve Kosofsky Sedgwick.

Keywords: Robertson Davies. Post-colonial subjects. Post colonialism.

1 O fantasma e o gótico

⁵⁰ Professor da escola pública estadual do Piauí – Mestre pela Universidade Federal do Piauí, UFPI. E-mail: Pedro_neto90@hotmail.com

É com o cruel e covarde assassinato do protagonista de **Murther and walking spirits** que Robertson Davies começa seu romance, fazendo com que o título do livro de 1994 faça total sentido, uma vez que “*murther*”, palavra que vem do inglês arcaico, significa “*murder*”, que, por sua vez, é traduzido para o português como “assassinato”, e “*walking spirits*” que significa “espíritos que vagam”, em outras palavras, “fantasmas”.

A palavra “*ghost*” (“fantasma”, em inglês)⁵¹ é assim conceituada pelo **The concise Oxford dictionary of English etymology**:

From the old English, *gast*, “breath; good or bad spirit, angel, demon; person, man, human being,” in Biblical use “soul, spirit, life, from Proto-Germanic *gaistaz*. It’s also conjectured to be from PIE (proto-indo-european) root *gheis-* used in forming words involving notions of excitement, amazement, or fear.[...] ⁵² ⁵³ (HOAD, 1996, p. 210)

A definição se estende por mais algumas linhas, entretanto o que parece apresentar mais pertinência com o presente artigo é o dito a seguir:

Ghosts is the English representative of the usual West Germanic word for “supernatural being”. In Christian writing in Old English it is used to render Latin *Spiritus*, a sense preserved in Holy Ghost. Sense of “disembodied spirit of a dead person,” especially imagined as wandering among the living or haunting them, is attested from late 14c. and returns the word towards its likely prehistoric sense.⁵⁴ (HOAD, 1996, p. 210)

Ao se falar do fantasma como esse ser fantástico que permeia diversas formas de arte, tem-se sempre em mente uma característica que se destaca em relação às outras, que é o fato de ele ser imortal, simplesmente por já ser uma criatura morta. Isso implica dizer que não

⁵¹ Faz-se pertinente o uso da palavra “*ghost*” (sem traduzi-la para o português), uma vez que o romance **Murther and walking spirits**, de Robertson Davies, que constitui o *corpus* deste artigo, é originalmente escrito em inglês e está também sendo lido em seu original.

⁵² No decorrer deste trabalho, são nossas todas as traduções (apresentadas em notas de rodapé) de citações realizadas no corpo do texto.

⁵³ Tradução: “Do inglês arcaico, *gast*, ‘sopro; espírito bom ou mal, anjo, demônio; pessoa, homem, ser humano,’ num sentido bíblico ‘alma, espírito, vida, do proto-germânico *gaistaz*. Também conjectura-se ser de raízes proto-indo-européias *gheis-* usado na formação de palavras envolvendo noções de excitação, maravilhamento ou medo. [...]”

⁵⁴ Tradução: “Fantasmas é a representação inglesa da palavra do oeste da Alemanha para o que vem a ser um “ser sobrenatural”. Na escrita cristã do velho inglês é usado para conceituar *Latin Spiritus*, um sentido preservado em Holy Ghost. Sentido de espírito desencorpado de uma pessoa morta, especialmente imaginado vagando entre os vivos ou os assombrando, é atestado do fim do século XIV e traz de volta à palavra seu sentido pré-histórico”.

importa a situação, ele irá permanecer e irá perpassar passado, presente e futuro.

Em um tom bem-humorado, Dorothy Scarborough (2013) comenta, em **The supernatural in modern English fiction**, quão longo e, de certa forma, onipresente é o fantasma, como segue:

He appears as unapologetically at home in twentieth century fiction as in classical mythology, Christian Hagiology, medieval legend, or gothic romance. He changes with the styles in fiction but never goes out of fashion. He is the really permanent citizen of this earth, for mortals, at best, are but transients. Even the athlete and the Methuselah must in the end give up the flesh, but the wraith goes on forever [...] ⁵⁵ (SCARBOROUGH, 2013, p.81)

Dorothy Scarborough (2013) conclui dizendo que os fantasmas são os inquilinos permanentes da terra, uma vez que tanto o atleta mais saudável quanto o bíblico Matusalém um dia terão que morrer. O fantasma, entretanto, permanecerá para sempre.

Para Todorov (2015), o fantasma é um elemento da literatura fantástica inserido no mesmo grupo que o lobisomem, a bruxa e o vampiro. Contudo, sabe-se que ele, assim como aqueles, também pertence a outro nicho da literatura, qual seja, o gótico. Observar qualquer manifestação artística através de um prisma gótico é perceber nela alguns tropos do horror que, constantemente, aparecem nas ficções do gênero gótico.

Eve Kososky Sedgwich (1986) aponta algumas características das ficções góticas, dentre as quais: narrativas descontínuas, incorporação de estórias dentro de outras, narradores múltiplos e manuscritos escondidos. Sedgwich também cita os principais temas abordados numa obra de cunho gótico: sonambulismo, espaços subterrâneos, pessoas que foram enterradas vivas, o duplo, o fantasma, a descoberta de laços de família perdidos, a possibilidade de incesto, ecos do além, leitura ilegível, o indizível e os efeitos da culpa em sonhos ou em forma de aparições do passado.

Explorar o gótico como uma forma de crítica literária é criar maneiras de revelar passados obscuros e engendrar novas formas de expressar histórias que foram traumáticas e

⁵⁵ Tradução: "Ele aparece tão tranquilamente em casas das ficções do século vinte como na mitologia clássica, na hagiologia cristã, lendas medievais, ou romances góticos. Ele muda de acordo com os estilos de ficção, mas nunca sai de moda. É realmente um cidadão permanente da terra, pois mortais, na melhor das hipóteses, não passam de simples passageiros. Até o atleta ou o Matusalém deve, no fim, desistir da carne, mas o fantasma vive para sempre."

que, de certa forma, nem deviam ser mencionadas, dada tamanha crueldade (RUDD 2010).

2 O inusitado espectador

Em **Murther and walking spirits**, Robertson Davies constrói uma estória em que o narrador é um fantasma consciente de que já não se encontra mais regido pelas leis da natureza ou por qualquer outra lei do mundo dos vivos, como é possível perceber a seguir: “For my delight it was easy to remove myself to his apartment. I did not fly, or float. I simply wished to be with my murderer and behold! I was.”⁵⁶ (DAVIES, 2011, p. 15). Nesse trecho, o narrador descreve como se deslocou de um local ao outro com a força do pensamento. Entretanto, é perceptível que ele é consciente do que se tornou, uma vez que, de forma jocosa, diz que não voou ou flutuou, ações comumente atreladas à figura do fantasma.

O que Davies faz nesse momento é exatamente desvincular o leitor de um possível conceito preestabelecido que se tem em relação ao fantasma. No romance, o autor cria, para o ser sobrenatural, um mundo de novas regras, o que leva aquele que está prestes a ler a estória do agora morto Connor Gilmartin, à ideia de que realmente se é desfamiliarizado com o que vem depois da morte.

O romance apresenta uma perspectiva subjetiva por ser totalmente narrado em primeira pessoa, ou seja, apresenta o ponto de vista de um homem que não está mais vivo e tornou-se algo que parece aceitar o seu estado atual, apesar de não o compreender muito bem. Como deveria estar morto, torna-se um fantasma, que tem consciência, pensa e sente emoções, ainda que não tenha forma.

Esse “novo” ponto de vista permite ao autor explorar um determinado aspecto que é pontual em sua obra, qual seja, a busca individual por identidade. Isso se dá no campo pessoal, tendo em vista que um ser agora morto procura compreender não só o que se tornou, mas também quem era, assim como essa busca se amplia para o campo coletivo, já que, metaforicamente, representa a trajetória de toda uma nação, o Canadá, em busca por

⁵⁶ Tradução: “Para o meu espanto foi fácil me deslocar do local onde estava até o apartamento dele. Eu não voei ou flutuei. Eu simplesmente desejei estar com meu assassino e pronto. Lá estava.”

identidade

Os romances de Davies sempre destacam as raízes europeias da herança cultural dos canadenses. Os livros **The rebel angels** (1981), **What's bred in the bone** (1985) e **The lyre of Orpheus** (1988) fazem parte de uma trilogia centrada numa família da Cornualha, na qual a vida do canadense é apresentada como absolutamente inferior, sem a aparente presença da sabedoria europeia.

Os onze romances de Davies se passam no Canadá, porém, ocasionalmente, alguma narrativa é levada para outra parte do mundo. Isso reflete o seu amplo interesse em outros locais do mundo e escolaridade, pois sua ficção não incorpora somente elementos como magia, mas também teatralidade, música ou religião.

Se, em outros romances como **The manticore**, a influência dos trabalhos de Carl Jung, famoso psicoterapeuta suíço, é perceptível na escrita de Davies, em **Murther and walking spirits**, é explícita a influência de outro profissional da área da psicanálise, quem seja, Freud, mais especificamente de um trabalho de 1919, intitulado, em inglês, **The uncanny**.

Antes de adentrar na temática do *uncanny*, faz-se necessário um breve resumo da última obra de Robertson Davies, **Murther and walking spirits**. O romance se inicia de uma forma, no mínimo, inesperada. O protagonista é assassinado ao flagrar sua esposa com um amante, que desfere um golpe fatal na têmpora do até então Connor Gilmartin. Logo em seguida, o protagonista se vê prostrado no chão e, através das falas das personagens presentes na cena, entende que está morto, como pode ser percebido abaixo:

How did I know I was dead? As it seems to me, I recovered consciousness in an instant after the blow, and I heard the Sniffer [o assassino] saying with a quavering voice “he’s dead! My god, I’ve killed him!” My wife was kneeling by my side feeling my pulse, her ear to my heart; she said [...] “yes, you’ve killed him”⁵⁷ (DAVIES, 2011, p. 3)

O que sucede na cena descrita acima é a percepção do agora fantasma Gilmartin das reações das pessoas presentes no quarto em função de sua morte. No minuto em que

⁵⁷ Tradução: “Como sabia que estava morto? Como me pareceu, recuperei a consciência no minuto após a pancada e escutei o Sniffer dizer com uma voz fina ‘ele está morto! Meu Deus, eu o matei!’ Minha esposa estava ajoelhada do meu lado sentindo meu pulso, com a orelha no meu coração; ela disse [...] ‘sim, você o matou!’”

Gilmartin não está mais em seu corpo, tudo ao seu redor já parece diferente, embora tudo esteja igual. É impossível não perceber o paradoxo da situação de estranhamento e DE familiaridade de forma simultânea. É a partir dessa incoerência que aplicaremos o conceito de “*uncanny*”.

Gilmartin percebe facetas de sua esposa até então imperceptíveis para ele, apesar de já casado com ela por vários anos. Ela se mostra uma mulher resoluto, fria e altamente calculista, o que não deixa de causar uma certa admiração e mesmo excitação no fantasma, demonstrando que ele ainda era capaz de experienciar sentimentos.

A clara inversão de valores é tão presente nessa cena quanto o é na totalidade do romance. Davies brinca com as relações humanas e troca papéis sociais predominantes, atribuindo atitudes de homens a mulheres e reações facilmente atreladas às mulheres a homens, como ocorre nessa passagem, em que o assassino se mostra trêmulo e incapaz de reação. Assim, tem-se as mesmas personagens, os mesmos rostos, os mesmos corpos, mas para a personagem narradora é impossível atribuir aos velhos conhecidos aquelas características que antes eram tão facilmente reconhecidas. O contexto onde ele se encontrava era o mesmo, mas o advento da morte proporciona a essa nova/velha personagem uma nova percepção acerca da realidade, mesmo em um mundo absolutamente igual.

Esse fenômeno é descrito por Freud no já mencionado ensaio, intitulado “**The uncanny**”, no qual decide escrever sobre o tema porque acredita que no campo da estética se trabalhava somente com o que era belo e sublime (FREUD, 1919), ou seja, com sentimentos de natureza positiva, deixando de lado sentimentos opostos, como a sensação de repulsa e aflição.

3 Facetas do estranho

A teoria de Freud acerca do *uncanny* examina um grande número de experiências (que serão mencionadas a seguir) causadoras de horror, sugerindo que uma das principais maneiras por meio das quais alguém pode apresentar o sentimento de *uncanny* é a sensação de familiaridade em relação a algo, que, de repente, se torna não familiar (FREUD, 1919, p. 5),



que é o que acontece com o protagonista Connor Gilmartin após ser assassinado.

A palavra em alemão que denota essa sensação de familiaridade em relação ao meio é “*heimilich*”, que, em inglês, significa “*homely*”⁵⁸. O trabalho de Freud procura explicar como algo que antes era familiar (como denota o termo “*homely*”) se torna não familiar (como expresso no termo “*unhomely*”), causando o surgimento do sentimento que ele denominou “*unheimilich*”, traduzido para o inglês como “*uncanny*”, expressando a sensação de não familiaridade em relação ao que parece familiar.

Para o psicanalista, não é simplesmente a chegada do novo que causa a sensação de *uncanny*, mas “something has to be added to what is novel and unfamiliar in order to make it uncanny”⁵⁹ (FREUD, 1919, p. 3). Dessa forma, a situação nova sozinha não configura o estado de *uncanny* e muito menos garante ao sujeito a experiência do “*unhomely*”. Ele, Freud, ensina, “[...] for this, uncanny is, in reality, nothing new or alien, but something which is familiar and old-established in the mind and which has become alienated from it only through a process of repression”⁶⁰ (1919, p. 8).

Para ele, a sensação de *uncanny* é relacionada com o amedrontador, com aquilo que causa medo e horror, como pode ser visto a seguir:

The subject of the *uncanny* is a province of this kind. It is undoubtedly related to what is frightening – to what arouses dread and horror; [...] the word is not always used in a clearly definable sense, so that it tends to coincide with what excites fear in general.⁶¹ (FREUD, 1919, p. 1)

Nota-se que o próprio Freud entende que a palavra “*uncanny*” nem sempre é usada num sentido claramente definido. Quando o ensaio do psicanalista é traduzido para o português, recebe a alcunha de **O estranho**. Não vem ao caso discutir o mérito da tradução, entretanto, é necessário afirmar que, no decorrer deste artigo, usar-se-á o termo “*uncanny*” (em inglês) por conta das extensas possibilidades proporcionadas pela etimologia da própria

⁵⁸ A própria palavra “*homely*” vem de “*home*”, que pode ser traduzido para o português como “casa” ou “lar”, e por isso Freud utiliza o termo para denotar algo familiar.

⁵⁹ Tradução: “Algo deve ser adicionado ao que é novo e não familiar para isso se torne *uncanny*.”

⁶⁰ Tradução: “Por isso, *uncanny* na verdade não implica algo novo ou alien, mas algo que é familiar e há muito estabelecido na mente que dela se tornou alienado somente pelo processo de repressão.”

⁶¹ Tradução: “A matéria *uncanny* é desse tipo. É indubitavelmente relacionado com o que é assustador – com o que cria repulsa e terror; [...] a palavra nem sempre é usada em um sentido claramente definível, de forma que tende a coincidir com o que excita medo em geral.”



palavra.

No ensaio de Freud são esmiuçadas diversas formas de como a sensação de *uncanny* pode se manifestar. O psicanalista começa explicando que o *uncanny* está relacionado com tudo que causa estranheza, que não é cotidiano, que não é natural. Pois bem, um dos exemplos que ele discute, e que é digno de menção, é a análise do conto **Sandman**, de E. T. A. Hoffman.⁶²

Após uma breve sinopse do conto, o autor de **The Uncanny** “aventura-se” a dizer que o *uncanny* é uma espécie de sentimento, um efeito causado por um determinado acontecimento. Ao comentar **Sandman**, Freud (1919) atribui o efeito de *uncanny* à ansiedade pertencente a um complexo de castração da personagem principal do conto durante sua infância. Entretanto, o psicanalista leva sua análise para além disso, atribuindo esse sentimento de *uncanny* à boneca, pois uma criança não consegue realmente discernir se uma boneca tem vida ou não e a essa incerteza atrela o sentimento que se convém chamar de *uncanny*, como explicado a seguir:

Now, dolls are of course rather closely connected with childhood life. We remember that in their early games children do not distinguish at all sharply between living and inanimate objects and that they are especially fond of treating their dolls like live people.⁶³ (FREUD, 1919, p. 10).

A boneca é, na verdade, um autômato, que se move por si só, através de engrenagens, e por causa disso tem-se a impressão de que possui vida própria. Para uma criança, a sensação de uma boneca ter vida chega a ser quase algo desejável (FREUD, 1919), contudo, para um adulto, que é consciente da falta de vida desse ser inanimado, torna-se algo *uncanny*.

Freud explica, com uma vasta gama de exemplos, as formas que o *uncanny* pode se manifestar tanto nas ficções quanto fora dela. Nem sempre o *uncanny* está atrelado a histórias de horror, contudo a sensação de estranheza é inerente ao que é *uncanny*. O duplo permeia as páginas do ensaio de Freud. A sensação de *uncanny* que vem do duplo é advinda da

⁶² Ernst Theodor Amadeus Hoffman, nascido em 24 de janeiro de 1776 e morto no dia 25 de junho de 1822, era um romancista alemão autor de obras fantásticas e de ficções de horror. Era também jurista, compositor e crítico de músicas.

⁶³ Tradução: “Agora, bonecas estão certamente conectadas com a infância. Lembramos que nas brincadeiras infantis as crianças não distinguem de forma nítida objetos vivos e inanimados e apresentam uma tendência de tratar suas bonecas como pessoas vivas.”

possibilidade de esse duplo ser uma criação que remete a um estágio mental muito jovem, há muito superado, estágio esse que, de certa forma, era mais amigável que o atual. O duplo se torna algo horrendo, por representar aquilo que se deseja ser, mas que se trata de um estado impossível de se alcançar (FREUD, 1919).

Numa vertente parecida, Freud (1919) explora o fenômeno da repetição como algo que pode ser considerado *uncanny* quando, por exemplo, se está perdido em um local desconhecido e, depois de uma longa caminhada, o indivíduo percebe que está de volta ao local de origem ou a um local pelo qual passou não muito tempo atrás. Por fim, Freud (1919) ensina que boa parte das pessoas sente medo em relação à morte, a cadáveres, a retorno dos mortos, a espíritos e a fantasmas. Para ele, seu pequeno estudo poderia ter começado com esses exemplos, pois eles estão explicitamente interligados ao que chama de “*uncanny*”. Entretanto, evitou fazer isso porque o que é *uncanny* nos elementos citados acima está muito interligado com o que é puramente macabro e, em parte, encontra-se até sobreposto por isso.

O fantasma, para Freud, está diretamente ligado à morte e, para ele, a morte é algo que, desde os tempos antigos, nunca se altera na forma de pensar do ser humano. Em **Murther and walking spirits**, de Robertson Davies, a personagem principal, ao se tornar um fantasma, tenta fazer relações entre vida e morte. Ainda em vida costumava fazer determinadas divagações com um amigo que estudava metafísica, refletindo sobre o que poderia acontecer depois do óbito. Contudo, ao morrer, percebe quão errado estava, pois se torna algo totalmente diferente dos fantasmas de Henry James⁶⁴, que se afirmam como uma influência ou uma forma de invasão mental (DAVIES, 2011); ou, ainda, do tipo de fantasma que só é visto quando aquele que o vê está num estado em que a certeza sobre o que se vê é inquestionável. Essas reflexões aparecem no trecho retirado diretamente do romance:

Immediately a philosophical, or metaphysical or perhaps merely physiological question arises: what self am I talking about? And why do I speak of having time? My sense of time has gone; day and night are one to me; there are periods – long, so far as I can judge – of which I have no

⁶⁴ A comparação com Henry James é feita nesse momento porque o protagonista do romance trabalha em um cultuado jornal em Toronto como crítico chefe de tudo que é relacionado a arte do editorial. Portanto, em sua tentativa de compreender sua forma atual, o agora fantasma Gilmartin compara-se primeiro a um icônico escritor de romances góticos, ou seja, Henry James.

awareness [...] ⁶⁵ (DAVIES, 2011, p. 20).

Ainda divagando sobre a vida após a morte, o protagonista do romance nota que não faz mais parte do mundo como ele o percebia anteriormente. Ainda que seja o mesmo mundo, o dia e a noite, assim como a própria noção de passagem de tempo, são algo que não lhe pertence mais. A noção de infinidade presente na sentença acima cria, no fantasma, uma necessidade de achar um objetivo para a sua pós-vida. É nesse momento que uma crise de identidade toma conta do fantasma: se ele não é mais quem era antes, quem, ou o que, ele é? Esse pensamento faz com que Connor chegue à seguinte conclusão:

I have no substance, I have looked in vain in the mirrors in my apartment for my reflection, and there is none. I have no physical appetites but I have keenly experienced emotion; no hunger, no drowsiness, but a mounting anger tempered with hilarity as I watch the misery of my murderer. ⁶⁶ (DAVIES, 2011, p. 21).

O ser espectral em que Connor Gilmartin se transformou não possui nenhuma necessidade física, ou seja, quase tudo que o igualava a outro ser humano foi expurgado de sua atual forma. Contudo, restaram-lhe as características intimamente ligadas à mente e às emoções, por isso sente raiva, tristeza, excitação e, quando observa o martírio do rival, sente mesmo alegria.

O fantasma é, em si, algo *uncanny*, porque faz com que as pessoas se lembrem da inevitabilidade da morte, que, por mais natural que seja, continua sendo reprimida pelos seres humanos, fazendo ressurgir um sentimento primitivo de repulsa que retorna em forma de estranhamento.

4. Aterrorizantes vidas pós-coloniais

⁶⁵ Tradução: “Imediatamente uma pergunta filosófica, ou metafísica ou talvez meramente fisiológica surge: sobre que forma eu estou falando? E porque falo em ter tempo? Minha noção de tempo se foi; dia e noite são um só para mim; há períodos – longos, pelo que eu posso julgar – dos quais não me lembro.”

⁶⁶ Tradução: “Não tenho substancia, procurei em vão nos espelhos do meu apartamento por meu reflexo, e lá não estava. Não tenho apetites físicos mas tenho intensamente experimentado emoções; nada de fome, nem tonteiras, mas uma crescente raiva temperada com comicidade enquanto assisto à miséria do meu assassino.”



Em **Murther and walking spirits**, Davies trabalha com essa perspectiva de medo constante em função da morte, embora no romance a morte não represente o fim, mas um recomeço, uma desconstrução do “eu”, advinda do fim da vida. Há uma possibilidade de reconstrução ou, melhor ainda, uma possibilidade de reconstituição e de descobrimento de novas possíveis identidades.

Davies parece usar propositalmente essa vertente do *uncanny* uma vez que, como foi demonstrado anteriormente, o autor está preocupado com a busca de identidades, seja no campo pessoal, seja enquanto canadense. Isso porque, após a colonização, essa identidade parece ter sido deteriorada, em função da cisão entre aqueles que são fiéis à coroa inglesa e aqueles que querem independência, como se pode perceber a seguir.

It was indeed one of those Canadian occasions where the vestiges of monarchical system of government vie with determination to prove that everybody is [...] like everybody else. These disquiets are inseparable from a country which, in effect, a socialist monarchy, and is resolved to make it work – and achieves its aim; for though an egalitarian system appeals to the head, monarchy is enthroned in the heart”⁶⁷ (DAVIES, 2011, p. 37).

No trecho, descreve-se uma cena em que a elite canadense se prepara para um festival de cinema e o autor faz uma análise das pessoas que participam da festa. O narrador do romance, que também é seu protagonista, admite, em certa parte da estória, que, apesar da forma atual que é seu novo eu, se encontra no ápice de seus poderes de observação, podendo perceber com mais clareza aquilo que o rodeia: uma sociedade “independente”, mas que ainda possui uma lealdade e uma fidelidade à coroa inglesa decorrentes da colonização que “efetivamente” acabou em 1931, com o Tratado de Westminster⁶⁸. Sendo assim, a forma irônica com que Davies conduz seu livro demonstra o permanente resquício do colonialismo e, conseqüentemente, expressa a ambivalência propiciada pelo pós-colonial, no qual pessoas tentam de todas as maneiras possíveis se esquivar ou se esconder de um nefasto passado, enquanto fazem questão de enaltecer nomes de pessoas que, durante a colonização, tiveram

⁶⁷ Tradução: “Era, de fato, uma daquelas ocasiões canadenses onde vestígios do sistema monárquico de governo compete com a determinação de mostrar que todo mundo é [...] como todos os outros. Essas inquietações são inseparáveis num país que é, em todo caso, uma monarquia socialista e está determinada a fazê-la funcionar – o que de fato acontece, embora um sistema igualitário encontre-se na cabeça, a monarquia reina no coração.”

⁶⁸ O tratado de Westminster foi assinado em 11 de dezembro de 1931 e foi resultado de uma emenda do parlamento do Reino Unido que estabeleceu status de iguais entre os diferentes domínios independentes do Império Britânico e do Reino Unido. Esse estatuto deu aos países, ex-colônias inglesas, Austrália, Canadá e Nova Zelândia total independência política.

seu ápice, e por isso a monarquia ainda “reina” no coração de muitos deles.

Tal reminiscência é inerente ao modo de escrever de Davies, como pode ser visto no trecho a seguir, no qual ele fala do governador de Ontário, que tem a patente de tenente governador: “a curious grandee, surely, for though he bore the democratic stamp of approval was primarily the representative of the Queen”⁶⁹ (DAVIES, 2011, p. 37).

Não somente à figura do Tenente-Governador pode-se atribuir essa característica. O próprio antagonista do romance (o assassino do personagem principal) faz questão de enaltecer seu passado e deixar claro a todos quem era seu ancestral, como pode ser visto a seguir:

His name is Randal Allard Going, and insists that you get it right because it is a distinguished name, as names go in Canada. One of his great-great-great-grandfathers – Sir Allured Going – had been a governor in our part of the world in the colonial days, and there is a memorial tablet to him in the old church at Niagara-on-the-Lake which proclaims his virtues in the regretful prose of his time [...]. But the history books have little to say about Sir Allured, and the likelihood is that he was simply one of those nonentities who were sent by the Motherland to her colonies because he needed a job and was not influential enough to be given one at home. But in Canada of his day he was a big toad in an obscure puddle and was well able to hold his own in that group or early settlers of good family whom the Sniffer likes to refer as “squirearchy,” and whose passing he regrets and wish to perpetuate in himself.⁷⁰ (DAVIES, 2011, p. 8).

“*Sniffer*”, apelido atribuído a Randal por sua vítima, implica que o assassino constantemente busca influências de obras antigas nas modernas, daí a ideia que “fareja” tais obras à procura dessas influências. Entretanto, o nome pelo qual Randal realmente gosta de

⁶⁹ Tradução: “Uma figura interessante, certamente, pois mesmo que ele carregasse por aí o selo de aprovação da democracia era primordialmente um representante da rainha.”

⁷⁰ Tradução: “Seu nome é Randal Allard Going, e insiste que se diga isso de forma correta pois é um nome distinto. Um de seus tetravôs – Senhor Allured Going – foi o governador dessa parte do mundo nos dias coloniais, e existe uma tábua em memória dele na antiga igreja em Niagara-on-the-Lake que proclama suas virtudes na pesadosa prosa de sua época [...]. Mas os livros de história têm pouco a dizer sobre o Senhor Allured e é provável que ele fosse simplesmente uma daquelas pessoas sem importância que foram enviadas pela Coroa para uma das colônias dela porque ele precisava de um trabalho e não era influente o bastante para lhe ser dado um em casa. Mas no Canadá de sua época ele era um grande sapo numa poça obscura e era capaz de se manter nesse grupo de colonos tardios que vinham de uma boa família a qual o ‘Sniffer’ gosta de se referir como grandes proprietários de terra e que lamenta o fato de terem todos morridos e por isso tenta perpetuá-los nele mesmo.”



ser chamado é Allard Going, pois remete ao ancestral inglês que governou Ontário e que ainda hoje é lembrado, embora o autor recorde que, na verdade, o Senhor Allured não passaria de uma pessoa sem importância na Inglaterra, que, por se encontrar na colônia, ganhara proeminência.

Isso mostra a visão que o autor tem sobre o processo de colonização do Canadá, que, por muito tempo, foi ocupado pelo que ele chama de “*nonentities*”, pessoas não importantes ou insignificantes, e pelos refugiados da revolução americana, que partiram para o Canadá em busca de um lugar ainda regido pela Coroa Britânica.

Uma vez demonstrado o interesse de Davies em trazer à tona esses fantasmas do passado, o autor opta por utilizar o tropo do horror (o fantasma) para fazê-lo, pois é a partir de um fantasma que tais demônios do colonialismo rastejam de volta até a superfície.

Hall (1996) ensina que os efeitos do colonialismo nos lugares agora descolonizados ou em processo de descolonização ainda são sentidos no presente. Ensina também que esse processo tem como característica a necessidade da aceitação de sua história, não somente por parte do colonizador, mas também daquele que foi colonizado. Após essa explicação, Hall conclui: “We always knew that the dismantling of the colonial paradigm would release strange demons from the deep and that these monsters might come trailing all sorts of subterranean material”⁷¹ (1996, p. 249).

A vertente do *uncanny* explorada por Davies, qual seja, o uso do fantasma para indicar um processo de repressão que se iniciou há muito tempo no passado, pela ótica dos estudos pós-coloniais, implica em desnudar a repressão exercida pelo colonialismo que expurga o sujeito de uma situação familiar, e disforma o eu a um determinado ponto que o transforma num ser sem forma, sem substância, deturpando o sentido de identidade que transforma o eu no outro, ou, como Bhabha (2013) afirma, em algo “*unhomely*”.

Ao citar Fanon em sua obra, Bhabha (2013), em **O local da cultura**, assevera o quão importante é reconhecer suas tradições culturais nativas, ou, no mínimo, conhecer suas tradições, seus antepassados, as lutas pelas quais aqueles que “construíram” o país passaram, fatos que Connor Gilmartin constantemente nega ou simplesmente não lembra, ao pensar no

⁷¹ Tradução: “Nós sempre soubemos que o desmantelo do paradigma colonial libertaria estranhos demônios das profundezas e que esses monstros podem subir trazendo todo tipo de material subterrâneo.”



Canadá como uma terra que se encontra fortemente influenciada por duas grandes potências econômicas e culturais. Dessa forma, boa parte do que é consumido pelos canadenses é proveniente desses dois países, e, por isso, o fantasma “se assusta” quando as histórias de seus antepassados são apresentadas numa sessão de cinema onde somente clássicos passariam. A importância da história da vida dessas pessoas deve, de fato, ter a alcunha de “clássicos”, embora possamos chamar de “clássicos de cunho pessoal”. Essas histórias também são necessárias para que cada um desses seres se reconheça.

Freud (1919) explica que algo *uncanny* se dá quando o próprio sujeito reprime a si mesmo ou quando essa repressão é exterior a ele. Ambas as formas de repressão acometiam Connor, não de forma ditatorial e impositiva, como muitas vezes acontece, mas de forma “natural”, pois, diferentemente de seus antepassados, ele pode se expressar, embora prefira negar e ignorar o passado, ou ainda o veja como simplesmente desinteressante, uma vez cerceado pela imensa influência cultural que afeta o Canadá. Bhabha, ao ler o ensaio de Freud, ensina que:

A atividade negadora é, de fato, a intervenção do além que estabelece uma fronteira: uma ponte onde o fazer-se presente começa porque capta algo do espírito de distanciamento que acompanha a relocação do lar e do mundo. [...] estar estranho ao lar (*unheimlich*) não é estar sem casa (*homeless*); de modo análogo, não se pode classificar o estranho (“*uncanny*”) de forma simplista dentro da divisão familiar da vida social em esferas privadas e públicas. O momento estranho move-se sobre nós furtivamente, como nossa própria sombra. (BHABHA, 2013, p. 31)

Bhabha sintetiza seu pensamento ao exemplificar de que forma o *uncanny* se dá no romance **Retrato de uma dama**, de Henry James, quando aduz que:

Já ouvimos o alarme estridente do estranho no momento em que Isabel Archer percebe que seu mundo foi reduzido a uma janela alta e banal, à medida que sua casa de ficção se torna “sua casa de escuridão, a casa do silêncio, a casa da asfixia”. (BHABHA, 2013, p. 32).

Se sentir estranho a algo (*unheimlich*), como assevera o trecho, não resulta simplesmente de um processo de estranhamento, não se reduz somente a não se sentir em casa, ou, de forma mais simples ainda, não implica não se sentir confortável em algum lugar. É, na verdade, se sentir em casa, mas sempre desconfiando que alguma coisa não está certa; é um constante sentimento shakespeariano manifestado através das palavras de Hamlet, que se

encontra em seu castelo, mas percebe que algo podre está acontecendo. Por fim, é, por exemplo, se sentir confortável em um casamento, em um trabalho ou com a situação atual de um país e saber, mesmo que se negue, que nem tudo é como se percebe. Conforme Bhabha, o casamento provoca uma sensação de *unheimlich* em Isabel Acher, pois ela é obrigada a abrir mão de sua liberdade, o que faz com que se sinta estranha perante uma situação anterior que lhe era comum e familiar.

Assim sendo, o *uncanny* vem para Connor Gilmartin, pelo menos primordialmente, com a morte, que o reduz a um ser sem substância, invisível aos olhos dos outros, sem sangue correndo em suas inexistentes veias, mas, distorcendo a própria ideia de vida, presente no meio daqueles que antes o circundavam, observando, sentindo, reagindo àquilo que fazem. Mesmo sendo um fantasma, o protagonista faz sentido em um mundo que, em sua essência, é igual, mas ainda assim totalmente diferente do que fora antes.

O *uncanny* é ressonante com inúmeras narrativas pós-coloniais, uma vez que em seu conteúdo há uma articulação de medos que, em outras circunstâncias, são impossíveis de se mencionar, são indizíveis. A definição freudiana de “*unhomely*”, usada por Bhabha, aplica-se ao texto gótico, quando o sujeito pós-colonial abandona o espaço limite do ser, passando a incorporar o espaço intersticial do monstro (NG, 2007). Para Andrew Hock Soon Ng (2007), um texto gótico pode ser associado ao estudo de um texto pós-colonial quando é possível perceber a “insegurança frente a um mundo inseguro que é tanto imprevisível quanto ameaçador” (NG, 2007). Possivelmente foi esse sentimento que acometeu aqueles que, fugindo ou indo por vontade própria, foram tentar uma nova vida, mas encontraram uma terra selvagem perigosa e, em muitos lugares, improdutiva.

Apesar de terem sido apontados temas que aproximam o pós-colonial do gótico, para NG, os temas mais importantes que denotam um texto como gótico são perda e transgressão, uma sensação constante da que algo se encontra perdido e que se recusa a se dissolver (NG, 2007. Assim, Alisson Rudd utiliza as palavras de Ng para afirmar:

This loss and the individual's inability to deal with this loss will destabilize a coherent sense of identity. The result of this is the individual relegation to a liminal space of being where they can embody the interstitial space of the monster. Alternatively, they can dissolve the self, either as an acceptance of futility or as a strategy of resistance. The relegation to a space of liminality, even if as a result of circumstance, presupposes an act of transgression, the



gothic's subject experiences of loss involves an act of crossing over the unheimlich space.⁷² (NG *apud* RUDD, 2010, p. 2).

O modo de escrever gótico permite ao autor subverter padrões estabelecidos, principalmente por ser caracterizado como a escrita do exagero, tornando-se uma eficaz ferramenta na busca por uma identidade perdida ou ainda expressão dos anseios do sujeito pós-colonial. Esse sujeito, que ocupa, involuntariamente, esse espaço limiar do ser, no qual, por conta das experiências pelas quais ele, o sujeito, passou, se torna *uncanny* e ocupa esse local não familiar.

Não por acaso, acima foram citados alguns temas que apresentam pertinência com a escrita pós-colonial. Esses mesmos temas sintonizam-se com o que é proposto pela escrita gótica, uma vez que propicia ao sujeito pós-colonial tratar de temas que o afligiam através de tropos do terror, como, por exemplo, o fantasma ou o “*Doppelgänger*”⁷³, que expõe o caráter dúbio e transgressor assim como o estranho e esfacelado senso de identidade do sujeito pós-colonial.

Assim, a incessante busca por uma identidade, a infindável necessidade de voltar ao *status quo* do “eu” e não do “outro”, perceptível no sujeito pós-colonial, é manifestada em **Murther and walking spirits** através da descoberta de ancestrais antes desconhecidos.

Kathryn Woodward afirma que “uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos” (2012, p. 11). Essas reivindicações têm sido expressas de várias maneiras em diferentes romances, porém uma das principais características do gótico é não saber quando o cruel monstro irá atacar. No caso de **Murther and walking spirits**, um cinema transforma-se em local onde o passado se faz presente, assombrando, elucidando, confundindo um seguro presente que até então era tido como estabelecido.

Na obra literária de Davies, o “monstro” é humanizado a partir do momento em que a

⁷² Tradução: “A perda e a capacidade individual de lidar com a perda desestabilizam o senso coerente de identidade. O resultado disso é um rebaixamento do indivíduo a um espaço liminar do ser onde ele pode incorporar o espaço intersticial do monstro. Alternativamente, pode-se dissolver o eu tanto como uma aceitação da futilidade ou uma estratégia de resistência. O rebaixamento a um estado de liminalidade, mesmo como um resultado de uma circunstância, pressupõe um ato de transgressão. A experiência de perda do sujeito gótico envolve um ato de passagem para um espaço unheimlich.”

⁷³ Réplica (cópia) paranormal de uma pessoa viva. Essa réplica é frequentemente percebida como algo sinistro, uma vez que personaliza o lado mau da pessoa que copia.



morte e, em seguida, os filmes tiram-no do seu estado de normalidade e conformidade, que é representado, no romance, pela vontade que o fantasma tem de simplesmente assombrar seu assassino. Davies tira seu ser fantasmagórico do lugar comum ao suscitar dúvidas. As respostas de tais perguntas não se apresentam de forma precisa e bem explicada, porém o que se descobre é, na verdade, a possibilidade de ser muito mais do que se pensa ser. A um fantasma que se encontra “inquieto” em um assento de cinema é conferido uma gama de identidades nunca antes percebida pelo mesmo, ao mesmo tempo em que transforma um ser que se encontra sem objetivo, pois Davies deixa claro que o desconhecido estado atual do fantasma — apesar de ter ganhado “poderes” que possibilitam estar em qualquer lugar simplesmente ao imaginar aquele local — não lhe permite planejar alguma coisa específica, principalmente porque ele se sente compelido a sempre estar perto de seu algoz e de alguma forma tentar assombrá-lo, lugar comum para um fantasma em estórias góticas.

O gótico fornece aos autores novos meios de contemplar uma realidade que se desvencilha daquela do velho mundo. Enquanto estórias de cavaleiros medievais eram predominantes nas narrativas góticas europeias, elas não fazem sentido em um mundo no qual o horror se encontra presente dentro das casas, no seio da família e nas mazelas causadas por aqueles que estão no poder. Botting (2014) entende que os autores desse novo mundo se apropriam desses tropos de horror e dão a eles novas roupagens para que se adequem ao novo mundo, criando novas formas de assustar e fazendo com que tranquilos lares se tornem *uncanny* até mesmo para aqueles que achavam que o novo mundo significaria fugir de um regime antigo e repressivo. Botting, ainda sobre o assunto, afirma:

In the mid-nineteenth century, there is a significant diffusion of gothic traces throughout literary and popular fiction, within the forms of realism, sensation novels and ghost stories especially. Eighteen century gothic machinery and the wild landscape of romantic individualism give way to terrors and horrors that are much closer to home, uncanny disruptions between the boundaries of outside and inside, reality and delusion, propriety and corruption, materialism and individualism.⁷⁴ (BOTTING, 2014, p. 104)

⁷⁴ Tradução: “Na metade do século dezenove, há uma significante difusão de traços da literatura gótica na literatura e na ficção popular, adentrando no realismo, romances sensacionalistas e nas estórias de fantasmas. A forma do gótico do século dezoito e seus variados romances individualistas dão lugar a horrores que estão muito mais perto do lar, inquietantes rupturas no limite do exterior e interior, realidade e ilusão, propriedade e corrupção materialismo e individualismo.”

A leitura que Botting faz do trabalho de Freud exprime a necessidade daquele que se encontra no novo mundo — impossibilitado de se expressar e ainda acometido por um terror que é presente não em terras distantes, mas em sua própria casa — de quebrar com os padrões das escritas antigas e recontar estórias ao seu modo. E isso é algo que o gótico permite, uma vez que este modo de escrever tem como característica a irrelevância frente à necessidade de se tentar ser realista.

Considerações finais

O *uncanny* não foi pensado por Freud para ser aplicado diretamente à literatura de terror e também não se pode afirmar que o ensaio foi escrito para que os teóricos do pós-colonial se apropriassem de seu termo multi-significativo para representar os anseios dos sujeitos pós-coloniais; contudo é impossível negar que esses teóricos, a exemplo de Bhabha, se apoderaram desse termo e conferiram a ele um novo uso.

A consequência dessa forma de estudo faz com que o *uncanny* seja percebido em diversas narrativas góticas, as quais entram em consonância com as histórias que emergem em um período quando a influência de grandes metrópoles não pode mais reprimir a expressão de sujeitos cujas identidades emanam tanto de individualidades quanto das coletividades, e que antes eram vistos através de um prisma que tinha a fixidez como principal atributo.

Referências

- BHABHA, Homi. **The location of culture**. London: Routledge, 1994.
- BOTTING, Fred. **Gothic**. New York: Routledge, 2014
- DAVIES, Robertson. **Murder and the walking spirits**. Toronto: Penguin group, 2011.
- FREUD, Sigmund. **The uncanny**. London: Peguin, 2003.
- HALL, Stuart. 'When was the postcolonial? Thinking at the limit. In: CHAMBERS, Iain; CURTI, Lidia. **The post-colonial question**. London: Routledge, 1996.
- HOAD, T.F. **The concise oxford dictionary of English etymology**. London: Oxford

university press, 1996.

JUNG, C.G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. São Paulo: Editora Vozes LTDA, 2014.

NG, Andrew Hock Soon. **Interrogating interstices: gothic aesthetics in postcolonial Asian and Asian American literature**. Oxford: Peter Lang, 2007.

FRY, Paul H. **Theory of literature**. New Haven: Yale university press, 2012.

RUDD, Alison. **Postcolonial gothic fictions from the Caribbean, Canada, Australia and New Zealand**. Cardiff: University of Wales press, 2010.

SAID, Edward W. **Culture and imperialism**. New York: Vintage Books, 1994.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **The coherence of gothic conventions**. New York: Methuen, 1986.

SCABOROUGH, Dorothy. **The supernatural in modern English fiction**. London: Forgotten books, 2013.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. São Paulo: Câmara Brasileira dos Livros, 2012.

YOUNG, Robert J. C. **Postcolonialism: An historical introduction**. Oxford: Blackwell, 2001.

Recebido em: 10/03/2017

Aceito em: 04/07/2017

**OS NOMES DAS RUAS DA CIDADE DE ESTRELA-RS: UM ESTUDO
HODONÍMICO**

**THE NAMES OF STREETS IN THE TOWN OF ESTRELA-RS: A STUDY OF
HODONYMY**

Kleber Eckert*

Maiquel Röhrig**

RESUMO

O presente artigo propõe-se a fazer um estudo hodonímico a partir dos nomes das vias públicas de Estrela-RS. Para tanto, fez-se um levantamento dos nomes de todas as ruas, avenidas e travessas constantes no mapa urbano do município, os quais foram classificados e analisados à luz das taxionomias propostas por Dick (1990). Para dar sustentação teórica ao estudo, discutiram-se questões relacionadas à onomástica, à toponímia e à hodonímia, além de questões relativas ao desenvolvimento sociocultural da cidade de Estrela. Como principal resultado, constatou-se um elevado número de antroponímicos, os quais, por sua vez, estão em sintonia com a história de colonização de Estrela, uma vez que os antroponímicos de origem alemã se sobrepõem aos das demais etnias.

PALAVRAS-CHAVE: Hodonímia; Estrela-RS; História sociocultural

ABSTRACT

The purpose of this article is to study the denomination of public streets names in Estrela-RS. Therefore, a survey of the names of all streets, avenues, and side streets in the urban map of the municipality was carried out. These were classified and analyzed according to the taxonomies proposed by Dick (1990). To give theoretical support to this study, issues related to onomastics, toponymy, and hodonymy were discussed, as well as issues related to sociocultural development of the city. A high number of anthroponyms were observed, which are in harmony with the colonization of Estrela, since the anthroponyms of German origin overlap with those of the other ethnic groups.

KEYWORDS: Hodonymy; Estrela-RS; Sociocultural history

* Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) *campus* Bento Gonçalves. Doutor em Letras (2014) pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) – klebereckert@hotmail.com

** Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) *campus* Bento Gonçalves. Doutor em Letras (2014) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – leuqiam@gmail.com

Introdução

O objetivo do presente artigo é realizar uma leitura histórica, linguística e sociocultural dos nomes dados às vias públicas urbanas, classificadas como ruas, avenidas ou travessas do município de Estrela-RS. Para alcançar o objetivo proposto, é feito o levantamento dos nomes de todos os logradouros urbanos constantes no mapa do município, referente ao ano de 2013, e, a partir dos dados, são feitas considerações acerca desses hodônimos, levando em consideração o nome que receberam e as implicações decorrentes dessa nomeação.

Inicialmente, faz-se uma breve síntese de aspectos históricos e socioculturais do município de Estrela, com ênfase nos processos imigratórios de formação da comunidade e nas características atuais do município. Na sequência, propõe-se uma reflexão sobre a onomástica e, dentro dela, da toponímia, que estuda os nomes de lugar. Apresentam-se, também, as taxionomias de natureza física e antropocultural propostas por Dick (1990). As discussões sobre a toponímia baseiam-se nos princípios teóricos de Dauzat (1947), Dick (1990) e Marcató.

Como microcosmo da toponímia, analisa-se o conceito da hodonímia, o seu objeto de estudo, bem como a importância e a simbologia da rua para o desenvolvimento das cidades, buscando-se suporte teórico nos preceitos de Dauzat (1947), de Dick (1996) e de Frosi (2010). Ainda, nas reflexões e análises hodonímicas, o presente estudo se ampara em pesquisas realizadas por Faggion, Dal Corno e Frosi (2008), Frosi (2010), Sartori (2010), Filgueiras (2011), Santos e Seabra (2011), Silva (2011), Cioato (2012) e Eckert e Frosi (2014).

Em relação à metodologia de pesquisa, primeiramente, foram listados todos os nomes de ruas, avenidas e travessas constantes no mapa oficial do município de Estrela-RS, referente ao ano de 2013. De posse dos dados cartográficos, os hodônimos foram lançados em planilhas Excel e classificados segundo as taxionomias propostas por Dick (1990). Ainda, foram feitas subdivisões que serviram de base para a análise, como, por exemplo, os antroponímios, que foram separados por gênero e origem étnica dos sobrenomes.

1. Breve história sociocultural do município de Estrela-RS⁷⁵

A história oficial de Estrela inicia-se em 20 de maio de 1876, data em que, segundo Hessel (1983, p. 32), Tristão de Alencar Araripe, Presidente da Província, sanciona a lei que cria o município, à época englobando os territórios hoje emancipados de Estrela, Lajeado, Arroio do Meio, Teutônia, Colinas, parte dos municípios de Encantado e de Imigrante. No entanto, antes de a fundação do município ser encabeçada por Antônio Vítor de Sampaio Mena Barreto, o território foi ocupado por diferentes povos.

Ainda hoje há marcas da ocupação indígena na região, com reservas indígenas em algumas localidades. Os índios pertenciam ao grande grupo étnico dos tupi-guaranis, que, a partir do século XVII, viram suas populações reduzirem-se até o quase extermínio pelos portugueses que iniciaram uma maior colonização do local. Tal colonização recebe um grande impulso em 1740, quando a região do Vale do Rio Taquari, dentro da qual se situa Estrela, recebe vários portugueses, os quais se fixam principalmente na localidade onde hoje encontramos o município de Taquari.

Naquela época, ao invés de municípios, como temos hoje, havia sesmarias, ou seja, grandes fazendas concedidas pelo governo a colonos que as recebiam mediante a condição de ocupá-las e fazê-las produzir alimentos, o que significava, entre outras medidas, expulsar as populações nativas e derrubar as matas. Nesse contexto, Estrela começa a se desenhar como município a partir de 1824, quando parte da Fazenda Estrela passa a ser administrada por João Inácio Teixeira, que rompe a sociedade que tinha com seu irmão, José Inácio Teixeira. Esse fato marca a divisão da Fazenda entre os dois irmãos Teixeira, cada um ficando com uma fatia de terra separada da outra pelo rio Taquari, e sinaliza os primórdios de uma rivalidade entre as populações dos dois municípios, e cujos resquícios ainda são sentidos por parte da população de Estrela e Lajeado, que a mencionam frequentemente nas conversas do dia a dia.

É desse período a primeira leva de imigrantes alemães. Segundo Ferri (1991, p. 78), “A 25 de julho de 1824, chegava a primeira leva de imigrantes alemães, destinados

⁷⁵ A síntese da história sociocultural do município de Estrela-RS foi aproveitada do artigo sobre os antropônimos de Estrela, publicado por Eckert e Röhrig (2015, p. 63-65) e que consta nas referências do presente artigo.

inicialmente, à colônia de São Leopoldo, criada nesse mesmo ano pela Imperatriz Dona Leopoldina”. Em 1830, a colonização alemã foi temporariamente suspensa, mas é retomada logo depois, durante a Revolução Farroupilha.

O recrudescimento do processo de colonização ocorre devido a condições políticas exteriores, sobretudo devido à ameaça da independência do território do Uruguai, que se concretizou em 1828, motivo por que, de acordo com Schierholt (2002, p. 30), “D. Pedro I planejou povoar e colonizar o Rio Grande do Sul com imigrantes alemães, para garantir sua integração ao Império brasileiro e, também, para reforçar o Exército imperial”.

Depois de ocuparem a região de São Leopoldo, os imigrantes alemães “seguiram os cursos d'água, que eram o caminho mais favorável, atingindo os vales dos rios Jacuí, Pardo e Taquari” (FERRI, 1991, p. 78). No “ano de 1856, começou o povoamento das terras de Vitorino José Ribeiro, entre os arroios Estrela e Boa Vista. Em 1870, Antônio Vítor de Sampaio Mena Barreto fundava o povoamento de Santo Antônio de Estrela, hoje Estrela” (FERRI, 1991, p. 79).

O longo processo de colonização levou à predominância da população branca na região. Schierholt (2002, p. 22) destacou este aspecto dizendo que “O fenômeno da colonização, iniciada em 1855 em Estrela, deu o caldo grosso de 82% ou mais na formação étnica dos estrelenses”. Entretanto, em meados do século XIX a situação era diferente, em vista da grande quantidade de escravos que trabalhavam nas fazendas da região. Em relação a isso Schierholt afirma:

Conjetura-se, com bons fundamentos, que na primeira metade do século 19 a população negra no Alto Taquari superasse em número a população branca; com a colonização germânica, o grosso dessa gente de sangue africano deve ter descido com as águas do Taquari, em cujos portos, embarcações ou passos, muitos deles ganharam a vida ou a sobrevivência após a Abolição (1888) (2002, p. 22).

Se os índios foram quase dizimados pelos imigrantes, os negros foram por eles substituídos, à medida que os imigrantes tomaram seus postos de trabalho e, gradativamente, obrigaram-nos a procurar ocupações em outros municípios. Hoje, embora diversificada, a constituição étnica do município de Estrela guarda as marcas destes quase dois séculos de ocupação do território pelos imigrantes portugueses, alemães e italianos, sobretudo, bem como de diversos outros países que, ao longo do século XX, aumentaram a diversidade

cultural da região. Hoje, o município conta com descendentes de poloneses, austríacos, holandeses, espanhóis, franceses, ingleses, entre vários outros. Nos últimos anos, tem recebido, ainda, grande quantidade de imigrantes haitianos, que procuram a região para trabalhar e estudar.

2. A onomástica, a toponímia e a hodonímia

O termo onomástica é de origem grega, formado pelos elementos *onoma* (nome) e *tékne* (arte), cujo resultado é *onomastiké*, que significa *a arte de nomear*. A forma grega aparece no latim tardio como *onomasticon*, que evolui e chega ao Português como onomástica, embora haja pesquisadores que adotem a forma onomasiologia (GUÉRIOS, 1973, p. 15) ou onomatologia (VASCONCELLOS, 1931, p. 3). De acordo com Mioranza (2009), o vocábulo foi usado, por um longo período de tempo, para indicar o estudo de todos os nomes próprios, de pessoas e de lugares.

A disciplina possui dois grandes campos de investigação, que são, conforme Marcato (2009), a antroponímia e a toponímia. A primeira, também conhecida como antroponomástica, é a que se ocupa dos nomes próprios de pessoa, isto é, os antropônimos. A segunda, chamada também de toponomástica, é a que se refere aos estudos dos nomes de lugar, ou seja, os topônimos.

A toponímia, conforme já explicitado anteriormente, é um dos ramos da onomástica e tem sua origem nos elementos gregos *topos* (lugar) e *onoma* (nome), daí o termo toponímia significar o nome de um lugar. Portanto, é uma área que tem como foco de estudo, principalmente, o nome geográfico e também a documentação que registra esse nome próprio.

Investigar a história do nome de um lugar, seja um acidente físico seja um acidente humano, é, para Dick (1990, p. 19), “um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes”. É o que também preconiza Dauzat (1947, p. 07), ao afirmar que “a toponímia, conjugada com a história, indica ou torna precisos os movimentos antigos dos povos, as migrações, as áreas de colonização, as regiões onde tal ou tal grupo linguístico deixou seus vestígios”.

O objeto de estudo da toponímia é o nome de lugar, cujo conceito precisa ser descortinado para ser mais bem compreendido. O lugar pode ser um acidente físico (rio, lago, montanha, serra, bosque, etc.) ou então um acidente humano (país, estado, cidade, município, bairro, vila, avenida, rua, etc.) que recebe um nome para ser identificado como diferente dos demais. Logo, um dos aspectos de estudo da toponímia, além do nome do lugar em si, é estudar a motivação toponímica, isto é, entender a “estruturação dos motivos ou das fontes geradoras dos nomes de lugares” (DICK, 1990, p. 22).

Acerca da designação dos topônimos, Dauzat (1947) indica que ela pode ocorrer de forma espontânea, quando é uma espécie de obra inconsciente de uma coletividade, ou então sistemática, “quando ela se deve à ação refletida da autoridade, de um conquistador, de um fundador de cidade” (p. 19-20). O estudioso acrescenta que os nomes de lugar podem ser originados de particularidades topográficas, do nome do fundador de uma cidade ou santo protetor da comunidade, de outros aspectos de ordem histórica, ou ainda de elementos diversos.

Outra forma de olhar para a toponímia é a partir da nomeação por força do ambiente natural e do ambiente antropocultural. É o que defende Marcato (2009, p. 155-167) ao afirmar que o nome do lugar pode ser estudado e classificado com base em aspectos naturais, como a forma do terreno, a presença de plantas e animais, e a existência de cursos d’água e montanhas. Já o ambiente antropocultural tem a ver com a presença humana num território, bem como as suas atividades, as edificações, os espaços para cultos e os espaços para locomoção, como as vias e as estradas.

A divisão proposta por Marcato (2009) aproxima-se das taxionomias de natureza física e de natureza antropocultural, propostas por Dick (1990) para proceder à classificação dos topônimos. No primeiro grupo, estão os astrotopônimos (topônimos relativos aos corpos celestes), os cardinotopônimos (relativos às posições geográficas), os cromotopônimos (relativos à escala cromática), os dimensiotopônimos (relativos às dimensões dos acidentes geográficos), os fitotopônimos (relativos aos vegetais), os geomorfotopônimos (relativos às formas topográficas), os hidrotopônimos (relativos a acidentes hidrográficos), os litotopônimos (relativos aos minerais, à constituição do solo), os meteorotopônimos (relativos aos fenômenos atmosféricos), os morfotopônimos (relativos às formas geométricas) e os zootopônimos (relativos aos animais).



No segundo grupo, Dick (1990) inclui os animotopônimos (topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual), os antropotopônimos (relativos aos nomes individuais), os axiotopônimos (relativos a títulos e dignidades que acompanham os nomes), os corotopônimos (relativos a nomes de cidades, regiões, estados, países, continentes), os cronotopônimos (relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo ou velho), os ecotopônimos (relativos às habitações), os ergotopônimos (relativos aos elementos da cultura material), os etnotopônimos (relativos aos elementos étnicos – tribos, povos, castas) e os dirrematopônimos (constituídos de frases ou enunciados linguísticos).

Ainda nesse grupo, estão os hierotopônimos (relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, a associações religiosas e aos locais de culto), os quais se subdividem em hagiotopônimos (relativos aos nomes de santos do hagiológico romano) e em mitotopônimos (relativos a entidades mitológicas de outras crenças); os historiotopônimos (relativos aos movimentos de cunho histórico, seus membros e às datas comemorativas); os numerotopônimos (relativos aos adjetivos numerais); os poliotopônimos (relativos aos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial); os sociotopônimos (relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho); os somatopônimos (relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal) e os hodotopônimos (relativos às vias de comunicação urbana ou rural).

Chega-se, assim, ao que Marcato (2009, p. 174) denomina de toponímia urbana, que analisa os nomes de cidades, vilas, bairros, castelos, casas entre outros. E, dentro desse ramo, a pesquisadora situa a hodonímia, à qual compete o estudo dos nomes das vias, estradas, ruas, avenidas, enfim, os espaços urbanos usados para a locomoção. É o que também considera Frosi (2010, p. 52), ao definir o objeto da hodonímia: “estudar a origem e a evolução dos nomes das vias e dos espaços públicos de circulação das comunidades urbanas, contemplando os vários aspectos interdisciplinares – históricos, sociais, econômicos, étnicos e culturais – que aí se entrecruzam e se envolvem”.

O termo é formado a partir de dois elementos gregos: *hodos* (via, estrada) e *onoma* (nome), daí a forma hodônimo, isto é, o nome da via, da estrada. A definição é também explicitada por Marcato (2009, p. 177), para quem a hodonímia compreende “a denominação das estradas, a subdivisão das cidades em bairros ou distritos”. Já Sartori (2010, p. 32) classifica a hodonímia como um microcosmo da toponímia, e deixa claro que ela compreende



“o conjunto dos nomes das ruas e praças e de todas as áreas de circulação de um centro urbano”.

A noção de microcosmo é especificada por Dick (1996, p. 133) quando a pesquisadora esclarece que “a rua é um ponto singular de atração da cidade, um verdadeiro microcosmo dentro do organismo maior do aglomerado urbano. Para ela, tudo converge, desde o fato corriqueiro do dia-a-dia, o simples entra e sai das casas até as grandes comemorações solenes ou festivas”. Estudar os nomes das ruas, portanto, é perceber que esses nomes “dão pistas do passado e do presente, dos ocupantes, das figuras ilustres homenageadas e dos interesses que estão por trás de sua nomeação” (SARTORI, 2010, p. 32).

Ademais, Frosi (2010, p. 56) defende que os hodônimos podem nos fornecer indícios da cultura, da história e da linguagem de um povo e que eles são um rastro acerca das sucessivas gerações de uma localidade, isto é, dos habitantes que nasceram, viveram e trabalharam num determinado território.

Para Frosi (2010, p. 56-57), os hodônimos

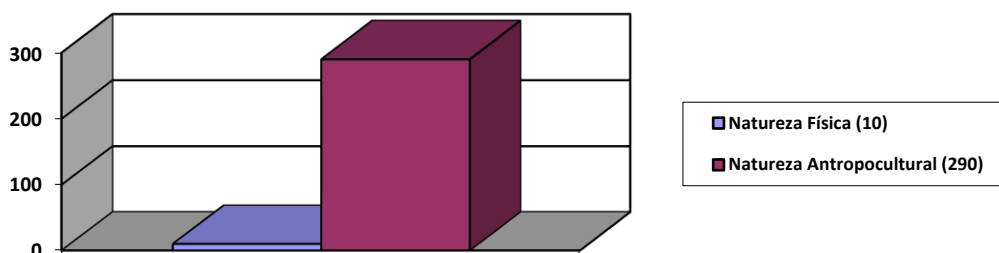
são reveladores da vida de uma comunidade, das escolhas feitas pelos homens e das vicissitudes por eles vividas. Os hodônimos informam a origem étnica do grupo, refletem a fidelidade para com seu universo cultural e/ou sua adesão ao novo ambiente e a tudo o que o cerca. [...] No jogo das presenças e ausências, os topônimos refletem também o prestígio de alguns e o anonimato de outros como reflexo da desigualdade que sempre caracterizou o mundo dos homens.

Numa perspectiva histórica, Dauzat (1947, p. 223-225) apresenta as razões de nomear uma via pública, isto é, as motivações que fazem com que uma rua tenha certo nome. Para o autor, é possível que o nome da rua seja dado em homenagem àqueles que a construíram, que o nome da rua faça referência a um edifício ou então revele locais onde atuavam certas categorias profissionais, o que revela uma espécie de “etimologia popular”. Dauzat assevera que essa perspectiva de nomeação mudou a partir do século XIX, pois as ruas passaram a ser nomeadas com vitórias bélicas, homens célebres – locais ou nacionais – ou então nomes simbólicos.

3. Hodônimos estrelenses: taxionomias e significados

Com o levantamento realizado no mapa urbano do município de Estrela, referente ao ano de 2013, no qual se encontram os nomes de todas as vias urbanas do município e a sua respectiva localização, chegou-se ao total de exatos 300 logradouros, entre ruas, avenidas e travessas. Numa primeira classificação, levando-se em conta as categorias taxionômicas propostas por Dick (1990), percebe-se que os hodônimos de natureza antropocultural superam em larga escala os de natureza física, conforme gráfico abaixo (Gráfico 01).

Gráfico 01 – Hodônimos de natureza física e antropocultural

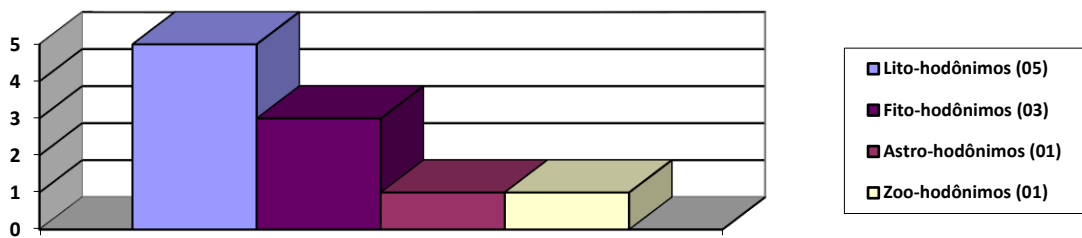


Fonte: elaborado pelos autores.

A análise desses primeiros dados, os 290 hodônimos de natureza antropocultural e os 10 de natureza física, que correspondem a 96,7% e a 3,33%, respectivamente, revela uma tendência geral da toponímia urbana, evidenciado já em outros estudos hodonímicos (CIOATO, 2012; ECKERT; FROSI, 2014). Cioato (2012, p. 48) esclarece que essa tendência ocorre “pois aí há aglomerações de pessoas que buscam motivação nos fatos relacionados à cultura ou à história local ou nacional ao denominar um acidente humano”.

Do total de hodônimos de natureza física (10), foi possível a classificação em apenas quatro taxionomias: lito-hodônimos (05), fito-hodônimos (03), astro-hodônimos (01) e zoo-hodônimos (01). Como exemplos, podem ser citados: Rua dos Topázios, Rua dos Eucaliptos, Rua Estrela da Manhã e Rua Beija-Flor, respectivamente (Gráfico 02).

Gráfico 02 – Hodônimos de natureza física

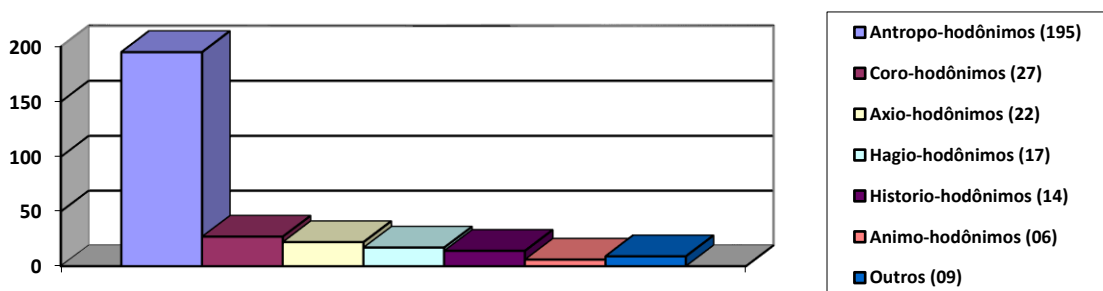


Fonte: elaborado pelos autores.

A avaliação que se faz acerca do baixíssimo número de hodônimos de natureza física é que os nomes dos logradouros (ruas, avenidas e travessas), “por serem um acidente geográfico eminentemente humano, apresentam uma tendência de serem nomeadas por nomes de natureza antropocultural” (ECKERT; FROSI, 2014, p. 240). Essa interpretação pode ser inferida a partir da constatação de Santos e Seabra (2011, p. 24): “a motivação toponímica de natureza física é maior em se tratando dos acidentes físicos. Ora, isso é esperado, uma vez que a natureza física do topônimo remete ao acidente físico, ou ao seu referente.”

Ao analisar os hodônimos de natureza antropocultural, haverá a presença de doze taxinomias, conforme descrição a seguir: antro-po-hodônimos (195), coro-hodônimos (27), axio-hodônimos (22), hagio-hodônimos (17), historio-hodônimos (14), animo-hodônimos (06), crono-hodônimos (03), sócio-hodônimo (02), ergo-hodônimo (01), etno-hodônimo (01), número-hodônimo (01) e hodo-hodônimo (01). Para exemplificar, cita-se um exemplo de cada tipo, respectivamente: Rua Pércio Freitas, Rua Alagoas, Rua Cel. Müssnich, Rua Santo Antônio, Rua 07 de setembro, Rua Amizade, Rua das Crianças, Rua dos Marinheiros, Rua do Elevador, Rua Germânia, Rua Três Irmãos e Rua do Acostamento (Gráfico 03).

Gráfico 03 – Hodônimos de natureza antropocultural



Fonte: elaborado pelos autores.

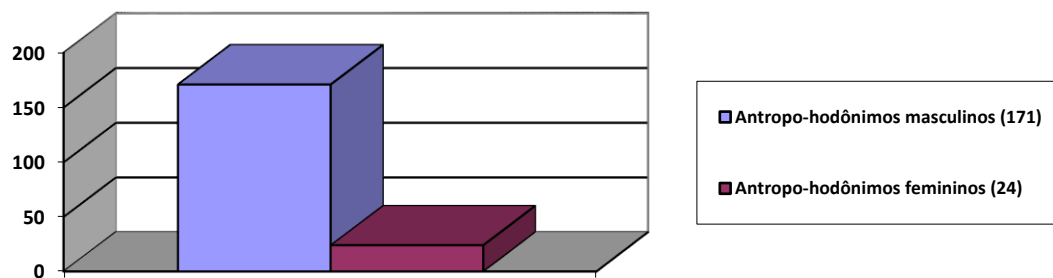
Como pode ser visto no gráfico acima, há um número elevado de antroponímicos (195), os quais equivalem a 67,2% dos topônimos de natureza antropocultural e a 65% do total de topônimos pesquisados. A presença marcante de antroponímicos foi também identificada em outros estudos toponímicos, como o realizado por Frosi (2010) a partir dos nomes das ruas da cidade de Caxias do Sul-RS. Conforme a pesquisadora, do total de 3.611 topônimos analisados, 3.178 são antroponímicos, o que equivale a 88% do total. A pesquisa de Cioato (2012), que estudou os topônimos do município de São Marcos-RS, também revelou um alto percentual de antroponímicos, que chegam a 75% do total dos nomes de ruas que foram analisados.

No Vale do Taquari, onde o município de Estrela está situado, a pesquisa de Eckert e Frosi (2014) sobre os nomes das ruas da cidade de Lajeado também revelou a forte presença dos antroponímicos. De acordo com os pesquisadores, o percentual dessa taxionomia chegou a 68,8% do total de topônimos investigados. A presença maciça de antropotopônimos na onomástica brasileira já fora citada por Dick (1990, p. 285), ao afirmar que “dentre as taxionomias de natureza antropocultural, sobressaem-se, pela expressividade das formações onomásticas, os chamados antropotopônimos, ou nomes de lugares constituídos a partir dos designativos pessoais, seja em prenomes ou em apelidos de família, combinadamente ou não”.

Nesse sentido, Filgueiras (2011, p. 41) acrescenta que a utilização de nomes de pessoas comuns ou públicas para nomear lugares, como ruas e avenidas, especialmente se essas pessoas se destacaram nos processos sócio-políticos e culturais da localidade, permite que se preserve parte da história regional ou nacional, além de permitir que essa história seja repassada às gerações futuras. Portanto, ao olhar para os nomes das pessoas que foram homenageadas, percebe-se que, em Estrela, cerca de 90% dos antroponímicos referem-se a pessoas da própria comunidade.

Quanto à distribuição dos antroponímicos por gênero, é possível perceber uma tendência que os estudos toponímicos têm demonstrado, isto é, uma supremacia dos antroponímicos masculinos em detrimento dos femininos (FROSI, 2010; FILGUEIRAS, 2011; SILVA, 2011; CIOATO, 2012; ECKERT; FROSI, 2014). No caso do presente estudo, os nomes masculinos correspondem a 87,7%, enquanto os femininos ocupam 12,3% do total (Gráfico 04).

Gráfico 04 – Antropo-hodônimos distribuídos por gênero

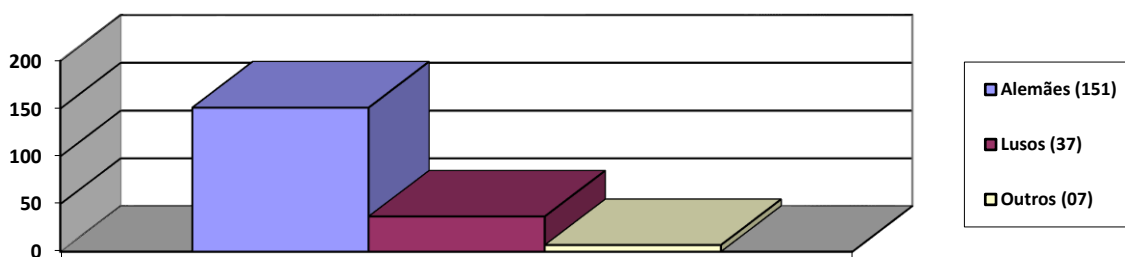


Fonte: elaborado pelos autores.

Em relação à dissimilitude na distribuição do gênero, Frosi (2010, p. 68) assevera que “isso nos adverte quanto ao papel que, de modo geral, foi desempenhado pela mulher, através do tempo. A desigualdade dos dois gêneros, em detrimento da mulher e com privilégios para o homem, reflete-se também nos hodônimos”. Silva (2011), num estudo sobre a presença de nomes de mulheres imigrantes nos hodônimos da cidade de Maringá-PR, observa que, mesmo naquelas vias nomeadas com nomes femininos, na lei ou ato de nomeação, aparece constantemente a referência às ações do marido ou dos filhos, tais como “esposa de...” “ajudou o marido...” “o marido foi...”, “mãe de tantos filhos...”, “seus filhos na cidade residem e contribuem para o progresso da cidade...” (p. 402).

Numa análise mais pormenorizada dos antropo-hodônimos em relação à origem étnica dos sobrenomes, destacam-se 151 de origem alemã (77,5%), 37 de origem lusa (19%) 7 sobrenomes pertencentes a outros grupos étnicos (3,5%), como italianos, poloneses e franceses, conforme pode ser visualizado no Gráfico 05.

Gráfico 05 – Antropo-hodônimos distribuídos por origem étnica



Fonte: elaborado pelos autores.

Os dados acima, que indicam uma supremacia dos antropo-hodônimos de origem alemã sobre os demais, estão em consonância com a história de ocupação e colonização do município de Estrela-RS. O povoamento e a ocupação efetiva da localidade de Estrela passaram a acontecer a partir de 1856, ano em que os imigrantes alemães começaram a subir o Rio Taquari, após ocuparem a região de São Leopoldo (FERRI, 1991, p. 78-79). Nesse sentido, compreende-se por que, até hoje, os descendentes de imigrantes alemães são maioria no município e os resquícios dessa maioria nos hodônimos não poderiam ser diferentes.

Ainda quanto à origem étnica dos antropo-hodônimos, notou-se uma correlação entre os sobrenomes das personalidades locais que originaram os nomes das ruas e a configuração antroponímica atual do município de Estrela. Por exemplo, ao identificar os sobrenomes de origem alemã mais frequentes nos antropo-hodônimos, percebeu-se que os sobrenomes repetem-se, se comparados aos sobrenomes dos atuais habitantes de Estrela (ECKERT; RÖHRIG, 2015, p. 74). Por exemplo, os sobrenomes Sulzbach, Horn e Diehl estão entre os mais comuns na atualidade, e o mesmo ocorre nos antropo-hodônimos de origem germânica.

Em relação ao número de hodônimos de origem lusa, percebeu-se que mais da metade, isto é, 21 dos 37, remete não a personalidades locais, e sim a vultos históricos que tiveram destaque na sociedade do Rio Grande do Sul e do Brasil. Entre eles, podemos citar: Presidentes da República (Rua Nilo Peçanha), políticos gaúchos do Período Republicano (Rua Borges de Medeiros), escritores de renome regional e nacional (Rua Érico Veríssimo) e demais intelectuais brasileiros (Rua Joaquim Nabuco), entre outros.

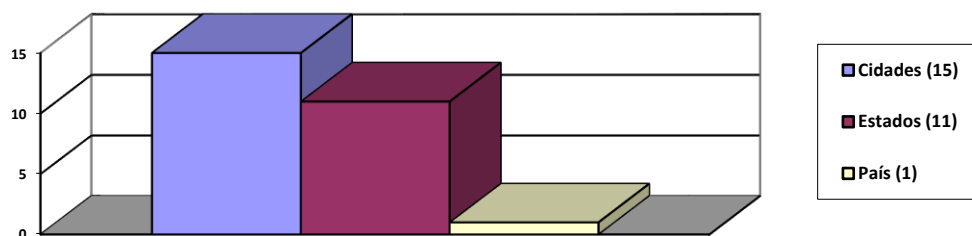
Estrela não é a única cidade em que vários logradouros receberam nomes de personalidades nacionais ou estaduais. Outros estudos hodonímicos (FAGGION, DAL CORNO, FROSI, 2008; FROSI, 2010; SARTORI, 2010; CIOATO, 2012; ECKERT; FROSI, 2014) têm mostrado que essa é uma prática comum em outras cidades do Rio Grande do Sul, reforçando, dessa maneira, a tese defendida por Dick (1995), que afirma ser uma característica da toponímia brasileira “homenagear personalidades públicas formadoras do pensamento político e cultural do país” (p. 64).

Finalmente, uma última taxionomia que merece destaque é a dos coro-hodônimos, pelo considerável número de ruas ou avenidas (27 logradouros, que correspondem a 9% do

total e que são a segunda taxionomia mais comum). É preciso entender por que tantas ruas foram nomeadas a partir de outros nomes de lugar, seja de cidades, seja de estados.

Dos 27 coro-hodônimos analisados, 15 derivam de nomes de cidades, 11 de estados e 1 de país, conforme exemplos a seguir: rua Teutônia, rua Pernambuco e rua Alemanha (Gráfico 06). A expressiva presença de coro-hodônimos também foi identificada em outros estudos hodonímicos, como o de Faggion, Dal Corno e Frosi (2008) e o de Eckert e Frosi (2014). Em ambos os estudos, o alto número de coro-hodônimos parece indicar que havia a necessidade premente de nomear os logradouros da cidade que crescia num ritmo acelerado, e uma solução encontrada tenha sido a escolha dos coro-hodônimos.

Gráfico 06 – Distribuição dos coro-hodônimos quanto à origem (cidades, estados, país)



Fonte:

elaborado pelos autores.

Embora no presente estudo não se tenha como objetivo principal discutir e analisar a motivação toponímica, é preciso mencionar que as ruas nomeadas com nomes de estados localizam-se todas no mesmo bairro, que se chama, não por acaso, Bairro dos Estados. É possível inferir que, no caso desse bairro e suas ruas, possa ter havido uma tentativa de homenagem aos Estados brasileiros e que a motivação toponímica tenha passado ao largo da premência de nomear as ruas de uma cidade em rápido processo de expansão.

Considerações finais

O levantamento onomástico e a análise dos hodônimos de Estrela permitem que se entendam aspectos culturais da comunidade estrelense. Entre esses aspectos, pode ser citada a

história de ocupação do território e, a partir dela, é possível perceber os vestígios deixados pelos habitantes e, é claro, o que esses vestígios significam.

Portanto, um dos aspectos a ser considerado é o elevado número de antropodônimos em detrimento das outras taxionomias, o que também foi percebido em outros estudos hodonímicos do Rio Grande do Sul e em estudos toponímicos do Brasil. Ainda nessa categoria, o baixo número de antropodônimos do gênero feminino revela o papel que a mulher tem desempenhado ao longo do tempo, a quem cabia o cuidado da casa e dos filhos, e em Estrela não teria sido diferente.

Os sobrenomes dos antropodônimos mostram uma sintonia entre a história de colonização de Estrela e a nomeação dos logradouros, uma vez que os antropodônimos de origem alemã se sobrepõem aos das demais etnias, como a portuguesa. Os percentuais de sobrenomes dos antropodônimos referentes à origem étnica – 77,5% de origem alemã, 19% de origem lusa e 3,5% de outras origens étnicas – aproximam-se dos sobrenomes que ainda hoje existem em Estrela. Em estudo realizado a partir dos 20 sobrenomes com maior número de ocorrências no município, Eckert e Röhrig (2015) perceberam que 17 eram de origem alemã e apenas três de origem lusa, o que corresponde a 85% e 15%, respectivamente. Logo, pode-se dizer que na origem étnica dos sobrenomes dos antropodônimos refletem-se os sobrenomes da população que hoje reside no município, ou vice-versa.

Por fim, o presente estudo permitiu que se fizesse uma leitura da realidade de Estrela a partir dos nomes de seus logradouros. É possível, em estudos futuros, buscar os documentos escritos – tais como Leis, Decretos e Atos de Denominação – que nomeiam as vias públicas municipais e analisar a motivação hodonímica, bem como se houve mudanças nos nomes das ruas e avenidas ao longo do tempo e por que essas mudanças aconteceram.

Referências

CIOATO, Fernanda Bassanesi. *Os nomes do município de São Marcos: linhas, comunidades, bairros e ruas*. Dissertação de Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade – Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, 2012.

DAUZAT, Albert. *Les noms de lieux: origen et évolution – Villes et villages – Pauys – Cours d'eau – montagnes – lieuxdits*. 5 ed. Paris: Delagrave, 1947.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade*

brasileira. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. O léxico toponímico: marcadores e recorrências linguísticas. In: *Revista Brasileira de Linguística*. (SBPL) (Sociedade Brasileira de Professores de Linguística). São Paulo: Plêiade, 1995, v. 8.

_____. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo: Anablume, 1996.

ECKERT, Kleber; FROSI, Vitalina Maria. Os hodônimos da cidade de Lajeado-RS: sua natureza, suas interfaces. In: *Domínios de Linguagem*. v. 08, n. 01 (jan./jun. de 2014).

ECKERT, Kleber; RÖHRIG, Maiquel. Os sobrenomes dos habitantes de Estrela-RS: um estudo onomástico. In: *Caletroscópio*. v. 3, n. 05 (jul./dez. de 2015).

FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani; FROSI, Vitalina Maria. Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e denominação. In: *Métis*. Caxias do Sul, v. 7, n. 13, jan./jun. 2008.

FERRI, Gino. *História do rio Taquari-Antas*. Encantado: Grafen, 1991.

FILGUEIRAS, Zuleida Ferreira. *A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte: passado e presente*. Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2011.

FROSI, Vitalina M. *Os logradouros de Caxias do Sul: seus nomes, suas interconexões*. In: II Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa. A Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas. Évora: Universidade de Évora, 2010. p. 50-73.

GUÉRIOS, Rosário Farani Mansur. *Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes*. 2 ed. São Paulo: Ave Maria, 1973.

HESSEL, Lothar. *O município de Estrela: história e crônica*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1983.

MARCATO, Carla. *Nomi di persona, nomi di luogo: introduzione all'onomastica italiana*. Bologna: il Mulino, 2009.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Memória do Patrimônio linguístico de Minas Gerais: Análise da motivação toponímica de natureza física da Comarca de Vila Rica em registros cartográficos históricos. In: *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Paraty, 2011.

SARTORI, Tríssia Ordovás. *Ruas de minha cidade: um estudo hodonímico*. Dissertação de Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade – Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, 2010.

SCHIERHOLT, José Alfredo. *Estrela: ontem e hoje*. Lajeado: O Autor, 2002.

SILVA, Bruno Sanches Mariante da. As imigrantes de Londrina: uma análise hodonímica. In: *Anais do V Congresso Internacional de História*. Maringá, 2011.

VASCONCELLOS, J. Leite de. *Opúsculos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, v. III, 1931.

Recebido em: 07/03/2017

Aceito em: 13/06/2017



ATIVIDADE DE LEITURA ALIADA AO ENSINO DA CONJUNÇÃO “E” EM POEMA: UMA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA

READING ACTIVITY RELATED TO TEACHING THE CONJUNCTION ‘AND’ IN POETRY: A FUNCTIONALIST PERSPECTIVE

*Fernanda Trombini Rahmen Cassim*⁷⁶

RESUMO: Propomos uma atividade de leitura que trabalha o uso das conjunções em textos literários. Adotou-se a perspectiva funcionalista, para a qual a gramática é acessível às pressões do uso. Um poema foi escolhido para esse propósito, a fim de que se amplie, nas atividades de língua portuguesa, a circulação de poemas, permitindo entender a leitura de poesia como uma prática social integrada ao cotidiano e despertando o gosto literário. Para isso, buscamos adentrar o campo dos sentidos, da semântica e da morfologia como elementos desse processo. Esperamos demonstrar que é possível aliar leitura e estudo da gramática levando em consideração uma interação entre autor e leitor, mediada pelo texto. Por meio do contato com o texto, suas marcas linguísticas e textuais, o aluno ativa sua memória, sua vivência, seu conhecimento de mundo para alcançar a compreensão não só dos textos escritos, mas dos enunciados que o cercam de modo geral.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura; Conjunções; Funcionalismo.

ABSTRACT

We propose a reading activity related to the use of conjunctions in literary texts. To this end, we adopted the functionalist perspective, where grammar is accessible to the pressures of the use. A poem was chosen for this purpose to expand, in Portuguese language activities, the circulation of poems, so as to enable the understanding of poetry reading as a social practice integrated with everyday life, and also to develop literary taste. We explored the field of the senses, semantics and morphology as elements of this process. We hope to demonstrate that it is possible to combine reading and grammar study, taking into account an interaction between author and reader mediated by the text. Through contact with the text, its linguistic and textual marks, the student's memory, experience and knowledge of the world are activated to reach an understanding not only of written texts, but of the surrounding statements in general.

KEY WORDS: Reading; Conjunctions; Functionalism.

1 Introdução

⁷⁶ Doutoranda em Letras - Descrição Linguística, pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: fer_trc_@hotmail.com

Ao longo da história dos estudos do texto, a leitura foi tratada sob diferentes perspectivas. Por determinadas teorias, o foco estaria no texto; por outras, estaria no leitor; por outras, o foco estaria no autor/escritor. De qualquer forma, a leitura deve sempre implicar uma postura teórica. Nesse sentido, as concepções de leitura têm relação direta com o que se entende por língua e linguagem, sujeito e texto. Assim, as concepções de leitura devem ser transpostas para a prática da sala de aula, fazendo com que a teoria torne-se importante aliada no ensino de língua portuguesa, para que os alunos possam estar instrumentalizados para a atividade de ler os textos e o mundo em que vivem.

Por isso, propomos, neste trabalho, uma atividade de leitura que auxilie o aluno na aprendizagem da gramática, em especial do conectivo “e”. A definição da classe dos conectivos, bem como as classificações deles propostas pela gramática tradicional nem sempre são suficientes. A visão estruturalista e tradicional utiliza-se dos critérios semânticos, sintáticos e morfológicos para explicar a classe dos conectivos, de maneira independente e isolada, sem aplicação prática, partindo da regra pura e sistemática, sem considerar os diversos usos do falante de língua portuguesa. Neste trabalho, analisaremos como o conectivo “e” é abordado pelas gramáticas, observando as deficiências das definições oferecidas aos alunos, e proporemos alguns procedimentos de leitura que desenvolvam a capacidade de análise e de compreensão das relações que esse conectivo pode realizar. Para isso, o trabalho com a gramática será embasado teoricamente pela linguística funcional. Assim, pretendemos imbricar em nossa análise funcionalismo e leitura, propondo atividades que trabalhem o conhecimento linguístico, textual e de mundo do aluno.

Infelizmente, a classe das conjunções é apenas um ponto de nossa gramática que vem sendo trabalhado equivocadamente pelos profissionais da área, que preferem as fórmulas prontas trazidas pelas gramáticas, sem realizar uma reflexão do uso da língua. É preciso reprogramar a mente dos professores, para que, ao invés de se agarrarem a nomenclaturas gramaticais, exigindo de seus alunos “decorebas” sem sentido, passem a demonstrar a eles como o domínio dos recursos linguísticos pode influenciar na capacidade de leitura e interpretação de textos, de imagens, de mundo.

Atualmente, os professores parecem ficar acalmados, em paz com a língua, cegos perante sua heterogeneidade e flexibilidade de usos. De acordo com Antunes (2007), as mudanças que ocorrem na língua já não são percebidas como mudanças, mas como erros. É

nesse ponto em que vemos exercícios de língua portuguesa que insistem em cobrar do aluno as classificações da classe dos conectivos, como se fossem imutáveis, verdades incontestáveis e inflexíveis. Ainda de acordo com a autora, vê-se que foi atribuído às gramáticas “um papel de instrumento controlador da língua, ao qual caberia conduzir o comportamento verbal dos usuários pela imposição de moldes e padrões” (ANTUNES, 2007, p. 36).

Assim, para realizarmos boas análises textuais é imprescindível partir do princípio de que a língua é uma atividade interativa, direcionada para comunicação social e supõe outros componentes além da gramática, todos relevantes. Ela é uma atividade complexa, um conjunto de subsistemas que se integram e se interdependem. A língua também é vista dessa forma sob a perspectiva do funcionalismo. Para essa teoria,

[...] a língua é um instrumento de comunicação cuja estrutura depende da situação interacional e de fatores como a cognição e a comunicação, processamento mental, interação social e cultural, mudança e variação, aquisição e evolução (NEVES, 2000, p. 03).

E quando falamos em situações comunicativas, falamos em uma língua que se molda de acordo com as necessidades de seus falantes, uma língua que não segue fórmulas pré-estabelecidas, que existe independentemente de um compêndio que a descreve. Por isso, o professor deve sempre pensar em suas práticas de forma a mostrar aos alunos como essa língua evolui, como ela é utilizada e reutilizada em nossa sociedade. Segundo Travaglia (2009), é preciso apresentar ao aluno novos recursos e possibilidades que ele certamente precisará em muitas situações de interação comunicativa em que se verá envolvido durante sua vida. Por isso, ainda de acordo com o autor, deve-se abordar: os tipos de recursos linguísticos; como esses recursos são utilizados para a construção de sentido; determinadas instruções de sentido a partir das quais se levantam e se discutem os recursos de que dispomos na língua para veiculação de informação, bem como a diferença entre cada um desses recursos. Nesse sentido, podemos nos questionar: será que, no momento em que se ensina a classe dos conectivos, os docentes demonstram seus diversos usos na construção de sentido, explorando suas possibilidades na construção do texto ou simplesmente apresentam suas subdivisões, estabelecendo quais são os sentidos únicos e imutáveis que eles devem assumir?

Infelizmente, essa pergunta nem sempre apresenta como resposta a primeira opção. A classe dos conectivos, bem como todas as outras classes de palavras, ainda não está sendo



transformada em teoria útil para a composição, leitura e interpretação de textos:

[...] o que a escola tem feito no ensino fundamental e médio é, talvez, sem qualquer variação, trabalhar com as classes de palavras apresentadas pela gramática tradicional. Geralmente ensinam as dez classes, [...] dando: a) conceitos que permitem distinguir as dez classes com base em critérios semânticos e/ou sintáticos e/ou morfológicos; b) subtipos de algumas classes; c) flexões das classes variáveis. Quase nunca se trata do emprego das classes de palavras. (TRAVAGLIA, 2009, p. 89)

Dessa forma, sabemos que nem sempre um bom conhecedor de gramática é um bom produtor ou leitor de textos. Decorar categorias e subcategorias não faz com que o aluno automaticamente passe a escrever e ler bem. Para isso, é necessário muito mais. Conforme Antunes (2007), é preciso o conhecimento de mundo, das normas de textualização e das normas sociais de uso da língua. Assim, de acordo com a autora, o ensino deve explorar os diversos sentidos textuais, a mutabilidade e maleabilidade da língua, seus contextos, neologismos, composições textuais, as máximas de conversação. Portanto, explorar nomenclaturas e classificações não é estudar regras de gramáticas. Além disso, essas regras não são imutáveis, inflexíveis e rígidas. Elas são funcionais, assumem variações, produzem efeitos. É nesse sentido que se faz necessária uma maior atenção para o uso dos conectores. Não basta ensinar ao aluno que o conectivo “e” é classificado como um conectivo aditivo, que o conectivo “mas” expressa sempre adversidade, que o conectivo “porque” é explicativo, se as orações forem coordenadas, e causal, se forem subordinadas, e assim por diante. É preciso mostrar que os falantes já estão se utilizando desses vocábulos para expressar ideias diferentes das tradicionais e que, muitas vezes, essas mesmas relações são estabelecidas sem nem mesmo serem expressas pelos conectivos. Nesse sentido, o professor deve servir como mediador dessa descoberta. Ele não pode esperar que o aluno entenda sozinho um conjunto tão complexo e tão heterogêneo de regras e normas que, ainda por cima, admitem toda flexibilidade permitida pela natureza eminentemente funcional da língua.

O que nos interessa aqui, especificamente, é demonstrar como a leitura deve ser importante aliada no ensino da gramática. Devemos abandonar concepções redutoras ligadas ao senso comum quando o assunto é leitura, como dizer que “ler é decifrar símbolos” ou que “ler é seguir os passos dos livros didáticos”. A leitura na escola, segundo Coracini (2010), tem

visto o texto como um objeto uno, completo, com um fim em si mesmo, uma verdade atemporal, ou um simples pretexto para ensinar gramática. Infelizmente, o texto é tido como um lugar de reconhecimento de unidades e estruturas linguísticas. Ainda de acordo com Coracini (2010), na sala de aula, raramente se observa a concepção de leitura enquanto processo interativo e mais raramente ainda se observa a concepção discursiva, pois não são permitidas leituras diferentes daquela que o professor ou o livro didático oferecem.

Com base nessas ideias, precisaremos, então, entender alguns conceitos a respeito da visão gramatical tradicional em oposição à visão funcionalista no que tange ao ensino das conjunções, bem como algumas formas alternativas de estudo das conjunções propostas por autores da área, além das finalidades às quais devem voltar-se as atividades de leitura em prol de um ensino eficaz de análise linguística. Com isso, pretendemos mostrar, ainda que muito sumariamente, como a leitura pode ser aliada ao ensino da gramática por uma perspectiva funcionalista.

2 Discussão teórica

Estamos tratando, neste trabalho, do ensino das conjunções, em especial, da conjunção “e”, por meio de atividades de leitura. Por isso, é necessário que retomemos as concepções de leitura no processo de compreensão do texto. Assim, poderemos entender como seria possível utilizar o texto não como pretexto para ensinar gramática, mas sim como um instrumento norteador do ensino, em um processo de interação entre autor, texto e leitor. Em seguida, veremos algumas abordagens do ensino da classe das conjunções e do conectivo “e”, tratando, especialmente, do funcionalismo, teoria linguística que servirá, também, de base para nossa análise.

2.1 Leitura, ensino e compreensão de texto

Observando a leitura como um processo de decodificação, há dois tipos básicos de

processamento de informações do texto que estão presentes, de uma maneira ou de outra, nas diferentes concepções de leitura. Consoante Kato (1985, *apud* CORACINI, 2010), o tipo de processamento *top-down* é aquele que se caracteriza pelo foco no leitor no processo de construção de sentidos, o processo de leitura se dá de cima (leitor) para baixo (texto), enquanto o tipo de processamento *bottom-up* é aquele em que o foco está no texto e o processo de leitura está de baixo (texto) para cima (leitor).

Nesse sentido, adotaram-se, ao longo da história dos estudos do texto, diferentes concepções de leitura. A primeira delas é a concepção estruturalista ou mecanicistas em que, segundo Coracini (2010), o sentido está arraigado às palavras e às frases e há extrema dependência das formas linguísticas. O leitor, nesse caso, seria apenas um receptáculo, cuja tarefa seria decodificar o texto, que, por sua vez, seria um objeto com existência própria, independentemente do sujeito e da situação comunicativa. O texto, nesse caso, fornece o sentido a partir das unidades linguísticas menores, e os sentidos figurados, subjetivos, devem ser evitados.

A segunda concepção de leitura é a cognitiva. Nela, segundo Coracini (2010), o leitor aciona esquemas cognitivos, pacotes de conhecimentos estruturados, para a leitura e compreensão do texto. Assim, o foco estaria totalmente no leitor, o qual contribui para a construção de sentidos acessando sua bagagem de conhecimentos prévios.

A terceira concepção é aquela em que o foco está na interação texto-autor-leitor. Nesse caso, ainda de acordo com a autora, há a interação entre os componentes do ato da comunicação escrita. O leitor seria o portador de esquemas mentais socialmente adquiridos, confrontando seus conhecimentos prévios com os dados do texto. O texto, por sua vez, delimita a gama de interpretações possíveis, oferece as marcas que podem ser utilizadas para recapitular as estratégias do autor. Segundo Kleiman (2013), o processo de leitura, nesse caso, é não linear, dinâmico na relação com os elementos que levam o acesso ao sentido.

A leitura como processo discursivo, por sua vez, vê o leitor como um sujeito participante de uma determinada formação discursiva, clivado, heterogêneo, perpassado pelo inconsciente. O texto, tomado aqui como discurso, seria o conjunto de enunciados possíveis em uma dada formação discursiva e os sujeitos determinariam as condições de exercício da função enunciativa. A linguagem, por sua vez, teria como característica uma série infinita de



jogos conversacionais com regras partilhadas por uma comunidade cultural, interpretativa, em um contexto sócio-histórico-ideológico, em que os sentidos estão em constante mutação.

Entendemos que essas diferentes concepções implicam diferentes olhares para o texto, para o sujeito e para a instauração de sentidos. Assim, uma escolha por uma dada abordagem não pode ser tida como completa, capaz de esgotar as questões de linguagem. O importante, nesse caso, é que tanto o ensino quanto a aprendizagem da leitura exijam concepções bem claras do que é leitura, texto e o processo de ensino aprendizagem.

Neste trabalho, usaremos os pressupostos teóricos de Kleiman (2013), que aborda os conceitos de cognição, funcionalismo e leitura. Para a autora, a compreensão do texto é um processo que se caracteriza pela utilização do conhecimento prévio. Assim, os conhecimentos linguístico, textual e enciclopédico interagem entre si, em um engajamento ativo, e não em mera recepção passiva.

O conhecimento linguístico teria papel central no processamento do texto, ou seja, as unidades linguísticas (palavras, unidades discretas e distintas) são agrupadas em unidades maiores para constituírem a frase, enquanto a mente do leitor está construindo significados.

À medida que as palavras são percebidas, a nossa mente está ativa, ocupada em construir significados, e um dos primeiros passos nessa atividade é o agrupamento em frases (daí essa parte do processamento chamar-se *segmentação* ou *fatiamento*) com base no conhecimento gramatical de constituintes: o tipo de conhecimento que determina que o artigo precede o nome e este se combina com o adjetivo (Art N Adj o homem alto), assim como verbo com nome (V N comeu ovos) e assim sucessivamente. Este conhecimento permitirá a identificação de categorias (como, por exemplo, sintagma nominal), e das funções desses segmentos ou frases (como sujeito, objeto), identificação esta que permitirá que esse processamento continue, até se chegar, eventualmente, à compreensão. (KLEIMAN, 2013, p. 17)

Assim, os conhecimentos linguísticos darão suporte para a compreensão do texto no ato da leitura.

O conhecimento textual, segundo a autora, trata dos tipos de texto e formas do discurso, além das questões de interação entre autor e leitor. Ou seja, trata da estrutura textual (expositiva, narrativa, descritiva), bem como das características estruturais no reconhecimento do gênero discursivo e da posição de julgamento do leitor frente ao posicionamento do autor:



Os textos também podem ser classificados levando-se em consideração o caráter da interação entre autor e leitor, pois o autor se propõe a fazer algo, e quando essa intenção está materialmente presente no texto, através das marcas formais, o leitor se dispõe a escutar, momentaneamente, o autor, para depois aceitar, julgar, rejeitar. Sob esse ponto de vista da interação podemos também distinguir *discursos* narrativos, descritivos, argumentativos. (KLEIMAN, 2013, p. 22)

Por fim, o conhecimento enciclopédico ou conhecimento de mundo é ativado, resgatado do fundo de nossa memória, acessando informações relevantes para o assunto, a partir de elementos formais fornecidos pelo texto. De acordo com a autora, esse tipo de conhecimento pode ser adquirido formal ou informalmente e, assim, “para haver compreensão, durante a leitura, aquela parte do nosso conhecimento de mundo que é relevante para a leitura do texto deve estar *ativada*, isto é, deve estar num nível ciente [...]” (KLEIMAN, 2013, p. 24). Dessa forma, ativa-se um conhecimento parcial, estruturado, que temos na memória sobre assuntos, situações, eventos típicos de nossa cultura, em um processo inconsciente.

Seguindo a teoria de Kleiman (2013), enfatizamos aqui, também, os aspectos da materialização formal de categorias de significação e de interação pragmática, ou seja, a coesão e a estrutura do texto na estratégia de processamento do texto. Os laços coesivos, segundo a autora, servem de pistas para a construção de significado e esse conjunto de elementos que formam a ligação do texto também auxiliam na coerência. Neste trabalho, esses elementos serão estudados, especificamente a conjunção “e”, e, por meio das perguntas de leitura, será possível demonstrar que o autor está presente a partir das marcas formais que atuam como pistas para a reconstrução do caminho que este percorreu. Além disso, essas pistas linguísticas podem se dar de diferentes maneiras, e não só pelas conjunções: podem ocorrer por operadores e conectivos lógicos, expressões que indicam grau de comprometimento com a verdade, adjetivação e nominalização etc.

Assim, “o processo através do qual utilizamos elementos formais para fazer as ligações necessárias à construção de um contexto é um processo inferencial, de natureza inconsciente, sendo, então, considerado uma estratégia cognitiva de leitura.” (KLEIMAN, 2013, p.54).

De acordo com Kleiman (2013), em uma discussão sobre marcação formal no texto,

não se pode deixar de mencionar a marcação da estrutura abstrata do texto, também chamada de superestrutura, que consiste na organização textual abstrata que, juntamente da informação da microestrutura textual e com elementos da macroestrutura, fornece ao leitor os dados necessários para a leitura, em um processamento (descendente ou ascendente) de caráter cognitivo. Segundo Van Dijk (1992), a macroestrutura fornece a informação semântica global de um discurso, enquanto a microestrutura abarca conexões em sentenças adjacentes. A macroestrutura textual dá pistas, mecanismos formais que podem ajudar bastante na compreensão do texto, como a precedência de tópico.

Por fim, a autora destaca que há o processo inconsciente pelo qual o leitor interpreta as marcas formais do texto, as quais são percebidas como elementos que ligam formas discretas, contíguas, da microestrutura textual, ou elementos que ligam trechos descontínuos, parágrafos, apontando a macroestrura do texto.

Portanto, entendemos que, na perspectiva de Kleiman, os conhecimentos linguísticos, de mundo e textual devem formar um tripé para a compreensão do texto, mediante o acionamento de conhecimento prévio. Com isso, a identificação dos elementos linguísticos na micro e macroestrutura textuais é realizada por um leitor ativo que processa e examina o texto e é essencial para sua compreensão, em um processo de interação entre autor, texto e leitor.

Neste trabalho, buscaremos realizar perguntas de pré-leitura, de leitura e de pós-leitura, privilegiando-se a interação autor, texto e leitor. De acordo com Solé (1998), essas perguntas podem ser caracterizadas de três maneiras. A primeira delas é por terem uma resposta literal, que se encontra diretamente no texto, mas que exige do aluno a compreensão do enunciado e a interação com o texto. Também pode haver perguntas para buscar e pensar, cujas respostas podem ser deduzidas a partir do texto, mas exigem que o leitor relacione os diversos elementos do texto lido. Podem ser, também, perguntas de elaboração pessoal, que tomam o texto como referencial, mas remetem o leitor a elaborar uma resposta aliada às experiências da sua vida. Trabalharemos com todos esses tipos de pergunta na atividade de leitura, lembrando sempre que privilegiaremos a interação entre autor, texto e leitor, buscando também atingir outro objetivo: ensinar a conjunção “e” sob uma perspectiva funcionalista.

2.2 O Estudo das Conjunções



Quase sempre, o estudo das conjunções é feito por meio das classificações entre conjunções coordenativas e subordinativas. A partir disso, elas são classificadas de acordo com as ideias que *geralmente* expressam ao unir segmentos textuais, como adição, consequência, finalidade, tempo, conclusão, explicação etc. Porém, sabemos que muitas vezes decorar essas classificações e subclassificações não basta. É preciso entender qual a relação entre as partes do texto relacionadas por essas conjunções. Assim, “é de grande significação também os estudos das conjunções, não aquele esquema simplista de classificação apenas, mas analisando em textos como seu uso estabelece (e indica!) os diferentes tipos de relações semânticas pretendidas” (ANTUNES, 2007, p. 49).

Portanto, um trabalho significativo que pode e deve ser feito com os alunos no estudo das conjunções seria exercitar a percepção com relação às ideias expressas pelas porções textuais unidas pelos conectores.

De acordo com Antunes (2005, *apud* ANTUNES, 2007), é interessante explorar os tipos de relações semânticas estabelecidas, além de observar quais as partes do texto que as conjunções põem em junção. A autora também destaca que nem todo texto requer o mesmo número ou os mesmos tipos de nexos coesivos e as relações entre orações também podem ser conseguidas pelo uso de outra palavra que não seja, necessariamente, uma conjunção. Assim, esse tipo de conhecimento poderia ser passado aos alunos no momento em que se objetiva treinar a interpretação das porções textuais que são unidas na tessitura do texto, mostrando ao aluno que existem diferentes recursos disponíveis para se conseguir diferentes efeitos discursivos. Dessa maneira, seria possível demonstrar a maleabilidade da língua, sua versatilidade e como o falante pode produzir efeitos com base em recursos linguísticos; e o ensino das conjunções seria peça fundamental nesse processo.

Com essa perspectiva de ensino, estaremos trabalhando com a ideia de que a língua é mais que um sistema em potencial. Segundo Antunes (2007), ela supõe um uso, a atualização concreta em interações complexas que compreendem a composição de textos e uma situação de interação e, se a gramática tem função regularizadora, ela também tem limites.

Travaglia (2009) destaca que é preciso “instrumentalizar com recursos para aplicações práticas” (TRAVAGLIA, 2009, p. 101). Isso quer dizer que a gramática deve ser ensinada



como uma teoria que possibilite o conhecimento prático. Ter acesso às regras gramaticais é imprescindível para que possamos perceber, analisar e interpretar textos, bem como produzi-los. O autor traz diferentes teorias com relação aos conectivos que são apresentadas a seguir.

Câmara Jr. (1970, *apud* TRAVAGLIA, 2009) utiliza o critério morfossemântico para apresentar a classe dos conectivos. Segundo esse autor, se os conectivos fazem de um termo o determinante de outro, eles são subordinativos (aqui, ele considera não só as conjunções, mas também as preposições). Porém, se apenas adicionam um termo a outro são coordenativos. Os pronomes relativos, por sua vez, são híbridos: podem funcionar, ao mesmo tempo, como pronomes e conectivos.

Schneider (1997, *apud* TRAVAGLIA, 2009) utiliza apenas o critério morfológico para definir as conjunções. Para ele, os conectivos seriam as tradicionais preposição e conjunção pelo simples fato de não admitirem derivação nem flexão.

Perini (1995, *apud* TRAVAGLIA, 2009) demonstra que a classificação pode ser do ponto de vista sintático ou semântico, separadamente, para depois serem relacionados. Segundo ele, há os conectivos subordinativos (cujas subclasses são as preposições, as conjunções e os pronomes relativos) que têm como função sintática alterar a classe de um sintagma nominal ou de uma oração. Os conectivos coordenativos, por sua vez, têm como função sintática juntar dois ou mais constituintes de mesma classe, formando o conjunto, um constituinte maior que pertence à mesma classe dos constituintes conectados. Os conectivos típicos seriam “e” e “ou”.

Uma proposta interessante para o estudo das conjunções é apresentada por Garcia (1997, *apud* ANTUNES, 2003). De acordo com essa proposta, para se estudar a classe das conjunções, é preciso, inicialmente, focalizar expressões que marcam o encadeamento entre partes do texto, sejam orações, períodos, parágrafos, que expressam algum tipo de relação semântica entre essas partes (causa, tempo, adição, oposição etc.), sinalizando a direção que se pretende dar para o que se diz.

O reconhecimento dessas relações e de sua função (lógica, argumentativa, discursiva) no texto constitui um saber da mais alta relevância para administrar as possibilidades de organização do texto. São elementos sinalizadores – pistas – para irmos encontrando a dimensão argumentativa, inclusive, do texto. Esse saber seria bem mais útil que, simplesmente, saber

dizer se a conjunção é coordenativa ou subordinativa. (GARCIA, 1997, p.262-268 *apud* ANTUNES, 2003, p.133)

Assim, vemos que diversas são as maneiras de se trabalhar a classe das conjunções e as que devem ser seguidas são aquelas que procuram estudar não as conjunções isoladamente, mas as partes do texto ligadas por elas. Vejamos, agora, como a gramática tradicional e a gramática funcionalista (base de nossa proposta) tratam do estudo do conector “e”, especificamente, que, segundo Castilho (2010), deriva do étimo latino “et”, o qual significava aproximadamente “e também”, “e mesmo”, “e mais”, “e então”, servindo para acrescentar informações adicionais a algo já dito, às vezes com um valor de inclusão.

2.2.1 A Gramática Tradicional

A Gramática Tradicional como conhecemos hoje representa um compêndio de estruturas prescritivas e de normas de uso da língua portuguesa. Também chamada de gramática normativa, ela procura estabelecer, segundo Possenti (1996), o conjunto de regras que devem ser seguidas. O autor destaca que, nela, a língua corresponderia a formas de expressão observadas e produzidas por pessoas cultas, de prestígio. Além disso, essa gramática está ligada também ao comportamento, à forma como se portar com relação à língua, conforme afirma Travaglia (2001).

[...] a gramática normativa apresenta e dita normas de bem falar e escrever, normas para a correta utilização oral e escrita do idioma, prescreve o que se deve e o que não se deve usar na língua. Essa gramática considera apenas uma variedade da língua como válida, como sendo a língua verdadeira. (TRAVAGLIA, 2001, p. 30)

Quanto às conjunções, a gramática tradicional procura classificá-las em grupos de acordo com a ideia que elas podem expressar. Segundo Cunha e Cintra (1985), as conjunções aditivas “servem para ligar simplesmente dois termos ou duas orações de idêntica função. São as conjunções ‘e’, ‘nem’ [= ‘e não’]” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 566). Cegalla (2008), afirma que as conjunções aditivas são aquelas que “dão ideia de adição, acrescentamento: e, nem, mas também, mas ainda, senão também, bem como” (CEGALLA, 2008, p. 289).

Essas maneiras tradicionais de classificar as conjunções são encontradas de forma semelhante em alguns livros didáticos, como na seguinte definição: “Assim como as preposições servem para ligar palavras, as conjunções ligam duas ou mais orações. [...] As conjunções aditivas dão ideia de adição entre duas porções de texto e são representadas pela conjunção ‘e.’” (GONÇALVES; RIOS, 1999).

Muitos livros didáticos têm trabalhado de maneira diferente do que prescreve a Gramática Tradicional, alicerçados em teorias enunciativas e funcionalistas. Apesar disso, as práticas didáticas nas aulas de língua portuguesa de ensino fundamental e médio seguem, muitas vezes, um viés tradicionalista de ensino das conjunções, seja pensando em contexto de avaliação, seja por falta de reflexão sobre o assunto.

2.2.2 A Gramática Funcional

Os funcionalistas definem a gramática como um sistema de significados acompanhados por formas pelas quais esses significados podem ser realizados. Nesse sentido, Givón (1995) afirma que a gramática funcionalista vê a língua como uma estrutura maleável, com regras que permitem exceções. Croft (2015) destaca que a análise funcional contrasta com a análise formal. Esta última consiste na análise da estrutura linguística com ênfase em princípios definidos puramente em termos de forma estrutural. Segundo Neves (1997), por gramática funcional entende-se, em geral, uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global de interação social. Trata-se de uma teoria que assenta que as relações entre as unidades e as funções das unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição, e que entende a gramática como acessível às pressões do uso.

Butler (2003) lista sete principais características funcionalistas, que são:

- ênfase na linguagem como meio de comunicação humana em contextos sociais e psicológicos;
- rejeição da ideia de que o sistema linguístico (a gramática) é arbitrária e autônoma, em favor de uma concepção que coloca a semântica e a pragmática como centrais, sendo a sintaxe um meio de expressão delas, motivada por suas significações;



- reconhecimento da importância da flexibilidade dos elementos e das categorias na classificação linguística e, de forma mais geral, da importância da dimensão cognitiva;
- interesse em análise de textos em seus contextos de uso;
- forte interesse em questões tipológicas;
- adoção de uma visão construcionista a respeito da aquisição da linguagem.

Dessa forma, vê-se que Butler (2003) rejeita a autonomia da gramática - levando em consideração os contextos de uso - e demonstrando que ela não é arbitrária ou autônoma: a semântica e a pragmática são essenciais para uma análise linguística. Croft (2015) considera que, tomadas como um todo, as abordagens funcionais da gramática são amplamente praticadas na linguística.

Quanto à abordagem do conectivo aditivo, os autores funcionalistas apresentam as seguintes definições. Segundo Longhin-Thomazi (2008, *apud* CASTILHO, 2010), a conjunção “e” pode coordenar sentenças independentes, sentenças dependentes, termos essenciais, predicados, modificadores e operadores, ligando uma grande quantidade de estruturas de mesma hierarquia.

Para Castilho (2010), no início de enunciados, o conectivo “e” preserva seu valor latino original, de adicionador de atos de fala⁷⁷, unindo turnos conversacionais, adicionando temas, adicionando sentenças interrogativas, acumulando conjunto de enunciados em polissíndetos e finalizando um enunciado. Além disso, o *e* pode também estar sintaticamente inativo, como em “E se eu não o encontro?!”.

Neves (2000), em sua *Gramática de Usos* traz importantes considerações a respeito da conjunção “e”. De acordo com a autora, além de marcar adição, o “e” também pode expressar contraste (“Corri e cheguei atrasado.”) ou causa-consequência (“Superministro arma crise e entra na fritura.”). Ademais, o “e” pode servir de simples elemento de composição de palavras (“leva-e-traz”), elemento de ligação de dois prefixos (“Sofreu com o pré e pós-operatório”), unindo palavras, sintagmas, orações e enunciados (“Nada mais o atingia. E raramente consultava o relógio.”⁷⁸). Quando adicionam unidades ou sistema de informação, essa conjunção pode ter efeito de acúmulo ou pode introduzir uma segunda oração que representa

⁷⁷ Um ato de fala é qualquer “ação realizada por um falante, através de um enunciado, considerando as intenções de sua realização e os efeitos que visa alcançar no alocutário”. (XAVIER/MATEUS, orgs. 1990-1992: s.v. “acto de linguagem”, *apud* CASTILHO, 2010)

⁷⁸ Esse tipo de estrutura será chamado por Decat (1999b) de *estruturas desgarradas*.

uma restrição da primeira. Essa segunda oração pode consistir um predicativo (“Vá com suas filhas, é seu dever; e vá descansada!”), um adjunto adverbial de modo (“Quem fabrica dinheiro é o governo. E às pampas!”), um adjunto adverbial de lugar (“Ele vai assinar o decreto. E vai assinar aqui.”) ou mesmo um adjunto adverbial de intensidade (“Caminhava até o cercadinho, voltava – E tanto mais se movia, quanto mais rápida era a volta.”). Quanto à ordem, a autora demonstra que as construções com “e”, quando aditivas, são simétricas, isto é, os dois membros da adição podem facilmente permutar de posição, com resultado de sentido que difere apenas do ponto de vista da distribuição de informação. Porém, são assimétricas as construções em que se adicionam elementos que, por alguma razão, devem ser considerados numa ordem necessária, como em sequência de eventos, por exemplo.

3 Proposta de atividade de leitura

O texto escolhido para nossa proposta foi o poema “Minha grande ternura”, de Manuel Bandeira. Pelo fato de se tratar de um texto literário, é importante fazermos algumas considerações, já que valer-se de textos de natureza literária como mote para a reflexão sobre a língua não é necessariamente um problema, mas apresenta inúmeros riscos. Um deles seria o de tratar o texto como pretexto para ensino de estruturas gramaticais, esvaziando ou tornando secundária sua natureza artística e seu potencial efeito de “afinamento das emoções”, conforme propõe Antonio Candido. De acordo com o autor, é imprescindível considerar o poder humanizador da literatura, entendendo humanização como

[...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. (CANDIDO, 2004, p. 180)

A partir disso, entendemos a necessidade de ampliar, nas atividades de língua portuguesa, a circulação de poemas para que se permita ver e entender a leitura de poesia como uma prática social integrada ao cotidiano, despertando o gosto literário. Indo além, podemos dizer que despertar a sensibilidade ou buscar humanização seriam consequências do



processo de apreensão e compreensão dos elementos da poesia e estamos, neste artigo, adentrando o campo dos sentidos, da semântica e da morfologia como elementos desse processo. É importante salientar que o trabalho com o texto literário deve ser muito mais amplo do que retrataremos na atividade proposta a seguir, e este artigo traz apenas um recorte das possibilidades de leitura de poemas nas aulas de língua portuguesa.

A atividade que será apresentada é voltada para alunos do primeiro ano do ensino médio. Pressupõe-se, portanto, que eles já tenham algum conhecimento sobre as conjunções, mesmo que de forma estrutural. Lembramos que nosso objetivo, aqui, é demonstrar a funcionalidade do conectivo “e” por meio de atividades de leitura em que haja interação entre autor, texto e leitor. Vejamos, a seguir, a proposta em questão.

3.1 Perguntas Pré-Leitura

1) Você conhece o autor Manuel Bandeira? Realize uma pesquisa a fim de descobrir em qual período literário encontramos suas obras. Depois, escreva as características desse período com relação aos aspectos formais dos poemas escritos pelos artistas da época.

Com essa primeira questão, pretendemos que o aluno encontre informações sobre a geração modernista. A partir de então, o aluno terá dados sobre como os modernistas tratavam do aspecto formal da poesia. É aí que inserimos o aspecto gramatical. Isso porque os poetas modernistas não tinham uma preocupação formal com os poemas, uma vez que adotavam uma liberdade maior na escolha de palavras, diferentemente dos períodos anteriores. Assim, pretende-se fazer com que o aluno fique mais pré-disposto a entender a escolha do poeta com relação ao conectivo “e”, uma vez que ele não é utilizado com valor aditivo, como a tradição gramatical prevê.

3.2 Perguntas de Leitura

Leia o poema “Minha grande ternura”, de Manuel Bandeira.

Minha grande ternura

(Manuel Bandeira, in “Estrela da tarde”, 1960)



Minha grande ternura
Pelos passarinhos mortos;
Pelas pequeninas aranhas.

Minha grande ternura
Pelas mulheres que foram meninas bonitas
E ficaram mulheres feias;
Pelas mulheres que foram desejáveis
E deixaram de o ser.
Pelas mulheres que me amaram
E que eu não pude amar.

Minha grande ternura
Pelos poemas que
Não consegui realizar.

Minha grande ternura
Pelas amadas que
Envelheceram sem maldade.

Minha grande ternura
Pelas gotas de orvalho que
São o único enfeite de um túmulo.

2) *Discuta os significados presentes no texto com seus colegas e professora, abordando os seguintes pontos: qual a concepção de “amor” trazida pelo eu-lírico? Qual o papel da mulher nesse poema, citada diversas vezes na segunda estrofe? Como aparecem, no poema, temas ligados à vida, à passagem do tempo e à morte?*

Com essa discussão buscamos ampliar o horizonte de expectativas do aluno leitor, instigando a reflexão sobre os elementos apresentados pelo eu-lírico. Essa abordagem pode se estender a campos mais amplos, ligados a papéis sociais, como o da mulher, por exemplo.

3) *Observe o título do poema e responda:*

a) *O que significa o fato de o título do poema apresentar um pronome em primeira pessoa (“minha”)?*

b) *Se você lesse somente o título, acreditaria que o eu-lírico falaria sobre o quê no poema? Isso se confirma depois de lê-lo?*

c) *O que você entende por ternura? Com base no poema, você acha que o autor tem a*



concepção de “ternura” parecida com a sua? Justifique.

Nessas primeiras perguntas, esperamos que o aluno perceba que a ideia de ternura, presente no poema, não é comum. O eu - lírico sente ternura por coisas que ele não tem mais, ou por coisas pelas quais ele sente pena. Assim, o sentido do termo torna-se melancólico, diferente do que se costuma imaginar sobre a palavra “ternura”, geralmente utilizada em contextos de afeto e alegria. Perceber que o título está em primeira pessoa faz com que o aluno veja que pode haver diferentes percepções sobre uma palavra ou um conceito; tudo depende de quem profere aquele enunciado e a quem ele se dirige. As perguntas seguintes reforçam esse trabalho de alteridade no tocante à interpretação do vocábulo “ternura”.

4) Ao longo do poema, o eu - lírico descreve as coisas pelas quais ele guarda ternura. O que elas têm em comum?

*5) Observe que, depois de apresentar os elementos pelos quais ele sente ternura, o poeta insere uma negação, como em “Pelos poemas que **Não** consegui realizar.”. Nesses versos, essa negação é marcada pelo advérbio “não”, porém nem todas as negações aparecem marcadas por esse advérbio. Demonstre como elas são marcadas no texto, apresentando exemplos.*

*6) Uma das maneiras de se opor a uma ideia anterior é usar uma conjunção de adversidade, em uma relação de ideias opostas. Por exemplo: “Estava doente, **mas** fui à festa.”. Veja que, neste caso, a conjunção “mas” quebra uma expectativa anterior. Ou seja, se alguém está doente, espera-se que ela fique em casa ou vá ao médico, porém ela foi a uma festa. Assim, vemos que o “mas” também pode ser utilizado para mudar a direção argumentativa de um texto. No poema de Manuel Bandeira, essa estratégia de oposição é utilizada, porém não há a conjunção “mas”. Qual palavra é utilizada no lugar do “mas”, opondo uma ideia a outra?*

Aqui, esperamos que o aluno perceba a função adversativa do “e”, que não é prototípica, já que é uma conjunção tradicionalmente aditiva. Queremos que ele perceba, também, que a ideia de adversidade pode se dar por outros elementos linguísticos além das tradicionais conjunções “mas”, “porém”, “contudo”, “entretanto”, “todavia”, “no entanto” etc.

7) Observe as orações que são ligadas pela conjunção “e”:

- Minha grande ternura
- Pelas mulheres que foram meninas bonitas



- E ficaram mulheres feias;
- *Pelas mulheres que foram desejáveis*
- E deixaram de o ser.
- *Pelas mulheres que me amaram*
- E que eu não pude amar.

Em “foram meninas bonitas” e “ficaram mulheres feias”; em “mulheres desejáveis” e “deixaram de ser (desejáveis)”; em “me amaram” e “não pude amar”, há uma relação de adição ou de oposição de ideias? Explique.

Nesta atividade, esperamos que o aluno perceba, pelo seu conhecimento de mundo e resgate de sua memória, que são ideias contrastivas. Assim, mostraríamos que, tão importante quanto o conhecimento linguístico (necessário para identificar a conjunção “e”), é o conhecimento enciclopédico ou conhecimento de mundo, pois é através dele que entendemos a oposição entre os versos do poema.

8) *O eu – lírico marcou muitas oposições em seu poema. Qual o efeito de sentido que essas oposições geram ao ler o poema? Por que você acredita que ele usou essa estratégia para falar de seu sentimento de ternura?*

9) *Ao final, o poema tem um tom melancólico. Por meio dele, vemos o real sentido da palavra ternura. Qual é esse sentido? Como ele se constrói?*

3.3 Perguntas Pós-Leitura

10) *Agora que você já interpretou os versos do poema, pense a respeito o uso do conectivo “e”. Conforme já foi visto nas questões anteriores, esses conectivos tradicionalmente são chamados de aditivos, uma vez que geralmente são utilizados para adicionar ideias. Porém, vemos, ao longo de nossa interpretação, que as orações não possuem ideias que se somam, mas sim ideias opostas, fazendo com que o conectivo “e”, nesse caso, não seja aditivo, mas sim adversativo. Com base nisso,*



responda: podemos adotar uma única e exclusiva classificação, pré-estabelecida pela gramática, para as conjunções? Justifique sua resposta e faça considerações a esse respeito.

11) Por que você acredita que, nesse tipo de texto, as conjunções não são utilizadas tradicionalmente?

12) Você acredita que seja adequado utilizar as conjunções de maneira diferente da tradicional? Faz isso no seu dia a dia?

13) Com seus colegas e com a ajuda do professor, realize uma pesquisa, buscando, em outras poesias do período modernista, outros casos em que as conjunções são utilizadas de maneira diferente do que a gramática descreve ou de maneira expressiva.

Nesta atividade, o professor deve trazer materiais com poemas de Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Mário Quintana, Manuel Bandeira, dentre outros poetas do modernismo. Alguns poemas sugeridos, que trabalham as conjunções de maneira bastante interessante, são: “O mundo é grande”, de Carlos Drummond de Andrade, “Leveza” e “Ou isto ou aquilo”, de Cecília Meireles; “Momento num café”, de Manuel Bandeira; e “Soneto de fidelidade”, de Vinicius de Moraes. Lembramos que, nesta atividade, não estamos fazendo diferenciações das fases do período modernista, mas estamos tratando esse movimento literário e artístico de maneira ampla, genérica. Um trabalho mais aprofundado sobre suas diferentes fases pode ser realizado em conjunto com as aulas de literatura.

Ao final da atividade, esperamos que o aluno identifique novas possibilidades e funções para as conjunções. Também esperamos que ele ative seus conhecimentos textuais e de mundo, percebendo que, por ser uma poesia, há maior liberdade para o uso das palavras, especialmente por ser uma poesia do período modernista.

4 Considerações finais

A partir da proposta de atividades de leitura, espera-se que o aluno possa refletir sobre o uso das conjunções, observando não só suas classificações gramaticais e tradicionais, mas

sim as porções de textos que são unidas por esses conectivos. Com isso, poderemos desenvolver no aluno a capacidade de pensar no texto como um todo, e faremos um trabalho que alie a gramática à leitura e ao ensino. Assim, vê-se que é possível trabalhar o poder de análise do aluno, sua capacidade de interpretação e seu domínio sintático não só para auxiliar na leitura de textos, mas para descrever, explicar, justificar uma situação problema, utilizando seus conhecimentos de mundo e enciclopédicos, seus conhecimentos textuais e seus conhecimentos linguísticos.

Sabemos que, em geral, as aulas de língua portuguesa não contemplam questões que vão além da gramática pura e simples e acabam propondo exercícios descontextualizados, sem pensar nas variações e mudanças da língua. O texto torna-se apenas um pretexto para ensinar regras sem maiores explicações ou reflexões. Cabe ao professor, portanto, realizar esse trabalho de reflexão, procurando desmistificar alguns preceitos, como o de que basta saber gramática para falar e escrever com sucesso, ou o de que explorar nomenclaturas e definições é estudar gramática.

Esperamos, com este trabalho, demonstrar que é possível aliar leitura e estudo da gramática, sem considerar essencialmente o leitor ou essencialmente o texto, mas levando em consideração uma interação entre autor e leitor, mediada pelo texto. Por meio do contato com o texto, suas marcas linguísticas e textuais, o aluno ativa sua memória, sua vivência, seu conhecimento de mundo para alcançar a compreensão não só dos textos escritos, mas dos enunciados que o cercam de modo geral. Quanto à gramática normativa, é imprescindível destacar que ela deve sim ser ensinada em sala de aula. A questão que deve ser discutida é **como** ela deve ser ensinada, uma vez que decorar os compêndios gramaticais de forma descontextualizada e sem uma finalidade não faz sentido. Portanto, estudar gramática normativa - quando esta estiver aliada ao texto e aos seus diversos usos em diferentes situações - significa capacitar o aluno a utilizar sua língua em seu favor, utilizando, assim, os conhecimentos gramaticais na produção e interpretação de textos. Por fim, acreditamos que a gramática funcional pode ser um importante instrumento para a reflexão sobre os usos dos elementos linguísticos, demonstrando que a língua é fluida, mutável, constrói-se na atividade e pela necessidade humana.

Para finalizar, é conveniente citar uma ideia de Travaglia (2009), a qual relaciona gramática com qualidade de vida. Isso porque a partir do momento em que se domina a



linguagem e se aprende a ler o mundo em que se vive, vive-se melhor. De acordo com o autor, a linguagem dá forma ao nosso mundo e à nossa vida sociocultural e reflete como e porque as pessoas de uma sociedade e cultura se relacionam, como veem o mundo. Assim, o autor destaca que a finalidade do ensino é o desenvolvimento da competência comunicativa do falante e, quanto mais recursos, mecanismos e estratégias da língua o usuário dominar, melhor desempenho linguístico terá.

É, portanto, a partir desses mecanismos e estratégias que pretendemos oferecer aos nossos alunos melhor qualidade de vida, por meio do domínio de sua língua. Neste trabalho, oferecemos apenas uma estratégia, dentre muitas, pela qual se pode desenvolver no aluno sua capacidade de leitura aliada à gramática. Espera-se, assim, que cada vez mais outras estratégias possam ser desenvolvidas e aplicadas em sala de aula, a fim de melhorar não só o estudo da língua portuguesa, mas a qualidade de vida de nossos alunos.

7 Referências

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____. *Análise de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

BUTLER, Christopher S. *Structure and function: a guide to three major structural-functional theories*. Part 1: approaches to the simple clause. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 2003.

DIK, Simon Cornelis. *The Theory of Functional Grammar*. Dordrecht-Holland/Providence RIEUA: Foris Publications, 1989.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: *Vários escritos*. 4ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, p. 169-191.

CASTILHO, Ataliba Teixeira. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. S. Paulo: Contexto, 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CORACINI, Maria José. Leitura: decodificação, processo discursivo...? In: CORACINI, Maria José. (org.). O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira. 3ª Ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2010, p. 13-20.

CROFT, Willian. Functional approaches to grammar. *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*, v. 9, 2015, p. 470-475.

CUNHA, Celso Ferreira; CINTRA, Luís Lindley. *Nova Gramática do Português*



Contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DECAT, Beatriz. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. *Scripta (Linguística e Filologia)*, v.2, n.4, Belo Horizonte: PUC Minas, 1º sem 1999b, p. 23-38.

GONÇALVES, Maria Silva; RIOS, Rosana. *Português em outras palavras*. São Paulo: Scipione, 1997.

GIVÓN, Thomas. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1995.

HASHIGUTI, Simone T. Nas teias da leitura. In: BOLOGNINI, Carmen Zink. (Org.). *Discurso e ensino: prática de linguagem na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p.19-27.

KLEIMAN, Ângela. *Texto e leitor: Aspectos cognitivos da leitura*. 15ª Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013, p.15-70.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Flavia Medianeira de. *A configuração textual da seção de metodologia em artigos acadêmicos de linguística aplicada*. 2003, 134 f., (Dissertação de mestrado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, Eni, LAGAZZI-RODRIGUES, Suzi Maria. (orgs.). *Discurso e textualidade*. 2ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2010, p. 35-79.

POSSENTI, Sirio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de leitura do Brasil, 1996.

SOLÉ, Isabel. *Estratégias de leitura*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Gramática: ensino plural*. 4 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

Recebido em: 21/03/2017

Aceito em: 13/06/2017

**EXPRESSÕES DE GENERICIDADE: UM OLHAR PARA AS TEORIAS SOBRE
DEFINIDOS E NOMINAIS NUS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

**EXPRESSIONS OF GENERICITY: LOOKING AT THEORIES ABOUT DEFINITE
AND NOMINAL BS IN BRAZILIAN PORTUGUESE**

Kayron Campos BEVILÁQUA*⁷⁹

RESUMO

O presente artigo aborda a genericidade nas línguas naturais, com maior enfoque no Português Brasileiro (PB). Seu objetivo principal é realizar um levantamento e discussão das principais teorias propostas para o caso da genericidade no sintagma nominal no PB, com atenção no definido genérico e no singular nu (SNU). Dessa forma, baseando-se principalmente em Lyons (1999), abordamos de forma abrangente a discussão teórica sobre genericidade. Em seguida, partindo de diversas descrições e análises já presentes na literatura, discutimos as duas posições antagônicas para o caso da genericidade no PB: a de que o SNU no PB é um indefinido e, portanto, um NP (MÜLLER (2002)); e a de que o SNU denota a espécie, ocupando a posição de DP (SCHMITT E MUNN (2002), DOBROVIE-SORIN E PIRES DE OLIVEIRA (2008)). Por fim, após discutirmos a proposta de Lyons (1999) e sua relação com as teorias propostas para o PB, realizamos uma breve análise sobre a distinção entre o definido e o SNU em relação à genericidade. Concluímos e concordamos com Müller (2002) de que há uma diferença entre o definido genérico e o SNU, mas por razões diferentes. Não porque apenas o primeiro denota um característica inerente e o segundo não é verdadeiramente um genérico (como afirma a autora), mas porque o SNU é um “property-generic”, denotando a intensão do nome.

Palavras-chave: Genericidade; Definidos; Nominais nus.

ABSTRACT

This paper addresses the topic of genericity in natural languages, with a greater focus on Brazilian Portuguese (BrP). Its main objective is to perform a survey and discussion of the main theories proposed for the case of generic noun phrases in BrP, especially the Definite and the Bare Singular (BS). Thus, based mainly on Lyons (1999), we address the theoretical discussion about genericity. Based on many analyses in the literature, we discuss the two antagonistic positions for the case of genericity in BrP: that the BS in PB is an indefinite and therefore an NP (Müller (2002)); and that BS denotes the kind, occupying the position of DP (Schmitt and Munn (2002), Dobrovie-Sorin and Pires de Oliveira (2008)). Finally, after discussing Lyons' proposal (1999) and its relation to the theories proposed for BrP, we briefly analyzed the distinction between the definite and the BS in relation to genericity. We conclude and agree with Müller (2002) that there is a difference between the generic definite and the BS, but for different reasons. Not because only the former denotes an inherent characteristic and the latter is not truly generic (as the author claims), but because the BS is a "property-generic", denoting an intensional entity.

Keywords: Genericity; Definites; Bare nominals.

⁷⁹ *Aluno de Doutorado da Pós-graduação em Letras da UFPR. E-mail: kayronbevilaqua@gmail.com



Introdução

Não há grande discordância de que as línguas naturais possuem meios de expressar genericidade, isto é, meios de expressar regularidades ou observações mais gerais acerca de entidades ou eventos. Tal genericidade pode ser expressa principalmente pelo sintagma nominal, como em (1):

(1) **Cachorro** tem quatro patas.

Em (1), o sintagma nominal *cachorro* parece expressar uma regularidade ou uma generalização sobre o fato de ser cachorro e ter quatro patas, e não sobre um indivíduo cachorro em particular ter quatro patas. Segundo Lyons (1999, p. 179), sintagmas nominais genéricos são aqueles “in which reference is made to an entire class, or, perhaps more accurately, which are used to express generalizations about a class as a whole – the class in question being that consisting of all the entities satisfying the description inherent in the noun or nominal”⁸⁰.

No Português Brasileiro (PB), além da possibilidade em (1), há outras formas de expressar a genericidade no sintagma nominal, vejamos:

- (2) **Cachorros** têm quatro patas.
- (3) **Os cachorros** têm quatro patas.
- (4) **O cachorro** tem quatro patas.
- (5) **Um cachorro** tem quatro patas.

Assim como em (1), o sintagmas nas sentenças de (2) – (4) parecem fazer referência à classe de cachorro como um todo, à espécie, e são, portanto, genéricos, seguindo a definição apresentada de Lyons (1999). Porém, percebe-se que as cinco sentenças acima variam em relação a pelo menos dois aspectos: presença de determinante e marcação de número. Enquanto as sentenças de (3) a (5) se caracterizam pela presença de um determinante realizado (*o; os e um*), (1) e (2) contêm sintagmas nominais nus, isto é, não possuem um determinante aparente. Em (1) temos um sintagma não marcado para número, o chamado

⁸⁰ Tradução nossa: nos quais a referência é feita sobre uma classe como um todo, ou, talvez mais acuradamente, que são usados para expressar generalizações sobre uma classe como um todo – sendo a classe em questão aquela contendo todas as entidades que satisfazem a descrição inerente ao nome ou à expressão nominal.



singular nu (SNU), e em (2), um sintagma plural, o chamado plural nu (PLnu).

Vemos então que, dados os exemplos de (1) a (5), no PB, apresenta-se um panorama diverso e complexo de expressar genericidade no sintagma nominal. Dessa forma, neste trabalho, fazemos um levantamento e discussão teórica das principais teorias propostas para os sintagmas nominais genéricos no PB, considerando principalmente o definido e o SNU. Para tanto, na primeira seção, partimos de uma discussão mais abrangente sobre genericidade, baseando-se principalmente em Lyons (1999), discutindo exemplo do inglês e estabelecendo as bases para nossa análise do PB.

Em seguida, já na seção 2, apresentaremos o debate na literatura com relação à genericidade no PB. Como veremos, há basicamente duas posições: a de que o SNU no PB é um indefinido e, portanto, um NP (MÜLLER, 2002); e a de que o SNU denota a espécie, ocupando a posição de DP (SCHMITT E MUNN (2002), DOBROVIE-SORIN E PIRES DE OLIVEIRA (2008), entre outros). Já na terceira seção, apresentamos a proposta de Lyons (1999) e discutimos o caso do SNU no PB seguindo essa abordagem. Por fim, realizamos algumas últimas considerações e uma breve análise sobre a genericidade no PB em relação à oposição presença/ausência de determinante. Concluímos e concordamos com Müller (2002) de que há uma diferença entre o definido genérico e o SNU, mas por razões diferentes. Não porque apenas o primeiro denota uma característica inerente e o segundo não é verdadeiramente um genérico (como afirma a autora), mas porque o SNU é um “property-generic”, denotando a intensão do nome.

1. Expressões de Genericidade: bases teóricas

Lyons (1999) observa que no inglês há diferentes formas de expressar genericidade através do sintagma nominal. Vejamos:

(6) **A dog** has four legs.

(7) **The dog** has four legs.

(8) **Dogs** has four legs.

(9) **The dogs** have four legs.

Lyons (1999, p.181)

O paradigma apresentado acima é bastante próximo do paradigma do PB apresentado de (2) a (5), incluindo sintagmas nominais definidos, indefinidos, nus, singulares e plurais. Para



o autor, contudo, o plural definido (9) no inglês não é um genérico e, além do mais, as sentenças de (6) a (8) não parecem expressar os mesmos de tipos de genericidade. É com base nessas diferenças, e na esteira de Smith (1975), que Lyons (1999, p. 182) distingue genéricos que predicam sobre a classe como um todo e genéricos que predicam sobre os membros da classe, por exemplo:

- (10) a. **The squid** lives on seaweed.
b. **Squids** live on seaweed.
c. **A squid** lives on seaweed.
- (11) a. **The dodo** is extinct.
b. **Dodos** are extinct.
c. ***A dodo** is extinct.

Note que em (10) há um predicado de indivíduo, isto é, que parece se aplicar a somente indivíduos e não a um grupo como um todo, uma espécie (*lives on seaweed*), enquanto em (11) temos um predicado de espécie (*is extinct*), e que (11c) é a única agramatical. Isso nos leva à conclusão de que o indefinido é um genérico de indivíduo. Alternativamente, tanto o definido singular quanto o PLnu seriam ambíguos entre genérico de classe e de indivíduos.

Lyons (1999) sugere, ademais, uma diferença de aceitabilidade entre (11a) e (11b). Para ele, apesar de as duas serem possíveis, a sentença com o definido genérico parece ser mais aceitável com predicados de espécie. Assim, o autor sugere uma escala de preferência, na qual a referência à espécie é mais aceita com definidos, enquanto a referência aos indivíduos é melhor com o PLnu, porém não tão bom quanto com o indefinido singular. Essa intuição é testada pelo autor através de um teste de exceções. Genéricos se diferem da quantificação universal por aceitarem exceções à regra (CARLSON, 1977), mas alguns genéricos parecem aceitar mais exceção do que outros, como aponta Lyons (1999, p.184) :

- (12) a. **The academic** likes his comfort, though I believe Professor Laserbeam is very spartan.

b. **Academics** like their comfort, though I believe Professor Laserbeam is very spartan.

c. ?**An academic** likes his comfort, though I believe Professor Laserbeam is very spartan.

Nesse sentido, Lyons (1999) mostra que o indefinido singular parece não admitir exceções (12c). O autor ainda demonstra que, com termos de nacionalidade, o definido singular é mais permissivo a exceções do que o plural nu:

(13) a. **The Italian** drinks rather a lot, though I must say Luigi is very abstemious.

b. ***An Italian** drinks rather a lot, though I must say Luigi is very abstemious.

c. ?**Italians** drink rather a lot, though I must say Luigi is very abstemious.

O autor ainda compara o definido plural com o PLnu no inglês:

(14) a. **The Brazilians** are twice as numerous as thirty years ago.

b. ?**Brazilians** are twice as numerous as thirty years ago.

Em (14), segundo Lyons, temos um predicado de classe tanto em (a) quanto em (b), porém há um contraste de aceitabilidade: (14a) é mais aceita do que (14b). Tais diferenças parecem indicar que o PLnu no inglês é especializado para genericidade de indivíduos, porém o autor não se compromete com tal afirmação. Segundo ele, essas nuances por si só sugerem que é válida a distinção entre genericidade de espécie e genericidade de indivíduos.

Carlson (1977), por sua vez, defende que o PLnu é um nome próprio e denota a espécie (kind), sendo um indivíduo de segunda ordem: “[...]And since proper names like *Fred* denote individuals, bare plurals, which denote kinds, are also proper names – proper names of kinds, because these are for Carlson second-order individuals”⁸¹. (LYONS, 1999, p.191). Carlson (1977) argumenta, então, que os usos genéricos e não genéricos do plural nu estão em distribuição complementar, por exemplo (LYONS, 1999, p.189):

(15) a. **Dogs** bark.

b. Mark really loves **puppies**.

⁸¹ Tradução nossa: e, já que nomes próprios como *Fred* denotam indivíduos, o plural nu, que denota espécie, também é um nome próprio, nome próprio de espécie, porque são para Carlson indivíduos de segunda ordem.

- c. The man over there believes **Texans** to be friendly.
- d. **Frogs** are clever.

(16) a. **Plumbers** stormed into the convention demanding longer lunch breaks.

- b. Alice personally knows **actresses**.
- c. **Frogs** are awake.

(17) **Dinosaurs** ate kelp.

No inglês, as sentenças em (15) apenas admitem leitura genérica, pois seus predicados representam uma propriedade. Já em (16), o PLnu só tem leitura existencial, não genérica, pois os predicados das sentenças expressam um evento ou um estado. Em (17), por outro lado, é possível ter leituras genéricas e não genéricas, já que predicado *ate kelp* é ambíguo entre expressar uma propriedade (habitual) e um evento específico (perfectivo). Essas diferentes leituras servem de suporte para a proposição de Carlson de que o plural nu nunca é ambíguo. A ambiguidade, se existir, é sentencial, e não da denotação do sintagma.

O autor ainda argumenta que o PLnu pode ser retomado anaforicamente por um pronome não genérico e vice-versa:

(18) **Lemmings** are protected by law, but Mick goes ahead and traps **them** anyway.

(19) Mick traps **lemmings**, even though he knows full well that **they** are protected by law.

Além do mais, Carlson evidencia a possibilidade de coordenação entre leituras genéricas e não genéricas (LYONS, 1999, p.190):

(20) **Hedgehogs** are shy creatures but often visit my garden.

(21) ***Banks** are good places to keep your money and to picnic.

Perceba que em (20) temos inicialmente uma leitura genérica fornecida pela propriedade de ser uma criatura tímida, mas em seguida temos uma leitura não genérica do sintagma nominal a partir do verbo *visit* que expressa um evento específico. O mesmo não é possível com *banks*, pois trata-se de um sintagma nominal com dois significados diferentes no



inglês, de banco financeiro e de margem de rio⁸².

Tais evidências dão suporte à proposição de Carlson (1977) de que o PLnu é um nome próprio que sempre denota a espécie. Há, contudo, uma divergência quanto a esse postulado, pois alguns autores – como Diesing (1992), Kratzer (1995), entre outros – afirmam que o plural nu pode denotar espécie ou ser um predicado, isto é, seria ambíguo. Tal discussão será relevante para o caso do PB, que iremos abordar na próxima seção, pois há os que defendem que o SNu é como um nome de espécie, seguindo Carlson; e há outros que defendem que o SNu é um predicado, no sentido de Diesing (1992) e Kratzer (1995). Sigamos, então.

2. A discussão sobre a genericidade no PB

Há basicamente duas posições distintas na literatura com relação aos sintagmas nus genéricos no PB: a primeira, defendida principalmente por Müller (2002), argumenta que o SNu não denota diretamente a espécie, e que a genericidade observada em alguns de seus usos advém de um operador genérico sentencial. Assim, o SNu não é um DP e, portanto, não pode figurar em posição argumental. Por outro lado, a segunda posição, defendida por Schmitt e Munn (2002), Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira (2008), entre outros, assume que o SNu é uma expressão de referência a espécie e assume posição de DP. A seguir, abordaremos um pouco mais essas duas posições, partindo de diversas descrições e análises já realizadas nesse sentido.

Como dissemos, não há consenso sobre a denotação de genericidade do SNu no PB. Em primeira instância, a controvérsia está na aceitabilidade ou gramaticalidade de sentenças como em (22) e (23):

(22) Dinossauro está extinto.

(23) Mico leão dourado foi extinto no século XX.

Perceba que acima temos o SNu combinado com um predicado de espécie, e, como vimos, ser argumento de um predicado de espécie é um teste para detectarmos se uma dada expressão pode denotar a espécie. Para Müller (2002), no entanto, as sentenças acima são agramaticais. A autora afirma que o SNu não ocorre com predicados de espécie, assim como o indefinido, portanto os dois têm comportamentos semelhantes. Considerando o indefinido, a sentença em

⁸² No PB, ocorre algo parecido. O nome *banco* se refere tanto ao banco financeiro como ao banco de sentar-se.



(24) não tem leitura de espécie, mas apenas de subespécie, o que indicaria que não se trata de um nome de espécie:

(24) Um dinossauro está em extinção.

A visão do SNU adotada por Müller é baseada na análise de Heim (1982) para os indefinidos, segundo a qual esses sintagmas são NPs e sua função principal é introduzir novas entidades no discurso. Müller então defende que o SNU é um indefinido e que introduz uma variável, tendo uma estrutura semântica idêntica a uma sentença com o indefinido genérico, como mostram Pires de Oliveira et al. (2010):

(25) Brasileiro bebe muito café.

GEN [x;] (x é brasileiro; x bebe café)

(26) Um brasileiro bebe muito café.

GEN [x;] (x é um brasileiro; x bebe café)

Tanto (25) quanto (26) têm, para Müller, a mesma interpretação genérica: geralmente se algo é brasileiro, então ele bebe muito café. A genericidade dessas sentenças é garantida pela presença de um operador genérico encoberto, provavelmente atado à morfologia tempo-aspectual do presente do indicativo. O ponto a ser observado aqui é que o sintagma *brasileiro* não denota um indivíduo, mas é um predicado.

Por outro lado, Schmitt & Munn (1999; 2002), Munn & Schmitt (2005) e Pires de Oliveira et al. (2010) consideram as sentenças em (22) e (23) gramaticais e defendem que no PB esse tipo de sintagma nominal ocorre em posição argumental. Assim, os sintagmas nus denotam uma espécie, já que o predicado *está/foi extinto* seleciona como argumento um indivíduo espécie. Nesse sentido, Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira (2007) apresentam argumentos contra a hipótese de que o SNU se comporta como indefinido singular. Um deles diz respeito ao contraste entre as sentenças:

(27) a. João procura uma secretária.

b. João procura secretária.

A sentença em (27a) é ambígua: (i) há a a leitura de que há uma secretária específica que João está procurando, chamada leitura *de re*; (ii) e a de que João está procurando uma secretária qualquer, ou seja, não importa qual, chamada de leitura *de dicto*. Contudo, a leitura *de re* não existe para (27b), que só pode ser interpretada como: João está procurando qualquer indivíduo, desde que seja secretária. Isto é, esse sintagma não se move, se comportando como um nome próprio. Para Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira (2007), essa é uma clara evidência de que ele é um nome de espécie.

Quanto ao fato de o SNu ser um indefinido, devemos atentar para sua ocorrência com predicados de indivíduo, em (28), em que ele tem uma leitura genérica:

(28) O diretor não suporta aluno.

Como apontam Pires de Oliveira et al. (2010), se o SNu fosse um indefinido, estando na posição de objeto, deveria exibir leitura existencial, do mesmo modo que o sintagma indefinido, ver (29). Assim, quando em posição de objeto, estes sintagmas se encontram sob o escopo de um operador existencial:

(29) O diretor não suporta um aluno.

A sentença em (29) então não parece ter interpretação genérica – o que é inesperado pela hipótese de Müller – e só pode ter leitura de escopo amplo ou *de re*: existe um aluno tal que o diretor não o suporta.

Na interpretação existencial, segundo Diesing (1992), o sintagma é mapeado para o VP, sofrendo fechamento existencial; já na leitura genérica, o sintagma é mapeado para a cláusula restritiva, sendo fechado pelo quantificador genérico. Essa hipótese parece resolver a ambiguidade da sentença abaixo, com o PLnu em inglês:

(30) Firemen are available.

Como explica Mezari (2011), a ambiguidade de (30) se dá entre uma interpretação existencial – existem alguns bombeiros que estão disponíveis - e uma interpretação genérica – de que em geral, bombeiros estão disponíveis. Essa é a chamada Hipótese do Mapeamento Nominal de Diesing (1992) e traz a estrutura tripartite que também é utilizada por Heim (1982) para a sintaxe de sentenças genéricas, afirmando que existe uma correlação entre a

posição sintática de um indefinido, tomado como um predicado, e a sua interpretação, que varia de acordo com o mapeamento para a restrição ou para o escopo nuclear da estrutura.

Müller entende, portanto, que indefinidos e os sintagmas nominais nus são interpretados como variáveis passíveis de fechamento existencial ou de quantificação genérica. Perceba que esse é o problema da análise de Müller para a sentença (28), repetida abaixo, pois a sentença deveria ter uma interpretação diferente da que ocorre de fato:

(28) O diretor não suporta aluno.

Seguindo a proposta de Müller, a interpretação de *aluno* deveria ser existencial, já que é argumento interno do verbo e estaria dentro do VP, sofrendo, portanto, fechamento existencial. Mas, intuitivamente, quando alguém afirma (28), parece querer dizer que o diretor não suporta aluno algum. Assim, “a única interpretação possível para essa sentença é a leitura genérica”. Beviláqua (2013, p. 64).

Conforme descrito por Mezari (2013), Müller, ancorada ainda na visão de Heim (1982), afirma que os sintagmas nus em (22) e (23) são NPs e não DPs. A autora argumenta que o SNu apenas aparentemente ocupa essa posição, pois só DPs podem ser argumentos de predicados. Logo, ele só terá interpretação genérica, e sentenças episódicas sobre a espécie que tenham o SNu como DP seriam sempre agramaticais. Vejamos os exemplos:

(29) Cachorro precisa de carinho.

(30) *Panda logo estará extinto.

Assim, como NP, o SNu é possível em sentenças genericamente quantificadas, como (29), porque, conforme Beviláqua (2013), nesse caso ele não se encontra em posição de sujeito, mas de tópico, e a variável é fechada pelo operador genérico. Entretanto, em sentenças com predicado de referência à espécie, a sentença com SNu, como em (30) é, para Müller, agramatical. Já Schmitt & Munn (1999) consideram (30) gramatical, e os julgamentos dados a essas sentenças levam a teorias distintas: enquanto para os trabalhos de Müller, entre outros, mantém-se a tese de que o SNu é um NP; de outro lado, os trabalhos de Schmitt & Munn (2002) e Munn & Schmitt (2005), entre outros, defendem que o SNu nas sentenças logo acima são DPs.

Pires de Oliveira (2014), ao fazer um bom arrazoado das discussões sobre o SNu, mostra que Müller (2004) e Schmitt & Munn (1999) diferem também quanto ao que ocorre quando o predicado não é de espécie e seguem correntes diferentes. Schmitt & Munn abraçam a proposta unitarista, na esteira de Carlson (1977) e Chierchia (1998), para explicar o SNu no PB, enquanto que Müller adota a hipótese dos ambigüistas, Heim (1982) e Diesing (1992). Os ambigüistas entendem que o PLnu no inglês denota a espécie (quando combinado com predicado de espécie) e é um predicado em outras posições. Já na visão unitarista, o PLnu denota a espécie sempre, em todos os contextos. Vejamos o exemplo:

(31) Menino brincou no quintal ontem.

Para Schmitt & Munn (1999) a interpretação é existencial – existem alguns meninos e eles brincaram no quintal ontem -, ao passo que para Müller a única possibilidade de interpretação é universal ou genérica – Em geral, se algo é menino, ele brincou no jardim ontem. Müller entende que não existe a leitura episódica (existencial) para a sentença em (31) (PIRES DE OLIVEIRA (2014)).

Em suma, essa discussão é por demais extensa e naturalmente não se encerra aqui. Nosso intuito foi mostrar que o dissenso gira em torno do status de genericidade dos sintagmas nominais nus no PB e em torno do seu estatuto categorial, isto é, DP ou NP. NPs denotam predicados (tipo $\langle e,t \rangle$) e DPs denotam entidades (tipo $\langle e \rangle$). Assim, para que um predicado como um NP se torne um argumento, ele precisa estar encaixado em um DP; e o debate é se o SNu pode figurar como argumento no PB. Com isso em mente, na próxima seção, discutiremos a proposta de Lyons (1999).

3. O status do SNu no PB: uma análise a partir de Lyons (1999)

Vimos que Carlson (1997) aproxima o PLnu dos nomes próprios, isto é, o plural nu é um nome próprio de referência a espécie. Lyons (1999) vai percorrer o caminho inverso ao apresentar sua proposta para sintagmas nominais genéricos: para ele, os nomes próprios são todos genéricos. O autor então aproxima os nomes próprios dos nomes comuns mostrando que alguns nomes comuns também parecem não ter sentido, mas apenas referência, característica tradicionalmente atribuída a nomes próprios (LYONS (1999, p.195)):

(32) Peter has sold his **Astra** and now drives a **Golf**. He's owned three

Golfs before.

(33) I bought a 10-kilo box of **Persil** to deal with all these dirty clothes.

I've never used so much **Persil** for one wash.

Nomes como *Astra* e *Persil* se comportam como nomes comuns, pois aceitam artigos e outros determinantes, podem ser massivos (33) ou contáveis (32), singular ou plural, mas, como acontece em (32) e (33), podem denotar uma classe (tipo de carro, por exemplo) e não ter sentido, apenas referência. Complementarmente, Lyons mostra que há nomes próprios que possuem referência:

(34) a. I'm dining in **Hall** this evening.

b. **Senate** has decided to abandon the scheme.

c. This measure must be put before **Parliament**.

Os nomes em (34) denotam um indivíduo em particular e não aceitam determinantes, atuam então como um nome próprio e, mais ainda, têm sentido, assim como nomes comuns.

O centro dessa proposta está diretamente relacionado à distinção massivo-contável. Como nota o autor, essa distinção não se aplica a nomes próprios, mas apenas a nomes comuns, afinal não parece ser o caso que um nome próprio como João possa receber critérios – tais quais em Chierchia (1998) – usados para distinguir entre massa ou contável.

Para Lyons, então, o nome próprio é só mais um tipo de nome, assim como um nome contável ou um nome de massa:

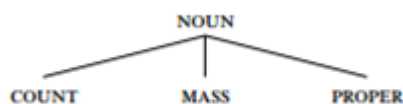


Fig.1. Lyons (1999, p.196)

Assim, para o autor, como um nome contável pode ser recategorizado em um nome massivo, um nome comum pode ser recategorizado como um nome próprio e vice-versa. Nessa proposta, *count*, *mass* e *proper* são categorias de mesmo nível. Nomes comuns então podem ser de três tipos:



- (i) Contável: pode se referir à classe; a uma subparte; e a um membro.
- (ii) Massivo pode se referir à classe e a uma subparte.
- (iii) Próprio: só pode se referir à classe (portanto é sempre genérico).

Uma consequência dessa proposta é que se espera que nomes próprios tenham a mesma forma de nomes genéricos, e é o que acontecem em inglês, por exemplo, em que o nome próprio é sempre nu, assim como os genérico típico PLnu. Contudo, há línguas, como o francês, em que o nome próprio é sempre nu e o genérico típico é definido. Para esses casos o autor argumenta, na esteira de Longobardi (1994), que o nome próprio encontra-se na posição de DP e assim seria um definido. Logo, nomes próprios e genéricos em línguas como o francês seriam definidos “puros” e nomes próprios e genéricos em línguas como o inglês seriam indefinidos. Mas, nessas línguas, tanto o nome próprio definido como o indefinido são genéricos.

Nesse ponto, podemos pensar um pouco no SNu no PB levando em consideração a proposta de Lyons (1999). Primeiramente, note que no francês o nome próprio é sempre nu e o genérico típico é definido.

(35) a. \emptyset /***Le Gerard** a bu du vin.

b. * \emptyset /**Le castor** construit des barrgaes.

No PB acontece o contrário, pois o nome próprio é (quase) sempre definido e há o SNu com uso típico genérico. O PB seria então um espelho do francês. Dessa forma, assim como propõe Lyons (1999) para o francês, isto é, que os nomes próprios são definidos e ocupam a posição de DP, seria uma consequência natural estender essa proposta e propor que o SNu no PB ocupa a posição de DP.

Tal análise vai ao encontro do que propõem Schmitt e Munn (2002), que analisam o SNu no PB como uma expressão de referência à espécie introduzida por um determinante nulo fraco sem especificação de número; e contra ao que propõe Müller (2002), de que o SNu não pode figurar em posição argumental e é gerado fora do IP, em uma posição de tópico. Com isso em mente, na próxima e última seção fazemos algumas considerações sobre o comportamento genérico do SNu no PB, que, a princípio, parecem escapar às análises já discutidas.



SNu como um genérico intensional?

Como vimos, a discordância sobre o SNu no PB gira em torno de ele ser um genérico de classe ou de indivíduos. Na verdade, como mostra Müller (2002), ser um genérico de indivíduos é na verdade não ser uma expressão de referência a espécies, e sim um indefinido que tem sua variável presa por um quantificador genérico GEN. Essa forma lógica dá a sentenças com o SNu uma interpretação de lei, diferentemente do que acontece com o definido, para o qual, segundo Müller, a interpretação é de característica natural da espécie. Em suma, sentenças genericamente quantificadas expressam leis gerais e não generalizações acidentais.

Concordamos com a ideia de o SNu estabelecer uma lei geral, afinal na sentença *Cachorro tem quatro patas*, estamos afirmando que, se x é cachorro, esse x tem quatro patas. Porém, queremos mostrar que não é porque o SNu expressa uma lei geral que ele é um genérico de indivíduos. Vamos elucidar isso através dos exemplos já discutidos:

(4) O cachorro tem quatro patas.

(1) Cachorro tem quatro patas.

Na primeira sentença temos um sintagma nominal de referência direta a espécie, em concordância com Müller, isto é, ter quatro patas é uma propriedade natural da espécie cachorro, que parece ser gerada pela presença do artigo definido. O artigo definido gera a pressuposição de existência da entidade-espécie cachorro sobre a qual o predicado *tem quatro patas* se aplica.

De forma diferente, em (1), não temos o artigo definido e, portanto, não temos uma entidade-espécie cachorro já definida. O que temos é uma generalização sobre uma propriedade de ser cachorro, isto é, que faz parte da intensão de cachorro ter quatro patas. Nesse caso, não temos a pressuposição de existência de uma espécie já bem estabelecida, mas sim a descrição de uma propriedade. Nesse sentido, o SNu então seria um genérico maior, um genérico de propriedade, intensional.



Podemos tentar explicitar melhor essa ideia usando uns exemplos que foram bastante usados por Müller para defender a posição de que o SNU não denota a espécie:

(36) A garrafa de coca-cola tem gargalo estreito. (somente leitura genérica)

(37) A garrafa verde tem gargalo estreito. (somente leitura existencial)

(38) Garrafa de coca-cola tem gargalo estreito. (somente leitura genérica)

(39) Garrafa verde tem gargalo estreito. (somente leitura genérica)

Müller mostra que, enquanto o definido singular genérico só é gramatical com espécies bem estabelecidas (a garrafa de coca-cola), o SNU possui uma leitura genérica bastante natural tanto para a espécie bem estabelecida quanto para a espécie pouco estabelecida. Para a autora, isso traz uma evidência de que, nesses casos, temos sentenças genericamente quantificadas e não expressões de referência a espécies. Trata-se então de uma generalização sobre indivíduos particulares e não de uma predicação sobre uma espécie. Porém, nos parece que a distinção entre (36) e (38) não capta bem o significado do SNU. Ele, sim, é diferente de (36), mas não porque não predica sobre um indivíduo-espécie estabelecido (como diz Müller), mas sim porque parece denotar para além de uma espécie já definida.

Veja que na sentença em (37) o artigo definido precisa de um indivíduo estabelecido (seja um espécie ou não), como não há uma espécie garrafa verde na cultura dos falantes de PB, a única leitura possível é a leitura existencial. Por outro lado, o SNU *garrafa verde* não precisa da existência de um indivíduo-espécie, ele denota a intensão do nome *garrafa verde*. Assim, o SNU tem sabor de lei não porque predica sobre indivíduos uma característica accidental, mas porque inclui na intensão do nominal determinada característica dada pelo predicado. Nesse sentido é que ele é crucialmente diferentemente do definido singular.

Então, concordamos com Müller de que há uma diferença entre o definido genérico e o SNU, mas não porque apenas o primeiro denota um característica inerente e o segundo não é verdadeiramente um genérico, mas porque o SNU é um “property-generic”, denotando a intensão do nome.

Como mostra Lyons (1999), o termo *property-generic* foi usado por Burton-Roberts (1976) em sua análise para o indefinido singular genérico no inglês. Para esse autor, o



indefinido genérico no inglês é um genérico intensional, e o argumento utilizado é de que em inglês há a seguinte diferença de gramaticalidade:

(40) John is a doctor.

(41) * John is doctor.

A sentença em (40) não se refere a um indivíduo específico mas à essência da descrição de ser doutor. Contudo esse argumento, apesar ser bom para o inglês, parece não se sustentar se olharmos o espanhol, em que há usos genéricos indefinidos, mas usos nus em posição predicativa (*Juan es médico*). Esperar-se-ia que em espanhol o uso predicativo se desse com o indefinido ou que fosse possível usos genéricos com o SNu. Por outro lado, no PB, esse critério parece se ajustar, vejamos:

(42) *João é o doutor. (sem leitura genérica)

(43) João é doutor.

No PB, só é possível o uso predicativo com o SNu. (42) gera uma sentença agramatical ou uma leitura existencial específica. Isso é um indício de que o SNu é um genérico intensional, corroborando a análise que fizemos um pouco antes, mas como então explicar o caso do espanhol?

Como dissemos, se o SNu é o genérico intensional e no espanhol ele é aceito em uso predicativo, como em *Juan es médico*, ele deveria ser aceito também como genérico, mas não é o caso, **Médico es inteligente*. Uma explicação para essa diferença – na esteira de Lyons (1999) – é que enquanto o uso predicativo (43) é não argumental, o uso genérico nessa língua é argumental, isto é, não devem ser gramaticais construções com sintagmas nus em posições argumentais no espanhol.

Considerações Finais

Neste trabalho abordamos o tópico da genericidade nas línguas naturais, com enfoque



maior no inglês e com análises sobre o PB. Dessa forma, foi importante partir de uma discussão mais abrangente sobre genericidade, baseando-se principalmente em Lyons (1999). Tal revisão teórica foi importante para estabelecer os parâmetros de análise, os quais foram usados em seguida na comparação e discussão de teorias sobre os sintagmas nominais nus no PB.

Examinamos as duas propostas para os sintagmas nus genéricos no PB, a defendida principalmente por Müller (2002), que diz que o SNu não denota diretamente a espécie, e que a genericidade observada em alguns de seus usos advém de um operador genérico sentencial; e a de que o SNu denota diretamente a espécie. Nosso intuito, em suma, foi mostrar que o dissenso gira em torno do status de genericidade dos sintagmas nominais nus no PB e em torno do seu estatuto categorial, isto é, DP ou NP. Basicamente, o debate é se o SNu pode figurar como argumento no PB.

Uma outra proposta para o caso da genericidade de forma mais ampla também foi discutida e apresentada. A proposta de Lyons (1999) percorre o caminho inverso de Carlson (que propõe uma aproximação entre nomes genéricos comuns a nomes próprios): para ele, os nomes próprios são todos genéricos. Vimos que tal análise vai ao encontro do que propõem Schmitt e Munn (2002), que analisam o SNu no PB como uma expressão de referência à espécie introduzida por um determinante nulo fraco sem especificação de número.

Por último, realizamos um exercício de análise com enfoque na diferença entre o definido genérico e o SNu no PB. Concordamos com Müller (2002) de que há uma diferença entre o definido genérico e o SNu, mas não porque apenas o primeiro denota uma característica inerente e o segundo não é verdadeiramente um genérico. Nossa proposta vê o SNu como um “property-generic”, denotando a intensão do nome. Já o definido genérico predica sobre o indivíduo-espécie.

Finalmente, é preciso dizer que essa é apenas uma análise inicial, um primeiro momento de uma investigação de um fenômeno bastante complexo. O objetivo deste trabalho foi, sobretudo, o de descrever e analisar as diferentes teorias sobre genericidade na língua naturais, partindo principalmente de Lyons (1999), mas com um olhar para a genericidade no PB, com foco principalmente no definido genérico e SNu ao problematizar a diferença entre eles.

Referências

- BEVILÁQUA, C. K. Uma investigação sobre o comportamento quantificacional do muito(a) no português brasileiro. Trabalho de Conclusão do Curso de Letras. UFSC, 2013.
- BURTON-ROBERTS, N. On the generic indefinite article. *Language* 52: 427– 48. 1984. Topic and the presuppositions of simple sentences. Paper presented at the Autumn Meeting of the Linguistics Association of Great Britain, Colchester. 1976.
- CARLSON, G. Reference to kinds in English. PhD dissertation, University of Massachusetts at Amherst, distributed by GSLA. 1977.
- DIESING, M. Indefinites. Cambridge: MIT Press, 1992.
- CHIERCHIA, G. Plurality of mass nouns and the notion of ‘semantic parameter’. In S. Rothstein (ed.), *Events and grammar*. Dordrecht: Kluwer. 1998.
- DOBROVIE-SORIN, C, OLIVEIRA, R. P. A. Reference to kinds in Brazilian Portuguese: the definite singular vs. bare singulars. In: GRØNN, Atle (Ed.). *Proceedings of SuB12*, Oslo. 2007.
- HEIM, I. The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases. Tese de Doutorado. Amherst: University of Massachussets. 1982.
- LONGOBARDI, Giuseppe Reference and proper names: a theory of N-Movement in syntax and logical form. *Linguistic Inquiry* 25: 609–65. 1994.
- LYONS, C. Definiteness. Cambridge University Press. 1999.
- MEZARI, P, M. Singular Nu: Comparando teorias. Trabalho de Conclusão do Curso de Letras. UFSC, 2011.
- _____. A estrutura sintático-semântica do singular nu: o que a morfologia de gênero indica? Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina. 2013.
- MÜLLER, A. L. Genericity and the denotation of common nouns in Brazilian Portuguese. *D.E.L.T.A.*n.18, p.287-308, 2002.
- MUNN, A.; SCHMITT, C. Number and indefinites. *Lingua*. 115, p.821-855, 2005.
- PIRES DE OLIVEIRA, R. SILVA, C, J.; BRESSANE, M. O singular nu denota espécie: uma investigação empírica. *DELTA*. São Paulo. vol.26. no.1. 2010.
- PIRES DE OLIVEIRA, R. Dobras e redobras: do singular nu no português brasileiro - costurando a semântica entre as línguas. Porto Alegre. EDIPUCRS. 2014.
- SCHMITT, C., MUNN, A. Against the nominal mapping parameter: bare nouns in Brazilian

Portuguese. Proceedings of NELS 29. pp. 339–353. 1999.

SCHMITT, C.; MUNN, A. The syntax and semantics of bare arguments in Brazilian Portuguese. *Linguistic Variation Yearbook* 2: 253-269. 2002.

Recebido em: 14/02/2017

Aceito em: 19/08/2017



CONTROLE SEU BOLSO: O DISCURSO PRESCRITIVO DA MÍDIA SOBRE FINANÇAS PESSOAIS

CONTROL YOUR EXPENSES: THE MEDIA'S PRESCRIPTIVE DISCOURSE ON PERSONAL FINANCES

Leusa Cristina Bezerra dos Santos⁸³

RESUMO

Saia do vermelho. Pague as contas em dia. Esses são alguns conselhos trazidos pela mídia quando o assunto é finanças pessoais. Como é construído o leitor nesse tipo de abordagem? A quais discursos remete? Este artigo visa a responder esses questionamentos e investiga, à luz da análise do discurso francesa, os sentidos que emergem desses tipos de enunciados em manchetes de capa de jornais e como se ligam ao discurso de autoajuda. Verificamos que os enunciados jornalísticos sobre a vida financeira das pessoas se inscrevem em formações discursivas que remetem à imposição velada do discurso de autoajuda e também aderem ao leitor o sentido de que este precisa de orientação financeira. Foram utilizadas as contribuições de Pêcheux (1969, 1975; 1988), principal teórico da linha francesa de análise do discurso, além de Orlandi (1998), Courtine (2009). As ideias de Rüdiger (1996) sobre autoajuda também tiveram fortes subsídios para as considerações construídas.

Palavras-chave: Notícias; Finanças; Autoajuda; Análise do discurso.

ABSTRACT

Do not go into debt. Pay your bills on time. These are some of the recommendations found in the media regarding personal finances. How do these approaches construct a reader? Who is targeted? This article aims to answer these questions and to investigate, using French discourse analysis, the meanings that emerge from these types of utterances in newspaper headlines. It also shows how they are linked to self-help discourse. We have verified that the journalistic sentences about the financial life of people are inscribed in discursive formations that refer to the veiled imposition of the self-help discourse. They also create the sense that the reader needs financial advice. Pêcheux (1969, 1975, 1988), Orlandi (1998) and Courtine (2009) are important authors in French discourse analysis whose ideas are discussed in this paper. Rüdiger's ideas (1996) regarding self-help were also examined in our considerations.

Keywords: News; Finances; Self-help; Discourse analysis.

⁸³ Doutoranda em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco – Unicap, Recife, Pernambuco. E-mail: leusa.santos@gmail.com.

Introdução

Antes de um determinado assunto virar a manchete principal na capa de um jornal, passa por uma espécie de avaliação, cujo primeiro critério é saber se é ou não notícia. Existe um conjunto de valores que os jornalistas consideram para atribuir a um fato a condição de notícia. São os valores-notícia. Segundo Traquina (2008), esses valores-notícia são os critérios de noticiabilidade “que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia” (p. 63). Há uma classificação desses valores, mas estes não são fixos. Podem assumir uma relevância para uma determinada época ou veículo de comunicação e perdê-la em outro contexto ou meio midiático.

Em resumo, os principais valores-notícia percebidos na mídia, segundo Traquina (2008), são: morte (critério considerado como fundamental); notoriedade (dos atores principais da notícia); proximidade (proximidade do acontecimento em termos geográficos e culturais); relevância (acontecimentos que têm um impacto na vida das pessoas); novidade (o que há de novo sobre determinado assunto ou o que de novo o assunto transmite); tempo (atualidade/aniversário do acontecimento); notabilidade (qualidade de ser visível e também o contrário do que é normal); inesperado (aquilo que surpreende a expectativa); conflito (violência física ou simbólica); infração (transgressão das regras).

A tarefa de informar é o que move a mídia em geral. Mas informar não é apenas transmitir algo a alguém, de acordo com determinados critérios. Até mesmo quando olhamos o que é colocado por Traquina (2008) sobre a instabilidade dos valores-notícia, entendemos que existe algo além que move essa maquinaria de informar. O autor afirma que “os valores-notícia não são imutáveis” (p. 95). E esses valores podem mudar de uma época histórica para outra, de uma localidade para outra, de uma empresa jornalística para outra.

A notícia não é uma fórmula. É um elemento inacabado, em constante construção. Recorremos, então, ao domínio da Análise do Discurso da linha francesa (AD), com base nas ideias de Michel Pêcheux, e de outros autores representativos desse campo teórico, como Courtine (1999) e Orlandi (2009), para enveredar nesse mundo da notícia e estudar o foco do nosso trabalho, que são as manchetes de capa de jornais sobre finanças pessoais.



E sob a ótica da AD podemos começar a discutir que informar é enunciar discursos para alguém que é construído, visto que é impossível conhecer o leitor, telespectador ou ouvinte real. Baseados na AD francesa, podemos afirmar que, mesmo no diálogo entre duas pessoas, o outro sempre é uma construção. A partir das reflexões em Análise Automática do Discurso, Pêcheux (1969) nos mostra que a percepção do outro é uma relação imaginária.

Dissemos anteriormente neste item que informar não é apenas aplicar os valores-notícia a um acontecimento e que mesmo esses valores-notícia são mutáveis. E agora, com base nas reflexões da AD, podemos dizer que informar é, sobretudo, discursivizar. Esse é o “algo mais” que faz com que os critérios noticiosos mudem de acordo com a história, as circunstâncias da contemporaneidade, da natureza política do veículo midiático e também do jornalista, que, afetado por ideologias diversas, enuncia inconscientemente discursos outros, enquanto sujeito do discurso.

Analizamos essa conjuntura recortando desse universo midiático manchetes de capa que abordam a gestão de finanças pessoais. Para este trabalho, selecionamos uma manchete dessa análise, tendo em vista o propósito de demonstração satisfatória das ideias dentro dos parâmetros requeridos para o artigo. Partimos para esse estudo com três questões a investigar:

- a) As manchetes sobre finanças pessoais enxergam o leitor como único responsável pelo seu sucesso ou fracasso financeiro;
- b) Nessas manchetes há um discurso prescritivo e de suposição de que o interlocutor não sabe o que fazer com o seu dinheiro e, por isso, usa-o inadequadamente, adquirindo dívidas;
- c) Pelo caráter prescritivo, essas manchetes estão inscritas no discurso da autoajuda.

1. O discurso de autoajuda: breve histórico

Segundo Rüdiger (1996), o termo “autoajuda” teve origem na literatura, com a publicação do escocês Samuel Smiles intitulada *Self-help*, em 1859. A obra marcou o século e tornou-se um dos livros mais vendidos nos Estados Unidos na época. O trabalho tinha o objetivo de mostrar que a felicidade individual depende do alcance de um bom caráter. *Self-*

help, estabelece o autor, é um termo associado à força de vontade aplicada ao cultivo dos bons hábitos.

Com o passar dos anos e das transformações sociais e econômicas, o sentido do termo foi se modificando até que o foco deixou de ser o cultivo ao caráter e voltou-se para os poderes mentais do indivíduo. O advento do capitalismo foi o principal impulsionador dessa mudança, como analisa Rüdiger:

a preocupação com a formação do caráter e o enfraquecimento da consciência moral vinculam-se ao progresso da democracia, mas sua principal causa, de fato, é a falência do sistema de artes mecânicas e o avanço do sistema fabril criado pelo capitalismo. (1996, p. 45).

Essa mudança só fez ganhar força até que, no século 21, o conceito de autoajuda distanciou-se ainda mais da sua forma original de desenvolvimento do bom caráter para ser apreendido como “o moderno culto do sucesso e do cuidado cosmético com a personalidade” (RÜDIGER, 1996, p. 35). A partir desse contexto, a literatura de autoajuda como conhecemos hoje explodiu para o mundo nos anos 30 e isso se deve a outros dois autores representativos: Dale Carnegie e Napoleon Hill.

O primeiro lançou, em 1937, o famoso “Como fazer amigos e influenciar pessoas”. Segundo reportagem de Marthe (2002), publicada na *Veja* online, até 2002 essa obra já tinha vendido 50 milhões de exemplares e é considerada como precursora da literatura de autoajuda. Hill também contribuiu para a disseminação do gênero primeiramente com o seu “Pense e enriqueça”. A primeira edição foi lançada também em meados dos anos 30 e até hoje essa obra, revisitada, ainda permanece atual com os conselhos de como realizar as aspirações pessoais e ganhar dinheiro.

Assim como Hill e Carnegie, vários autores entraram na seara da autoajuda e se tornaram *best sellers*. Na atualidade, vários títulos são inscritos no gênero e, ao observá-los, constatamos uma regularidade: linguagem acessível, uso de verbos no imperativo - mas que não expressam abertamente uma ordem e, sim, um conselho. Destacamos trechos de alguns dos 100 títulos de autoajuda pesquisados por Marthe (2002) para demonstrar essa evidência:

1930

Pense e enriqueça (Napoleon Hill): “Fixe na mente a importância exata de dinheiro que quer ter. Não basta dizer ‘Quero um bocado de dinheiro’. Seja definido quanto à importância que quer. [...] Determine exatamente o que tenciona dar em troca do dinheiro que quer.”.



1980/1990

O sucesso não ocorre por acaso (Lair Ribeiro): “Tente perceber como está se sentindo neste exato momento. Como estão indo aqueles sonhos acalentados há tantos anos? Foram realizados plenamente? Parcialmente? Foram ‘arquivados’? [...] Você se sente satisfeito com o que já conquistou na vida?”.

2000/2002

Você: A Alma Do Negócio (Roberto Shinyashiki): “Agora o jogo está nas suas mãos. Não haverá ninguém acima de você para motivá-lo. Agora é a sua vez de incendiar o time. A energia terá de começar dentro de você. Não adianta ficar esperando que alguém apareça para fornecer o gás extra de que você precisa. Ou cria o pique para fazer o que precisa ser feito, ou as coisas não vão acontecer...”.

Nos enunciados acima é constante o uso de expressões motivadoras: “Seja definido quanto à importância que quer” (HILL). E também provocadoras: “Não adianta ficar esperando que alguém apareça para fornecer o gás extra de que você precisa” (SHINYASHIKI). Também é fortemente marcante a utilização de verbos no imperativo: “fixe, determine, tente perceber”⁸⁴.

Conceitualmente, os verbos no modo imperativo podem exprimir ordem, proibição, conselho, pedido ou interação. Os autores se valem dessa gama contraditória de sentidos e recorrem ao imperativo como forma de aconselhamento, de aproximação com o leitor, embora seja inevitável o atravessamento, no discurso, dos significados opostos relativos à prescrição. A essência dos títulos de autoajuda obedece a dois critérios básicos, segundo Marthe (2002): oferecer teorias complexas através de uma linguagem acessível ou traduzir, por meio de metáforas, sentimentos que as pessoas, na sua maioria, não conseguem articular.

O discurso de autoajuda alcançou outras fronteiras além da literatura. Basta observar as promessas de emagrecimento rápido a que assistimos nos programas de TV que vendem remédios “milagrosos” para perder peso. Os cartazes afixados na frente de templos religiosos que prometem livrar o indivíduo da depressão, de doenças, ou de um casamento infeliz. O sociólogo Zygmunt Bauman (2009) reflete que a sociedade é “líquido-moderna”. Segundo ele, vivemos em um mundo onde as coisas acontecem com tamanha rapidez que não há tempo para consolidá-las, para transformá-las em modelos de vida.

Ele define a sociedade líquido-moderna como aquela “em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir” (p. 7). E essa urgência na satisfação pessoal faz com que se procurem modos mais rápidos de conseguir êxito. É a corrida

⁸⁴ Ver termos sublinhados nos trechos citados.



obsessiva às academias de ginástica, a necessidade urgente de beleza e vitalidade propagada pela mídia etc. “A vida líquida é uma vida de consumo” (BAUMAN, 2009, p. 16).

Essa caracterização do mundo moderno nos oferece um ponto de reflexão que nos liga ao foco deste artigo. A urgência de uma vida altamente impositiva de costumes, de atitudes, também se reflete nos diversos discursos que são postos em circulação através da mídia. Para entender esse fazer jornalístico discursivamente, vamos discutir agora alguns dos principais pontos do aparato teórico da AD francesa.

2. Uma rede discursiva de conceitos

Quando se olha para um objeto de estudo, tomando como base os conceitos da AD francesa, chega-se ao entendimento de que o mutável é uma regularidade constitutiva dos discursos. Nenhum dito é acabado. Está sempre por se constituir em diferentes universos com os quais entra em contato. Os sujeitos que os articulam não inauguram dizeres. Inscrevem o que é dito, assujeitando-se inconscientemente a dizeres outros, já ditos em outros lugares.

Essas reflexões são resultado de uma rede de conceitos acerca do discurso e tudo que o envolve. Rede essa tecida inicialmente por Michel Pêcheux e que, ao longo do tempo, vem sendo rearticulada e rearticulada por vários outros teóricos utilizados neste trabalho. Vamos mobilizar neste estudo alguns conceitos-chave da AD francesa que, acreditamos, vão nos possibilitar analisar o caráter prescritivo e de orientação nas manchetes sobre finanças pessoais.

O interdiscurso é um representativo conceito da teoria de Michel Pêcheux (1975), que o definiu como “um todo complexo com dominante”. Ele afirma que o interdiscurso mantém sob sua dependência as formações discursivas que, por sua vez, sustentam sob seus domínios os discursos. É como se esse “todo” fosse um grande complexo de discursos, abrigados em formações discursivas diversas, às quais os sujeitos recorrem para construir os dizeres.

Segundo Pêcheux (1975), o discurso está sempre “já lá”, existe na exterioridade do sujeito. É no interdiscurso onde se constituem os saberes esquecidos e repetíveis por

enunciações diversas. Orlandi (2009) afirma que o interdiscurso é “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (p. 12). Os dizeres que o interdiscurso disponibiliza, resultados de uma série de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas, afetam a maneira pela qual o sujeito constrói um enunciado.

O interdiscurso abriga as formações discursivas (FDs). Na elaboração feita por Pêcheux (1975), a formação discursiva determina o que deve e pode ser dito a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada. A significação que Courtine (2009) faz sobre a FD nos permite entender que a mesma não possui fronteiras, não é fechada em si. Seus limites são porosos, fluidos e se comunicam com outras formações discursivas. Orlandi (2009) explica que o fechamento de uma FD não é estável e se inscreve em diversas formações, de acordo com as lutas ideológicas.

Courtine (1999) estabelece que o interdiscurso arquiva os saberes nos quais a enunciação se sustenta. Uma vez recortados no interdiscurso, esses saberes são formulados, em nível do discurso, no intradiscurso, que é o campo da formulação, o fio do discurso. O sujeito se identifica com uma FD quando recorta um saber do interdiscurso que a abriga e formula o seu discurso no intradiscurso.

Para fechar essa conceituação sobre os saberes das FDs inscritos no interdiscurso, é importante olhar para a instância ideológica. O controle do interdiscurso e das FDs se dá nas formações ideológicas (FIs). Pêcheux (1975) diz que o sujeito é interpelado pela ideologia e a ela se assujeita sem perceber. Ele foi buscar na psicanálise as bases para essa reflexão e em Althusser o entendimento acerca do assujeitamento do sujeito às instâncias ideológicas.

A formação ideológica, portanto, constitui-se em um conjunto de forças contraditórias e que lutam entre si, regulando os saberes mobilizados no interdiscurso e nas formações discursivas. Pêcheux (1975) observa que as FIs comportam as FDs, que são interligadas, e determinam o que deve ser dito.

Orlandi (2009) faz uma interpretação desse conceito e afirma que as formações ideológicas são representadas no discurso pelas formações discursivas. “Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos” (p. 43).

Podemos refletir o discurso, nesse contexto, como o meio através do qual atuam os saberes do interdiscurso regulados pelas formações ideológicas. O discurso é, para a AD, o seu objeto teórico-ideológico. Pêcheux (1975) o coloca como um dos três elementos do quadro epistemológico geral da Análise do Discurso, junto ao materialismo histórico e à linguística.

O que interessa à AD é explicar o funcionamento discursivo levando em conta esses três pilares. O discurso, nesse sentido, articula-se com a língua tomando-a como sua materialidade. É através da língua que o discurso se manifesta. Sendo assim, a linguística nos permite alcançar o discurso e este nos possibilita enxergar nos dizeres os processos históricos e ideológicos que os constituem.

Os dizeres que os interlocutores produzem são mais do que meras mensagens (ORLANDI, 2009). O que é dito traz consigo também pistas sobre crenças, valores e conceitos nos quais os interlocutores acreditam. Ou seja, os dizeres contidos no discurso dão pistas das FDs a que recorrem. O sujeito, ao enunciar algo, se apropria e é apropriado por ideias outras, exteriores a si. Entre suas palavras o falante traz palavras de outros.

E o sujeito, ao enunciar dizeres, traz para o fio do seu discurso dizeres outros porque são afetados por esses dizeres. Segundo Pêcheux (1975), “os indivíduos são interpelados em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) por formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (p. 214).

Courtine (1999) reflete sobre essa noção de sujeito e desenvolve outro pensamento, que vem mostrar como funciona essa interpelação. Ele afirma que há rituais discursivos de continuidade aos quais o sujeito se submete, apagando o processo histórico de construção do seu dizer. Esses rituais, segundo o autor, apagam o passado, presente e futuro de uma enunciação e a faz existir como se estivesse sendo dita pela primeira vez.

No entanto, marcas na enunciação possibilitam ao analista descobrir esse apagamento nos processos de análise dos enunciados. Essas pistas aparecem através da retomada de um verbo, do uso de advérbios etc. Isso nos permite perceber, através da superfície linguística de um enunciado, as marcas que nos levam aos rituais discursivos, descortinando-os na sua origem e evidenciando nuances até então apagadas pelo sujeito enunciator.



E esse sujeito, para Courtine (1999), ressoa na memória desse dizer como “uma voz sem nome”, uma vez que os dizeres que ele mobiliza não são seus, já foram ditos em outro lugar, antes, e estão sendo recortados através de movimentos discursivos possibilitados pela memória. Esse é o último conceito-chave da AD que vamos trazer nesse tópico. Para Pêcheux (1999):

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc., de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível). (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

Esses implícitos de que fala Pêcheux (1999) são os dizeres ocultos que, ora ou outra, afloram no discurso ou são percebidos por marcas na superfície linguística. Courtine (1999) faz uma leitura desses implícitos e desenvolve a concepção de memória discursiva, buscando também relacioná-la ao constante movimento com o esquecimento. Segundo ele, há um processo de apagamento da memória histórica que é produzido na ordem do discurso, deixando marcas do seu desaparecimento.

E o discurso possui uma ordem própria de atuação, que não é determinada pela língua, mas que nela se realiza. O discurso acontece através da língua. A partir desse raciocínio, o autor se propõe a discutir como a memória se constitui através do discurso. Ele parte de dois pressupostos: o primeiro, baseado em Pêcheux (1975), é que há “sempre já” um discurso e o que é enunciável está na exterioridade do sujeito enunciator. O outro pressuposto ele constrói a partir do conceito foucaultiano de enunciado, quando concorda que este é uma forma indefinidamente repetível e que pode dar lugar a enunciações muito dispersas.

Esses dois pressupostos são o fio condutor para a construção do conceito de memória discursiva, articulada com o esquecimento. Para Courtine (1999), esses dizeres esquecidos são retomados pelo sujeito através do processo de assujeitamento, no qual o sujeito, inconscientemente, tem a ilusão de ser a origem do dizer⁸⁵ e que o seu dito só o pode ser feito daquela forma e não de outra⁸⁶. Ele pensa esse assujeitamento em dois níveis de descrição: o da enunciação e o do enunciado.

⁸⁵ Trata-se do esquecimento n. 1. (PÊCHEUX, 1975).

⁸⁶ Trata-se do esquecimento n. 2. Segundo Pêcheux (1975), esse esquecimento é da ordem da enunciação. Dá conta de que ao falarmos, produzimos em nós a ilusão da realidade do pensamento.

Na enunciação, Courtine (1999) explica que o sujeito enunciador, inserido numa situação de enunciação, tem a ilusão de ser o “eu”, “aqui” e “agora” do que está sendo dito. No nível do enunciado, articulam-se formas linguísticas que se citam, repetem-se, parafraseiam-se, opõem-se entre si. Essas articulações ocorrem em um espaço interdiscursivo no qual atua o domínio de memória, conceito também foucaultiano que foi apropriado pelo autor. E é por conta de todo esse processo de assujeitamento no dizer que o sujeito não tem nome, é uma “voz sem nome” que ecoa no domínio da memória.

A partir disso, podemos compreender como o autor vê funcionar essa engrenagem discursiva da memória, que é articulada pelo sujeito na produção dos dizeres. Courtine (1999) parte da ideia de que há as chamadas formulações-origem. São como origens de discursos esquecidos, mas lembrados em outros discursos através da recorrência inconsciente do sujeito a determinadas FDs. Ele diz que:

As formulações-origem derivam assim em um trajeto na espessura estratificada dos discursos, trajeto em cujo curso elas se transformam; [...] truncam-se; escondem-se para reaparecer mais a frente, atenuam-se ou desaparecem, misturando inextricavelmente memória e esquecimento. (p. 19).

E é através desse constante movimento entre memória e esquecimento que os discursos são construídos em um espaço repetível, onde a retomada de discurso a discurso é uma constante. E essa retomada infinita dá origem a formulações diversas, também apagando as marcas dos discursos de origem. Através da citação, da recitação e da formação de pré-construídos, “os objetos do discurso, dos quais a enunciação se apodera para colocá-los sob a responsabilidade do sujeito enunciador, adquirem sua estabilidade referencial no domínio de memória como espaço de recorrências das formulações” (COURTINE, 1999, p. 20).

Orlandi (1998) apoia essa reflexão de Courtine (1999) e acrescenta que o sujeito, quando toma como suas as palavras de uma voz sem nome, apropria-se de discursos filiando-se a eles e, conseqüentemente, aderindo a determinada memória discursiva. E completa afirmando que “na memória do dizer não é indiferente você filiar-se a um sentido ou a outro. Os lugares diferem significativamente” (p. 22).

É pela memória discursiva, portanto, que se percebe a circulação de enunciações anteriores. A memória é um instrumento que permite identificar no intradiscorso elementos do interdiscorso. E esses elementos ressurgem com outras significações, pois a cada recorrência a eles, os sentidos são outros porque as conjunturas também são outras.

O que discutimos até aqui sobre a memória discursiva nos possibilita antever que no discurso midiático ela é atualizada constantemente. E, além disso, essa memória leva o sujeito discursivo a se apropriar de dizeres que não são seus. Em um processo inconsciente no qual a ilusão de autoria e de discurso puro é real. E essa apropriação é feita tomando por base um leitor também enquanto sujeito. Um sujeito-leitor antecipado pelo sujeito do discurso, no caso o jornalista.

A relação entre esses sujeitos é muito próxima na arena midiática. Os discursos mobilizados para a construção de enunciados noticiosos trazem posições de um e de outro. Para entender esse ponto, vamos discutir a natureza imbricada da relação entre sujeito-autor, que é o sujeito do discurso, e sujeito-leitor.

3. O sujeito-autor e o sujeito-leitor no mundo midiático

O jornalista, quando se inscreve no discurso e passa a ser um sujeito discursivo, um sujeito-autor, está afetado inconscientemente por ideologias e discursos diversos, que vão se manifestar nos enunciados. Esse atravessamento discursivo do jornalista enquanto sujeito-autor do discurso entra em confronto com a regra básica do jornalismo, que é não opinar e, sim, apenas informar.

O discurso jornalístico se define no senso comum, ou pelo menos busca se afirmar, como um discurso comprometido com a verdade dos fatos. Mas isso já encontra sinais de impossibilidade quando nos deparamos com conceitos como assujeitamento e interpelação do sujeito. Dessa forma, o sujeito-autor está determinado por uma prática discursiva que é constituída de diferentes movimentos de leitura. E esses movimentos constituem uma prática que, segundo Orlandi (1998), está “historicamente determinada de atribuição de sentidos a partir de uma perspectiva não-subjetiva da subjetividade” (p. 199).

Com isso, a autora abre espaço também para a caracterização do sujeito-leitor. Essa prática não-subjetiva da subjetividade permite ao jornalista fazer com que o enunciado seja ocupado por um leitor virtual, por um sujeito-leitor que não é real, mas, sim, construído discursivamente. Isso ocorre porque “há uma leitura historicamente determinada que dá lugar

a superfícies discursivas em confronto a partir de uma mesma materialidade textual” (p. 199).

Percebemos, assim, que as manchetes jornalísticas carregam vários sentidos, embora haja um sentido dominante. Segundo Schons e Grigoletto (2007, p. 3), “a mídia pode ser tomada como um exemplo que representa um espaço de coerção, já que pelas relações de poder impõe um sentido dominante em detrimento de sentidos que são silenciados”.

Ao elaborar uma manchete, o jornalista se inscreve numa posição-sujeito. Esta se trata do resultado de uma identificação com um saber que regula determinada formação discursiva, saber esse classificado na AD como forma-sujeito. A cada manchete elaborada, essa posição pode variar. Essa é uma característica inerente à tarefa mental de pensar sobre um assunto que vai ocupar o principal destaque na capa de um jornal. Isso se deve ao fato de que somos atravessados por discursos e pela ideologia. Como diz Pêcheux (1975), “não existe discurso sem sujeito e sujeito sem ideologia”.

Contudo, não há, em Análise do Discurso, sentidos estáveis e nem um leitor estável, que assimile o que está sendo dito apenas de uma forma. Nas manchetes de jornais sobre finanças pessoais há “já lá” um efeito-leitor projetado pelo jornalista que elabora o enunciado. Ele pode pensar esse leitor como alguém que não sabe gerir as finanças pessoais, por exemplo, e essa pré-concepção vai afetar diretamente na elaboração do enunciado.

O leitor, por sua vez, pode se identificar com essa perspectiva e se inscrever no discurso de autoajuda, que também está imbricado no enunciado. Ele faz isso assimilando que aquele assunto é tratado pelo jornal como um modo de ajudá-lo, uma maneira de orientá-lo a gerir suas finanças. Mas esse leitor também pode reagir diferentemente. Ele pode se inscrever em discursos outros que o levem a interpretar essa manchete como uma subestimação da sua capacidade de gerir o próprio dinheiro.

Schons e Grigoletto (2007, p. 5) refletem sobre isso afirmando que “é possível ao leitor resistir construindo sentidos outros para um texto, diferentes daqueles impostos pela mídia”. É o que chamam de processo de desidentificação do sujeito-leitor. Isso leva o leitor a ter, como nomeia Birman (1996), uma leitura irruptiva, pois “desarticula os sentidos instituídos e codificados, entreabrindo a possibilidade para a produção de outros sentidos” (p. 56). No entanto, essa ruptura com o sentido dominante tem uma força menor do que a do gênero midiático. Isso porque a mídia é constituída da ilusão da verdade e essa ideia é



cristalizada socialmente no senso comum, conferindo-lhe força ideológica. O gênero midiático guia os sentidos e os impõe sob a aura da verdade ao seu leitor.

Alinha-se a essa visão o que Indursky (2003) fala sobre o sentido dominante que um sujeito discursivo impõe ao leitor:

no processo discursivo, não estamos mais face a um locutor, mas diante de um sujeito historicamente determinado que, por esta razão, diz apenas o que sua posição-sujeito lhe determina/permite dizer, ignorando/silenciando os argumentos de outro sujeito histórico, desqualificando, por este viés, os saberes deste outro, que é seu antagonista ideológico. (INDURSKY, 2003, p. 64).

Refletindo sobre essa cristalização dominante da verdade midiática, sem deixar de lado a possibilidade de interpretações outras pelo leitor, nossas análises vão focar sobre os vários discursos que emergem das manchetes sobre finanças pessoais. E nessa interpretação sobre as significações pretendemos achar o fio discursivo que nos levará a ligar a origem desses enunciados a um discurso de autoajuda e de prescrição ao leitor construído.

O discurso midiático e de autoajuda são incorporados pelo jornalista, enquanto sujeito-autor, sujeito do discurso. Os dizeres discursivos jornalísticos criam a ilusão de verdade, assim como os dizeres do discurso de autoajuda, que julgam orientando e orientam julgando. O jornalista, enquanto sujeito-discursivo, que enuncia, adere a esses discursos de forma mais ou menos evidente.

Esse movimento de identificação pode ser observado através da importância dada às fontes entrevistadas para a construção da notícia. O sujeito-autor do discurso pode se identificar mais com o discurso do economista que julga negativamente a atitude financeira dos outros, ou com o de um chefe de família que está atolado em dívidas porque ganha pouco e reclama que o governo só faz aumentar os preços. Essas identificações vão determinar o direcionamento da reportagem e, conseqüentemente, da manchete de capa, que estará mais ou menos solidária a quem está com problemas financeiros.

Nessa teia de relações há o sujeito-leitor. Conforme aponta Grigoletto (2005), o sujeito-leitor é uma figura discursiva que é apropriada pelo sujeito-autor, no caso o jornalista que se inscreve em determinadas FDs para construir a manchete ou a reportagem. O sujeito-autor antecipa e projeta respostas e posições do seu leitor em potencial e as transfere para



dentro da cadeia discursiva em que ele se inscreve na produção do enunciado. O sujeito-leitor, nesse caso, é uma posição tomada pelo autor e é, portanto, um efeito, o efeito-leitor.

Quando saímos do terreno de sujeito-leitor como uma posição-sujeito assumida pelo sujeito-autor, vemos que, assim como o sujeito-autor não é totalmente livre e é assujeitado pelas ideologias, o sujeito-leitor também é afetado. A própria construção da notícia, a tomada de posição discursiva em relação ao que é enunciado, determina ao sujeito-leitor algumas interpretações em detrimento de outras. Ou seja, o sujeito-leitor é pré-determinado tanto se for tomado como uma posição pelo sujeito-autor quanto se sua constituição e reações forem antecipadas e influenciarem na construção do enunciado.

Mas e o leitor real? Onde ficaria nessa teia de relações? Tendo por base as reflexões em Grigoletto (2005), vamos transpor essa rede de relações para o *corpus* deste trabalho, as manchetes jornalísticas sobre finanças pessoais. O sujeito-leitor projetado nesses enunciados e tomado por eles é aquele que tem problemas financeiros. É o endividado, o afogado em contas para pagar. Esse é um leitor ideal projetado pelo sujeito-autor, que é o jornalista.

Para dar vida a esse sujeito-leitor, o sujeito-autor se inscreve na posição-sujeito do leitor. Já o leitor real, aquele que lê uma manchete sobre o controle do dinheiro, o faz afetado discursivamente pela ideia que o sujeito-autor impregnou sobre ele através da manchete publicada. Esse leitor real pode se identificar ou não com o que está sendo construído. Essa caracterização de sujeito-autor e sujeito-leitor será importante nas análises porque vai nos levar a identificar se os discursos estão pró ou contra os endividados. E integra esse cenário o discurso de autoajuda, que é colocado sob duas formas contraditórias: orientando e julgando, como veremos na análise do *corpus*.

4. Análise

Selecionamos para este artigo uma manchete de capa de jornal que será analisada à luz das teorias apresentadas até agora.

Manchete: SEU NATAL LONGE DO VERMELHO⁸⁷

Subtítulo⁸⁸: Marido, ou mulher, filhos, sobrinhos, pais, sogros, irmãos e os colegas do trabalho. É

⁸⁷ Diário de Pernambuco, 15.11.2010

possível comprar todos os presentes de fim de ano e não ficar pendurado em dívidas. O Diário traz hoje dicas de um especialista em produtividade para calcular quanto gastar com boas “lembrancinhas” sem ninguém ficar insatisfeito. ECONOMIA A10



Figura 1

Ao examinarmos a superfície linguística, percebemos, através do uso do demonstrativo “seu”, que o enunciado traz explicitamente o leitor para o centro de uma discussão: “**Seu** natal...”. O leitor é, então, convocado e provocado a saber como passar as festas de fim de ano agradando a todos com presentes, mas sem se endividar. O jornalista, que é o sujeito-autor do enunciado, se posiciona aparentemente favorável ao leitor, quando diz que é possível gastar sem se endividar, trazendo para o fio do discurso a expressão “longe do vermelho”, no enunciado principal.

No entanto, essa expressão também remete à ideia de que o leitor não sabe como controlar os gastos de fim de ano quando afirma, de forma subentendida, que este pode já estar no vermelho. Essa ideia só é percebida quando ultrapassamos a fronteira do fio do discurso e alcançamos, graças à memória discursiva, os dizeres esquecidos no interdiscurso, dizeres relacionados ao discurso de autoajuda, que abriga o conselho, a orientação, a prescrição do que se deve fazer ou não para resolver problemas financeiros.

Ratifica esse raciocínio o texto que está abaixo da manchete. O subtítulo diz que “É possível comprar todos os presentes de fim de ano e não ficar pendurado em dívidas” e avisa que a reportagem traz um especialista em produtividade para “calcular” o quanto se deve gastar com os presentes de fim de ano. Ou seja, a presença do especialista significa a de alguém que vai orientar. E quem precisa de orientação não sabe gerenciar o assunto referente a essa orientação.

⁸⁸ Texto em letras vermelhas que está abaixo da manchete. Também é chamado de *sutiã*, no jargão jornalístico (TRAQUINA, 2008).

A reportagem interna também está na linha de orientação assumida na manchete de capa. Já no título “Presente sem susto,” há a ideia que o endividado pode cair numa cilada de comprar presentes sem controle e ter um susto quando vir a fatura do cartão. Um texto em destaque reafirma esse discurso: “Atuar com um orçamento previamente conhecido evita ter de fazer cortes ou cometer injustiça quanto aos valores”. Ao afirmar isso, o sujeito-autor está dizendo que quem se planeja nos gastos de fim de ano não corre risco de ter de eliminar o presente de alguém ou de comprar algo de menor valor porque não soube antever os gastos.

Percebemos, ao analisar a reportagem, que o sujeito-autor se inscreve no discurso midiático quando busca no assunto da matéria valores-notícia que a tornem atrativa e relevante. Que tornem a notícia essencial ao leitor. Para isso, a notícia é apresentada como maior destaque daquela edição, ocupando a manchete de primeira página do jornal, e, na parte interna, essa importância também continua sendo mostrada.

A matéria ocupa uma página inteira da editoria de Economia, com uma foto em cinco colunas, ou seja, um espaço bem representativo. A foto mostra pessoas circulando em um shopping, cena natural, principalmente em época de final de ano. Vejamos⁸⁹:



Figura 2

Também podemos perceber a importância que é dada ao assunto ao observarmos um quadro do lado direito com orientações sobre como economizar tempo e dinheiro e, logo abaixo, uma matéria também de caráter orientativo sobre a importância de se antecipar nas compras, evitando fazer tudo na última hora. Por isso, avaliamos que o valor-notícia ‘relevância’ é fortemente considerado na forma de tratar o assunto tanto editorial quanto

⁸⁹ Imagem ilustrativa.



especialmente.

Mas o sujeito-autor busca também no discurso de autoajuda elementos que vão potencializar a relevância da notícia. Encontramos na reportagem principal palavras e expressões que nos levam a entender a que formações discursivas o enunciado remete. Vejamos:

Subtítulo:

“**Planeje** as compras de Natal para evitar que gastos **saíam do controle** e que você tenha um (*sic.*) péssima surpresa no fim do ano.”

Trechos do texto da reportagem:

- 1) “**Não é preciso** declarar guerra às finanças para garantir o ‘mimo’ dos familiares, amigos e colegas de trabalho.”
- 2) “...**é preciso evitar** atitudes que contribuem para o descontrole dos gastos, **como ir às compras sem definir quanto pode gastar...**”
- 3) “Um **erro comum** é começar escolhendo os presentes que serão dados, e depois somar os valores estimados para ver de ontem ira tirar o dinheiro, ou mesmo para começar a fazer cortes”, afirma Augusto Campos, administrador, especialista em gerenciamento de projetos e autor do blog *Efetividade.net*”.

Nos trechos destacados, observamos o uso do imperativo “planeje” e da expressão “é preciso”, ambos dando a ideia de imposição, característica do discurso de autoajuda. Esses tipos de expressões no imperativo foram bastante disseminados, principalmente, a partir dos anos 30, quando houve o *boom* da literatura do gênero. Articulando os discursos midiático e de autoajuda, está a memória discursiva. Inconscientemente, o sujeito-autor busca nesses dois discursos elementos esquecidos no interdiscurso, que vão construir um dizer reelaborado para a apresentação do material jornalístico.

O sujeito-autor se inscreve na posição-sujeito do leitor, ao trazer para o texto um assunto de interesse para quem está precisando de orientação financeira. Mas não só essa posição. A fonte usada na matéria, o especialista em produtividade, também é assumido como posição-sujeito pelo sujeito-autor à medida que este adere ao discurso prescritivo e de orientação daquele.



Considerações finais

Apontamos que as manchetes de jornal sobre finanças pessoais enxergam o leitor como responsável pelo desempenho no campo financeiro, primeira questão dessa investigação. Os enunciados recortados para análise convocam o leitor a perceber que, apesar de precisar de orientação, só ele pode resolver os seus problemas monetários.

O segundo questionamento é consequência do primeiro. A necessidade de uma orientação sobre controle financeiro leva o sujeito-autor a enunciar de forma prescritiva as orientações captadas de especialistas do setor. E nesse movimento é clara a pressuposição de que o interlocutor usa inadequadamente o dinheiro, ou o cartão. No entanto, a forma impositiva de pulverizar esses dizeres é atenuada pelo discurso midiático, que torna a relevância do fato um alibi para ser dito ao interlocutor como ele deve administrar o seu orçamento.

O modo como são enunciadas as manchetes as coloca em um terreno discursivo cujo sentido dominante alterna-se entre ajudar julgando e julgar ajudando. Evidencia-se a inscrição no discurso de autoajuda pelo uso de recursos linguísticos e discursivos, sempre voltados a orientar, a ordenar de forma polida, como se fosse um pedido ou um incentivo a melhorar de vida.

O discurso de autoajuda é um espaço a que o sujeito-autor recorre para construir os enunciados jornalísticos sobre finanças pessoais. É, portanto, uma voz sem nome que é apropriada pelo sujeito-autor e ressoada no intradiscurso, imbricada com a voz do discurso midiático. Desse modo, comprovamos também o terceiro ponto deste artigo. Ficamos cientes de que esse trabalho não se esgota aqui, mas abre um leque de possibilidades de análises sobre o discurso midiático, principalmente relativo àqueles que se propõem a oferecer à audiência algum tipo de orientação.

Referências

BAUMANN, Zygmunt. **Vida líquida**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009. p. 7-21.



BIRMAN, Joel. **O sujeito na leitura:** comentários psicanalíticos sobre a experiência da recepção. In: _____. Por uma estilística da existência: sobre a psicanálise, a modernidade e a arte. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 53-68.

COURTINE, Jean. **Análise do discurso político:** o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2009. p. 69-96.

_____, Jean. **O chapéu de Clémentis.** In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M.C. (orgs.). Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999. P. 15-22.

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso de divulgação científica:** um espaço discursivo intervalar. 2005. 269p. Tese (doutorado em Letras) - UFRGS, Porto Alegre. Disponível em: <http://migre.me/7pgIs>. Acesso em 03.01.2012.

INDURSKY, Freda. **Argumentação na mídia: do fio do discurso ao processo discursivo – um contraponto.** In: Espaços de circulação da linguagem. Santa Maria, n. 27, julho/dezembro. 2003. P. 55-66.

LEANDRO FERREIRA, M.C. **Glossário de Termos do Discurso.** Porto Alegre: UFRGS Gráfica, 2005. 26p.

MARTHE, Marcelo. O alto-astral da auto-ajuda. **Veja online.** Edição 1.777, 13 de novembro, 2002. Disponível em http://veja.abril.com.br/131102/p_114.html. Acesso em: 22.01.2012.

ORLANDI, Eni (org.). **A leitura e os leitores.** Campinas: Pontes, 1998. 208p.

_____, Eni. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009. 100p.

PÊCHEUX, Michel. (AAD 69). **Análise Automática do Discurso.** Editora da Unicamp, 1997. p. 79-87.

_____, Michel (1975). **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. p. 143-185; 163-179.

_____, Michel. (1988). **Papel da memória.** In: ACHARD, Pierre. et al. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

RÜDIGER, Francisco. **Literatura de auto-ajuda e individualismo:** contribuição ao estudo da subjetividade na cultura de massa contemporânea. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996. p. 33-70.

SCHONS, Carme; GRIGOLETTO, Evandra. O texto como possibilidade de ruptura: análise do funcionamento do gênero midiático. **Revista Desenredo (Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo)**, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 2, jul./dez. 2007, p. 213-226. Disponível em: <http://migre.me/7peCn>. Acesso em: 01.01.2012.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional – vol. II. Florianópolis: Insular, 2. ed., 2008. 213 p.

Recebido em: 26/04/2017

Aceito em: 10/06/2017



COMO TRANSFORMAR UMA TESE EM LIVRO?

HOW TO TRANSFORM A THESIS INTO A BOOK?

Patrícia Rodrigues Costa⁹⁰

RESUMO: Esta resenha objetiva apresentar e comentar a obra argentina *De la tesis al libro: guía para autores y editores*, recém traduzida para o português do Brasil e publicada pela Editora Universidade de Brasília sob o título *Da tese ao livro – guia para autores e editores*. Com vistas à publicação de teses, nessa obra é discutida a reescrita acadêmica tendo por meta uma escrita fluida e didática, bem como as relações entre autor(es) e editor(es), as diferenças entre as normas acadêmicas e as práticas editoriais, a (não) inserção de gráficos, tabelas, imagens e importância de paratextos.

Palavras-chave: Tese; Reescrita; Práticas Editoriais; Livro.

ABSTRACT: The aim of this review is to introduce and comment the Brazilian translation of the Argentine book *De la tesis al libro: guía para autores y editores*, recently published by Editora Universidade de Brasília under the title *Da tese ao livro – guia para autores e editores*. With the goal of helping authors publish their theses, this book proposes the rewriting of academic texts into a fluid and didactic text, as well as clarifying the relationship between author(s) and editor(s), the differences between academic norms and editorial practices, the (non)insertion of graphs, tables, images and the importance of paratexts.

Keywords: Thesis; Rewriting; Editorial practices; Book.

Escrita em coautoria por dois professores argentinos experientes, no que concerne à escrita acadêmica e editorial, e publicado em espanhol, em 2009, a obra *De la tesis al libro: guía para autores y editores*, de autoria de Sylvia Nogueira e Jorge Warley, foi recém-publicada em português do Brasil com o título *Da tese ao livro – guia para autores e editores*, com tradução de Laeticia Jensen Eble e publicado pela Editora Universidade de Brasília. Nesta resenha, buscaremos apresentar tal obra aos interessados em ter sua tese ou sua dissertação publicada por uma editora e também aos mestrandos e doutorandos que estão em vias de redigir o produto de sua pesquisa e que ainda não pensaram na possibilidade de publicação posterior em formato de livro. Afinal, saber o que se espera do pesquisador-autor junto a uma casa editorial é importante para que se possa simplificar um trabalho futuro.

⁹⁰ Doutoranda em Estudos da Tradução (Pós-graduação em Estudos da Tradução – PGET), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) E-mail:prcosta1986@gmail.com

Do mesmo modo, por acreditar que devemos saber um pouco mais sobre os agentes envolvidos na publicação de qualquer obra, discorreremos nos próximos quatro parágrafos acerca dos autores, da tradutora e da editora responsável pela publicação da obra em português.

Sylvia Nogueira⁹¹ é professora adjunta no *Instituto Universitario Nacional del Arte* (IUNA), Argentina, onde ministra a disciplina “Oficina de Redação de Textos Críticos e de Difusão” e é professora de oficinas de pós-graduação de “Redação Didática e Acadêmica” na *Universidad de Buenos Aires* e na *Universidad Nacional de General Sarmiento*. Publicou obras relacionadas à escrita acadêmica, a saber: *Manual de Lectura y Escritura Universitarias* (2003) e *La lectura y la escritura en el inicio de los estudios superiores* (em coautoria com Paula Croci, 2007).

Professor da *Universidad de Buenos Aires* e da *Universidad Nacional de La Pampa*, ambas na Argentina, Jorge Warley⁹² leciona as disciplinas de “Semiologia” e de “Teoria Literária”. Warley também é autor das seguintes obras: *Tesis, Tesinas, Monografias e Informes – nuevas normas y técnicas de investigación* (2002); *La cultura – versiones y definiciones* (2003); *Semiótica de los medios: signo, representación, ideología, política* (2007); *Que es la semiología?* (2011).

A responsável por traduzir a obra *De la tesis al libro* para o português, Laeticia Jensen Eble⁹³, é licenciada (2007) e bacharel (2009) em Letras/Português pela Universidade de Brasília; mestre (2011) e doutora (2016) em Literatura pela mesma universidade. É também analista técnico-administrativa do Ministério da Saúde (MS) e editora-assistente da revista *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea* (UnB).

Defendida durante as quase duzentas páginas que compõem o livro, a escolha da casa editorial é primordial para o sucesso de uma obra, visto que esta deve ter características que justifiquem sua inserção no catálogo de vendas. Assim, a publicação de *Da tese ao livro – guia para autores e editores* pela Editora Universidade de Brasília (EDU) se justifica ao observamos os objetivos da editora publicados na seção “Quem Somos”⁹⁴ de seu *site*, segundo a qual a EDU busca publicar dois tipos de obras: I) textos acadêmicos destinados ao

⁹¹ **Curriculum Vitae Sylvia Nogueira**. Disponível em: http://www.cnba.uba.ar/sites/default/files/latin_cv.pdf

⁹² **Jorge Warley**. Disponível em: <http://www.colihue.com.ar/autores/fichaAutor?authorId=580>

⁹³ **Currículo Lattes Laeticia Jensen Eble**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2486317059083343>

⁹⁴ Editora Universidade de Brasília. **Quem somos?** Disponível em: <http://www.editora.unb.br/quemsomos.aspx>



ensino superior, dos quais fazem parte a produção acadêmica e científica produzida na Universidade de Brasília; II) traduções de obras do patrimônio cultural, científico e técnico ainda não disponíveis em língua portuguesa. A obra aqui resenhada faz parte de ambas as categorias; é uma obra voltada ao ensino superior e é uma obra que até então não estava disponível em língua portuguesa. Vale ressaltar ainda que a Editora Universidade de Brasília (EDU) é uma das mais antigas editoras universitárias brasileiras, fundada junto à Universidade de Brasília, em 1962.

Após termos apresentado os agentes fundamentais a essa publicação (autores, tradutora e editora), passaremos à análise da obra. A obra pode ser dividida em sete partes, a saber: I) Apresentação; II) Introdução; III) 1. De autores e editores; IV) 2. As primeiras decisões do editor; V) 3. Da tese ao livro; VI) Decálogo (Guia-resumo de orientação geral); VII) Bibliografia. Logo na Apresentação, Nogueira e Warley chamam atenção de que uma tese (ou mesmo uma dissertação) não pode e não deve ser publicada em formato de livro da maneira como é/foi apresentada à banca e está disponível no repositório da instituição. Afinal, **normas acadêmicas não coincidem com as utilizadas nas práticas editoriais**, sendo essa uma das razões pela qual uma tese não pode ser considerada um livro. Além disso, remetem ao pensamento de Einstein de que o cientista que detém realmente o conhecimento sobre um determinado tema sabe redigi-lo tanto de forma mais técnica, tendo como público seus pares, quanto de forma mais simples e generalista, que poderá ter como público-leitor leigos acerca do assunto em questão.

Já na Introdução, os autores ampliam a discussão acerca do gênero de escrita de uma tese e sua diferença para a de um livro, que é retomado no decorrer da obra, com maior profundidade no capítulo três. Destacam ainda a importância de se determinar um possível público-leitor, visto que é a partir dessa escolha que o pesquisador terá em mente o tipo de livro que deverá escrever, sendo os mais comuns: I) livro de consulta, II) ensaio ou III) livro de divulgação. Assim, após a leitura da Introdução é possível que o pesquisador, que vise ter sua pesquisa publicada em formato de livro, comece a entender que o processo de transformação da tese em livro poderá não ser tão simples quanto se pode imaginar.

Porém, antes de se aprofundar no processo de transformação da tese em livro, é preciso que o pesquisador-autor compreenda a relação existente entre autores e editores. Este é o intuito do capítulo um, intitulado *De autores e editores*. Esse capítulo explica ao futuro

autor o papel do editor e a necessidade de se ter, ao buscar por uma editora, uma parte da obra já reformulada e reescrita, isto é, com uma tradução da linguagem, por vezes, mais técnica, à uma mais fluida e simples. “**O autor não deve oferecer a tese ‘crua’ à editora**” (p. 47 – 48). É a partir desse momento que o agora autor passa a compreender que a publicação só será possível caso siga as indicações e os conselhos do editor. E é a partir da leitura do capítulo um que o futuro autor passa a entender melhor algumas partes do processo editorial, como, por exemplo, a proposta de um título mais comercial para a obra por parte do editor (ponto retomado no capítulo três). Por tal razão, o título principal deve ser conciso, econômico e atraente, o qual pode ser seguido por um subtítulo que busque clarificar e complementar o título principal, como podemos observar, por exemplo, pela escolha do título e do subtítulo da obra aqui resenhada.

Nogueira e Warley chamam atenção à plasticidade que o livro deve ter, não sendo possível, portanto, apresentar, em seu interior ou no apêndice, uma grande quantidade de gráficos ou de referencial teórico. Em relação aos gráficos, às tabelas e às ilustrações, os autores afirmam ser conveniente descrevê-los ao invés de inseri-los no texto, porém deve-se inserir aqueles realmente imprescindíveis, que têm uma função resumidora. Questionam ainda o formato do sumário, que deve ser diferente daquele da tese, com a escolha dos títulos e subtítulos explicativos, de modo a atrair a atenção do leitor. Destacam a importância da linguagem utilizada, devendo se evitar orações complicadas, longas, com excesso de enumerações, bem como a repetição demasiada de termos, que mesmo tendo a princípio um sentido pedagógico, pode tornar a leitura cansativa.

Logo em seguida, em *As primeiras decisões do autor*, capítulo dois, o leitor é apresentado às mais variadas decisões que o pesquisador-autor deverá enfrentar para transformar a tese em livro. É nesse capítulo que são apresentadas orientações relacionadas à reescrita da tese, lembrando que cabe ao futuro autor apresentar à editora um manuscrito que se assemelhe mais ao formato de livro que ao de tese. Nogueira e Warley salientam a importância da consulta a colegas que já tenham publicado livros, tanto para que recomendem casas editoriais e editores quanto para que esses sejam fontes de orientações relativas à reescrita do texto. Frisam ainda que ao reescrever o resultado de sua pesquisa, o pesquisador-autor poderá recuperar materiais que foram ignorados devido ao recorte do objeto de estudo. O repensar do conteúdo da tese para ser expresso em formato de livro é um momento



essencial para que esforços e tempo não sejam desperdiçados na confecção de um produto que será lido por um público maior do que o da banca de defesa de tese.

É no capítulo dois que são pontuados os defeitos e as virtudes de um livro escrito a partir de uma tese. Entre os defeitos, Nogueira e Warley apontam: 1) a extensão e redundâncias do texto; 2) o excesso de termos técnicos e reprodução da escrita acadêmica; 3) o abuso de exposições teóricas; 4) a falta de rigor; 5) a ocultação de juízos de valores, bem como o reforço de estereótipos ou prejulgamentos. Já, entre as virtudes, os autores destacam: 1) a exposição de trabalhos exaustivos; 2) a apresentação de um “estado da arte” do qual tratam; 3) a escrita bela, fluida, simples, polêmica, atrativa e didática; 4) a explicação de suas descobertas de maneira ordenada e rigorosa; 5) a abertura de uma problemática ou o esclarecimento de panoramas confusos.

Os defeitos e as virtudes apresentados, por vezes, se sobrepõem, podendo o defeito de uma obra ser a virtude em outra, razão pela qual se deve ter por meta o equilíbrio e não a replicação da escrita da tese, densa e cheia de minúcias, para dizer o mínimo, nesta reescrita que deverá ser simples e didática. A busca por um produto de leitura fluida pode ter como um dos exercícios a escrita de quatro textos destinados à contracapa, sendo cada texto voltado para um público diferente. Esse exercício faria com que o pesquisador-autor sintetizasse a obra a ser produzida, sendo uma argumentação e meta provisória para este. O segundo e importante exercício é a reformulação do sumário, que, conseqüentemente, gera exclusões, acréscimos, subdivisões ou reordenação do texto de partida (a tese).

Após os dois primeiros capítulos, os autores vão da teoria à prática. Utilizam do terceiro capítulo, intitulado *Da tese a livro*, para expor um exemplo autêntico de reescrita de tese, além de explanar considerações gerais que podem auxiliar o pesquisador nessa jornada. Também no capítulo três são discutidas as funções dos paratextos (capa, contracapa, orelhas, prólogo, agradecimentos, sumário), a importância da paráfrase e do uso de conectores e de pontuação adequada frente à reescrita da tese, bem como o menor uso possível de citações, de notas de rodapé ou de fim e de referências bibliográficas no decorrer do texto, além de recomendar uma extensão mínima da bibliografia.

Da tese ao livro – guia para autores e editores apresenta orientações significativas aos pesquisadores que pretendem publicar sua pesquisa em formato não acadêmico. Nossa

escolha por apresentar essa obra se deu por acreditarmos na importância de sabermos melhor acerca do processo de (re)escrita destinada à publicação para um público, na maioria das vezes, maior do que aquele da banca de defesa ou mesmo àqueles que buscam pela tese ou dissertação nos repositórios institucionais. Assim, como defendido no decorrer do livro, a escrita dessa obra é realizada de forma lógica, fluida, simples e didática. Contudo, tal como postulado nos capítulos, cremos que “não existe fórmula única que estabeleça como se deve organizar um livro oriundo de uma tese” (NOGUEIRA e WARLEY, 2016, p. 164), cada pessoa tem seu estilo de escrita que, em geral, não segue um roteiro.

Referência:

NOGUEIRA, Sylvia. WARLEY, Jorge. **Da tese ao livro:** guia para autores e editores. Traduzido por: Laeticia Jensen Eble. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016, 196p. Tradução de: *De la tesis al libro*.

Agradecimento:

A autora, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET), agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES). Processo nº 88881.135086/2016-01.

Recebido em: 21/02/2017

Aceito em: 14/06/2017